

Janeiro de 2015

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migracao](#)
12. [Exploracao Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Subsídios beneficiam mais as famílias que menos precisam de ajuda	1
1.2 Relatório Social do CEIC destaca disparidade na distribuição da renda nacional	2
1.3 Governo angolano prejudica pobres e beneficia ricos	3
1.4 A pobreza e a riqueza da Nação	5
1.5 Semana Social debate políticas públicas	6
1.6 Criados 300 mil postos de trabalho num ano	8
2. MICROFINANÇAS	9
2.1 Pequenas empresas têm financiamento para crescer	9
2.2 Crédito Agrícola retomado este ano	10
2.3 Banca. Crédito malparado eleva risco de insolvência dos bancos com capitais públicos	10
2.4 Poupanças nas famílias	13
3. MERCADO INFORMAL	14
3.1 Armazéns grossistas retirados do centro urbano	14
3.2 AMOTRANG controla mais de trezentas mil kupapatas	15
3.3 Medida grossistas contra transferência para os pontos de entrada da cidade	15
3.4 A perda dos kupapatas	17
3.5 A vida real de um kupapata	18
3.5 Entre o campo e a cidade o choque	18
3.6 Mercado Rural entrou em funcionamento	18
3.7 Perseguição policial	19
3.8 Redução de clientes nos mercados	20
3.9 Um falso “eldorado” sobre duas rodas	21
3.10 Um prato de cada dia	21
3.11 Venda ambulante atrapalha circulação de viaturas e peões na capital	22
3.12 Vendedoras na Calemba	22
3.13 Vendedores de rua continuam a ignorar fiscais	23
3.14 Comerciantes aceitam a medida e traçam caminhos	24
3.15 3.16 Oportunidade para os taxistas	25
3.16 3.17 Populares contra a medida de transferência dos armazéns grossistas	25
3.17 3.18 Possível desemprego	26
3.18 3.19 Taxistas no Bié estão a ser registados	26
3.19 3.20 Ambulantes em descaso com a política	27
3.21 Dólar dispara nas kinguilas	29
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	30
4.1 "Elaborar um Orçamento de Estado rectificativo em 2015 será obrigatório"	30
4.2 OGE 2015: Centralismo recua	31
4.3 A complicada revisão do OGE	32
4.4 Governador exige maior rigor aos gestores	32
4.5 Autorizada emissão de Kz 677 mil milhões para financiar OGE	33
4.6 Camacupa contribui com 28 milhões de kwanzas	33
4.7 OGE 2015 Tendência de redução na educação e saúde	34

4.8	Vendas à China podem reduzir impacto da crise	35
4.9	GPL priorizará programas sociais no seu orçamento	36
4.10	OGE. Cortes na despesa chega aos 13 mil milhões de dólares	36
4.11	Orçamento garante prioridade à inclusão socioeconómica	37

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 39

5.1	Nova edição da feira realizada este ano	39
5.2	Municípios têm autonomia financeira	39
5.3	Instituto tem novo modelo de formação para liderança	40
5.4	Autárquicas na agenda, diz MPLA	40
5.5	Autarquias, a velha maka	40
5.6	Camacupa contribui com 28 milhões de kwanzas	41
5.7	Luanda faz anos, mas não sabe quando elegerá os seus dirigentes autarcas	41
5.8	Experiências internacionais estão em revista	42
5.9	Governador de Malanje destacou p poder local	43
5.10	Diplomata israelita manifesta apoio ao Poder Local	43
5.11	Igreja ajuda à redução das assimetrias	44
5.12	Administradores dos distritos vão para casa cuidar dos netos	44
5.13	Autarquias são o culminar da descentralização	46
5.14	Diagnóstico sobre autarquias na agenda do MPLA	48
5.15	Partidos políticos contra a posição do MAT	48
5.16	Semana Social debate políticas públicas	49

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 52

6.1	Urbanização e habitação têm avanços rápidos	52
6.2	Plano urbanístico apresentado à sociedade	52
6.3	Alinhamento de programas	53
6.4	Luanda mais cara para empresas	53
6.5	Imogestín abre postos para reclamação	55
6.6	Estado assume vendas das residências das centralidades	56
6.7	Bairro é derrubado sobre escolta militar	56
6.8	Ministro avalia construção dirigida	58
6.9	Moradores recusam ir viver para o Zango	58
6.10	Aniversário. O paraíso de uns, o inferno de outros ou a casa comum do salve-se quem puder	59
6.11	Sem recursos para grandes investimentos em 2015 Ministério do Urbanismo incentiva o sector imobiliário	61
6.12	Nova centralidade nasce no Panguila	62
6.13	AN aprova propostas de lei das instituições financeiras e código de valores mobiliários	62
6.14	Entrega de casas só no segundo semestre	63
6.15	Fogos habitacionais estão na fase final	64
6.16	Imogestín entrega casas	64
6.17	Mais de 200 mil casas encontram-se fechadas em Angola	65
6.18	AN Aprova propostas de lei das instituições financeiras e código de valores mobiliários	66
6.19	Prédio sujo continua de mala pior	66

7. TERRA 68

7.1	Inauguradas lojas de registo no Huambo	68
7.2	Requalificação avança em Ondjiva	68
7.3	Demolição inesperada deixa 12 famílias ao relento	68
7.4	Pedro Canga recusa orientações superiores	69
7.5	Bairro é derrubado sobre escolta militar	72
7.6	Ministro avalia construção dirigida	73

7.7	Moradores recusam ir viver para o Zango	73
7.8	Governo concede áreas para resolver conflitos	74
7.9	Zonas de cultivo estão livres de minas	75
7.10	Terras agrícolas sem minas	75
7.11	Administração deixa vianenses sem tecto	75
7.12	Aniversário. O paraíso de uns, o inferno de outros ou a casa comum do salve-se quem puder	77
7.13	As demolições em Viana	79
7.14	Camponeses do Bita acusam Sonangol de incumprimento	80
7.15	Cidadãos presos por protestarem	81
7.16	Croquis de localização em novo instrutivo	81
7.17	Camartelo volta a demolir	82
7.18	O que dizem as prováveis vítima	83
7.19	Autoridades do Icolo e Bengo em rota de colisão com camponeses	83
7.20	Bancada Parlamentar da UNITA visita famílias afectadas pelo "martelo demolidor" em Viana	84
7.21	Governador concede áreas para resolver conflitos de terras no Cubal	85
7.22	Ministério transfere projectos para gesterra	85
7.23	UNITA	86

8. SERVIÇOS BÁSICOS 87

8.1	GPL	87
8.2	Mais água potável no Bengo	87
8.3	População satisfeita com novo sistema	87
8.4	Município de Belas	88
8.5	Cidadãos na Matala beneficiam de água no domicílio	88
8.6	Garantido aumento da distribuição de água potável	88
8.7	Programa "Aguas do Lubango" atinge 700 ligações domiciliares	89
8.8	Estação de água em reabilitação	89
8.9	8.9 Lixo invade municípios de Luanda	90

9. GÉNERO E VIOLENCIA 91

9.1	Mulheres são as principais vítimas	91
9.2	Igreja ajuda à redução das assimetrias	91
9.3	Mulher e o desenvolvimento rural	92
9.4	Direcção da Família recomenda paz nos lares	93
9.5	Polícia nacional pede colaboração do cidadão para combate da criminalidade	94
9.6	População acusa Polícia de ignorar denúncias	95
9.7	Criminalidade cresce na periferia de Luanda	96
9.8	Mais jovens estão envolvidos em crimes	97
9.9	Criminalidade baixa na região	97
9.10	A vida nos bairros mais perigosos de Luanda	98
9.11	Bairro da Kianda além de roubar, o gatuno chupa os mamilos das senhoras	98
9.12	Bairro Paraíso: está mais para inferno	99
9.13	Bairro Tira Vaidade: quem não quer ser roubado que não passe por lá	99
9.14	Grafanil Buraco 'Nunca vimos polícia a passar aqui'	100
9.15	Criminalidade reduz na província	100

10. AMBIENTE 102

10.1	Habitantes de Ondjiva plantam árvores	102
10.2	Chuva desaloja famílias	102
10.3	Gestão Sustentável das Cidades e Municípios	103
10.4	Moradores do Kilamba Kixi preocupados com mau estado das vias de acesso	103
10.5	Ravina engole casas em Cacucaco	104

10.6	Rua Machado Saldanha continua um inferno	104
10.7	Falta de chuva no Amboim coloca em risco as colheitas	106
10.8	Chuvas torrenciais matam e destroem bens	106
10.9	Muitas pessoas precisam de ajuda urgente	107
10.10	Polígono Florestal é o maior viveiro do país	107
10.11	Lunda Sul vai criar polígonos florestais	108
10.12	Seca compromete produção	109
10.13	Chuvas atrasam obras das estradas	109
10.14	Chuva desabriga 654 pessoas no Zaire	110

11. MIGRAÇÃO

111

11.1	Brasil acolhe 873 refugiados angolanos	111
11.2	Imigrantes ilegais detidos	111
11.3	Repatriados beneficiam de bilhetes de identidade	112

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

113

12.1	Lucapa Diamond produz 266,7 quilates	113
12.2	Catoca garante contínua aposta na melhoria das condições de trabalho	113
12.3	Catoca promove exposição de sensibilização ambiental	113
12.4	Mais de 400 violadores de fronteiras detidos durante a quadra festiva	114
12.5	Execução do Planageo decorre como previsto, afirma director	114
12.6	Extracção ilícita de diamantes e imigração ilegal no topo de crimes na Lunda Norte	115
12.7	Comandante da Polícia de Guarda Fronteiras trabalha na Lunda Norte	115
12.8	Quipungo arrecada mais de um milhão de Kwanzas em 2014	116
12.9	Protecção e conservação do meio ambiente é responsabilidade de todos	116

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Subsídios beneficiam mais as famílias que menos precisam de ajuda

Jornal Expansão

09 De Janeiro de 2015

Texto: David Rodrigues

Os subsídios a preços não criam apenas desvios e pressão orçamental, diz o FMI, que alerta para a 'injustiça' social que este esforço público acaba por gerar. Segundo o relatório entregue ao ministro das Finanças, "as famílias comparativamente mais abastadas consomem uma quota maior dos combustíveis. Aproximadamente 80% dos combustíveis refinados são consumidos pelos 40% mais ricos, enquanto apenas 7% são consumidos pelos 40% mais pobres".

"As famílias mais ricas também consomem a maioria dos bens e serviços que usam combustíveis como factores de produção, como as pescas e os transportes", explica, adiantando que, "devido ao seu intenso consumo, os agregados familiares abastados obtêm benefícios desproporcionais dos subsídios aos preços dos combustíveis".

"Comparativamente, as famílias abastadas consomem mais combustíveis, bem como bens e serviços que utilizam combustíveis subsidiados como factores de produção, do que as famílias mais pobres. Em termos globais, 77% dos subsídios aos preços dos combustíveis vão para as famílias 40% mais ricas", diz.

O 'guião', baseado em dados nacionais, divide a população em quintis (ver quadro 4), em função do rendimento. Os combustíveis têm maior peso nos gastos das famílias mais pobres (4,8% no quintil inferior, em média, por exemplo), mas nem por isso são estas que mais beneficiam dos subsídios.

Na gasolina, por exemplo, as famílias do quintil inferior são responsáveis por 11% do consumo (ver

quadro 5), mas só beneficiam de 2,7% dos subsídios (ver quadro 6). Em contrapartida, uma família no quintil superior de rendimentos é responsável, em média, por apenas 3,6% do consumo, mas beneficia de 51,1 % dos subsídios.

"Uma vez que os seus benefícios atingem desproporcionalmente as famílias mais abastadas, os subsídios aos preços são uma maneira ineficiente e cara de proteger os pobres", diz o FMI, sublinhando que "cada kwana de benefício recebido pelas famílias 20% mais pobres corresponde a 19 Kz recebidos pelas famílias 20% mais ricas". No caso da gasolina, "a distribuição é ainda mais distorcida cada kwana recebido pelos 20% mais pobres corresponde a 74 Kz recebidos pelos 20% mais ricos".

"Programas bem desenhados de redes de protecção social podem reduzir substancialmente esta fuga de benefício para os grupos com rendimentos mais elevados, para proteger melhor os agregados familiares pobres a um custo orçamental muito mais baixo", diz o documento, que sugere a criação de projectos-piloto, numa primeira fase, de transferências de rendas para as famílias mais pobres, à semelhança do que tem sido feito, com sucesso, noutros países.

Tal, contudo, implica a criação de estruturas e condições que permitam monitorar os apoios e garantir que chegam apenas a quem deles precisa. "As transferências monetárias dão aos beneficiários a flexibilidade de adquirir a quantidade e o tipo de produto que melhor atende às suas necessidades. Também eliminam a necessidade de envolvimento directo do governo na distribuição de combustíveis subsidiados às famílias, uma prática que muitas vezes é extremamente cara e sujeita a abusos", afirma o FMI

"Em países como Etiópia, Gana, Moçambique, Maurícias, Quénia, Ruanda e Zâmbia, as transferências directas de renda aos agregados familiares vulneráveis demonstraram ser um instrumento eficiente de alívio da pobreza", prossegue o documento, que dá conta do impacto dos aumentos sobre o rendimento das famílias.

"De modo geral, o efeito total da reforma dos subsídios aos combustíveis sobre o bem-estar é considerável e maior como quota do consumo total para as famílias com menor rendimento. Em média, os aumentos de preços necessários resultariam num decréscimo de 9% nos rendimentos reais das famílias", diz 'guião' (ver quadro 7).

O FMI estima que, de acordo com o plano apresentado, haja um impacto de 11% sobre a inflação, mas diluídos ao longo de seis anos. O agravamento do efeito inflacionista pode ser mitigado por contenção salarial e manutenção de preços de outros bens e serviços.

O FMI alerta ainda para outras desvantagens dos subsídios, nomeadamente o facto de criarem "incentivos para o contrabando, efectivamente financiando o consumo de combustível de baixo custo nos países vizinhos".

"Os subsídios criam ainda incentivos ao consumo excessivo e, por isso, pioram os congestionamentos e acidentes - os acidentes de trânsito são a segunda maior causa de mortes em Angola, depois da malária", lembra o organismo.

1.2 Relatório Social do CEIC destaca disparidade na distribuição da renda nacional

Semanário Económico

12 De Junho de 2014

Texto: Francisco Kangumba

Relatório Social produzido pelo Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola conclui que a falta de justiça na distribuição da riqueza contribui para o aumento do fosso entre pobres e ricos. De acordo com o investigador, Nelson Pestana Bonavena, que apresentou o documento, ontem, em Luanda, "o país passou a ser considerado país de rendimento médio superior e há um grande orgulho do Executivo em repetir constantemente isto.

Mas, a realidade é que o país continua a ser considerado pelas Nações Unidas como um país de baixo desenvolvimento".

O relatório indica que 63 por cento dos agregados familiares vivem em habitações com tecto de zinco e que mais de 55 por cento da população utiliza combustível sólido, como lenha, carvão, palha e papelão, embora Angola seja segundo maior produtor de petróleo da África subsariana.

Consta ainda que 61 por cento dos agregados familiares fazem apenas uma ou duas refeições por dia "no máximo", em função dos baixos salários, que

em termos médios se cifraram, em 2012, em cerca de 37 mil Kwanzas.

"Tem a ver com os fracos rendimentos das famílias. Há uma insistência numa política de baixos salários. Há um progresso do salário nominal mas por causa da erosão da inflação, e nomeadamente da inflação acumulada, esses salários são muito baixos em termos reais e não conseguem suprir as necessidades das famílias", explicou Nelson Pestana.

Suportado na recolha de dados em instituições nacionais e internacionais, o relatório recorda que o quadro de doenças predominantes em Angola continua a ser liderado pela malária (56 por cento dos óbitos por doenças), seguido de outras do foro respiratório.

Contudo, o Orçamento Geral do Estado de 2013 previa apenas 5,29 por cento para despesas com Saúde.

Em termos de Educação, o relatório social do CEIC destaca que em 2013, até aos cinco anos, frequentaram as escolas cerca de 567 mil crianças (de uma população estimada em 756 mil) e no ensino primário estavam matriculados mais de 5,1 milhões de alunos (para uma população estimada de 3,7 milhões), diferença que indicia um ajustamento na aprendizagem escolar.

Frequentavam o ensino secundário mais de um milhão de estudantes, praticamente um terço dos jovens com idades entre os 12 e os 17 anos. Já o ensino superior movimentou no ano passado 218.676 estudantes, num universo de mais de dois milhões de jovens com idades entre os 18 e os 22 anos.

Insuficiências estruturais

Por sua vez, o Relatório Económico realça que a economia angolana continua a sofrer de insuficiências estruturais que o próprio sistema bancário tem tentado ajudar através de assistência e apoio à formulação correcta de projectos de investimento que sejam bancáveis.

Segundo o documento, que faz menção à diversificação da economia, distribuição do rendimento nacional e as perspectivas de crescimento, a falta de competitividade de praticamente toda a economia petrolífera é um factor generalizadamente reconhecido não apenas pelas instituições internacionais, mas igualmente pelas nacionais vocacionadas para o apoio ao crescimento.

Com efeito, o montante global concedido à economia tem-se comportado de uma maneira muito aceitável, tendo atingido cerca de 33 mil milhões de dólares no

final de 2013. A taxa de crédito à economia comportou-se de uma forma ascendente e a sua dinâmica média de variação situou -se em 20 por cento por ano.

O sector de energia e águas continuou a ser em 2013 um dos principais obstáculos de uma retoma firme e continuada da actividade económica, dado o seu papel estruturante a montante de todo o funcionamento de produção.

As exportações continuaram a ser um dos mais importantes factores de crescimento da economia em 2013, com uma contribuição de um pouco menos de dois pontos percentuais para a taxa de crescimento de 4,1 por cento do Produto Interno Bruto, apesar do decréscimo verificado de 2012 para 2013. O seu valor em 2013 foi de 65.124 milhões de dólares contra 68.960 milhões de dólares em 2012, um decréscimo percentual de 5,6 por cento.

Ao fazer a apresentação do relatório, o economista Alves da Rocha referiu-se à queda registada no ritmo de crescimento da economia nacional, que ainda que existam e sejam aplicados instrumentos de protecção (pauta aduaneira) não é fechada, apesar de se tentar por diversas vias proteger. A economia angolana é aberta e bastante exposta àquilo que se passa no exterior nomeadamente no mercado internacional, referiu.

Sublinhou que o decréscimo da produção petrolífera vai influenciar de forma nítida na taxa de crescimento prevista no Plano Nacional de Desenvolvimento 013/2017.

Não que seja uma taxa de crescimento desprezível, (conseguir crescer a um ritmo de 4,5, ou 5, 5 por cento ao ano), mas nas condições de Angola, onde o objectivo é melhorar a distribuição do rendimento nacional, a taxa de crescimento é insuficiente, porque de acordo com as projecções demográficas do Instituto Nacional de Estatística a população está a crescer a uma taxa média anual de 3,2 por cento.

O que significa que, de acordo com o economista, se a taxa tendencial para o futuro (crescimento do PIE) for em torno de 5,5 por cento, o que restará para melhorar a distribuição do rendimento é muito pouco.

Referiu que os sectores estruturantes da diversificação da economia nacional estão a crescer a taxas mais baixas daquilo que seria o necessário.

Alves da Rocha apontou os sectores da construção, indústria transformadora, agricultura, pecuária e

florestas em especial o da agricultura familiar como chaves na diversificação da economia nacional.

O capítulo da distribuição do rendimento nacional, o economista é de opinião que esta iniciativa deveria ser melhor aplicada se houvesse alterações dos modelos que actualmente prevalecem na economia nacional de acesso a renda nacional.

Entretanto, sublinhou que até 2012 o principal factor de produção que beneficiava e beneficiou do crescimento económico foi o factor capital e não o factor trabalho.

O relatório, que contém 405 páginas, é lançado anualmente e é o resultado de 9 a 10 meses de investigação sistemática do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.

I.3 Governo angolano prejudica pobres e beneficia ricos

Jornal República

16 De Janeiro de 2014

Texto: Por João Diala

A subida do preço do combustível vem, mais uma vez, demonstrar a pouca preocupação e sensatez por parte do governo angolano em diminuir assimetrias e clivagem entre ricos e pobres angolanos.

Embora se reconheça que, do ponto de vista económico, a medida é necessária e importante, visto que subsidiar o combustível, principalmente a gasolina, é estritamente improdutivo sendo que outros sectores, como a Educação, a Saúde, e a Agricultura devem merecer mais oportunidades de investimentos cabimentados no Orçamento Geral do Estado.

Caricato é o governo angolano continuar com as benesses em vários sectores do Estado, tomando o Governo despesista, laxista em vez de igualitário. Angola volta a cometer os mesmos erros dos outros países, como Portugal em que o pobre paga sempre a factura.

É claro que quem vai pagar o combustível caro, será o povo pobre dos bairros desestruturados de Angola

e as pessoas que não têm como fazer relações beneficiárias com as instituições do Estado.

Como sempre, os beneficiários do Estado continuarão com as benesses, as melhores oportunidades para poder fugir este aperto na renda e no aumento da despesa da vida dos cidadãos angolanos.

São várias as instituições da função pública, responsáveis do Governo e do Estado angolano que se beneficiam de combustíveis de borla, sem gastar nenhum kwanza sequer. Beneficiam-se desta benesse, o que lhes possibilita viver bem e melhor que o resto da população pobre. Têm vários subsídios: alimentação, viagens, transporte e muitas outras ofertas que a maioria da população não tem, isto é, nem mesmo uma rua em condições para transitar ou caminhar na ida e regresso do trabalho para sua casa nos bairros pobres de várias cidades capitais de Angola, sem água canalizada, luz da rede, escolas próximas as localidades, serviços de saúde, etc.

Portanto, com a subida dos combustíveis, o Governo angolano prejudicou a maioria da população (pobre) que não tem benefícios do Estado, que sofrerá com as subidas dos preços da alimentação, dos transportes e dos serviços em geral.

Existe, em Angola, uma hierarquia do Governo com salários altíssimos e com benefícios inerentes do cargo que ocupa. São oferecidos carros de gama alta no valor superior a 50 mil dólares; contrariamente crianças e velhos, sem nenhuma ajuda do Estado, estão a deambular pelas ruas sem nenhuma protecção do Estado, mas sim com repressão policial. Refiro-me às "porradas e corridas" da polícia e fiscais da administração municipal àquelas pessoas que vendem para poder sobreviver. É uma desumanização e contra-senso total.

O Governo angolano deve ser mais igualitário, cortando nos despesismos e as gorduras do Estado. É sabido que a máquina fiscal angolana é inoperacional.

Aliás, sabe-se que o perdão fiscal elaborado pelo Governo angolano foi para beneficiar, mais uma vez, as pessoas (os mesmo como sempre) que são protegidas pelo Governo com políticas beneficiárias e do Orçamento Geral do Estado.

É de agitar ainda que a inoperância da máquina fiscal angolana vem, mais uma vez, beneficiar e proteger os angolanos que sempre se beneficiaram do poder instituído. Aliás, existe ainda em Angola, indivíduos responsáveis da administração pública que ficam com muitos impostos cobrados, algumas contas dos

depósitos dos pagamentos dos impostos continuam nos seus nomes particulares, sem que lhes aconteça absolutamente nada.

Temos, em Angola, um interessante que marca a tolerância e a inoperância da máquina fiscal: é a não-cobrança do imposto predial, ou seja, o Estado Angolano não taxa nem cobra impostos as casas de luxos com piscinas, condomínios, vivendas, terrenos vedados ou murados de grandes dimensões, facilitando e beneficiando os indivíduos que pertencem a mesma cor partidária e de governo.

Incompreensivelmente subiu o preço dos combustíveis, o que afecta directamente o angolano pobre, aquele que não tem nenhuma protecção, quer das políticas quer do próprio Governo angolano.

É importante que o Governo reconheça a maior necessidade do Povo e o satisfaça de maneira a proporcionar melhores condições de vida, resolvendo os problemas que mas afligem as populações dos bairros carenciados, assim como as valas de drenagem devido as ruas dos bairros que, até hoje, continuam sem estradas, em condições de circulação pedestre e automóvel, lixo em todos os lugares. Não existe nenhuma autoridade de governo nos bairros que preferencialmente indicam os locais apropriados para se fazer o depósito do lixo. Daí a desordem e balbúrdia.

A autoridade nos bairros é unicamente policial e para reprimir. Daí a revolta dos populares que defendem que: Porquê haver polícias nos bairros e nunca autoridade para governar e para ajudar? Toda esta problemática deve ser resolvida com maior brevidade possível, o governo deve dar mostrar que, de facto, também está preocupado com o povo, ou seja, dando mostra de trabalho, e não unicamente de discursos retóricos quando a causa é, de facto, resolver os problemas do povo.

O povo não quer muito, no mínimo arranjam as ruas dos bairros com máquinas de terraplanagem, também é uma forma de recompensar a subida dos preços dos combustíveis.

I.4 A pobreza e a riqueza da Nação

Novo Jornal

30 De Janeiro de 2015

Texto: Paula Cardoso

A FRIEZA DOS NÚMEROS - 20% da população concentra 60% do rendimento nacional e cerca de dois terços dos habitantes vivem com menos de dois dólares por dia - aquece com a troca de ideias, focadas na discussão sobre a "Igualdade de Oportunidades" em Angola.

"Temos verificado um significativo grau de desenvolvimento económico no país, mas infelizmente pouco ou mesmo nada se fala do Índice de Desenvolvimento Humano", lamenta Delma Monteiro, numa reflexão desenvolvida no âmbito da Semana Social, iniciativa conjunta da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e da organização Mosaiko - Instituto para a Cidadania.

"Podemos dizer que quem sente os benefícios do desenvolvimento económico (condição financeira) são na sua maioria homens, e quem sofre as consequências do fraco desenvolvimento humano são na sua maioria as mulheres (qualidade de vida)", nota a especialista, desafiada a debruçar-se sobre os desequilíbrios nacionais enraizados nas diferenças de género.

"Até que ponto homens e mulheres têm contribuído para o garante do desenvolvimento social? Até que ponto essa contribuição é efectiva, respeitada, reconhecida e estimulada?"

O exercício de questionamento, apresentado por Delma, conduz à constatação de que "existe em Angola uma discriminação institucionalizada da mulher", realidade facilmente com provável pela dinâmica doméstica.

"Desde cedo, as responsabilidades familiares precoces mantêm as meninas afastadas da escola", observa esta consultora para género edesenvolvimento organizacional, lembrando que a escola desempenha uma importância pilar "para o exercício da cidadania".

Auscultação na legitimação

Além dos desequilíbrios de género, a análise promovida pela Semana Social - que termina amanhã com uma reflexão sobre o papel da Igreja na promoção da igualdade -, tem incidido sobre o acesso aos recursos, à informação e à educação, subtema que promete monopolizar o programa desta sexta-feira, dia 30.

"O objectivo é contribuir para um debate nacional, de modo a influenciar políticas públicas no sentido de [favorecer] uma melhor distribuição da riqueza nacional e uma maior atenção às pessoas e comunidades mais carenciadas", adiantam os promotores na mensagem de divulgação do evento, que decorre nas instalações do Instituto Superior João Paulo II, em Luanda.

Chamado a pronunciar-se sobre "Políticas públicas de promoção da igualdade", Fernando Pacheco, engenheiro agrónomo e consultor independente, expôs ao Novo Jornal as linhas de força que marcaram a sua intervenção.

"Quando se fala de políticas de promoção de igualdade, tem de se questionar-se a igualdade é possível e, na minha opinião, a igualdade plena deve ser encarada como uma utopia", assinala o especialista.

Apesar de defender que as políticas públicas tendem a ser mais legitimadas quanto maior for o envolvimento de forças exteriores ao Governo - nomeadamente de outros partidos e da sociedade civil, Fernando Pacheco questiona a dinâmica nacional desse processo.

"Muitas vezes a auscultação não passa de um mero exercício de tentativa de legitimação de decisões que já estão previamente tomadas", alerta, sem esquecer a experiência com a mulher rural.

"Acho que não trouxe muitos benefícios, porque normalmente este tipo de iniciativas visam mais objectivos políticos do que a solução dos problemas concretos", explica o engenheiro e colaborador do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.

Para Fernando Pacheco, "o que permite a solução dos problemas não é a auscultação por si só, mas sim garantir que o diálogo passe a fazer parte da cultura política", permitindo a participação de todos.

Desenvolvimento com pessoas

"No meu entender é a falta de consensos que cria dificuldades para a definição de políticas públicas que se aproximem da igualdade", desencontro que tende a marginalizar sobretudo as mulheres e os jovens.

"Continuamos a pensar no desenvolvimento com estruturas, mas precisamos de pensar no desenvolvimento com pessoas", interpõe Delma Monteiro, que mantém o foco na urgência de promover a participação feminina em todas as áreas da sociedade.

"Fala-se de inclusão apenas em relação ao número de mulheres no Executivo quando as políticas públicas, os programas dos governos e o próprio orçamento contêm um viés de género", assinala a especialista, alargando a análise para além da política.

"O problema não se resume aos responsáveis políticos porque eles são produto da sociedade machista e patriarcal que possuímos. Precisamos de questionar os padrões sob os quais educamos os nossos filhos", acrescenta.

Nesse exercício, Fernando Pacheco antecipa soluções. "Enquanto não forem solucionados os problemas dos pobres, renunciando-se à autonomia absoluta dos mercados e atacando as causas estruturais de desigualdade, não se resolverão as disparidades que estão na raiz dos males sociais".

A antevisão mantém Angola presa à condição de terra de riqueza para uma minoria, enquanto a esmagadora maioria continua a definhar num deserto de oportunidades.

1.5 Semana Social debate políticas públicas

Jornal O OÁIS

30 De Janeiro de 2015

Texto: Afrodite Zumba

O coordenador do Observatório Político e Social em Angola, OPSA, Fernando Pacheco ao dissertar na V Semana Social, com o tema: "Políticas públicas de promoção da igualdade" disse que no país existem políticas públicas correctas pese embora não serem as melhores.

Justificou dizendo que importa serem assinaladas as negativas de modo a que sejam melhoradas ou eliminadas.

O conferencista disse ainda que com o Acordo de Paz assinado em 2002, surgiu a oportunidade de ser traçado e concretizado um projecto inclusivo, todavia a mesma foi perdida uma vez que não houve uma estratégia de conciliação e reconstrução em função da realidade concreta que o país vivia na altura.

Continuou explicando que na época o partido no poder elaborou a Agenda Nacional de consenso, porém a mesma "desapareceu" do léxico político angolano, dando mais abrangência aos aspectos do passado.

Na perspectiva de Fernando Pacheco a estratégia de reconciliação e Reconstrução Nacional não foram muito bem concebidas, visto que subalternizou-se o reforço de capacidades individuais e institucionais, pois que as infraestruturas tiveram mais relevância.

Prosseguiu dizendo que tais factos permitiram que o desenvolvimento do país se tomasse semelhante a ilhas "nós temos ilhas de bem-estar rodeadas por um oceano de mal-estar".

O orador disse ainda que esta realidade facilitou o crescimento da corrupção e a excessiva concentração de poder e recursos a nível central em prejuízo do desenvolvimento económico e social local.

Com o objectivo de justificar os seus argumentos, o prolector fez referência ao Programa de Habitação criado pelo partido no poder, MPLA, no âmbito da Campanha Eleitoral 2008-2012, que visava a construção de 1 milhão de casas, o qual lembrou que ainda está muito longe de ser concretizado.

Salientou ainda que quando o mesmo foi divulgado, havia oportunidade de se desenvolver a indústria de materiais de construção e a criação de mais postos de trabalho, todavia, verificou-se que as residências, foram construídas fundamentalmente com material importado, e o modelo implementado não corresponde a determinados aspectos sociais e culturais da realidade angolana. O palestrante frisou também que pelos motivos acima citados, não foi possível potencializar a indústria de materiais de construção e de multiplicar o número de empregos.

Disse ainda que o sector da agricultura que deveria contribuir para a solução do problema alimentar da população e gerar mais postos de trabalho' tem recebido cada vez menos rendimentos do Orçamento Geral do Estado, OGE.

Fernando Pacheco aconselhou ainda que a modalidade de Basquetebol fosse amplamente divulgada na província do Cunene e no sul da Huíla onde existem indivíduos de estatura alta, propícia a este desporto, uma mais-valia grandiosa.

" A selecção angolana de basquetebol é detentora de títulos africanos na categoria, e só não cresce mais porque não tem indivíduos muito altos, porquê que não se investe mais neste desporto no interior do país", questionou.

O conferencista realçou também que o papel desempenhado pela Comunicação social não tem sido positivo' porque a seu ver, a mesma tem propagado a intolerância, omite factos, desvirtua realidades, o que não contribuí para a reconciliação.

Nesta senda, Fernando Pacheco afirmou que para que as lacunas existentes nas políticas públicas sejam ultrapassadas, é necessário que seja percorrido um caminho de diálogo, juntamente a criação de projectos inclusivos que criem empregos a fim de que os cidadãos aproveitem melhor as suas oportunidades.

Concluiu dizendo que qualquer política pública deve garantir a segurança das pessoas, e não podem ser feitas promessas através de propagandas, porque caso as mesmas não forem cumpridas, retiram a confiança do povo, tornando-se mais difícil que ele se envolva em projectos construtivos no futuro.

Desigualdades económicas reforçam o poder político desigual

O frei Mário Rui ao expor o texto de Alfredo Bruto da Costa, que esteve ausente por motivos de saúde, disse que de acordo com este autor, a desigualdade tem dois aspectos distintos que merecem atenção na medida em que a situação relativa onde " A tem mais do que B", pode reflectir uma situação de injustiça, mas também pode demonstrar significados qualitativos.

Disse ainda que a desigualdade implica que um viva na abundância e o outro não tenha o suficiente para viver, ou seja, é pobre. Ao citar o relatório do Banco Mundial do ano 2006, o professor Bruto da Costa enumerou diferentes tipos de desigualdades, como sendo, políticas, económicas e socioculturais que interagem entre si e modelam as instituições e as regras da sociedade.

Proseguiu explicando que o modo de funcionamento das instituições marcadas pelas desigualdades, afectam as oportunidades e o modo de prosperar das pessoas, bem como as assimetrias de oportunidades económicas também interferem na desigualdade política uma vez que ambos estão intrinsecamente ligados.

O especialista reconheceu também que o tema em análise, durante décadas, tem constituído preocupação para estudiosos e instituições mundiais e actualmente, nota-se cada vez mais interesse dos membros de distintas áreas da sociedade na apresentação de soluções visando a sua resolução efectiva.

Participantes satisfeitos com a iniciativa

A assessora do Tribunal Constitucional de Luanda, Rosa Guerra em entrevista a o PAÍS frisou que o evento é de crucial importância não só para aqueles que estão a participar do fórum mais para o país em si.

Ao fazer uma análise do tema " igualdade de oportunidades", a nossa interlocutora disse que a mesma já se evidencia, apesar de não ser de forma ampla e para todos, e espera que com os diferentes contributos, se promova uma maior divulgação sobre a sua importância e os seus benefícios.

O Estudante Gabriel Antónia salientou que está deveras bastante satisfeito coma iniciativa da CEAST e da Mosaiko, urna vez que poderá fortalecer os seus conhecimentos de modo a preparar-se melhor para a sua futura actividade profissional na esfera da assistência de serviços sociais.

A Semana Social é um espaço de estudo, reflexão e debate aberto em torno de um tema socialmente relevante para ajudar os cristãos e não só a tomarem consciência das suas responsabilidades sociais.

A V edição deste evento, visa contribuir para um debate nacional sobre a questão da "Igualdade de oportunidades" em Angola, a fim de influenciar nas políticas públicas sobre melhor distribuição da riqueza nacional e a atenção às pessoas assim como comunidades mais carenciadas.

O presente ano serão ainda estudadas a "igualdade de acesso aos recursos, bem como a no acesso a informação e a educação, e o papel da igreja na promoção da igualdade".

Este fórum é realizado quadrienalmente desde 1999, cuja primeira edição debruçou-se sob o lema: "Educação para uma Cultura da Paz", ao passo que a segunda foi realizada em 2003 na égide o tema "O Cidadão e a Política" enquanto que a terceira foi realizada em 2007 com o tema "Justiça Social" e a quarta sido realizada em 2011 visando o tema "Democracia e Participação". Participam do evento autoridades eclesiásticas, membros de partidos políticos e do corpo diplomático assim como distintos cidadãos, nas instalações do Instituto de Ciências Religiosas de Angola, ICRA, das 09h às 17h00.

I.6 Criados 300 mil postos de trabalho num ano

Jornal de Angola

31 De Janeiro de 2014

Texto: Fula Martins

O ministro da Administração pública Trabalho e Segurança Social, António Pitra Neto, anunciou, em Caxito, que no ano passado foram criados 306.957 novos postos de trabalho nos sectores primário, secundário, terciário e nos serviços públicos.

Pitra Neto informou que o sector do Comércio, do número total, criou 32 por cento dos empregos, a Energia e Aguas 22 por cento e os Transportes 15 por cento. Os números do mercado de emprego apontam para 371.957 agentes e funcionários Civis em 2014, sendo 64 por cento do género masculino e 36 do feminino, nos órgãos e serviços da administração central (11,6 por cento) e locais (88,4 por cento).

O ministro Pitra Neto esclareceu que os sectores da função pública onde mais se vincularam quadros efectivos são os da Educação (54 por cento) e Saúde (14 por cento). A Escola Nacional de Administração, no cumprimento dos objectivos definidos no Plano Nacional de Formação de Quadros, ministrou 229 cursos e organizou dez conferências temáticas, com a participação de 4.619 agentes administrativos, funcionários públicos e trabalhadores de empresas. Pitra Neto informou que estão em funcionamento os Centros Locais de Empreendedorismo e Serviços de Emprego em Benguela, Cabinda, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Huambo, Huíla Malanje, Moxico e Uíge.

"No âmbito das suas actividades, os Centros Locais de Empreendedorismo e Serviços de Emprego em parceria com o Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas realizaram acções de formação e sensibilização a 4.465 estudantes e alunos de diversos estabelecimentos de ensino em diferentes províncias. Formaram 1.365 jovens em matéria de empreendedorismo", salientou ministro Pitra Neto. Durante ano de 2014, a Inspeção-Geral do Trabalho realizou inspecções a 6.914 empresas, tendo abrangido um universo de 204.785 trabalhadores nacionais e 24.653 estrangeiros. Entre estes, 5.852 são residentes e 155 não residentes. Constam ainda 101 menores submetidos a trabalho forçado, nas províncias do Namibe e do Cuando Cubango. Pitra Neto acrescentou que, além das inspecções realizadas, foram detectadas 24.040 infracções à legislação laboral, sendo 48 por cento no sector do comércio, 20 por cento no sector de serviços, 13 por cento na indústria, 9, 0 por cento na construção e 6,0

por cento na hotelaria, restauração e turismo. Foram efectuados o registo de 1.270 casos de acidentes de trabalho, tendo causado 775 lesões leves, 461 graves e 34 fatais, sendo os ramos de actividade com maior taxa de sinistralidade laboral os da construção com 44 por cento, indústria com 21 por cento e transportes com 8,0 por cento.

"Os conflitos entre empregadores e trabalhadores, como despedimentos sem justa causa, atingiram os 7.538 pedidos de intervenção e 13.682 conselhos técnicos", sublinhou o ministro. Angola tem 555 unidades formativas, entre centros de formação profissional, unidades móveis e pavilhões de artes e ofícios, públicos e parcerias público-privadas.

O ministro Pitra Neto disse que no quadro do Sistema Nacional de Formação Profissional foram formados 53.592 jovens, sendo 26.573 em 2013 e 27.019 em 2014.

Acrescentou que 27.019 formandos concluíram com êxito o ciclo formativo da responsabilidade do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional, dos quais 7.489 são do sexo feminino.

O ministro da Administração Pública Trabalho e Segurança Social assegurou que entraram em funcionamento os pavilhões ocupacionais de prestação de serviços nas províncias de Cabinda, Malanje e Luanda, envolvendo 141 profissionais nas áreas de mecânica, pintura auto, artes e carpintaria.

O ministro Pitra Neto informou que no ano passado a rede dos Serviços Integrados de Atendimento ao Consumidores atendeu mais de três milhões de cidadãos e empresas. António Pitra Neto disse que estão inscritos no Sistema Nacional de Segurança Social 1.288.899 segurados, 98.287 pensionistas e 95.547 contribuintes.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Pequenas empresas têm financiamento para crescer

Jornal de Angola

21 De Janeiro de 2014

Texto: João Dias

O Fundo Activo de Capital de Risco Angolano quer firmar o seu apoio ao crescimento e organização das micro, pequenas e médias empresas angolanas num claro chamamento à inovação e ao desenvolvimento, numa altura em que o contexto macroeconómico apela à criatividade e ao arrojo.

A afirmação é o presidente do conselho de supervisão do Fundo Activo de Capital de Risco Angolano, que anunciou, ao *Jornal de Angola*, a existência de 25 mil milhões de kwanzas para apoiar as micro, pequenas e médias empresas angolanas. O valor é disponibilizado às empresas gradualmente para financiar todos os sectores da economia, excepto o mineiro, imobiliário e construção civil.

Sérgio Eduardo Serrão disse que fundo pretende que as micro, pequenas e médias empresas angolanas tenham o potencial para inovação e façam negócios de sucesso, desenvolvendo grandes oportunidades, produtos, tecnologias inovadoras ou "know-how" fundamentais para o mercado angolano. Com isso, o fundo pretende também levar as empresas a criar emprego e mais-valias para o país.

Inovação

O fundo oferece uma nova plataforma de investimento e oportunidade que permita explorar o vasto mercado nacional, quer através da expansão de negócios já existentes, quer com o surgimento de novas iniciativas. Sérgio Eduardo Serrão deu explicações exaustivas sobre as vantagens do fundo que, criado em 2012, pretende olhar para organização e capitalização das micro, pequenas e médias empresas angolanas em todo o país.

O responsável reconheceu o baixo nível de gestão das micro, pequenas e médias empresas angolanas, em muitos casos, por serem de matriz familiar. Daí que a intervenção do fundo seja também para mudar esse cenário, quer com a injeção de capital à nova empresa, quer com a definição de uma filosofia de gestão partilhada, que nem sempre é bem encarado.

"Esta é a dificuldade com que nos defrontamos, mas já estamos a reverter a situação", disse, esclarecendo que o fundo não realiza empréstimos à semelhança dos bancos, mas injecta capital à pequena ou média empresa e torna-se sócio da empresa que solicita a sua intervenção, desde que se encaixe nas suas condições de financiamento.

O presidente do conselho de supervisão do Fundo Activo de Capital de Risco Angolano assegura que a participação na gestão e no capital da empresa é temporário, fazendo entre três e sete anos. "No fim de um mínimo de três anos ou de sete, no máximo, saímos da empresa e libertamos a nossa participação. Não se trata de um empréstimo bancário. É diferente, pois o banco cede o valor e o empresário faz o que entender. Com o financiamento do Facra, o procedimento é outro. A nossa participação é de capital, não cobramos juros, corremos os mesmos riscos e participamos na gestão da empresa", disse.

Os resultados começam a revelar-se frutíferos mesmo com a falta de cultura dos empresários para este tipo de fundo.

Sérgio Serrão fala em dezena o número de empresas em que o fundo investiu. "Já analisamos vários pedidos e alguns foram aceites, mas outros precisam de algum amadurecimento", sublinhou Serrão Serrão.

Fórum de investimento

O fundo é considerado activo por participar directamente no capital da empresa e sempre que intervém numa empresa fá-lo na qualidade de sócio. "Não cedemos empréstimos. Actuamos como investidor. Se determinada empresa solicitar a nossa intervenção, nós, o Fundo Activo de Capital de Risco Angolano, tornamo-nos sócios da empresa, participando na gestão da própria empresa", disse, acrescentando que o fundo é também de risco por ser aplicado em empresas novas, cuja viabilidade nem sempre corre da melhor forma.

O Fundo de Activos de Capital de Risco Angolano, criado em 2012 à luz de um Decreto Presidencial, vai ser realizado amanhã, altura em que é instituído formalmente um fórum de investimento, que pretende, de modo abrangente, elucidar sobre os seus propósitos e desafios aos empresários, corpo diplomático, entidades do sistema financeiro e de outros sectores fundamentais, com realce para Agricultura e Comércio.

"O objectivo é divulgar os nossos propósitos e darmos a conhecer ao mercado, pois muita gente não sabe que existe esse fundo e muitos o interpretam mal e outros que pensam que o fundo concede

empréstimos, tal como os bancos. Esse fórum visa explicar de modo exaustivo sobre o que pretendemos e quem somos", referiu presidente do fundo.

Contexto macroeconómico

Sérgio Eduardo sublinhou que, no actual contexto macroeconómico, Fundo Activo de Capital de Risco Angolano é mais um instrumento que o Executivo pôs à disposição da economia nacional em atenção e protecção das pequenas e médias empresas, não só para as tornar melhor capitalizadas, mas também para as transformar em empresas grandes e organizadas.

"Por vezes, as empresas vendem uma embalagem que não têm. Não tem contabilidade organizada e tudo isso complica.

O fundo é também um apelo a transparência na gestão da empresa", realçou.

O Fundo de Activo de capital de Risco tem duração de dez anos e mais cinco prorrogados, perfazendo 15 anos. A perspectiva é boa e é fundamental que seja bem aproveitado pelos empresários em prol de uma economia mais diversificada.

2.2 Crédito Agrícola retomado este ano

Jornal de Angola
23 De Janeiro de 2015

O Governo Provincial do Bié pretende retomar o programa de "Crédito Agrícola de Campanha" ainda este ano, paralisado há mais de três, garantiu o director da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

Segundo Marcolino Rocha Sandemba, o programa prevê contemplar mais de 300 famílias camponesas da região, "numa altura em que o país necessita de diversificar a economia com a aposta na agricultura". A ideia, segundo a fonte, consiste em potenciar os agricultores da região com mais inputs agrícolas, entre os quais gado de tracção, charruas e outros instrumentos de trabalho.

Na presente campanha agrícola foram cultivados mais de 1.600 hectares de terras aráveis mecanizados nos municípios do Cuito, Camacupa, Cuemba, Catabola, Cunhinga, Chitembo, Andulo, Nharêa e Chinguar. O Crédito Agrícola de Campanha é um programa de financiamento instituído pelo Executivo, de apoio à agricultura, envolvendo o Banco de Poupança e Crédito, de Comércio e Indústria, Sol e Africano de Investimentos Micro Finanças. O compromisso inicial de crédito assumido

pelos quatro bancos foi de 120 milhões de dólares (cerca de 12 mil milhões de kwanzas), a que se somam os 30 milhões de dólares (cerca de três mil milhões de kwanzas) reservados para a concessão de créditos de apoio ao escoamento dos produtos agrícolas produzidos pelos beneficiários do crédito de campanha. Ao todo, são 150 milhões de dólares (cerca de 15 mil milhões de kwanzas) de Crédito Agrícola de Campanha com taxas de juros bonificados e prazos de reembolso mais extensos. Desde a sua criação, os quatro bancos gestores do crédito agrícola de campanha, nomeadamente o de Poupança e Crédito (BPC), o Sol, o de Comércio e Indústria (BCI) e o Africano de Investimentos (BAI Micro Finanças) concederam já créditos a 11.974 camponeses nos primeiros quatro meses de actuação, num montante de cerca de dois mil milhões kwanzas, o equivalente a 20 milhões de dólares.

O montante foi distribuído pelos camponeses das províncias do Huambo, Bié, Huíla, Benguela, Bengo, Malanje e Luanda.

2.3 Banca. Crédito malparado eleva risco de insolvência dos bancos com capitais públicos

Jornal Agora
30 De Janeiro de 2015
Texto: Miguel Daniel

Os gestores da banca pública, nomeadamente os bancos de Poupança e Crédito (BPC), Comércio e Indústria (BCI), Comercial Angolano (BCA) e o de Desenvolvimento de Angola (BDA), solicitaram ao Governo, como accionista principal destas instituições, a injeção de mais capital, para fazer face aos desafios que o mercado apresenta, relativamente à queda do preço do petróleo e à elevada carteira de crédito mal parado.

Os primeiros efeitos estão a ser sentidos no BPC que, como resposta ao silêncio das autoridades, suspendeu os seus produtos de crédito, salário antecipado, crédito social para empresas e automóveis, até Março próximo.

A medida, de acordo com fonte contactada pelo Agora, visa reduzir o risco de uma possível insolvência resultante da crise da queda do preço do petróleo no mercado internacional.

A mesma fonte lembrou que não se trata da primeira vez que os gestores dos bancos públicos detidos pelo Estado solicitam uma injeção de capital, o que,

segundo a mesma, o pedido está em vias de ser implementado, com a emissão de Títulos do Tesouro.

"Os recursos a serem injectados virão do mercado secundário da dívida pública, que já tem garantias do Ministério das Finanças. Mas, o facto só acontece com a abertura da Bolsa da Dívida de Valores de Angola (BODIVA)", afirmou.

Adiantou, igualmente, que o grito de socorro pode estender-se para mais dois fundos detidos pelo Estado, o que, conforme ela, a ser verdade, evitaria a tão anunciada privatização dos bancos detidos pelo Estado.

"Em sede da privatização, o Governo optou por injectar mais capitais para dinamizar o segmento bancário", referiu, sem avançar o montante que cada banco receberia, mas fontes ligadas ao processo aventam a hipótese de que aquele banco necessita pouco mais de 100 mil milhões de kwanzas.

Para dinamizar a banca pública, prosseguiu, o Executivo contratou uma consultora que se vai encarregar do diagnóstico e de definir o plano de transformação deste segmento financeiro de âmbito nacional.

Recordou, por outro lado, que é uma operação idêntica que terá salvado o BPC há cerca de dois anos de uma insolvência, uma posição defendida, recentemente, pelo presidente do conselho de administração (PCA) do Banco Comercial Angolano (BCA), segundo a qual não seria oportuno vender os bancos naquelas condições.

De acordo com o patrão do BCA, a situação agudizaria o já difícil processo de aquisição de empréstimos junto deste segmento bancário, fruto da desonestidade dos clientes que não honram com os seus compromissos de reembolsar os valores emprestados.

"Existe uma lista enorme que contempla nomes sonantes de entidades colectivas e singulares, que há mais de três anos não devolvem o dinheiro, tendo forçado já o banco a avançar com alguns processos em tribunal", revelou, sem mais detalhes.

No ano passado, por altura de uma conferência realizada pela Associação dos Industriais de Angola (AIA), o PCA do BCI lamentou a 'maka' do crédito mal parado que apoquenta a instituição que dirige e muitas empresas do Estado.

ESTUDO. Há três anos, o sector bancário nacional registou um crescimento que lhe permitiu posicionar-se entre os 100 melhores bancos do continente, por

ter apresentado um capital activo positivo e uma rentabilidade aceitável.

Segundo a revista 'African Business Magazine', as instituições financeiras, sobretudo a banca nacional, continuariam a crescer, registando um aumento de 18,3% em números de balcões, 9,2% na força de trabalho e 20,6% em activos, o que aumentaria o produto bancário em 13,3%.

A publicação previa, igualmente, que o rácio de solvabilidade dos bancos teria atingido 18,74%, contra os 10% exigidos pelo BNA, entidade reguladora do sistema financeiro nacional, o que viria comprovar uma estabilidade do mercado.

De realçar que os especialistas apontavam ainda para um decréscimo nos resultados líquidos na ordem dos 2,0%, influenciado pelo menor crescimento da margem financeira. Com uma cota de mercado liderado pelos quatro maiores bancos, nomeadamente, o BAI, o BPC, o BIC e o BFA, sem esquecer o BESA, este ultimo, já recapitalizado, passou a designar-se Banco Económico.

De acordo com o BNA, 60% do crédito vencido está relacionado com a actividade comercial, imobiliária e particulares.

INSTABIUDADE. A imprensa angolana tem vindo a publicar, nos últimos dias, notícias referentes às restrições, nos bancos comerciais, na movimentação de divisas, apesar do avisado BNA.

O BFA está a enviar aos clientes mensagens, explicando que as restrições derivam do "actual quadro cambial" e que, neste cenário, não é possível fazer pagamentos através dos cartões de crédito, nem reforços de plafond.

o cenário tem provocado especulações e preocupações junto dos cidadãos e é agravado pelo facto de as empresas não conseguirem fazer pagamentos ao exterior.

Angola continua a ser um país fortemente importador de bens de primeira necessidade, e estas restrições podem causar, no futuro próximo, quebras de abastecimento e falta de produtos vindos do estrangeiro.

Recuperação de créditos. Uma unidade central de recuperação de crédito afecta à direcção de riscos do BPC foi criada este ano, em Luanda, com o objectivo de readquirir valores a título de empréstimos a particulares em todo o país.

A medida teria sido apresentada pelo PCA do BPC, Paixão Júnior, à saída do 11 encontro alargado da

área comercial daquela instituição bancária, em finais do ano transacto.

Paixão Júnior considerou salutar a criação desta unidade que vai permitir recuperar o crédito de mora junto dos seus clientes, tendo garantido expandir o serviço em todo o país.

"A unidade de recuperação de crédito na região Sul de Angola (Huíla, Cuando Cubango, Namibe e Cunene) tem feito um trabalho excelente e está a retomar muitos empréstimos que, à partida, eram considerados créditos de mora".

Emissão de Títulos. O Ministério das Finanças já foi autorizado a emitir cerca de 677,76 mil milhões de kwanzas em títulos de dívida pública, para financiar o OGE para este ano, de acordo com dados a que o Agora teve acesso.

O OGE 2015 prevê a emissão de 1.400 mil milhões em títulos de dívida pública, nomeadamente Obrigações do Tesouro (OT) e Bilhetes do Tesouro (BT). Foi, igualmente, autorizada a emissão de 480,16 mil milhões de kwanzas em OT e 197,6 mil milhões de kwanza sem BT.

As emissões de OT serão efectuadas em moeda nacional e colocadas através de leilões, tendo os títulos o valor nominal indexado à taxa de câmbio do dólar. Em contrapartida, estão na sua globalização autorizadas oito emissões, das quais a que apresenta maior valor está destinada à regularização dos atrasados, com 147 mil milhões de kwanzas.

O Fundo de Apoio e Desenvolvimento Agrário (FADA), o BPC, BDA; o Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) e o BCI serão os destinatários da emissão directa de OT em moeda nacional, num montante máximo de, 2,5 mil milhões de kwanzas.

Em contrapartida, foram ainda autorizados cerca de 27 mil milhões de kwanzas, mais 27,44 mil milhões de kwanzas, 1,5 mil milhões e 4 mil milhões de kwanzas, o que totaliza um montante de 62,44 mil milhões de kwanzas, destinado à capitalização destes segmentos, com uma taxa de juro indicada de 5%.

Está, igualmente, autorizada a emissão de BT até ao montante máximo de 402,5 mil milhões de kwanzas em regime de leilão de peças semanal.

As emissões para a capitalização dos bancos públicos - BDA, BCI e BPC - estarão relacionadas com os resultados do exercício de Avaliação da Qualidade dos Activos (AQA), ordenada pelo BNA, na sequência do 'caso BESA'.

ENDIVIDAMENTO. No âmbito do plano anual de endividamento e dos limites autorizados pelo titular do poder executivo e por despacho presidencial, foram publicados, em Diário da República, os decretos executivos e os despachos do ministro das Finanças, criando condições para o início das emissões de operações mobiliárias do Tesouro Nacional, no quadro do Plano de Endividamento para 2015.

Assim, perspectivou-se, para esta semana, a realização de quatro leilões do Mercado Primário para a colocação de Bilhetes de Tesouro (BT), Obrigações de (OT).

Destaca-se o facto de a colocação das OT poder satisfazer os desígnios dos aforradores que pretendem proteger as suas poupanças de flutuações na taxa de câmbio, conferindo no resgate o mesmo valor equivalente aos dólares americanos na data da aplicação.

O BNA reabrirá o balcão de operações destinado ao público, permitindo aos cidadãos acederem com facilidade aos produtos financeiros.

BFA, O PRIMEIRO NA BODIVA. O BFA tornou-se, desde segunda-feira, 26, no primeiro associado de negociação da Bolsa da Dívida de Valores de Angola (BODIVA), estatuto que lhe confere a possibilidade de actuar nos mercados regulamentados em nome próprio e como intermediário na execução de ordens de terceiros.

Com esta adesão, fica activado o Mercado de Registos de Títulos do Tesouro (MRTT), inaugurado no dia 19/12/14, que consiste na possibilidade de os portadores destes títulos, previamente adquiridos ao Estado, procederem à sua alienação junto de instituições bancárias e registo na BODIVA.

O registo na BODIVA facilita o acesso à mesma informação, o que permite a total transparência de preços para quem pretenda repassar Títulos do Tesouro.

De acordo com a informação a que tivemos acesso, assim fica garantida a segurança jurídica e legítima das virtualidades dos mercados de valores mobiliários, de todos os intervenientes, uma vez suprimidas as assimetrias de informação.

A BODIVA é a sociedade gestora de mercados regulamentados, responsável pela implementação do ambiente de negócios que torna possível a transacção, em mercado secundário, de títulos do tesouro, obrigações corporativas, acções, unidades de participação de fundos de investimentos e outros valores mobiliários".

2.4 Poupanças nas famílias

Jornal Republica

30 De Janeiro de 2015

E indispensável, nesta fase que o país está a atravessar, as famílias fazerem um sacrifício de gestão, reduzindo os gastos e poupar mais os recursos que temos. Desta forma será possível contornar os efeitos negativos da crise", aclarou.

O economista perspectivou, também, uma subida da inflação, por causa do aumento da procura de divisas estrangeiras, o que, na sua opinião, poderá concorrer para a ascensão dos preços dos produtos nos mercados.

Jeremias Piedade Chissanga disse que a poupança é, em termos económicos, a parcela da renda que não é gasta no período em que é recebida e, por consequência, é guardada para ser usada num momento futuro.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Armazéns grossistas retirados do centro urbano

Jornal de Angola

09 De Janeiro de 2015

Texto: Natacha Roberto

Os operadores de comércio grossista têm até 20 de Agosto para deixarem de comercializar produtos no centro da cidade de Luanda, anunciou ontem a ministra do Comércio.

Rosa Pacavira, que anunciou a medida do Executivo durante uma reunião com os proprietários dos armazéns e câmaras frigoríficas instalados na zona urbana, informou que o distrito do Sambizanga (zona do Cine São Paulo, arredores do antigo mercado do Roque Santeiro e Ngola Kiluanje) é o primeiro local de onde, em colaboração com a Polícia Económica, são retiradas, de forma pacífica, todos os estabelecimentos comerciais grossistas.

"Se, no fim do prazo (20 de Agosto), os grossistas não retirarem os seus produtos dos armazéns e câmaras frigoríficas do centro da cidade, vamos fazê-lo de forma compulsiva", alertou a ministra.

A partir de Fevereiro, as acções estendem-se na zona da Terra Nova (nas Pedrinhas), onde existem vários estabelecimentos privados no bairro Kífica, e reorganizam o Mercado do Trinta. "Retiramos todos os produtos nos armazéns da zona do Kífica, de proprietários chineses, e depositamos nas naves do centro de logística de Viana", aclarou.

Os operadores grossistas devem transferir os seus armazéns e câmaras frigoríficas para o Centro de Logística e Distribuição (CLOD) de Viana, onde existem condições apropriadas para operarem de forma organizada. "Queremos que os comerciantes instalem os seus produtos no centro de logística com áreas específicas para cada tipo de actividade, entre as quais espaços de comércio a grosso de frescos e outros bens", disse a ministra.

Cantinas SÓ para nacionais

A ministra do Comércio pediu aos responsáveis do grupo empresarial a investirem em lojas de proximidade no centro da cidade, onde vão poder desenvolver o comércio dos seus produtos a retalho. "Temos um projecto de construção de um edifício de seis andares no centro da cidade, onde pretendemos

instalar lojas de proximidade e escritórios para os grupos empresariais interessados", informou ontem a ministra Rosa Pacavira.

O Ministério do Comércio realiza na segunda-feira em Luanda um seminário sobre quota de importação. Destinado aos operadores do comércio precário, a acção formativa visa retirar o domínio das cantinas por estrangeiros.

A lei do comércio em Angola estabelece a actividade da venda a retalho como exclusiva aos cidadãos nacionais. Rosa Pacavira apelou para os operadores investirem na construção de uma cadeia de logística a retalho no centro da cidade, com vista a venderem os seus produtos.

"Neste momento, o grupo Angoalissar está a criar a sua rede de lojas denominada AngoMart, enquanto o Mega monta os pequenos estabelecimentos comerciais Bem Me Quer", indicou Rosa Pacavira.

A medida visa requalificar a actividade comercial na cidade de Luanda, com base numa parceria privada, instalando lojas em rés-do-chão, primeiro andar e, nos demais andares, escritórios e residências.

Quando os empresários estiverem organizados no Centro de Logística e Distribuição é possível garantir melhor qualidade ao consumo de produtos alimentares e melhorar o comércio no país. "No centro de logística estão instaladas 16 empresas, tais como o Continente, Macagrupo e o Jumbo. Queremos que todos se juntem a estas empresas no centro", sublinhou. Além do Centro de Logística e Distribuição, estão identificados espaços na Barra do Kwanza e Icolo e Bengo, em colaboração com o Governo Provincial do Bengo. "No âmbito da reorganização do comércio formal e informal em Luanda, os centros abastecedores desempenham um papel preponderante para normalizar o comércio dos produtos", salientou.

No CLOD estão instaladas câmaras frigoríficas para a conservação de produtos perecíveis como carne, peixe, verduras e outros produtos alimentares. Outras naves vão servir para a recepção, lavagem e calibragem de produtos, para os comerciantes os levarem para a cadeia de logística a retalho no centro da cidade de Luanda.

O CLOD possui 258 hectares, 40 dos quais concedidos a empresas privadas grossistas que operam no centro de Luanda.

O CLOD beneficiou de um financiamento espanhol para a construção de câmaras frigoríficas, sob supervisão do Ministério do Comércio.

A construção do centro de logística constitui o espaço intermédio entre os grossistas e os retalhistas dos grandes centros de consumo. Se os produtores e comerciantes de diversas províncias depositam os produtos no CLOD, os retalhistas adquirem nele os bens para serem comercializados nos grandes centros de consumo, como Luanda, Benguela, Huambo e Lubango. A primeira fase do CLOD de Luanda foi executada em 2009 e 2010 e visou a construção de quatro naves destinadas à conservação de produtos alimentares e diversos.

3.2 AMOTRANG controla mais de trezentas mil kupapatas

Jornal República

16 De Janeiro de 2014

Bento Rafael, presidente da AMOTRANG, disse que a associação é legal, uma vez que consta no Diário da República, 3.a série, n.º 130, onde estão publicados os seus estatutos. Portanto, estão bem. Agora, estão na actividade de moto táxi no país. É uma novidade para os angolanos, sobretudo para aqueles que estiveram durante muitos anos a servir a Pátria militarmente nas ex-FALA e FPLA.

Ainda aquele responsável disse que, com o surgimento da paz, e, sobretudo, com a vinda dos guerrilheiros das mais variedades localidades, vieram para os pontos de comercialização. Referimo-nos aos mercados que iniciaram a fazer o trabalho de roboteiros e, a seguir, evoluíram para os meios motorizados. Começaram a exercer os serviços de transportes de mercadoria e, até mesmo, de pessoas, isto é, usando as motorizadas. Passou-se, então, de raboteiro para o serviço de moto táxi.

Ora, começou a existir essas actividades aos poucos, o número foi subindo. Hoje, já não só há aqueles antigos militares a fazer o serviço, mas também milhares de jovens a exercer esta actividade, que é fruto da inexistência dos outros serviços.

"Hoje, nós a Associação, já temos cadastrados mais de trezentas mil pessoas a exercerem os serviços de moto táxi.

Esses números não são reais, porque o número é muito mais alto. Ainda existem determinadas localidades, outros não estão cadastrados na Associação. Por essa razão, fomos fazer contacto com o Ministério do Território, sobretudo nos apoios institucionais para podermos atingir todas as localidades do país e podermos fazer um

levantamento exacto daqueles que exercem essa actividade", disse.

Bento Rafael salientou ainda que associação vai resolver um outro problema, que é de dar formação, porque a associação reconhece que uma parte dessas pessoas exerce actividade de moto táxi sem conhecimento das regras de trânsito. Depois, são condutores. Têm estado a conduzir, e não passaram por uma sala para aprender as regras de trânsito. Muitos deles não conhecem as regras.

Sendo assim, a Associação tem de andar atrás das pessoas com vista a dar conhecimentos sobre regras de trânsito de modo a ver reduzida os acidentes, uma vez que, boa parte dos acidentes que tem ocorrido, é colisão de motos. Este facto deve-se, entre outras razões, ao fruto do desconhecimento das regras de trânsito por parte daqueles que conduzem.

Por esta razão, tiveram de pedir apoio institucional ao Ministério do Território com o intuito de ir a todas as províncias, todos os municípios e comunas onde registam-se movimento de moto táxi. Segundo Bento Rafael, a Associação tem estado a visitar o país.

A AMOTRANG, em cooperação com a Polícia de Viação e Trânsito, realizaram, no ano passado, inspecção a mais de três mil motorizadas a custo zero e aberturas de contas do Banco de Micro Finança com apenas cem, segundo Bento Rafael.

3.3 Medida grossistas contra transferência para os pontos de entrada da cidade

Jornal Agora

16 De Fevereiro de 2014

Texto: Miguel Daniel

A desactivação dos armazéns de venda a grosso para a periferia ainda vai dar que falar. Várias fontes ouvidas pelo Agora defendem que a concentração dos grossistas no Quilómetro-3D, Panguila e na Barra do Kwanza, poderá desanuviar a confusão no casco urbano, mas também piorar o trânsito naquelas zonas de Luanda e Bengo.

Nos pontos onde existem armazéns, o trânsito é caótico, e os amontoados de lixo produzidos por vendedores ambulantes é uma realidade. É assim Hoji-ya-Henda, na paragem da Kianda ao Kicolo São

Paulo, centro do Golfo 2 e Calemba-2, só para falar destas zonas.

A medida do Ministério do Comércio (MINCO) de acabar com os grossistas no casco urbano foi bem acolhida por uns, mas outros armazenistas prometem encetar diligências junto do Governo Provincial, alegando estarem à espera de outra reunião para 'limar as arestas'.

Os comerciantes dizem que a proposta de arrendamento apresentada pelo MINCO é bastante 'esticada', o que faz que, desde 2006, resistam à medida de transferência.

"É preferível construir o meu armazém no terreno de alguém, fazemos um contrato de exploração a ter de pagar uma taxa superior ao equivalente a 100 dólares por metro quadrado", deplora um comerciante ao Agora, acrescentando que, para além da taxa de arrendamento, a distância entre o porto e a zona onde serão transferidos vai onerar ainda mais os fretes e infernizar o de si, já caótico trânsito.

"Seremos obrigados a pagar mais contra o valor que temos pago pelo frete, devido à distância. Também enfrentaremos engarrafamentos. É um problema bicudo", notou.

O gerente da Inova Gate, no Quilómetro-30, adiantou que todas as semanas aparecem investidores na área a procura de armazém, mas nunca ouviu falar da vinda de comerciantes do São Paulo.

Indagado sobre a concorrência com a chegada de outros empresários, diz não temer, sendo um processo inevitável no mundo do negócio.

"Quanto mais infra-estruturas comerciais estiverem concentradas no mesmo local, acaba por atrair mais clientela", sustentou, defendendo uma convivência sadia com os seus concorrentes.

MEDIDA ACERTADA. O consultor de empresas, Galvão Branco, corrobora com a iniciativa do Executivo, ao sublinhar que a regulamentação e a intervenção administrativa se for feita com responsabilidade e assertividade, como vem ocorrendo sob o patrocínio do MINCO e do Governo Provincial de Luanda, poderá corrigir as falhas no ordenamento urbano e as suas repercussões na vida das comunidades.

"Esta medida de transferência dos armazéns grossistas para o Quilómetro-30 procura corrigir uma disfunção e insuficiência da gestão urbana com significativas consequências na vida quotidiana dos cidadãos, na produtividade do trabalho e na competitividade do país", especificou.

Para ele, os territórios têm de crescer e serem geridos segundo regras e critérios de ordenamento numa lógica de proporcionar mais qualidade de vida aos seus cidadãos, principalmente quando se trata de metrópoles, como é o caso de Luanda.

Galvão Branco alerta, igualmente, que é importante, contudo, que estas medidas sejam sustentadas num diálogo com os agentes e que a deslocalização preconizada não vá originar a criação de 'guetos' escondidos da nossa observação e que se assegurem as condições infra-estruturais que não agreguem custos marginais nas transacções comerciais que decorrem desta cadeia de valor.

"Creio que existam intenções de transformar o território do designado Km 30 e do Panguila numa zona com as infra-estruturas adequadas a este propósito, mas caso contrário seria como atirar o lixo para baixo do tapete", parafraseou.

Galvão diz, igualmente, ser necessário corrigir algumas falhas de mercado, sem, contudo, enveredar por campanhas de natureza 'jihadistas' em relação ao mercado informal, sendo sensato coabitar com as estruturas comerciais com o devido suporte fiscal, sem pôr em causa alguns agentes 'sem rosto fiscal', que venham a integrar a cadeia de distribuição formal.

De igual modo, parece-lhe acertado e politicamente correcto o propósito da 'angolanização' do comércio a retalho, assim como a medida do estabelecimento de quotas de importação para um conjunto de produtos, cuja produção nacional já assegura alguma oferta.

Galvão Branco vislumbra tempos difíceis para os angolanos, sobretudo para aqueles com rendimentos baixos, por isso alerta que medidas como essas devem ter em atenção o não-agravamento das camadas mais desfavorecidas, estimadas em cerca de 30% no país, que vivem abaixo da linha da pobreza.

APELO. A ministra do Comércio, Rosa Pacavira, alertou, a 18 de Setembro último, que os armazéns localizados na avenida Ngola Kiluanje, distritos do Sambizanga e do Rangel, seriam transferidos para o Quilómetro 30, em Viana e Panguila, no Bengo. E reafirmou, na passada quinta-feira, o seu pronunciamento durante a reunião que manteve com os agentes armazenistas de comércio a grosso.

A ministra alegou que o comércio grossista praticado nas cidades tem causado muitos transtornos, acrescentando que os agentes vendem os produtos directamente ao consumidor final, quando o normal seria o retalhista a fazê-lo.

"Os comerciantes que vendem frescos em frigoríficos contentorizados na cidade de Luanda deverão pôr fim à actividade e remover os seus meios até ao fim do primeiro semestre deste ano", determinou, acrescentando que os grossistas do país não têm uma rede de retalhistas.

A governante indicou, igualmente, que não será permitido o acesso às compras por pessoas singulares dentro do Centro Logístico e Distribuição (CLOD). Disse, também, que os comerciantes poderão abastecer as lojas que estão a ser criadas dentro da cidade de Luanda.

Os armazéns localizados na avenida Ngola Kiluanje, São Paulo, começam por ser demolidos a partir do dia 1 de Fevereiro próximo, sendo que os comerciantes devem ser transferidos para as zonas referenciadas (panguila e Quilómetro 30), onde o Executivo tem construído grandes armazéns, que andam às moscas.

Os irmãos oeste-africanos lideram o mercado de grossistas, detido maioritariamente por eritreus, libaneses, senegaleses, guineenses e nigerianos.

VELHO PROBLEMA O ex-governador de Luanda, Simão Paulo, foi dos primeiros a tentar a fórmula de encerrar os armazéns no casco urbano, em 2004. Por seu turno, o finado ministro do Comércio, Joaquim Muafumba terá tentado implementar a mesma medida em 2006, mas tudo acabou num 'saco roto'. Portanto, a iniciativa não andou.

Ainda há quem diga que a medida terá surtido efeitos positivos, sobretudo no que ao lixo e ao trânsito diz respeito, apesar de a mesma não ter igualmente tido sequência positiva ao longo do consulado de Francisca do Espírito Santo que prometerá, em 2009, organizar os serviços mercantis em seis meses.

Numa entrevista concedida à RNA, em Janeiro daquele ano, a então governadora da capital havia assegurado que estava em curso um plano que devia melhorar os serviços mercantis, tendo anunciado o encerramento definitivo dos armazéns na zona urbana durante o primeiro semestre deste ano.

Os armazéns existentes no casco urbano tinham sido descritos por técnicos do Governo Provincial de Luanda como as principais causas dos engarrafamentos que se registavam no centro da cidade e dos enormes amontoados de lixo produzidos nas zonas onde estão implantados. "Vamos transferir os armazéns para espaços afastados do centro da cidade, num processo legal, porque, no casco urbano, não se poderão exercer actividades contentorizadas ou grossistas", confirmava as intenções do GPL,

numa acção que devia contar com o apoio da Aliança Comercial dos Empresários de Luanda (ACEL).

3.4 A perdição dos kupapatas

Jornal A Capital

17 De Janeiro de 2015

"Antes de vir a Luanda era um santo", revela Ernesto Tavinda "Não consumia álcool", justificou. Porém, o sonho da cidade grande acabou por revelar-se uma quase frustração. É daí à sucumbir aos maléficos "encantos" do alcoolismo foi apenas um rápido piscar de olhos. Diz ter-se confrontado com uma série de vicissitudes, o que serviu de catalisador para o refúgio na bebida

A entrada para este mundo foi fácil. Hoje, apesar do muito esforço, confessa, não encontra um caminho rápido para livrar de uma armadilha que se lhe cruza o caminho todos os dias. Procura saber das reais razões para esta inclinação, mas a resposta, esta, faz-se demorada Não se vislumbra nenhuma luz no fundo do túnel que indicie uma saída do problema quem se viu mergulhado. "Bebo todos os dias, mesmo a trabalhar", revelou.

E como fica a sua e a segurança dos seus clientes, quisemos saber. A resposta dada na ponta da língua revelou-se intrigante e de alguma forma arrepiante: "Consigno equilibrar-me melhor quando estou com uns copos na cabeça", disse com um sorriso forçado. "Conduzo melhor assim", reforçou.

Os colegas de trabalho, muitos dos quais seus conterrâneos (Bié), confidenciaram que ele (o Tavinda) 'Já não fica um dia sem beber'. E os resultados, claro está, já se fizeram sentir. Pelo menos em duas ocasiões. "Por isso mesmo, já perdeu duas motorizadas em acidentes, quando estava em estado de embriaguês", acrescentaram, visivelmente preocupados com a desdita do companheiro de labuta.

3.5 A vida real de um kupapata

Jornal A Capital

17 De Janeiro de 2014

André Tchivole, de 42 anos, é natural da província do Huambo. Vive há quatro em Luanda Percorreu cerca de 598 km de estrada do Huambo a Luanda Objectivo número um: aumentar a renda familiar. Porém, foi pior a emenda do que o soneto. Não esta a ser nada fácil a vida na 'cidade de todos os sonhos'.

À chegada à capital, esfumara o sonho. Primeiro desafio? Carregador de carga. Até ali tudo bem. Aliás, já na aldeia lidava com o peso da carga agrícola 00 seu suor veio uma motorizada adquirida por 92 mil kwanzas. Hoje é kupapata Vive actualmente em Viana e presta serviço no mercado do Quilómetro 30.

Nem tudo tem sido rosas. Tchivole diz-se vítima de maus tratos por parte dos funcionários da administração do referido mercado assim como os seus colegas. O episódio mais marcante, recorda-se, aconteceu com um dos seus colegas: foi assaltado por meliantes e, mesmo assim, acabou ainda agredido pelos fiscais do mercado e, posteriormente, detido pela polícia

"Eles não perguntaram mais nada só começaram a bater o meu colega e levaram-no à Polícia", disse, para depois acrescentar: "postos lá, a Polícia ouviu a história, mas ele (o colega) ficou preso durante duas semanas".

Em sua defesa, o administrador do mercado, António Domingos, disse não ter conhecimento destes factos. "Os kupapatas têm até colaborado com a administração no sentido de neutralizar os meliantes que aterrorizam os vendedores e os clientes que visitam o nosso mercado", justificou. "Não temos conhecimento destas agressões", disse António Domingos, recusando as acusações. Por sua vez o presidente da Associação dos Motoqueiros e Transportadores de Angola (AMOTRANG), Bento Rafael, disse que a associação está a par das agressões de que são alvo os seus filiados naquele mercado sim.

Tanto é que em 2014 solicitou à Administração Municipal de Viana que os cedesse um espaço no mercado para que pudessem estar por dentro de tudo quanto acontece por ali e, desta forma, proteger os motociclistas.

'Até ao momento ainda não obtivemos uma resposta positiva, mas vamos continuar. a tentar, porque repudiamos os actos de agressões", afirmou Bento Rafael.

3.5 Entre o campo e a cidade o choque

Jornal A Capital

17 De Janeiro de 2015

São muitos jovens em idade economicamente activa que migram do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida. Trata-se do êxodo diário. Uma vez no sonhado 'eldorado' a realidade apresenta-se dura. E quando tal acontece as escolhas são bastante reduzidas. Até o regresso às origens é uma miragem, apenas uma ilusão de óptica.

A, adaptação, como é óbvio, não é fácil. A quantidade de automóveis, os edifícios cada vez mais altos e o comportamento das pessoas são, por si só, elementos que intimidam, ao mesmo tempo que convocam esses 'aventureiros-mirins' para um rápido regresso à província donde partiram. "E tudo diferente", disse André Tchivole, que se diz ainda não totalmente enquadrado com Luanda, apesar dos 4 anos já consumidos desde que decidiu abandonar o Huambo.

Diante de um cenário do género, a salvação é individual. Cada um por si e Deus por todos. "Aqui todos correm e ninguém ajuda o outro", reclamou, ao salientar que no campo, o seu habitat de origem, "as pessoas são educadas e cooperam".

Mas, entre o martelo e a bigorna, qualquer solução serve. Afinal, a necessidade é maior do que a moral. E tudo vale a pena: cada um à sua maneira acaba por engrossar no crescente 'exército' de um serviço de táxi feito com motorizada, os concorridos kupapatas,

Cristiano Nambi disse que só a realização financeira o mantém ainda em Luanda. Regressará à terra natal tão logo consiga alcançar o seu objectivo, financeiro, é claro. "Vivo em Luanda há oito anos e nada muda", desabafou.

3.6 Mercado Rural entrou em funcionamento

Jornal de Angola

17 De Janeiro 2015

Texto: Domingos Mucuta

Vendedores Informais da comuna de Capunda Cavilongo, no município da Chibia, província da Huíla, têm agora melhores condições de comercializar os seus produtos agrícolas, com a entrada em funcionamento de um mercado rural, construído de raiz.

O empreendimento social, orçado em cerca de dez milhões de kwanzas e construído no quadro de Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento e de Combate à Pobreza, foi inaugurado pelo governador da Huíla, João Marcelino Tyippingue.

O mercado, com capacidade para 33 bancadas, oferece melhores condições para acolher parte dos vendedores que exerciam actividade em locais impróprios, onde comercializavam produtos diversos, sem as mínimas condições de higiene e sanidade.

Os vendedores e os produtos da comuna que comercializam jamais estão expostos ao sol e à chuva já que o espaço está coberto de chapas de zinco e vedado por uma cerca.

Também foi construído no recinto do mercado gabinete administrativo e quartos de banho.

A vendedora de frutas Paulina Cláudia é uma das primeiras contempladas com um lugar no novo mercado e manifestou a sua satisfação em poder comercializar os seus produtos num local seguro e com condições apropriadas para o exercício desta actividade. Como a primeira a aderir ao projecto do Governo de melhoria das condições dos vendedores, Paulina Cláudia disse ter no primeiro dia comercializado todas as frutas que trazia.

A vendedora considerou um acto de reconhecimento à comunidade a construção deste mercado pela Administração.

"Aqui temos mais espaço, sombra e ninguém está sujeito a apanhar chuva. Sei que muitos estão interessados em vender neste mercado, e por isso há necessidade de se ampliar, para que mais pessoas tenham também acesso", precisou.

A vendedora Arminda Lucinga manifestou satisfação e agradecimento pelo empenho do Governo Provincial na construção do mercado que há muito esperavam, sublinhando que com o novo espaço, os comerciantes vão também sentir os efeitos de desenvolvimento que o país regista nos últimos anos. O governador da Huíla, João Marcelino Tyippingue, espera que o mercado sirva de factor para venda e espaço ideal para o escoamento de produtos agrícolas nesta comuna, considerada como uma das mais

produtiva do município da Chibia, onde a maioria da população tem a agricultura e a pecuária como actividades principais. A Administração Comunal de Capelongo está preocupada com o atraso das obras de construção das casas sociais para os quadros. O administrador comunal adjunto, Eduardo Cumena, disse que não encontra razões para que as obras ultrapassem os prazos definidos no contrato.

"Na verdade, regista-se atraso na execução das obras, mas não se consegue perceber as razões. Penso que não há justificação da empresa encarregada da obra em paralisar os trabalhos", salientou.

As casas sociais constam do plano de construção de dez casas para todas as sedes das três comunas. Em Capunda Cavilongo já foram concluídas quatro casas evolutivas e o processo de atribuição das mesmas acontece nos próximos dias. As comunas da Kihita e Jau foram contempladas, cada uma, com três residências sociais do tipo T3.

O Jornal de Angola apurou que as obras estão também atrasadas, o que dificulta o processo da deslocação de quadros para estas localidades. O governador João Marcelino Tyippingue visitou também as obras do posto de saúde e das casas geminadas do tipo T2, na localidade de Chitata, já em fase de conclusão.

O encarregado das obras, financiadas pelo Fundo de Apoio Social (FAS), garantiu a entrega dos empreendimentos sociais dentro de duas semanas.

3.7 Perseguição policial

Jornal A Capital

17 De Janeiro de 2014

Quando se refere da actuação dos agentes da Ordem Pública encarregues de regularizar a circulação dos motociclistas, os 'kupapatas' têm várias histórias para contar e muitas dores para alimentar.

Henrique Lourenço, por exemplo, natural do Bié, afirma que no início da sua actividade compreendia a atitude da polícia reguladora de trânsito, uma vez que como ele muitos eram os motociclistas que exerciam este tipo de actividade sem estarem habilitados para o efeito.

Nos dias que correm a sua opinião é completamente diferente. Mudou drasticamente. "É que agora, mesmo com todos os documentos e capacete, eles

(os polícias) não me largam", disse. As razões deste 'aperto' têm uma explicação: "pedem sempre uma gasosa", acusou, referindo-se a uma espécie de contrapartida exigida para uma circulação sem sobressaltos.

Daí que Lourenço aprendeu a lição de cor e salteado e não tergiversa, quando se vê interpelado na via pública: apesar de documentado, sabe que, automaticamente, terá de "lavar" as mãos do 'zeloso' agente. "Eles mandam parar e eu preparo logo o dinheiro. E a única coisa que parece lhes interessar", salientou.

3.8 Redução de clientes nos mercados

Semanário Angolense
17 De Janeiro de 2015

Os vendedores dos mercados apontam a venda ambulante como uma das principais causas da redução de clientes nos mercados municipais ou locais.

De acordo com algumas vendedoras, o seu dia-a-dia é preocupante devido a falta de clientes e ficam, às vezes, sem vender os seus produtos, facto que contribui para que muitos façam o negócio nas ruas.

Maria Ricardo, vendedora do mercado dos Congolenses, disse estar preocupada com a falta de clientes. «O mercado encontra-se geralmente vazio, já que os compradores são interpelados pelos vendedores ambulantes logo à entrada da praça», lamentou.

Por outro lado, Domingas da Fonseca, disse que há vendedoras que vão para as ruas porque nos mercados não há clientes e muitas vezes os produtos estragam-se por falta de clientes. Mesmo assim, vendendo alguma coisa ou não, têm que pagar uma taxa diária no valor de 100 Kwanzas à direcção do mercado.

Estas vendedoras, solicitam aos fiscais para que redobrem esforços no sentido de repor a legalidade e impedir que as pessoas continuem a comercializar produtos na via pública, porque os mercados estão vazios e prejudicam a arrecadação de receitas para os cofres do Estado.

Maus tratos

Entretanto, Maria Gamboa, vendedora ambulante, disse à reportagem do SA que os agentes da

fiscalização e da Polícia não têm maneiras no tratamento que dão aos ambulantes e maltratam as pessoas, sobretudo mulheres, no simples intuito de se apoderarem dos produtos que elas vendem. «A Polícia e a fiscalização andam atrás de nós, invadem as 'casas de processo' (local onde guardam o negócio), levam o produto das senhoras, não para pôr ordem, mas para roubar e ninguém diz nada; é injusto o que estão a fazer», denunciou, acrescentando: «Maltratam-nos, dão-nos com corretes, levam os nossos haveres e nunca mais os recuperamos. Mas não temos outra solução, senão vender assim mesmo na rua».

Assim vai o clima entre as chamadas «zungueiras», fiscais e polícias, entre o agastamento destas e os maus-tratos que recebem daqueles, quando se fazem à rua para vender produtos diversos que, para muitas, é a única fonte de subsistência das suas famílias.

Pelo que se pode perceber das lamentações dessas mulheres, o Governo devia instituir um mecanismo de diálogo para que as medidas que se tomem sejam a contento e conflituem pouco com os interesses dos cidadãos.

Lugares disponíveis

Cinquenta e seis mil e 521 lugares estão disponíveis, em mercados da província de Luanda, para vendedores ambulantes, adiantou uma fonte do Governo Provincial de Luanda.

É notória, nos últimos tempos, a presença de efectivos da fiscalização do GPL em locais da cidade de Luanda antes transformados em praças ilegais. Controlam e aconselham os vendedores a dirigirem-se para os mercados construídos pelo GPL, com condições criadas para a prática do comércio. Contudo, ainda é um exercício cujos resultados são pouco expressivos.

3.9 Um falso “eldorado” sobre duas rodas

Jornal A Capital

17 De Janeiro de 2015

Texto: Mirene Da Cruz

No princípio era o verbo. E verbo é Luanda. Sair do Lubango para a capital do país foi para António Necova a aventura mais certo que já fez ao longo da sua vida, apesar do contraste entre a realidade de ambas as cidades.

Em 2006, quando contava apenas 18 anos tomou a decisão de conhecer a cidade dos seus e dos sonhos de muitos outros rapazes da sua idade. Por influência de familiares soube que a vida corria melhor em Luanda do que em Pindale, a aldeia natal.

Como todos os outros, o início foi marcado por um certo receio, mais a mais porque não conhecia nada, nem tão pouco ninguém. Sabia apenas das muitas histórias que ouvia "da boca de um tio".

Embora o desconhecido assusta, "mesmo assim vim para Luanda", contou. O objectivo era apenas um: ganhar dinheiro. Estariam assim, pensou, reduzidas as dificuldades enfrentadas com a família. E foi guiado por este propósito que percorreu os cerca de 655 km de estrada.

A esperança serviu de lenitivo bastante para a sua odisseia. O diálogo arrojado com outros viajantes a caminho de Luanda valeu-lhe um espaço temporário no bairro dos Ossos, ao Sambizanga. "Não tinha muito dinheiro, mas paguei com trabalhos", contou.

Em busca de algo melhor para ganhar a vida, trabalhou como serviçal da família que o acolheu durante cerca de duas semanas. Pelo menos até decidir aumentar os poucos trocados que amealhara, dedicando-se à venda de sacos no extinto mercado Roque Santeiro.

Enfrentou todas as peripécias necessárias para amadurecer e tomar-se no homem que é hoje. "Fui muito assaltado e, às vezes, batiem-me sem explicações", contou. Mas nada o demoveria das suas pretensões. Tinha que sobre viver...

Hoje, aos 27 anos de idade, diz não se arrepender dos passos que deu em direcção ao sucesso, ainda que aparente sobre o 'dorso' de uma motorizada que adquiriu com o passar do tempo à custa de muitas poupanças. O sonho concretizou-se. É a fonte de uma vida que leva a sobreviver. "Este passou a ser o

meu grande sonho e a minha vaidade também", salientou.

Conseguiu também erguer uma pequena casa para os pais. O próximo desafio já está identificado: acabar de construir a sua própria casa, que repartirá com a noiva e os filhos.

A compra da motorizada significou o início de uma nova etapa na sua vida.

De momento a prioridade das prioridades passa por ampliar a casa. "A casa é apenas de um quarto e sala, mas tenho quatro filhos que ainda dormem na sala", lamentou, enchendo-se de esperança de que o futuro, com algum esforço, sorrirá para si e os que lhe são), próximos.

3.10 Um prato de cada dia

Jornal A Capital

17 De Janeiro de 2015

Os constrangimentos por que passam os 'kupapatas' são vários. E vão longe. Cristiano Nambi é natural de Benguela. Neste momento trabalha com uma motorizada que alugou. Tudo porque as duas que possuía foram levadas por meliantes.

Desde 2007, altura em que aportou Luanda, iniciando-se como "bagajeiro" (carregador de carga), juntou dinheiro até adquirir a sua motorizada, Mas, quando menos esperava, roubaram-lhe. "Nem fiz nem dois meses com a moto", lamentou.

Não esmoreceu. Perdido por um perdido por mil decidiu partir para a luta e comprou outra motorizada. Mas acabou novamente assaltado, mesmo em se tratando de uma 'maquineta' de segunda mão. "Agora alugo moto para trabalhar", disse.

Mas o pior não são os assaltos. É o trauma que ainda carrega pela agressão de que foi vítima em duas ocasiões: "Eles chegaram armados e não apresentei qualquer resistência, mas mesmo assim bateram-me muito", lamentou.

3.11 Venda ambulante atrapalha circulação de viaturas e peões na capital

Semanário Angolense
17 De Janeiro de 2015
Texto: Cremildo Silva

O Semanário Angolense (SA), saiu à rua para constatar «insitu» a desordem nas ruas da capital e arredores. «Os vendedores ambulantes e zungueiras fecham as ruas e ocupam os passeios; os mais arriscados comercializam os seus produtos ao longo da via expressa, constituindo um perigo, não só para a sua integridade física, mas também para a de peões e automobilistas», referiu o chofer Bruno Domingos.

«Muitas vezes, os transeuntes deixam de andar pelos passeios, por causa dos mercados improvisados e são forçados a caminhar nas estradas, colocando as suas vidas em perigo, devido à circulação de viaturas», salientou o automobilista, que também deplorou a venda próximo aos contentores de lixo, o que representa um atentado à saúde pública.

Os ambulantes não querem sair das ruas, mas o agente da fiscalização Pedro João, afirmou que apesar de alguma resistência por parte de certos vendedores que teimam em prosseguir com essa prática ilegal, os membros da fiscalização têm montado postos fixos nos focos desses aglomerados para desencorajar a prática.

Questionado sobre a posição a respeito das «zungueiras» que manifestaram o seu descontentamento face a essa mudança, o fiscal sublinhou que não vê motivo para revolta, porque os lugares que estão a ser utilizados para venda, não apresentam as mínimas condições de segurança e higiene. «Mas o espírito 'aventureiro' dos vendedores deu azo à sua imaginação, ao ponto de comercializarem as suas mercadorias nos lugares mais inusitados, como passagens subterrâneas (túneis), viadutos, pontes áreas e condomínios», apontou.

Para inverter o quadro sombrio, Pedro João apela para que, na abordagem do problema, os agentes da fiscalização tenham uma postura pedagógica, pacífica e coloquial. «Temos que contribuir para melhorar o ambiente no casco urbano. Luanda deve ser uma cidade que dê para viver», notou.

Fiscais agredidos

Instado pelo SA, o sociólogo Pedro Raimundo louvou a decisão tomada pelas autoridades da capital ao proibirem a comercialização de produtos nos passeios, estradas e passadeiras áreas. «A decisão é bem-vinda, a venda ambulante não incentiva à higiene dos alimentos, nem à planificação», afirmou.

Porém, o facto é que desde o anúncio da medida a esta parte, persiste a confusão nas ruas da metrópole. A fonte defendeu a necessidade de haver maior divulgação das medidas nos mercados existentes, bem como o recurso aos órgãos de comunicação social, para que os vendedores cumpram as obrigações para bem de todos.

Os agentes da fiscalização são sempre alvo do descontentamento das zungueiras. Pedro Domingos, conta que vários colegas seus, no exercício das suas funções, já foram verbal e fisicamente agredidos.

«Por vezes somos agredidos pelo simples facto de, por descuido, deixarmos cair um artigo de uma zungueira na rua», revelou.

Mesmo assim, disse que «a nossa intervenção aliada a dos efectivos da Polícia Nacional tem sido benéfica porque os vendedores nem sempre respeitam os fiscais».

3.12 Vendedoras na Calemba

Jornal de Angola
17 De Janeiro de 2015
Texto: Alberto Caeiro

Os agentes da Fiscalização do Governo Provincial de Luanda retiraram as vendedoras que ocupavam a rotunda da Calemba, próximo da antiga Praça de Touros, actuação policial veio mesmo a calhar, porque a venda de bens alimentares na rua é ilegal por vários motivos.

O primeiro está directamente ligado à saúde pública. Como se sabe, a prolongada exposição de alimentos ao ar livre a ao sol provoca alterações orgânicas àqueles produtos. Quando os produtos ficam deteriorados, os consumidores sofrem problemas de saúde, com maior ou menor gravidade. Outro motivo que impede a comercialização de bens alimentares em passeios e, neste caso, na rotunda da Calemba, é de questões de higiene. Os alimentos

atraem moscas que contaminam os produtos e outros insectos também transmissores de doenças.

Para finalizar, há a ocupação abusiva de espaços públicos destinados às pessoas que andam a pé e são obrigadas a descer dos passeios, correndo o risco de serem atropeladas por condutores de viaturas e de motas irresponsáveis, sempre apressados, como se o Mundo acabasse hoje.

O desrespeito pelas regras estabelecidas pelo Governo Provincial e as multas aplicadas pelos serviços de Fiscalização, tantas vezes criticados pela população e até mesmo por jornalistas e comentadores, é uma violação da lei e, como tal, deve ser combatida por meios legais. É isso que está a acontecer e de nada adianta protestar contra a retirada de vendedoras da rotunda da Calemba, ou de outros locais, porque os agentes da Fiscalização estão a cumprir o seu dever.

3.13 Vendedores de rua continuam a ignorar fiscais

Jornal Terra Angolana

19 De Janeiro de 2015

Texto: Quintinha Pontes

Vendedores insistem em vender à beira da estrada, com todos os perigos que isso representa, e apesar de todos os avisos feitos pelas autoridades de Luanda.

Vendedores da rua 3, do bairro Palanca, município de Belas, distrito urbano do Kilamba Kiaxi recusaram-se abandonar às ruas daquela localidade, ignorando desta forma as medidas administrativas das autoridades de Luanda.

Segundo moradores, os fiscais terão efectuado uma operação de grande vulto o mês passado, colocando vários vigias na zona, de forma a desencorajar os vendedores ambulantes.

"Os ambulantes e os vendedores dos cadeirões desapareceram da zona no período das festas, isso em Dezembro. Mas desde o início do ano voltaram em força, basta ver eles aqui a venderem de tudo um pouco", diz a reportagem do Terra Angolana uma moradora.

Ainda, segundo as fontes que aceitaram falar a nossa reportagem, a fiscalização terá efectuado uma grande operação no dia 24 de Dezembro, que envolveu, inclusive, vários carros patrulhas da Polícia Nacional.

"A fiscalização esteve cá no dia 24, acompanhados por agentes da Polícia. Chegaram às quatro da madrugada quando ainda estávamos a dormir, em três viaturas, diferentes, aqueles patrulheiros, e segundo alguns vizinhos também havia no grupo agentes da Direcção Provincial de Investigação Criminal (DPIC). Vieram para inibir os comerciantes de rua", conta Faustino Sapalo, morador da zona.

"Os fiscais, normalmente têm cobrado uma multa que é do conhecimento da administração municipal, mas que não é legal.

Eles chegaram aqui, naquela zona onde vendem os cadeirões e começaram a carregar, um total de 120 jogos de sofá", explica outra fonte.

O Terra Angolana conseguiu constatar no terreno que os vendedores daquela zona pagavam uma taxa a fiscalização, que era depositada numa conta num dos bancos comerciais da capital.

"Nós depositamos um valor numa conta que os próprios fiscais nos deram, que era uma taxa de pagamento por termos as nossas mercadorias aqui expostas na rua", diz marceneiro João Augusto.

Os fiscais terão prometido aos vendedores fazer a devolução do seu material, tão logo terminassem às festas. O TA constatou no local que alguns dos comerciantes já tem os seus produtos novamente expostos nos passeios daquela localidade.

"Tivemos de pagar uma quantia para reavermos as nossas coisas", esclareceu Paulo Santos, vendedor da zona.

Matondo, 45 anos, que vende há anos vende sofás no local, diz que a venda daquele material é o único meio de subsistência que possui.

"Este negócio é o meu único meio de sobrevivência. É aqui onde tiro o pão para os miúdos, é aqui que sustento a minha família. Levaram as coisas para a administração, agora dizem que, se quisermos reaver as nossas coisas temos de pagar. Isso não é justo, então e o dinheiro que pagamos", questiona-se.

3.14 Comerciantes aceitam a medida e traçam caminhos

Jornal de Angola

23 De Janeiro de 2015

Texto: João Dias

Os comerciantes e proprietários dos armazéns da Gajajeira começam a preparar-se para a transferência de local dos estabelecimentos na sequência do anúncio da ministra do Comércio que avisou que os operadores do comércio grossista têm até 20 de Agosto de deixar de exercer a actividade na zona urbana de Luanda.

O anúncio faz movimentar comerciantes e armazenistas, muitos dos quais concordam com a decisão de retirar os armazéns da zona urbana capital para Viana, onde estão criados Centros de Logística e Distribuição (CLOD) com áreas específicas para comércio de frescos e outros bens, mas receiam que "a readaptação seja dura".

"Vamos cumprir voluntariamente. A vida é feita de mudanças e escolhas, que nem sempre nos são favoráveis", disse ao Jornal de Angola o presidente da Aliança Comercial e Empresarial de Luanda (ACEL), criada em 2005 e que conta com 170 membros.

Agostinho Alfredo, que apoia a medida do Ministério do Comércio, advertiu que "é preciso criar as condições necessárias para os resultados serem satisfatórios".

Os membros da Aliança Empresarial de Luanda defendem mais discussão sobre a medida porque "a zona da Gajajeira é fonte de rendimento de milhares e milhares de pessoas".

Parecendo que não, assegurou, mas este local é fonte de rendimento de muitas famílias, pois emprega cinco mil pessoas, muitas das quais trabalha aqui há dez anos.

"A medida é boa desde que se respeite a lei, se criem condições e se indemnizem os proprietários dos armazéns para evitar o aumento do desemprego e perturbação social", disse, fazendo questão de sublinhar "os efeitos perversos e os transtornos que o comércio grossista provoca na cidade"

"Sair daqui sem indicação de um lugar concreto é muito difícil. Ouvimos dizer que vamos todos para

Viana. Tenho o meu armazém de calçado e de tapetes aqui há 12 anos", referiu Amadu Dialo, que afirmou estar "disposto a acatar a medida".

Clemente Diniz, fiel de armazém da Anjo Belo há oito anos, projecta uma mudança radical na sua vida e dos colegas.

"Não queremos fazer as coisas à pressa. Se as condições estiverem já criadas, vamos, mesmo sabendo que se vão registar muitas alterações nas nossas vidas", disse conformado.

Ouvimos dizer que vão instalar nossos armazéns no quilómetro 30 e estamos a mentalizar-nos que vai ter de ser assim", declarou. Os armazenistas aceitam a medida, mas vêem com preocupação as dificuldades de adaptação.

A preocupação estende-se aos proprietários das viaturas que fazem os fretes, roboteiros e zungueiros.

"Tudo se torna mais complicado com a transferência do local do negócio, pois se formos para o Quilometro 30, como dizem, não temos hipótese de continuar com a nossa actividade, pois de certeza que há lá outros para fazerem mo nosso serviço e essas situações geralmente geram conflitos, referiu António José, que faz frete na zona há dez anos e quase em surdina diz: "vamos esperar".

Também ele reconhece que "a medida está bem concebida", mas acrescenta que "o tempo é que é muito curto para os que ganham a vida aqui se preparem para este novo desafio".

Dois anos, concluiu, eram suficientes para arrumarmos tudo".

De Fevereiro a Agosto

O distrito do Sambizanga, que engloba a zona do Cine São Paulo, arredores do antigo mercado do Roque Santeiro e Ngola Kiluanje, é de onde são retirados os primeiros estabelecimentos de comércio grossista.

A ministra do Comércio, Rosa Pacavira, lembrou recentemente que se no fim do prazo, 20 de Agosto, os grossistas não retirarem os armazéns e câmaras frigoríficas do centro da cidade, isso é feito de forma compulsiva

A partir de Fevereiro, as acções abrangem a zona da Terra Nova, nas Pedrinhas, e Kífica, numa altura em que se reorganiza o mercado do Trinta.

Os grossistas devem transferir os armazéns e câmaras frigoríficas para o Centro de Logística e Distribuição

(CLOD) de Viana, onde existem condições apropriadas para operarem de forma organizada.

Centro de logística

A medida de retirada de armazéns e frigoríficos da zona urbana destina-se a requalificar a actividade comercial na cidade de Luanda.

Quando os empresários estiverem organizados no Centro de Logística e Distribuição é possível garantir melhor qualidade ao consumo de produtos alimentares e melhorar o comércio. No CLOD estão instaladas câmaras frigoríficas para a conservação de produtos perecíveis como carne, peixe e verduras. Outras naves vão servir para a recepção, lavagem e calibragem de produtos que os comerciantes levam para a cadeia de logística a retalho no centro da cidade de Luanda.

O CLOD, instalado em 258 hectares, 40 dos quais concedidos a empresas privadas de comércio grossista que operam no centro de Luanda, beneficiou de um financiamento espanhol para a construção de câmaras frigoríficas sob supervisão do Ministério do Comércio.

O centro de logística é o espaço intermédio entre grossistas e retalhistas dos grandes centros de consumo.

Os produtores e comerciantes de várias províncias depositam os produtos no CLOD, onde os retalhistas os adquirem para os venderem nos grandes centros de consumo, como Luanda, Benguela, Huambo e Lubango.

A primeira fase do CLOD de Luanda, executada em 2009 e 2010, incluiu a construção de quatro naves destinadas à conservação de produtos alimentares e diversos.

3.15 3.16 Oportunidade para os taxistas

Jornal O PAÍS

23 De Janeiro de 2014

Ainda no mesmo local procuramos conversar com alguns taxistas cujos passageiros eram clientes do referenciado armazém, os mesmos declararam que irão cobrar em função da distância que terão de percorrer.

Um destes taxistas que responde pelo nome de Matomona afirmou que, a transferência dos armazéns vai despertar nos taxistas outros interesses, como o de aumentar o preço da corrida por causa da distância, alegando que a subida do preço do combustível também irá contribuir para a subida do táxi.

" Quando o preço do combustível sobe, a nossa vida como taxistas fica complicada, e com esta medida de transferir os o taxista Matomona, prevê subida do preço do táxi armazéns para zonas distantes a população que for para lá terá que pagar muito mais, porque nenhum taxista vai aceitar levar um passageiro daqui até a barra do Kwanza a custo de 100 kwanzas apenas", disse Matomona.

3.16 3.17 Populares contra a medida de transferência dos armazéns grossistas

Jornal O PAÍS

23 De Janeiro de 2015

Texto: Neusa Filipe

A reportagem começou nos arredores do mercado Avô Kumbi, onde encontramos a jovem Amélia Domingos que trabalha há dois meses num armazém grossista, denominado Sarona comercial. Segundo a entrevistada, a medida tornada pela ministra do comércio em retirar os armazéns, vai dificultar muito a sua vida por causa da distância existente entre a sua residência e o local para onde os armazéns serão transferidos.

Amélia Domingos contou que para ir trabalhar gasta apenas 400 kwanzas por dia, porém, com a transferência terá que gastar mais do que o habitual, e sendo assim, se sentirá obrigada a deixar de trabalhar, alegando que o salário que aufera não vai suportar o custo do táxi.

A mesma ressaltou que a medida vai afectar também o próprio armazém que vai perder a clientela habitual, afirmando que no local em que se encontra actualmente, tem havido a afluência de muitos clientes, atendendo cerca de 300 pessoas por dia.

"Aqui no Avô Kumbi temos facturado muito. Chegamos a atender por dia cerca de 300 clientes, e

se formos transferidos nós os funcionários correremos o risco de ficarmos desempregados até porque os salários que ganhamos não vão aguentar o preço dos táxis que teremos que apanhar todos os dias", protestou.

Ainda no mesmo local procuramos ouvir a opinião do proprietário do armazém, que infelizmente não se fazia presente naquele momento, porém, contactamos o gerente do mesmo estabelecimento, que responde pelo nome de Alex, que questionado se estão preparados para retirarem a mercadoria e se mudar até o primeiro semestre do ano em curso, prazo estipulado pela ministra do comércio para a retirada dos armazéns, o mesmo respondeu que, se forem obrigados a sair irão fazê-lo mas, lamenta pelos funcionários e famílias de pouca capacidade financeira que não terão como custear o táxi.

Alex deu a conhecer a nossa equipa que o referido armazém existe naquelas imediações há quatro anos, e tem facilitado a vida de muitas famílias que ali fazem as suas compras quer para o consumo de casa ou para a sua revenda nos mercados informais.

Ainda nas proximidades do mercado Avô Kumbi, encontramos outro armazém grossista de frescos, no qual conversamos com a funcionária Flora, que mostrou-se indignada com a ideia da retirada dos armazéns, alegando que sairá prejudicada caso a medida seja concretizada, justificando que por viver próximo do local onde trabalha, costuma apanhar um táxi apenas, o que a ajuda a economizar o pouco que ganha.

Para Flora, essa transferência significa mais dinheiro para o transporte e prejuízo para os armazenistas que vão perder boa parte da clientela, pois, acredita que por causa da enorme distância existente nos locais para onde serão transferidos os armazéns, as pessoas não terão muitas possibilidades de ir para lá.

Para terminar a ronda no Avô Kumbi, conversamos com a cidadã Adelma Francisco, que trabalha há mais de um ano no armazém grossista designado 'Mabanza Comercial', a mesma afirmou não estar preparada para a transferência, alegando que, por viver próximo não tem gastado dinheiro de táxi para ir trabalhar.

"Não tenho condições para sair daqui e ir trabalhar no Panguila, o bocado que ganho trabalhando neste armazém me ajuda a custear os meus estudos e como não apanho táxi já consigo economizar algum dinheiro, com a transferência serei obrigada a deixar este emprego", lamentou.

Adelma Francisco disse ainda que, a decisão da ministra do comércio até poderia ser louvável caso antes criasse as condições favoráveis para melhoria de vida da população, e não que viesse a constrangê-la ainda mais.

"A transferência dos armazéns poderia ser boa até certo ponto, já que vai garantir a limpeza e a organização da cidade mas, o Governo deveria antes de tudo criar outras soluções que não viessem nos dificultar ainda mais a vida. Eu acho que as coisas que têm facilitado a vida da população deveriam permanecer", acrescentou.

3.17 3.18 Possível desemprego

Jornal O PAÍS

23 De Janeiro de 2015

Já no armazém grossista para a venda de frescos em câmaras frigoríficas, pertencente a empresa 'Newaco grupo' situado no golf 2, conversamos com um dos funcionários que por motivos de segurança não queria ser identificado, o mesmo considerou ser constrangedora a medida vinda do Ministério do Comércio, justificando que a mesma irá provocar o desemprego a muitos funcionários.

"O Governo antes de tomar essa decisão deveria avaliar bem a situação e ter em conta a responsabilidade que estas empresas privadas assumem ao empregar um certo número de pessoas, e o papel que estas desempenham na vida da população. Não é só decidir e chegar aqui retirar as pessoas, já imaginou quantos trabalhadores irão perder o emprego", contestou.

Segundo constatou O PAÍS, o referido armazém tem aproximadamente 50 trabalhadores e 16 câmaras frigoríficas e o grupo Newaco tem mais de cinco armazéns distribuídos em vários bairros de Luanda.

3.18 3.19 Taxistas no Bié estão a ser registados

Jornal de Angola

28 De Janeiro de 2015

Os serviços de fiscalização da Direcção dos Transportes e da Polícia Nacional no Bié procedem

ao registo dos táxis para disciplinar os sector e levar os proprietários a adquirirem as licenças de aluguer deste ano.

O superintendente chefe António Hossi, O porta-voz do Comando Distrital da Polícia Nacional disse que a medida também inibe os taxistas de utilizarem viaturas com menos de 25 lugares nos longos percursos ou em viagens inter-provinciais.

O superintendente António Hossi lembrou que a proibição foi tomada no ano passado e que os taxistas também não podem exercer a actividade se não possuírem a licença de aluguer.

Além disso, referiu, as viaturas têm de ter as cores azuis e branco, bem como a placa que as identifica como táxi, com o nome da província.

"As viaturas que circularem sem o selo de licença de aluguer, o timbre ou a placa que as identifica como táxi e a localidade onde deve operar são apreendidas", advertiu.

Preocupações de automobilistas

Alguns automobilistas disseram ao Jornal de Angola que discordam no tocante à restrição imposta às viaturas com menos de 25 ". A lugares custa 90 mil kwanzas, mais a taxa de circulação e os gastos com a gasolina que subiu de preço e a cobramos 50 kwanzas por passageiro, aonde vamos parar?", desabafou Alfredo Muamba.

José Cardoso, outro taxista, também lamentou que a sua viatura, de 18 lugares, não possa fazer o trajecto Bié/Huambo:

"Com uma viatura destas a circular apenas na cidade do Cuito perco muito dinheiro, pois não consigo lotá-la porque as pessoas preferem carros com menos lugares". Antes, referiu o taxista, fazia o trajecto Cuito/Huambo, que era rentável, mas agora não posso e ainda tenho de pagar a licença de aluguer, que custa 150 mil kwanzas".

Os taxistas ouvidos pelo Jornal de Angola também estão contra não poderem aumentar a quantia que levam pela passagem, mesmo depois da subida dos preços dos combustíveis.

3.19 3.20 Ambulantes em descaso com a política

Jornal O PAÍS

30 De Janeiro de 2015

Texto: Venâncio Rodrigues

O relatório síntese do mais recente inquérito feito pelo Centro Nacional de Aconselhamento (NCC), a que O PAÍS teve acesso, revela que 99 por cento dos inquiridos nunca mantiveram contacto com qualquer deputado.

Apenas 20 por cento disseram conhecer o nome do presidente da Assembleia Nacional, deputado Fernando Dias da Piedade.

Os participantes na amostra do NCC desconhecem igualmente a separação de poderes entre os órgãos de soberania em Angola.

De acordo com o relatório do NCC "existe um elevado nível de descrença nos actores políticos, no caso específico, na Assembleia Nacional" e que foi também notável "o desconhecimento acerca da separação de poderes que existe entre os órgãos de soberania".

Grupo alvo

Esta organização não-governamental angolana, esclarece que o inquérito incidiu sobre 491 pessoas, sendo 301 senhoras e 190 senhores dos municípios de Luanda, Belas, Cacucaco e Viana, todos eles vendedores ambulantes da capital, no período compreendido entre Setembro e Novembro de 2014.

Responderam ao inquérito 491 cidadãos angolanos entre os 17 e 59 anos de idade que responderam a um questionário, "previamente elaborado e aprovado pela coordenação do projecto", com 16 perguntas, fechadas, semi-fechadas, mas que podiam ser abertas, se necessário fosse.

Noventa e sete por cento dos 491 inquiridos afirmaram já ter ouvido falar da Assembleia Nacional e / ou do seu papel, na sua maioria através dos meios de comunicação social, convívio diário, na igreja e outras organizações e meios de socialização.

O relatório diz ter sido "notória" a confusão entre o papel da Assembleia Nacional, Executivo e partido no poder.

Os restantes 80 por cento, 51 afirmaram claramente não conhecer o nome do líder do Parlamento angolano e os restantes 27 por cento erraram o nome.

Houve ainda uma pequena percentagem, 2 por cento, que preferiu não arriscar, de acordo com o documento.

Acrescenta que dos que erraram o nome, um por cento terá mesmo mencionado o nome do presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Segundo o relatório, 90 por cento afirmaram não saber quantos deputados tem a Assembleia Nacional e 97 desconheciam o número de Comissões de Trabalho Permanente da Assembleia Nacional.

Partidos políticos

Dos cidadãos entrevistados 30 por cento não acertaram e 16 por cento não arriscaram uma resposta sobre o número de partidos políticos com assento no Parlamento, nomeadamente: MPLA, UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA.

Do número de inquiridos que errou a resposta, destacaram-se aqueles que mencionaram partidos e coligações resultantes das eleições de 2008, cuja presença no Parlamento cessou com as eleições de 2012, tais como a Nova Democracia.

O relatório que temos estado a citar diz, 93 por cento respondeu acertadamente, dizendo que o indivíduo que fala em nome do povo na Assembleia Nacional é o Deputado. Contudo, 6 por cento erraram, dizendo tratar-se do Presidente da República e um por cento não respondeu a questão.

Vinte e três por cento consideraram o desempenho da Assembleia Nacional na resolução dos problemas dos vendedores ambulantes como sendo "mau", 24 por cento "bom", 12 por cento considerou "mediocre", 39 por cento consideraram "péssimo".

Dos inquiridos, 40 por cento afirmaram que não sentem a acção da Assembleia Nacional na sua vida e que, na realidade, a acção dos deputados está mais voltada para a satisfação dos interesses dos seus partidos, familiares e amigos e somente 36 por cento consideram que o trabalho da Assembleia Nacional é importante para a sua vida.

Os restantes dezasseis por cento não tinham opinião.

Quarenta e dois por cento consideram que a acção dos deputados leitores não é visível e não se reflecte na sua vida, importando-se esses, mais com a vida e bem-estar próprios. Muitos desses 42 mencionaram a sua própria condição de vendedores ambulantes sujeitos a todas as vicissitudes da vida por parte das

autoridades locais e de outros cidadãos sem a protecção da Assembleia Nacional.

Leis e sua importância

O inquérito do NCC demonstrou que 63 por cento dos inquiridos desconheciam qualquer lei que tenha sido aprovada para a melhoria da vida das populações e 26 por cento disseram que as leis que são passadas no Parlamento beneficiam os cidadãos. Onze por cento não tinham opinião formada ou não a quis emitir.

Dos cidadãos entrevistados pelo NCC apenas dois por cento afirmaram que os seus municípios já foram visitados por deputados, que levaram a cabo actividades político-partidárias e 98 por cento afirmaram nunca ter assistido a sessões de trabalho parlamentares.

Um primeiro inquérito, publicado em finais do ano de 2014, com o mesmo questionário, e que teve como grupo alvo os estudantes do ensino superior, tinha chegado à mesma constatação. A análise, em baixa, do desempenho da Assembleia Nacional.

A ONG, que se dedica à promoção da cidadania e dos direitos humanos, refere que o inquérito reflecte o resumo das opiniões dadas sob forma de entrevista aos entrevistadores, por cidadãos angolanos, cuja principal actividade profissional

Objectivo do inquérito

O NCC diz que com este trabalho os seus inquiridores quiseram "avaliar o nível de conhecimento dos cidadãos entrevistados sobre o papel e a importância da Assembleia Nacional na sua vida quotidiana e conhecer a interacção existente entre os cidadãos e os deputados em particular e a Assembleia Nacional em geral, assim como o seu nível de envolvimento e usufruto dos canais e instrumentos constitucionais existentes nesse órgão de soberania para benefício dos cidadãos".

Refere ter sido evidente que as pessoas não consideram a participação na vida pública, como uma prioridade na sua vida quotidiana.

"As respostas conseguidas foram de uma maneira geral, lacónicas e denotou-se um grande desconhecimento ou desinteresse em aprofundar as respostas às perguntas colocadas conforme ilustram os textos abaixo", constata o relatório do NCC.

Os inquiridores, segundo o documento' tiveram que se desfazer em explicações para conseguirem entrevistar os inquiridos já que muitos temiam algum tipo de exposição que lhes viesse a criar problemas com as autoridades locais ou centrais.

"Todavia não foi relatada qualquer interferência, ou mesmo algum episódio digno de realce capaz de ter interferido com as respostas ou com qualquer aspecto relativo à pesquisa em si", reconhece.

3.21 Dólar dispara nas kinguilas

Jornal O PAÍS

30 De Janeiro de 2015

No mercado informal a procura de divisas e o valor do câmbio afasta -se do mercado oficial novamente, com as 'notas verdes' a escassear em resultado da desdolarização da economia.

O dólar continua, com efeito, a ganhar terreno sobre o kwanza em diferentes pontos do mercado informal (kinguilas) da capital do país visitados por O País esta semana.

Quem procura a moeda norte-americana na área da Mutamba pode chegar a pagar o preço de Kz 140 por cada nota verde, embora também consiga fazer um 'bom negócio' a Kz 122. Na zona da Multiperfil, quem quisesse vender dólares obteria em troca Kz 120 por cada 'nota verde', ficando a compra de cada unidade da moeda americana ao preço de Kz 135.

Na linha que liga o Golfo 2, a Benfica, nas kinguilas que abordámos, o valor de compra da divisa norte-americana é de Kz 110 e o de venda de Kz 125.

As notas não estão aparecer mas vamos conseguir, disse-nos João Mateus, um 'operador informal'.

O circuito da aquisição das divisas pode passar pela utilização de intermediários que as conseguem junto dos bancos, ou de pessoas que se pretendem desfazer de dólares para poder efectuar compras em moeda nacional.

Se não tiverem os montantes que cliente deseja obter os 'kinguileiros' ou 'kinguileiras' conjugam esforços (ou seja, dólares) até atingir aquele montante. Mas quem tem muitos anos de experiência no sector apresenta mais mobilidade.

Os mais antigos e experientes na actividade cambial informal conseguem garantir ao cliente divisas até um

montante correspondente a USD 2.500, assegurou-nos Kiese, que opera na área da Multiperfil, ao Morro Bento, em Luanda. 'Estou a trabalhar nesta área há 6 anos, basta apareceres aqui e perguntares pela Kiese, todos me conhecem', adiantou.

Fernanda João, que opera na Mutamba queixou -se da 'escassez' de dólares, dado que 'as pessoas que deixaram de receber o salário com o dólar'. 'A minha colega foi para procurar USD 600, mas só conseguiu USD 300', revelou a ilustrar a escassez com que as kinguilas se confrontam.

Como se sabe, o circuito das kinguilas é muito reservado pelo que para obter qualquer tipo de informação é necessário mostrar que se pretende 'trocar ou comprar'.

Procura muito superior

O presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino fala de não agarrar a desvalorização 'porque há um princípio da lei da procura'.

'A procura hoje é muito superior à capacidade de oferta. O BNA fez um leilão de USD 150 milhões quando estava fazer um leilão de USD 500 milhões e já com um período «de seca». Durante quase um mês e meio não houve leilões para a economia, salvo para os petróleos' adiantou.

'O país depende muito de importação e desdolarizar uma economia que depende de importação era praticamente impossível', considerou o economista Victor Hugo de Moraes.

Para o economista, o kwanza desvaloriza face ao dólar 'porque aquilo de que se fala e ouvimos dizer da nossa economia não é o que vimos na prática. Pensávamos nós que tínhamos uma política monetária estável, uma economia em crescimento, mas, no entanto, o nosso crescimento sempre dependeu da venda do petróleo ...'. O kwanza vai ser a grande vítima deste processo, porque tanto as autoridades fiscais como as monetárias cometeram alguns erros gravíssimos e o resultado é este que se está a pagar'.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 "Elaborar um Orçamento de Estado rectificativo em 2015 será obrigatório"

Jornal Expansão
09 De Janeiro de 2015

A baixa do preço do petróleo reforça a ideia de que Angola tem de acelerar a diversificação da sua economia. Acha que este processo está a decorrer ao ritmo necessário?

Julgo que a política de diversificação encerra debilidades que lhe retiram efectividade. Não se deve ter uma visão maximalista da diversificação. Devemos assumir que somos uma potência petrolífera e orientar a política comercial e industrial sob esse prisma. É preciso respeitar etapas. Não há industrialização a sério sem reunir três condições básicas.

A que condições se refere?

Primeiro, oferta sem restrições de água potável canalizada; segundo, oferta sem restrições de electricidade; e, terceiro, uma escola de engenheiros de boa qualidade. Não existe uma reflexão séria acerca da estratégia de electrificação. Os lóbis dos falsos amigos que influenciam a construção de barragens terão sucesso enquanto essa discussão não ocorrer de modo amplo e participativo. Devemos pôr os nossos recursos de gás e petróleo ao serviço da electrificação e iniciar, o mais rápido possível, um programa de energia atómica, se é que, de facto, possuímos reservas consideráveis de urânio. Os investimentos nos nossos rios deverão ser de normalizar seu curso para favorecer a irrigação e evitar inundações.

Qual o grande desafio económico para 2015?

É retomar as reformas económicas. Só tem havido pequenas reformas, sem incidência de fundo. Não há, desde há mais de 20 anos, novas reformas de fundo da nossa economia, embora sejam necessárias. Até 2002, houve o pretexto da guerra, mas, depois disso, o que se passou foi o voluntarismo imediatista que substituiu a inteligência calculadora. A falta de reformas em todos domínios, política fiscal, política monetária, política comercial, política de educação,

política de solos rurais e urbanos, só para citar os domínios principais, explica a desaceleração do crescimento económico. A falta de reformas também está a conduzir à degradação de nossa democracia.

O que ganharíamos, em concreto, com tais reformas?

As reformas, bem explicadas, permitirão a cada indivíduo jovem discernir o seu projecto de vida e, dessa forma, ser solidário com o nosso Governo. A falta de reformas leva a juventude ao desespero de pensar que as terríveis desigualdades actuais se perpetuarão. Pouco a pouco, a juventude revolta-se, e qualquer Governo, mesmo quando ama muito o seu povo, não pode deixar de reprimir ferozmente a revolta. Dessa maneira, a falta de reformas inviabiliza a democracia. Justiça, verdade, liberdade são os parâmetros morais de reformas económicas de fundo. Angola será irreconhecível, para o bem, dentro de 10 anos, se iniciar nos próximos anos um verdadeiro comboio de reformas.

Transformar a sociedade é o grande desafio.

O grande desafio é a transformação de nossa sociedade no sentido do alcance, no prazo máximo de 10 anos, de pleno emprego, segurança social generalizada, acesso generalizado à propriedade. Se Angola não indicar, com o seu exemplo, o caminho que os outros países africanos se apressarão de seguir, quem poderá fazê-lo? Estou convencido de que nós, os angolanos, temos uma grande responsabilidade africana, e seria uma grande cobardia se nos furtássemos a assumi-la.

O futuro do País passa pela implementação de reformas a vários níveis...

As reformas económicas são a pedra-de-toque para aceleração do crescimento, diminuição do desemprego com vista ao pleno emprego e diversificação metódica da economia, bem diferente dos esforços desgarrados e saltos de etapas que explicam o insucesso quase total do programa iniciado nesse sentido desde o advento da paz, há mais de 12 anos.

Acha que será necessário fazer-se este ano um orçamento rectificativo, face à queda do preço do petróleo?

Mais do que necessário, será obrigatório. Mas repito que não devemos perder de vista a necessidade de reformas no domínio da política fiscal, onde existem muitos factores a corrigir. Não temos um sistema

fiscal adequado ao crescimento. Pelo contrário, temos um regime fiscal que atrapalha o crescimento.

Que leitura faz a retirada gradual dos subsídios aos combustíveis?

É preciso que a diminuição e supressão desses subsídios sejam acompanhadas da baixa de impostos, para não penalizar a população de baixos rendimentos.

4.2 OGE 2015: Centralismo recua

Novo Jornal

16 De Janeiro de 2015

O COMBATE às assimetrias regionais passa também pela descentralização orçamental já que se acredita que quanto mais próximos os gestores orçamentais estiverem dos problemas melhor. Em 2015, 98,7% dos 7,2 mil milhões de Kwanzas (Kz) [72,65 mil milhões de dólares (USD)] de gastos previstos, incluindo activos financeiros, serão geridos pelo poder executivo ou órgão sob sua tutela. Uma percentagem praticamente igual do OGE 2014.

O poder executivo central será responsável pela gestão de 81,9% do bolo orçamental em 2015. No OGE 2014, essa percentagem era de 84,5%. Ou seja, o peso do Executivo central na gestão dos dinheiros públicos recua 2,6 pontos percentuais. Quem ganha são as províncias que passam a gerir o equivalente a 16,7% do OGE 2015, contra 14,1% em 2014, isto é um aumento de 2,6 pontos percentuais igual à quebra do poder central.

Pressupostos e riscos

Como se sabe um orçamento não passa de uma previsão de receitas e despesas com base em determinados pressupostos. O OGE 2015 não é excepção.

Petróleo - Em Angola, o nível de receitas públicas e, consequentemente, a capacidade de financiar despesas sem recorrer ao endividamento, é determinado pelo preço do petróleo, além, naturalmente, dos níveis de produção.

Quanto à produção, o OGE 2015 admite um aumento da produção petróleo de 10,2%, de 1,66 milhões barris dia para 1,83 milhões. Nos últimos anos as previsões de aumento da produção petrolífera não se têm concretizado devido a problemas

operacionais restritivos, nomeadamente de manutenção. Para 2015, o Executivo confia na entrada funcionamento o projecto CLOV que segundo previsões poderá atingir o pico de produção de 160 mil barris por dia.

Relativamente ao preço do petróleo, o OGE 2015 foi elaborado com base numa cotação média do petróleo angolano de 81 USD por barril, valor muito próximo das cotações do petróleo Brent nos mercados internacionais na altura da apresentação do OGE à Assembleia Nacional. Depois de ter atingido um pico da ordem dos 115 USD o barril, em Junho 2014, nos últimos cinco meses o crude caiu mais de 20% para os mínimos de quatro anos.

Se todas as previsões económicas envolvem riscos, no caso do petróleo os riscos são muito maiores.

Basta recordar o que se passou há pouco menos de cinco anos. Depois de atingir um máximo de quase 150 USD por barril em Julho de 2008, o crude caiu em pouco meses para cerca de 40 USD na sequência da crise do crédito hipotecário com epicentro nos Estados Unidos. As consequências para o OGE angolano foram então uma quebra de cerca de 36% nas receitas correntes de 2009 que obrigaram a um corte de quase 11 % nas despesas, em particular no investimento que caiu 16,7%.

Agora, mais do que para as condições económicas internacionais, embora estas não sejam boas, os analistas olham para as alterações estruturais no mercado de petróleo, nomeadamente para os Estados Unidos que parecem caminhar para a auto-suficiência, graças ao, petróleo de xisto. Se o maior consumidor mundial de petróleo produzir o suficiente para si próprio, muita coisa pode mudar no panorama petrolífero mundial. Até que ponto? Ninguém arrisca dizer.

Neste contexto, a previsão de 81 USD por barril para a elaboração do OGE parece muito pouco prudente.

Crescimento - A proposta de OGE 2015 baseia-se num crescimento real de 9,7%% - mais do dobro dos 4,4% previstos para o ano em curso de acordo com o cenário macroeconómico que consta da proposta de OGE.

O PIB deverá ser impulsionado quase 50/50 pelo sector petrolífero (que dispara quase 11%) e não petrolífero (que cresce 9,2%).

Esta previsão é claramente mais optimista que as avançadas pelo FMI para a economia nacional (5,9%) nas "Perspectivas Económicas Mundiais" publicada em Outubro de 2014.

Os "riscos" associados ao cenário macroeconómico são "elevados" devido à queda do preço do petróleo, e às incertezas quanto às reacções de curto prazo da parte da OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo, com parte dos países membros a defender cortes nas quotas de produção e, outra parte, a manutenção das quotas, reconhece Executivo.

No que respeita ao sector não-petrolífero o Executivo confia que o reforço do investimento público, nos domínios das infra-estruturas económicas e dos apoios sociais, vai suportar o aumento da produção em geral e da agricultura, em particular.

4.3 A complicada revisão do OGE

Semanário Angolense
17 De Janeiro de 2015

Este «biló» será, na verdade, a «continuação do sumário anterior», ou seja, a continuação da batalha que se travava entre a Oposição e a Sociedade Civil de um lado e o MPLA do outro. No processo da sua aprovação, em Novembro/ Dezembro de 2014, a Oposição e a Sociedade Civil bem que se esfalfaram dizendo que o preço médio do barril de petróleo era irrealista e o OGE não só não reflectia o investimento em sectores nevrálgicos para a diversificação da economia, como a Agricultura, Pescas e Indústria, como não reflectia também a responsabilidade de um Estado Social na Educação e Saúde. Apontavam também o volume por eles considerado desproporcional das despesas de Defesa e Segurança. O MPLA fez ouvidos de mercador e aprovou sozinho o OGE, apoiado na sua confortável maioria, contra os votos de quase toda a oposição parlamentar, com a «honrosa» excepção da FNLA de Lucas Ngonda.

E aí abriu o flanco que a Oposição vai explorar à exaustão. De resto, logo na primeira semana de Janeiro, o maioritário viu-se obrigado a admitir que a Oposição estava certa, predispondo-se a impor uma revisão do OGE antes mesmo de começar a ser executado. Pior ainda para o Mampelas, está sendo obrigado a pedir aos angolanos a apertarem o cinto e a tomar medidas impopulares, como o corte de subsídios que vêm desde a Independência. Estão reunidas as condições para, caso a Oposição seja inteligente desta vez (já demonstrou não o ser noutras ocasiões), encostar realmente o partido no poder à parede.

E é isso que certamente irá acontecer. Com o MPLA sem o respaldo do «canteiro de obras» e com a sua

tradição de centralizar a governação numa altura que se precisa de criatividade a nível do terreno, a luta promete ser renhida. Há, no entanto dois handicaps que poderão jogar a favor do MPLA: a incapacidade dos partidos da oposição de coordenarem as suas acções e de fazerem bem o trabalho de casa. Mas, se tiverem aprendido com os erros do passado, poderão contar com o apoio da mesma Sociedade Civil à qual o «maioritário» não quis dar ouvidos.

4.4 Governador exige maior rigor aos gestores

Jornal de Angola
17 De Janeiro de 2014
texto: Nicolau Vasco

O governador do Cuando Cubango, Higinio Carneiro, pediu rigor aos seus colaboradores no diagnóstico das acções a serem executadas, tendo em atenção o baixo custo do barril do petróleo no mercado Internacional, que vai originar uma revisão do Orçamento Geral do Estado.

Higinio Carneiro falava numa reunião com os vice-governadores, directores provinciais e os administradores municipais, para uma reflexão sobre as verbas atribuídas à província, no quadro do Orçamento Geral do Estado deste ano.

Durante a reunião, a primeira do ano, que contou também com a participação do comandante provincial da Polícia Nacional e de magistrados do Tribunal e Procuradoria Provincial, o governador disse estar satisfeito com a execução efectiva dos projectos em 2014, o que permitiu elevar o nível de desenvolvimento da província nos diferentes domínios.

Pediu, para este ano, a mesma determinação e contenção de gastos para a concretização das acções em curso e dos projectos prioritários a serem delineados, face à revisão do OGE'20 15.

Um documento a que o Jornal de Angola teve acesso aponta para um orçamento global da província do Cuando Cubango, superior a 106,254 mil milhões de kwanzas.

No Cuando Cubango, o governo tem como prioridades para este ano, a execução de projectos, sobretudo ligados ao alargamento da rede sanitária, educação, abastecimento de água potável às populações.

Os participantes na reunião debruçaram-se também sobre a execução do Programa de Desenvolvimento da Província, considerada positiva, dado o volume das acções executadas. Foi também avaliado o processo de actualização do registo civil gratuito nas zonas recônditas da região, o que possibilitou a emissão de 35 mil novos Bilhetes de Identidade.

A execução financeira nas nove administrações municipais é de 2.556 milhões de Kwanzas dos 4.038 milhões inicialmente previstos, o que representa 63 por cento de eficiência. Em relação ao Programa Água para Todos, a execução financeira foi de 136.060 milhões dos 360 perspectivados, a Merenda Escolar foi de 284.234 milhões dos 468 milhões previsto e os Cuidados Primários de Saúde consumiram apenas 898 milhões dos 1,7 mil milhões programados.

4.5 Autorizada emissão de Kz 677 mil milhões para financiar OGE

Jornal O PAÍS

23 De Janeiro de 2015

O Ministério das Finanças já está autorizado a emitir Kz 677,76 mil milhões em títulos de dívida pública para financiar o Orçamento Geral do Estado para este ano, de acordo com dados compilados por O País. O OGE 2015 prevê a emissão de Kz 1.400 mil milhões em títulos de dívida pública, nomeadamente Obrigações do Tesouro (OT) e Bilhetes do Tesouro (BT).

Em particular, com a finalidade de financiar o OGE, já estão autorizadas a emissão de Kz 480,16 mil milhões de Obrigações do Tesouro e a de Kz 197,6 mil milhões de Bilhetes do Tesouro. As emissões de OT serão efectuadas em moeda nacional e colocadas através de leilão, tendo os títulos o seu valor nominal indexado à taxa de câmbio do dólar.

No todo estão autorizadas oito emissões de OT. A seguir às destinadas a financiar o OGE, a emissão que apresenta maior valor máximo é a que tem como objectivo a regularização dos atrasados (Kz 147 mil milhões), tratando-se de uma emissão directa a favor do Estado.

Por outro lado, o Fundo de Apoio e Desenvolvimento Agrário (FADA), o Banco de Poupança e Crédito (BPC), o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), o Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) e o Banco de Comércio e Indústria (BCI) serão os destinatários da emissão directa de OT em moeda nacional num montante máximo de, respectivamente, Kz 2,5 mil

milhões, Kz 27 mil milhões, Kz 27,44 mil milhões, Kz 1,5 mil milhões e Kz 4 mil milhões. O objectivo das emissões, envolvendo, no seu conjunto, Kz 62,44 mil milhões, é a capitalização destas entidades, sendo a taxa de juro indicada de 5%. De acordo com analistas do mercado, as emissões para a capitalização dos bancos públicos - BDA, BCI e BPC - estarão relacionadas com os resultados do exercício do AQA Avaliação da Qualidade dos Activos, ordenada pelo BNA na sequência do 'caso BESA'.

Está igualmente autorizada a emissão de BT até ao montante máximo de Kz 402,5 mil milhões em regime de leilão de preços semanal.

4.6 Camacupa contribui com 28 milhões de kwanzas

Jornal Economia e Finanças

23 De Janeiro de 2015

A repartição fiscal do município do Camacupa, cidade do Cuito, província do Bié, arrecadou, em 2014, para os cofres do Estado 28 milhões de kwanzas, representando 20,13 por cento acima do valor alcançado no ano anterior.

Em declarações a Angop, o chefe de repartição fiscal, Roberto Guilherme João, fez saber que as receitas são provenientes de impostos de rendimento de trabalho, selo, industrial e outros emolumentos.

O responsável referiu ainda que em 2014, a repartição incrementou as acções de fiscalização nas actividades geradoras de rendimento, com vista a combater a fuga ao fisco e inserir no sistema tributário novos contribuintes.

Para este ano, o responsável disse que a instituição vai aumentar a tarefa de cadastramento de contribuintes para aumentar o volume de receitas a arrecadar no município de Camacupa.

Roberto Guilherme João alertou, por outro lado, aos cidadãos que exercem actividades lucrativas de forma ilícita no sentido de legalizarem os seus negócios.

A formalização dos negócios, além de ser uma obrigação para com o Estado, é também um acto cívico e patriótico. Segundo disse, as condições estão criadas para que os cidadãos legalizem, sem percalços, os seus negócios.

4.7 OGE 2015 Tendência de redução na educação e saúde

Novo Jornal

23 De Fevereiro de 2015

NO PROSSEGUIMENTO da divulgação da análise conjunta da Acção para o Desenvolvimento Rural de Angola (ADRA) e do Observatório Político e Social de Angola (OPSA), em relação ao Orçamento Geral do Estado (OGE) referente ao ano de 2015, nesta edição entraremos nos meandros das políticas públicas.

Execução - O histórico de execução dos OGE angolanos não constitui bom cartão-de-visita. A execução do Orçamento Geral do Estado 2014, na óptica do compromisso, deverá registar um défice de 23,7 mil milhões Kwanzas (Kz) em vez dos 630,3 mil milhões Kz previstos no OGE aprovado pela Assembleia Nacional. Já na óptica de caixa o défice de 2014 será de 472,3 mil milhões Kz, contra os mesmos 630,3 mil milhões previstos.

De acordo com a prática internacional, na óptica de compromisso as despesas são contabilizadas no ano em que são autorizadas independentemente de serem pagas ou não nesse ano. Já as receitas são contabilizadas apenas no momento em que são efectivamente recebidas.

O défice 2014 estimado no relatório de execução do OGE 2014 é de apenas 23,7 mil milhões Kz, na óptica do compromisso, em vez dos 630,3 mil milhões orçamentados.

Isto deve-se, sobretudo, ao facto de o Executivo prever gastar em 2014 "apenas" 4,4 mil milhões de Kz e não os 5,4 mil milhões orçamentados. Os maiores cortes ocorreram ao nível do investimento que não deverá ultrapassar mil milhões Kz, contra os 1,7 mil milhões Kz previstos. A fraca execução da despesa mais do que deverá compensar a queda das receitas. O Executivo previa arrecadar este ano 4,7 mil milhões Kz, mas não deverá conseguir mais do que 4,4 mil milhões, devido à quebra do preço do petróleo.

Como já foi referido, o baixo nível de execução tanto das receitas como das despesas não ajuda a credibilizar as previsões do OGE.

As políticas públicas

As políticas públicas de um país devem orientar-se, antes de mais, pelo e para o cumprimento dos direitos e deveres fundamentais consagrados na

Constituição, que expressa o compromisso em que assenta a relação os cidadãos verdadeiros detentores do poder político - e os titulares dos poderes legislativo, executivo e judicial.

Educação e saúde

EDUCAÇÃO - O ensino pré-escolar viu as suas verbas aumentar 4 vezes, o que é positivo, mas ainda fica aquém das necessidades deste segmento, pois se considerarmos que Angola terá cerca de 800 000 crianças em idade pré-escolar, a despesas per-capita é inferior a 2.500,00 Kz/ano.

O ensino primário continua a ser o que mais recursos absorve, 64,5% das despesas com a subfunção "Educação", subindo 17,3 pontos percentuais face aos anteriores 47,2%. O aumento do peso do ensino primário no OGE 2015 - vê as suas verbas duplicarem de Kz 211,4 mil milhões para Kz 424,5 mil milhões - está em linha com as recomendações dos especialistas que consideram que é neste nível de ensino que estão os maiores problemas da educação em Angola.

Por outro lado, incompreensivelmente, o peso do ensino secundário desce 7,1 pontos percentuais para 12,8% e o do ensino superior, apesar de cair 7,8 pontos percentuais continua a consumir mais recursos (14,5%) que o ensino secundário. Esta repartição de recursos entre os níveis de ensino secundário e superior sugere, porventura, um esforço financeiro exagerado em favor das universidades e em detrimento das escolas secundárias que são em maior número e têm muito mais alunos.

Saúde - O valor das despesas com o sector da Saúde, em 2015, sobe 28,4% em relação a 2014. Deste modo, o peso relativo deste sector no OGE sobe 1,25 pontos percentuais passando de 4,35% em 2014 para 5,6% em 2015. O OPSA e a ADRA consideram que merece particular destaque pela positiva o aumento de 80% no valor orçamentado para os Serviços de Saúde Pública, subindo o peso relativo deste segmento 10 pontos percentuais passando de 24,4% para 34, % do orçamento do sector da Saúde. Esta opção enquadra-se na perspectiva de que o direito à saúde dos cidadãos é garantido, antes de mais, por um sistema adequado de serviços de Saúde Pública.

Defesa, segurança e ordem PÚBLICA - A análise efectuada pelo OPSA e a ADRA não se debruça particularmente sobre estas rubricas do aGE, a não ser na medida em que servem de contraponto ao orçamento para a Educação e a Saúde. Todavia, não deixa de chamar à atenção que mais de 90% valor atribuído a "Segurança e Ordem Pública" seja

destinado a "Serviços de Segurança e Ordem Pública não especificados".

Como se irá monitorar e fiscalizar a implementação de serviços não especificados? Como acima foi referido, um dos aspectos que mais se destaca na análise do OGE 2015 é que, pela primeira vez desde 1991, o valor das despesas com Educação e Saúde ultrapassa os gastos orçamentados com Defesa, Segurança e Ordem Pública. Todavia, importa ter consciência que os gastos com a Defesa, Segurança e Ordem Pública ainda estão muito elevados e que o investimento em Educação e Saúde ainda está muito aquém do recomendado. Tenha-se em conta, por exemplo que a "Declaração de Abuja", adoptada, em 2001, pelos Chefes de Estado da União Africana, concordou que 15% do valor do OGE deveria ser dedicado à Saúde.

Por outro lado, se analisarmos a evolução dos gastos com a educação e a saúde nesta legislatura, ou seja, desde 2013, a valores constantes de 2013 - deduzindo o efeito da inflação - e não a valores correntes como habitualmente se faz, verifica-se que, a valores constantes, em 2015, as despesas com a Educação são inferiores em 14,9% às despesas orçamentadas para o sector em 2013. Isto revela uma tendência de desinvestimento na educação que é extremamente grave. O mesmo se passa com as despesas no sector da Saúde onde se verifica uma quebra, em termos reais, de 5,1% entre 2013 e 2015 (cf. anexo 1). Isto significa que apesar de os valores nominais estarem a aumentar, os valores reais dedicados a estes sectores estão a diminuir, revelando, ao contrário do que se apregoa, um desinvestimento no sector social.

4.8 Vendas à China podem reduzir impacto da crise

Jornal de Angola

28 De Janeiro de 2015

As exportações angolanas de petróleo a longo prazo para a China podem reduzir os efeitos da queda do preço daquele produto, noticiou a agência MacaHub, com base em fontes do África Monitor Intelligence.

A agência de notícias refere que Angola, devido à queda das receitas petrolíferas, é obrigada a recalcular as contas públicas e repensar o modelo económico, reforçando a diversificação, mas que tem "uma almofada" nos contratos de fornecimento à China.

A China, devido a contratos de fornecimento de longo prazo, que começaram a ser desenvolvidos sobretudo a partir de 2002, é o maior comprador de petróleo de Angola, tendo absorvido cerca de metade

das exportações em 2013, último ano completamente apurado.

Um relatório da África Monitor Intelligence, que menciona "altos funcionários do Governo angolano", salienta que "a queda abrupta do preço do petróleo preocupa as autoridades nacionais", que referem "uma série de factores atenuantes" a nível interno, que permitem alguma margem de manobra na gestão da situação.

Entre aqueles factores conta-se o tipo dos contratos de fornecimento futuros à China e a forma como o preço é definido, favorável a Angola em momentos de turbulência no mercado.

O África Monitor Intelligence, reconhece que Angola dispõe de confortáveis reservas cambiais e de grande capacidade de acesso ao crédito para enfrentar problemas pontuais que eventualmente se manifestem.

Angola assegurou na semana passada um financiamento de 500 milhões de dólares, repartidos em partes iguais pela Goldman Sachs e pela britânica Gemcorp Capital depois de ter assegurado em Dezembro um financiamento de dois mil milhões da China, para o sector petrolífero. O África Monitor Intelligence realça igualmente que as autoridades angolanas acreditam que a crise nos preços é curta duração.

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, deixou transparecer na mensagem de fim de ano algumas preocupações quanto ao impacto do preço do petróleo no plano orçamental e na economia.

A nível económico, a situação inerente à queda do preço do crude veio tomar mais prementes os esforços de diversificação da economia, que passam pelo desenvolvimento de vários sectores, dos quais se destacam a agricultura e indústria. A Economist Intelligence Unit (EIU) diz num relatório que "a actual situação vai acelerar a diversificação económica" e que "há sinais de esperança sobretudo na indústria, que representa menos de 10 por cento do PIB angolano, mas está em franco crescimento, em boa parte devido ao novo sistema de tarifas aduaneiras, mais proteccionista". O ministro da Economia afirmou em Outubro que a baixa do preço do petróleo no mercado internacional é uma oportunidade para o país diversificar a economia em relação ao sector do crude.

Abraão Gourgel disse ser "fundamental que o país enfrente este momento com eficácia e determinação, tendo em vista o desafio da diversificação da actividade económica".

Como sectores potenciais para a diversificação, mencionou agricultura, alimentação, agro-indústria, a actividade extractiva, bem como a cadeia produtiva do petróleo, a que se juntam habitação, água, energia, transportes e logísticas.

Novas zonas industriais, a maior das quais é a de Viana, "tendencialmente geram mais emprego, incluindo trabalhadores não qualificados, e o seu desenvolvimento "pode ajudar Angola a reduzir a dependência de bens importados", refere uma análise recente da EIU sobre o impacto da queda das receitas petrolíferas.

O Executivo angolano continua interessado em investimento estrangeiro e oferece inclusivamente benefícios fiscais bastante favoráveis. O relatório da EIU salienta que se Angola melhorar o abastecimento de energia e eliminar burocracias está numa "posição privilegiada" para desenvolver as exportações regionais, principalmente devido "às recentemente reconstruídas linhas de caminho-de-ferro" .

4.9 GPL priorizará programas sociais no seu orçamento

Jornal Manchete

30 De Janeiro de 2015

O Governo Provincial de Luanda dará prioridade, no exercício económico de 2015, à programas sociais dos sectores da saúde e educação, informou quarta-feira o chefe do Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP), Jacob Pinto.

O responsável anunciou o facto no final de uma reunião extraordinária, presidida pelo governador provincial, Graciano Domingos, que analisou as actividades a serem desenvolvidas em variados sectores, durante o corrente ano.

Jacob Pinto ressaltou a necessidade de se reajustar o Programa de Investimentos Públicos (PIP), na sua componente de despesas de funcionamento. A reunião tratou igualmente de assuntos relacionados com as comemorações dos dias 4 de Fevereiro (início da luta armada), 14 de Fevereiro (Carnaval), 4 de Abril (Dia da Paz), bem como as actividades em tomo dos 40 anos da independência nacional.

4.10 OGE. Cortes na despesa chega aos 13 mil milhões de dólares

Jornal Agora

30 De Janeiro de 2015

Quando concluído o processo, em Fevereiro próximo, vai implicar menos 13,8 mil milhões de dólares em receitas petrolíferas, com a previsão do barril de crude a cair para menos de 40 dólares.

"Não há dúvidas de que o Governo precisa de rever a despesa pública, face ao preço actual do petróleo, abaixo dos 35 dólares por barril, quando o OGE prevê 81 dólares, mas é preciso cuidado nos cortes na despesa, sob pena de se arriscar a ter repercussões sociais", revela o relatório 'The Economist', que analisa a estratégia do Executivo para a Administração Pública.

No relatório enviado aos investidores, os economistas da unidade de análise económica da revista britânica alertam que a medida do Governo em congelar os salários da função pública é arriscada, por ter um impacto directo na população.

De acordo com números oficiais, os salários públicos representam 30% da despesa no OGE 2015, sendo necessária a redução dos salários das empresas públicas que ainda dependem do OGE.

De acordo com dados do Ministério das Finanças, os economistas baseiam-se nos termos da revisão do OGE para 2015, saídos da última reunião da comissão económica do Conselho de Ministros.

O programa de revisão do OGE terá sido convocado pelo Presidente da República, no início do mês, e deverá terminar com a aprovação do novo OGE pela Assembleia Nacional, ainda segundo o MINFIN, até final de Fevereiro.

"Comparativamente ao preço inicial de 81 dólares por barril (OGE de 2015), reflecte (a revisão) uma perda de 14 mil milhões de dólares, decorrente da recente queda do preço do petróleo para patamares superiores a 50%", refere a mesma informação.

Na versão ainda em vigor do OGE, o Executivo previa arrecadar, em 2015, mais de 24,2 mil milhões de dólares com impostos sobre o petróleo a cotar em 81 dólares por barril, o que, desde já, representava uma quebra face ao ano anterior.

Salientar que o orçamento de 2014 projectava o barril a 98 dólares e previa a arrecadação de 3,048 biliões de kwanzas em impostos sobre o petróleo.

O petróleo rendeu a Angola, em 2013, cerca de 76% das receitas fiscais, com o barril a ser vendido a 100 dólares.

Na versão original, o OGE 2015 já previa um défice de 7,6% do Produto Interno Bruto.

O preço do barril de petróleo é o motivo que está na origem das quebras projectadas na arrecadação de receitas, até porque a produção total deverá aumentar 10,7%, passando de 604,4 milhões de barris, estimativa para 2014, para 669,1 milhões de barris em 2015.

O sector não-petrolífero deverá render em 2015, nas contas do Governo, antes da revisão, 1,417 mil milhões de dólares (13,4 mil milhões de dólares) em impostos.

4.11 Orçamento garante prioridade à inclusão socioeconómica

Jornal Economia e Finanças
30 De Janeiro de 2015
Texto: Arão Martins

Potenciar a inclusão socioeconómica, consubstanciado no aumento do acesso aos serviços sociais básicos às populações, é o objectivo do Orçamento Geral do Estado (OGE), 2015, aprovado para a Huíla, disse o director do Gabinete de Estudos e Planeamento do governo provincial, António Ngongo.

António Ngongo, que dissertava o tema sobre "Orçamento provincial para 2015", no seminário de capacitação sobre "Regras de execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) /2015", que teve lugar no Lubango, revelou que o orçamento, tem ainda por objectivo, estimular a competitividade e atractividade da província, no contexto regional e nacional e a grosso modo resolver os problemas do povo.

Explicou que o OGE assume-se como sendo o principal instrumento de gestão que, com base na legislação, detalha todas as receitas e despesas do Estado do presente exercício económico e financeiro, despesas estas propostas pelo Executivo e aprovadas pela Assembleia Nacional.

António Ngongo disse que para 2015, o OGE aprovado para a província da Huíla, visa na generalidade promover o desenvolvimento

estruturado e sustentado dos sectores económico e social, marcados por necessidades de carácter estratégico que viabilizadas, permitirão tornar exequíveis os projectos pré-concebidos.

Esta medida, visa potenciar a inclusão social, aumentar o acesso aos serviços sociais básicos, estimular a competitividade e atractividade da província.

Metas

O director do gabinete do Plano do Governo Provincial da Huíla, esclareceu que com base no cumprimento das metas a atingir pelo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para o quinquénio 2013/2017, vai se continuar a utilizar o orçamento, instrumento que estabelece a governação por programas a partir de dois pressupostos importantes.

"A cobrança de resultados e realidade problemática, de modo a melhorar os padrões de eficácia e eficiência da despesa pública, através de uma gestão físico-financeira, baseada em resultados", disse.

O responsável explicou que o OGE/2015, para a província da Huíla, tem por objectivo, fixar o limite de despesas para todos os entes orçamentados e prevê os recursos financeiros necessários para a cobertura destas despesas.

Avançou que o mesmo reflecte também, um estreito alinhamento com os objectivos estratégicos da província constantes do plano de desenvolvimento provincial da Huíla 2013/2017, aprovado pela comissão económica do Conselho de Ministros a 15 de Outubro de 2014, e assume os objectivos do PND, assim como os da estratégia "Angola 2025".

Citou a preservação da unidade e coesão nacional, a garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento, melhor ia da qualidade de vida, a inserção da juventude na vida activa, o desenvolvimento do sector privado, e, a inserção competitiva do país no contexto internacional.

Orçamento

Para a província da Huíla, o OGE, apresenta uma visão de receitas de 8,1 mil milhões de kwanzas, numa altura em que as despesas previstas estão avaliadas em 8,3 mil milhões.

António Ngongo disse que houve um crescimento na despesa de 27,6 por cento, comparativamente com o exercício económico 2014, dos quais 78,0 destinadas a despesas correntes e 22,0 para despesas de capital.

"Importa destacar que o Orçamento Geral do Estado (OGE) 2015, para a província da Huíla, beneficia o sector social em cerca de 63 por cento", sublinhou.

Investimentos públicos

Para este ano, a província da Huíla, no quadro do Programa de Investimentos Públicos (PIP), vai beneficiar da execução de vários projectos.

O director do gabinete do Plano do Governo da Huíla, António Ngongo, esclareceu que para o exercício económico 2015, o PIP, inclui não apenas projectos cuja execução será de competência local, mas também projectos ministeriais, com incidência na província da Huíla.

Informou que a província da vai executar seis projectos (plurianuais) e 32 projectos orçados em 16.433.396.856,00 kwanzas.

Disse que da competência ministerial, vão ser executados 34 projectos, com incidência na província orçados em 30.728.159.084,00 kwanzas.

"A análise deste programa apresentado não inclui os projectos de investimento público constantes do programa municipal local de combate à pobreza das administrações municipais", esclareceu.

Indicou que serão desenvolvidos programas de divulgação e promoção do potencial turístico, de habitação social, reabilitação e construção de infra-estruturas de transporte rodoviários, expansão e produção de água e saneamento, ensino primário e secundário, desenvolvimento do comércio e das infra-estruturas comerciais.

Serão ainda desenvolvidos acções do programa "Água para todos", de desenvolvimento rural, electricidade, saneamento básico, dentre outros, nos 11 municípios que compõem a província da Huíla.

Referiu que no quadro do PIP serão desenvolvidas acções nos sectores da defesa, interior, finanças, administração do território, administração pública, trabalho, e segurança social, justiça e direitos humanos, petróleos, hotelaria e turismo, construção, energia e águas, saúde, educação, ensino superior, assistência e reinserção social, entre outros.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Nova edição da feira realizada este ano

Jornal de Angola
06 De Janeiro de 2014

O Ministério da Administração do Território realiza este ano a segunda edição da Feira dos Municípios e Cidades de Angola, em paralelo com o Fórum dos Municípios, inseridos nas comemorações dos 40 anos da Independência Nacional.

O programa inscreve ainda dois acontecimentos de carácter nacional, nomeadamente os encontros das Autoridades Tradicionais e dos Recursos Humanos da Administração Local.

O Fórum inclui, também, debates e concertação de ideias entre os órgãos centrais da administração do Estado e local, incluindo o sector privado, sobre os principais aspectos que interferem directamente na melhoria do nível de vida das populações.

Os governadores provinciais, administrações municipais, personalidades ligadas a vida académica, representantes de diversas associações técnico-profissionais e cidadãos em geral vão participar deste encontro, que se realiza anualmente em Agosto, no âmbito das jornadas do Dia Africano da Descentralização e do Desenvolvimento Local, institucionalizado pela União Africana (UA).

Entre outros, este fórum tem, fundamentalmente, como objectivo reflectir sobre as alterações positivas que têm vindo a ocorrer nos países do continente africano, como resultado da descentralização e do desenvolvimento local.

Em Angola, a decisão da União Africana foi prontamente correspondida com o Decreto Presidencial nº 142/13, de 27 de Setembro, ao abrigo do qual se realizou, em 2013, a primeira edição, em simultâneo com a Feira de Municípios e Cidades de Angola. O Ministério da Administração do Território tem por missão propor a formulação, coordenar, executar e avaliar a política do Executivo angolano relativamente à administração local do Estado, organização territorial e autoridades tradicionais e assegurar as condições técnicas para a realização de eleições.

5.2 Municípios têm autonomia financeira

Jornal de Angola
09 De Janeiro de 2015

As Administrações Municipais de Luanda vão destinar uma parte das receitas arrecadadas mensalmente ao apoio aos funcionários e agentes da administração, para assegurar uma melhor prestação de serviços públicos, por força do novo regime jurídico do Governo Provincial.

Aprovado pelo Decreto Presidencial 293/14, de 21 de Outubro, a nova organização e funcionamento da administração local do Estado na província de Luanda extinguiu muitas Direcções Provinciais, concentrando todas atribuições e competências em quatro gabinetes.

A luz da nova organização, os municípios de Luanda passam a ser considerados como unidades orçamentais e equiparados a províncias, no domínio da elaboração e execução do Programa de Investimentos Públicos e do Orçamento Geral do Estado.

Em matéria de contratação pública, os administradores municipais e o presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda passaram a ter competências similares às de um governador em termos de realização de despesas.

Este novo estatuto de Luanda permite que os gestores municipais sejam equiparados a secretários de Estado e os seus adjuntos a directores nacionais, enquanto os directores municipais são equiparados a directores provinciais. Os municípios de Luanda gozam de autonomia financeira e de autonomia patrimonial, que se traduz na capacidade de elaborar e aprovar o seu orçamento, os respectivos balanços e contas, dispor de receitas próprias e passar a ter capacidade de ordenar e processar as despesas e arrecadar receitas nos termos da Lei, para além de gerirem o próprio património.

O governador provincial de Luanda anunciou que as novas competências das Administrações Municipais se destinam a conferir-lhes maior poder para serem céleres na resolução dos principais problemas da população. Graciano Domingos referiu que a província passa por um período de reformas, que em alguns casos são dolorosas e provocam às vezes algumas incertezas. O governador afirmou que as

reformas são motivadas "por algumas necessidades de mudanças, tendo em vista a melhoria da prestação de serviços públicos". Graciano Domingos referiu que a instalação das autarquias "obriga a cuidar da preparação da máquina administrativa e a cultivar na consciência dos funcionários a ideia da descentralização". O governador declarou que "o processo de desconcentração é um aceno directo ao processo das autarquias que se pretende em Angola" e que o objectivo nesta fase inicial é criar capacidades para que a institucionalização das autarquias locais não seja dolorosa, nem obrigue a administração central "a substituir-se várias vezes aos órgãos autárquicos que forem eleitos".

5.3 Instituto tem novo modelo de formação para liderança

Jornal de Angola
14 De Janeiro de 2015
Texto: Edna Dala

O Instituto de Formação Local (IFAL) lança este ano, no quadro do seu plano estratégico 2015-2019, novos formatos de cursos dirigidos a governadores, vice-governadores, administradores e secretários provinciais. Além dos novos modelos de formação, o IFAL começa este ano com o curso de alta direcção da administração local para governadores provinciais, com a duração de 150 horas e com início marcado para Maio. O ano académico do IFAL abre em Fevereiro. Os cursos são leccionados com base em novas tecnologias, segundo o novo programa curricular. Para este ano, é acrescentado o curso de direcção provincial da administração local em energia, água e ambiente.

Com vista ao fortalecimento institucional e para a sua efectiva intervenção no contexto nacional e internacional, o IFAL elaborou o plano estratégico para o quadriénio 2015/2019. O documento representa uma viragem no modelo de formação implementado nas Administrações Municipais, no âmbito do Plano Nacional de Formação de Quadros. O plano estratégico 2015-2019 foi concebido com a participação do Instituto Nacional de Administração Pública de Espanha e apresentado ao público, em Luanda, no dia 24 de Novembro passado.

5.4 Autárquicas na agenda, diz MPLA

Jornal Expansão
16 De Janeiro de 2015

O vice-presidente do MPLA disse que o partido prevê para 2015 a preparação das linhas orientadoras para a realização dos trabalhos iniciais ligados às eleições autárquicas e às gerais de 2017. Segundo Roberto de Almeida, que falava na cerimónia de cumprimentos de ano novo aos membros do bureau político, deputados e quadros do partido, o MPLA começa também este ano os preparativos do VI Congresso Ordinário, previsto para 2016, para consolidar e aperfeiçoar o trabalho de revitalização das estruturas de base.

5.5 Autarquias, a velha maka

Semanário Angolense
17 De Janeiro de 2015

O próprio Presidente da República deu novo tom a este «bilho», ao sugerir, no seu discurso de fim de ano, à Assembleia Nacional que começasse já em 2015 a trabalhar no pacote legislativo eleitoral. Na altura, ninguém prestou muita atenção a isso. No entanto, menos de duas semanas depois, com a corda a apertar o pescoço do MPLA, e na ressaca da primeira das medidas impopulares que o partido governante teve que tomar, os partidos da oposição atiraram-se ao assunto como mastins à presa moribunda. É que, na ressaca das dificuldades sociais e económicas que se adivinham, vêem nisso uma grande possibilidade para abocanharem umas quantas autarquias, principalmente se as eleições locais forem logo a seguir às gerais, isto é, em 2018.

E partiram logo ao ataque, sobre um MPLA que, agora mais do que nunca, quer «calma». E o «bilho» está instalado. A totalidade dos partidos da oposição, com o apoio em surdina da poderosa Igreja Católica e da Sociedade Civil, já vai demandando a elaboração do pacote legislativo ainda este ano. Mas o deputado João Pinto, vice-presidente da bancada parlamentar do MPLA, já veio a público dizer que há outras prioridades mais prementes, entre as quais as próprias eleições gerais.

A quase totalidade dos outros actores é a favor de um calendário concreto, respaldado pela lei das autarquias. Resta saber, no entanto, até que ponto a Oposição vai poder mobiliza-las, pois as suas relações não são das melhores. A UNITA conseguiu a proeza de indispor-se, seja com a Igreja Católica, cujos

Bispos acusou de corrupção, seja com a Sociedade Civil dita independente, a quem trata com sobrançeria depois de ter sobrevivido à aniquilação graças a ela. A CASA - CE, o PRS e o BD têm boas relações com este actor, cuja importância aumenta no panorama político, mas falta-lhes a implantação nacional necessária para uma oposição à altura do MPLA. A FNLA, combatida das lutas intestinas, pouco contará, certamente.

Daí que se preveja um namoro da parte dos partidos políticos às igrejas, sociedade civil e líderes tradicionais, já a partir deste ano. Até porque estas alianças não farão mal nenhum na disputa das eleições gerais. Pelo contrário. Ora, num ambiente de aperto de cintos, será interessantes ver os argumentos que tanto o maioritário quanto a Oposição usará. Este é um «biló» que promete aquecer o ano todo.

5.6 Camacupa contribui com 28 milhões de kwanzas

Jornal Economia e Finanças
23 De Janeiro de 2015

A repartição fiscal do município do Camacupa, cidade do Cuito, província do Bié, arrecadou, em 2014, para os cofres do Estado 28 milhões de kwanzas, representando 20,13 por cento acima do valor alcançado no ano anterior.

Em declarações a Angop, o chefe de repartição fiscal, Roberto Guilherme João, fez saber que as receitas são provenientes de impostos de rendimento de trabalho, selo, industrial e outros emolumentos.

O responsável referiu ainda que em 2014, a repartição incrementou as acções de fiscalização nas actividades geradoras de rendimento, com vista a combater a fuga ao fisco e inserir no sistema tributário novos contribuintes.

Para este ano, o responsável disse que a instituição vai aumentar a tarefa de cadastramento de contribuintes para aumentar o volume de receitas a arrecadar no município de Camacupa.

Roberto Guilherme João alertou, por outro lado, aos cidadãos que exercem actividades lucrativas de forma ilícita no sentido de legalizarem os seus negócios.

A formalização dos negócios, além de ser uma obrigação para com o Estado, é também um acto cívico e patriótico. Segundo disse, as condições estão criadas para que os cidadãos legalizem, sem percalços, os seus negócios.

5.7 Luanda faz anos, mas não sabe quando elegerá os seus dirigentes autarcas

Jornal Agora
23 De Janeiro de 2014
Texto Mário Paiva

Luanda, subordinada ao forte poder centralista e asfíxiante do todo nacional, desde a ascensão do país à independência à instauração do multipartidarismo com laivos de democracia no futuro imperfeito que lhe espera, estará novamente entalada nesta dicotomia de poderes central e local, autónomo ou dependente, de nomeação ou eleito.

Alguém por aí se lembra das representações dos governos provinciais na capital verdadeiros lobbies dos instituídos em Luanda para desbloquear entre caminhos tortuosos da burocracia e do 'cabritismo' político-financeiro, os fundos para elas acometidos?

Algumas referências avulsas sinalizam que dos cerca de um milhão de votos que o partido no poder desperdiçou ou fez fugir para o campo da abstenção, principalmente, mas em menor medida para outras forças políticas, grande parte deles se situou precisamente na capital do país nas últimas eleições.

O agravamento dos crónicos problemas da capital desde a forte densidade populacional, (6 milhões de habitantes), a quebra dos sistemas de saneamento básico, fornecimento de água e energia, desemprego, carência de habitação, esgotamento dos serviços de saúde, criminalidade, especulação imobiliária, expulsão agressiva de populações do seu habitat natural acompanhada de demolições abusivas, caótica mobilidade urbana, carência de equipamentos sociais de todo o tipo, má distribuição e falta de funcionamento dos serviços públicos essenciais - para enumerar alguns, só poderia extrapolar os factores de descontentamento no palco eleitoral da capital.

Não foi um angolano, ou mais precisamente, foi uma antiga responsável do Banco Mundial, por sinal nigeriana, que disse há alguns anos que Luanda era uma verdadeira bomba-relógio.

Fonte das maiores manifestações impactantes do partido no poder, o MPLA, das famosas maratonas onde o folclore político se casou tradicionalmente com sumo de cevada quase à borla, Luanda tem patenteado igualmente a outra face da moeda, exibindo também a sua vertente politicamente inconformista, mostrando que aqui não se batem apenas palmas a todo o momento e sempre aos

mesmos, faça solou chuva, com novas construções ou parcas residências demolidas, manifestando-se por alternativas de cidadania, apesar das vergastadas do autoritarismo.

Na capital, por tudo isso e mais alguma coisa, os votos não são favas contadas em 2017 ou depois.

Os sucessivos governos provinciais não deram solução e, dificilmente, conseguirão resolver ou minorar os problemas de Luanda, e isto não se deve apenas ao fracasso das políticas, como também a arquitectura institucional do poder, sobretudo a ausência de democracia, na medida em que os seus cidadãos eleitores não podem escolher livremente o seu governador nem eleger os seus autarcas.

A recém-adoptada divisão político-administrativa de Luanda, que inaugurou a era da Comissão Administrativa, não resolveu os principais problemas neste nível, na medida em que continuam a sobrepor-se diversas estruturas a nível provincial, para não falar do eterno modelo em que os chamados projectos de subordinação central ou as áreas de competência central estão muitas vezes em linha de colisão com os interesses locais.

Seria demagógico sugerir que os complexos e diferentes problemas de Luanda são de solução rápida e fácil para qualquer governo, tal a gigantesca proporção que atingiram na dimensão populacional e humana, a nível dos vastos recursos técnicos, financeiros que são exigidos - mas ninguém pode negar que numa cidade capital onde os seus dirigentes são livremente escolhidos pelos seus eleitores e regularmente escrutinados, tem mais possibilidades de ser bem sucedida do que aquela que aqui está.

As grandes broncas da cidade - do modelo das centralidades às rodovias de qualidade duvidosa, da inoperância dos equipamentos e serviços básicos de saneamento, fornecimento de água e energia, ao bloqueio na mobilidade urbana, passando pela elefantes brancos do Kinaxixe e Luanda Waterfront, por exemplo - se fossem escrutinadas talvez não tivessem tão aziago percurso ou mesmo tivessem saído do papel dos grandes lobbies.

Semelhantes também aqueles lobbies que pretendem perpetuar a capital como consumidora de importações de produtos capazes de serem produzidos, armazenados e transportados no país - desde os hortícolas à fileira da carne bovina - para gáudio de uns poucos.

Quando existirem eleições locais e os eleitos forem escrutinados, dificilmente poderão sobreviver sem consequências políticas ou responsabilidades do foro

judicial, figuras como o senhor administrador de Viana, que fez manchetes esta semana, seguramente, apenas um elo menor da engrenagem que motiva os grandes apetites pelos terrenos e os negócios no mercado imobiliário, capazes de sancionar a demolição de residências de pacatos cidadãos, respondendo ao seu protesto pacífico com recurso ao uso da arrogância e violência policial, para não variar.

5.8 Experiencias internacionais estão em revista

Jornal de Angola
26 De Janeiro 2015

As experiências de Cabo Verde, Brasil, África do Sul, Espanha, Moçambique Uganda sobre as autarquias locais estão agora publicadas em revista, dois anos depois da realização, em Luanda, do ciclo de conferências sobre o assunto.

Em 2013, o Ministério da Administração do Território realizou um ciclo internacional de conferências sobre "Experiências Autárquicas" que trouxe para o debate público prático de referências nos países convidados.

As discussões proporcionaram momentos de reflexão e de análise que vão contribuir para o modelo autárquico a adoptar em Angola, em função do contexto histórico, político, económico e social.

A "Dinâmica descentralizadora", "Pacote Legislativo", "Desenvolvimento económico local", "Recursos humanos" e "Formação, multiculturalidade e territorialidade" são temas apresentados em vários painéis durante as conferências, agora publicadas na revista "Netal".

Os cidadãos angolanos podem assim ter, também, acesso às experiências de outros países e participarem em diversos debates sobre esta matéria.

A Assembleia Nacional deve iniciar, ainda este ano, a discussão em torno do processo de descentralização, que vai permitir a definição de acções e fixar datas para as Eleições Autárquicas, -

5.9 Governador de Malanje destacou p puder local

Jornal de Angola

26 De Janeiro de 2015

Luísa Vitoriano

O governador Norberto do Santo destacou, na cidade de Malanje, importância das autarquias, por serem uma forma de organização democrática do Estado angolano.

Norberto dos santos afirmou que n Constituição da República de Angola autarquia locais são garantidas por pessoa colectiva que asseguram os interesses especiais correspondentes o conjunto de cidadão residente em determinada circunscrições do território nacional.

Norberto do Santo anunciou a realização de obras de reabilitação na principais via que ligam a sedes municipais e comunais dos 14 município de Malanje, que vão garantir melhore condições de vida às populações,

Na província de Malanje está também em curso a construção de nova infra-estrutura hospitalares e escolares para garantir melhor assistência médica e a inserção de mais aluno no sistema normal de ensino.

Vários empreendimentos vão ser inaugurados em breve, designadamente a Escola de Formação de Professores localizada no bairro da Catepa, Biblioteca Provincial, duas clínicas móveis e a central térmica para reforçar a capacidade de fornecimento de energia eléctrica à população de Malanje.

O governador da província de Malanje a segurou mais acções de combate o analfabetismo no seio da comunidade para redução do índice de analfabetos na região e a elevação do nível de escolaridade das populações. Estas acções constam das prioridades do MPLA na regi o.

5.10 Diplomata israelita manifesta apoia ao Poder Local

Jornal de Angola

28 De Janeiro de 2015

O governador de Luanda, Graciano Domingos, recebeu, ontem, em audiência, o embaixador de Israel, Raphael Singer, com quem abordou questões relacionadas com a partilha de experiências em

governação municipal e reforço dos projectos já existentes.

A saída do encontro, no Governo Provincial de Luanda, Raphael Singer disse à imprensa que há interesse do seu país em trabalhar juntos para o desenvolvimento de Luanda e os seus municípios e analisar novas áreas de cooperação.

"Estamos em Angola e pretendemos trabalhar em Luanda, partilhar experiências em governação municipal e reforçar os projectos já existentes no país", referiu o embaixador de Israel, apontando o turismo rural e a agricultura como fortes áreas de investimento. Ontem, foi o Dia Internacional do Holocausto. No encontro com o embaixador de Israel, o governador de Luanda, Graciano Domingos, mostrou solidariedade para com o povo judeu.

Raphael Singer disse que apostar no desenvolvimento, é uma das lições aprendidas com o Holocausto. No Dia Internacional do Holocausto são lembradas as vítimas do genocídio cometido pelos nazis, que ceifou a vida de milhões de judeus, comunistas, homossexuais, ciganos e outras minorias durante a Segunda Guerra Mundial.

Este ano, Angola celebra 20 anos de relações com o Estado de Israel. Raphael Singer define o actual momento das relações como de amizade e forte cooperação nas áreas da educação, energia e águas, segurança pública e saúde. O embaixador Raphael Singer anunciou a abertura, ontem, da Luanda Medical Center, um centro médico de referência a nível mundial, com médicos israelitas, uma unidade criada com o objectivo de melhorar os padrões dos cuidados de saúde da população de Luanda.

A clínica, de iniciativa privada, oferece especialidades médico-cirúrgicas, um bloco operatório e laboratório de análises clínicas.

As relações entre Angola e Israel foram estabelecidas há 20 anos, mas só em 1995 o Estado hebreu abriu uma representação diplomática em Luanda. Poucos anos depois, Angola fez o mesmo naquele país, com a abertura da embaixada em Telaviv. A cooperação entre os dois países consiste nas áreas da agricultura, saúde, educação, aviação, construção, pescas, diamantes, segurança e telecomunicações.

5.11 Igreja ajuda à redução das assimetrias

Jornal de Angola

28 De Janeiro de 2015

Texto: Gabriel Bunga

O porta-voz da CEAST e arcebispo de Saurimo, D. José Manuel Imbamba, pediu ontem à sociedade que trabalhe para a redução das assimetrias sociais e económicas que ainda se registam no país.

O arcebispo, que falava na abertura da Semana Social a decorrer em Luanda nas instalações do Instituto de Ciências Religiosas de Angola (ICRA), declarou que "as desigualdades económicas, sociais, culturais e de acesso à informação criam desníveis no processo de desenvolvimento do país".

"Há assimetrias notáveis no nosso país e por isso queremos despertar a sociedade para esta realidade, para esta temática muito importante, cujos desafios nos dizem respeito e devemos juntos encontrar formas de ajudar os angolanos para que tenham uma consciência de justiça", disse.

A Semana Social, iniciativa da CEAST, subordina-se ao tema "Igualdade de Oportunidades", que o arcebispo considerou actual. D. José Manuel Imbamba apelou à justa redistribuição dos rendimentos nacionais pela dignidade da pessoa humana. As pessoas, referiu, confundem às vezes o desenvolvimento com a posse de bens materiais.

O melhor desenvolvimento, insistiu, passa pela promoção da pessoa humana. E preciso, realçou, que a riqueza espiritual que temos se faça sentir em todos os angolanos. O presidente da Comissão da Justiça e Paz da CEAST, D. António Jaca, que presidiu à sessão de abertura

D. José Manuel Imbamba disse existirem ainda assimetrias notáveis no país para as quais é necessário despertar a sociedade dos debates, disse que a semana se destina a apelar em especial os cristãos que desempenham funções públicas a tomarem consciência das suas responsabilidades na realização do bem-estar da população.

D. António Jaca recordou que país é constituído maioritariamente por cristãos e que é possível continuar a trabalhar para a igualdade de oportunidades.

Com esta iniciativa, disse, a CEAST pretende

contribuir para um debate público e nacional e para o bem de todos os angolanos. A Semana Social é um espaço aberto onde os cidadãos manifestam as suas opiniões.

Ontem, os participantes abordaram os temas "Igualdade de Oportunidades", "Políticas Públicas de Promoção de Igualdade" e "Igualdade de Género e Desenvolvimento Social".

Hoje são debatidos os temas "Igualdade de Acesso aos Recursos, com ênfase para a Democracia Económica e Desenvolvimento", "Combate à Pobreza e às Assimetrias em Angola", "Agricultura Familiar e Combate à Pobreza" e "Combate à Pobreza nas Comunidades Pastorais do Sul de Angola". Amanhã são analisados os temas "Direito

à Informação e Promoção de Igualdade", "Direito à Informação em Angola: Assimetrias e Desafios", "Acesso à Informação no Leste de Angola" e o "Papel do Jornalismo Comunitário na Promoção de uma Sociedade Mais Inclusiva".

Na cerimónia de abertura estiveram presentes os bispos D. Vicente Kiaziko, D. Zeca Martins, D. Estanislau Marques, D. Dionísio Hissilenapo, D. Zacarias Kamuenho e o Cardeal D. Alexandre do Nascimento, bem como representantes de partidos políticos e de organizações não-governamentais.

5.12 Administradores dos distritos vão para casa cuidar dos netos

Jornal Continente

30 De Janeiro de 2015

Texto: Domingos Manuel

A informação foi avançada por uma fonte ligada aos Serviços de Apoio do Presidente da República, que está preocupado com a gestão destes distritos e, também há falta de iniciativas destes administradores, vistos que estas zonas da cidade têm apresentado um cenário desolador, principalmente, o Kilamba Kiaxi e o Rangel.

Estes distritos tem beneficiados de muitos apoios por parte da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda e, os moradores não vejam nenhuma melhoria ou seja não existe nada de novo nestas zonas da capital.

Mas este jornal não conseguiu apurar os nomes dos futuros substitutos, mas podemos avançar que o dossier já passou e foi aprovado pelo Ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa e, repousa no gabinete do governador provincial de Luanda, Graciano Domingos para as devidas nomeações que acontecem em Março próximo. Segundo a fonte o que levou o Presidente da República, a exigir que os administradores dos distritos devem também ser exonerados é que muitos deles foram nomeados por conveniência e sem experiência de serviços e, não estão a dar conta das suas actividades e, mas estão a ganhar dinheiro sem nada fazerem.

Administradora do Kilamba Kiaxi desvia cabazes

Mudando de assunto, os duzentos funcionários do distrito urbano da administração do Kilamba Kiaxi, acusam a sua administradora Filomena de Jesus de Freitas de se apoderar dos seus cabazes que teriam direito na época da quadra festiva.

O descontentamento foi avançado pelos funcionários que, disseram que os seus colegas de outros distritos urbanos de Luanda, ou seja do Rangel, Maianga, Ingombotas, Samba e Sambizanga receberam, só os do Kilamba Kiaxi é que não se beneficiaram.

Para os funcionários, a administradora nunca lhes comunica, "é como se nada tivesse acontecido ou seja ela recebeu os nossos cabazes e, ofereceu nos seus amigos e parentes. Nós que demos no duro durante 365 dias ficamos a ver navios", lamentaram.

Eles acham que a Filomena de Jesus de Freitas desde que assumiu a governação deste distrito ainda não demonstrou trabalho, mas, falhas atrás de falhas e não tem iniciativa própria. "Ela fica gabando-se que estará na direcção do distrito de pedra e cal e, vai fazer aquilo que bem entende", acusaram os funcionários.

Moradores querem Filomena fora do distrito

Os moradores do distrito afirmaram ao Continente que, não pretende verem mas Filomena de Jesus a dirigir os destinos desta circunscrição de Luanda, por alegarem que a mesma se encontra caduca e não tem iniciativa.

Estes moradores voltaram a dizer que na zona do Avó Kumbi, as vendas continuam, ou seja no período da manhã os fiscais correm com as vendedoras ambulantes e durante a tarde elas voltam com um grande número.

Paulo Borges morador da zona disse que a falta de eficácia da administração do Kilamba Kiaxi e,

incluindo os seus fiscais faz com que as vendas continuam nesta zona e, mesmo defronte ao hospital do Golfe.

Para este cidadão a empresa de construção civil que está a arranjar as estradas do Avó Kumbi, desde Novembro que abandonaram as obras devido as vendas no local e, administradora é a única culpada, a quem deve ser imputado responsabilidade, porque foi chamada várias vezes para intervir e, simplesmente Ignorou.

Apuramos que os fiscais e a polícia do Kilamba Kiaxi não conseguem terminar com as vendas nas principais vias de circulação de viaturas, devido a corrupção que muitos deles são alvos.

As zonas mas críticas onde a população faz de mercado, comercializando os produtos no chão, são a Cimex, toda a extensão do Olímpio Macueira, largo da igreja kimbanguista, o largo 17 de Setembro no Avó Kumbi, isto porque tanto os polícias e os fiscais recebem dinheiro para permitirem a venda nestes locais.

O Comandante da Divisão de Polícia do Kilamba Kiaxi, superintendente-chefe, Alberto da Silva "Bala", afirmou no ano passado a imprensa que o seu efectivo está pronto para contribuir na extinção da anarquia que se regista nesta zona, por parte de vendedores cuja maior parte são estrangeiros provenientes da República Democrática do Congo.

Sebastião Fortes, morador do distrito urbano, não acredita nas declarações do Comandante da Divisão do Kilamba Kiaxi, porque na sua óptica, já demonstrou que é incompetente e o seu lugar é em casa. Para ele, "não deve exercer uma função pública. O que se nota é que mesmo defronte da esquadra móvel no Avó Kumbi, existe vendas e, não vendem dentro da esquadra é por uma questão de tempo. Os seus efectivos não fazem nada para impedir, porque recebem dinheiro dos ambulantes e ele é conivente neste tipo de prática, porque conhece e fiz que não sabe. Mas também quem não vê, o que se vive no Kilamba Kiaxi, não tem olhos para ver. Mas digo desde o Comandante da Polícia, o chefe dos fiscais e a administradora devem ser exonerados e indicarem pessoas mas competentes", lamentou. Mas uma vez tentamos ouvir a versão de Filomena de Jesus de Freitas sobre o cabaz que se diz apoderou-se, assim como a venda anárquica no seu distrito, infelizmente fomos mal sucedidos.

5.13 Autarquias são o culminar da descentralização

Jornal de Angola
30 De *Jornal de Angola*
Texto: *Edna Dala*

No dia em que a Assembleia Nacional discutia o projecto de Lei sobre o Registo Eleitoral, o ministro da Administração do Território falou ao *Jornal de Angola* sobre as inovações e os passos a dar após a aprovação.

Bornito de Sousa fez referência à conformidade constitucional e a necessidade de reestruturar o registo eleitoral, "sob pena de comprometer o calendário eleitoral". Na entrevista, manifestou a sua preocupação com o elevado número de cidadãos sem Bilhete de Identidade. Anunciou que o mapa das assembleias de voto e os cadernos eleitorais passam a ser da exclusiva responsabilidade da Comissão Nacional Eleitoral. E afirmou: "no estágio actual temos que reflectir sobre se é avisado levar em simultâneo os processos de preparação das eleições gerais de 2017 e o processo de preparação das eleições autárquicas".

Jornal de Angola - O Governo vai começar a trabalhar já o registo eleitoral?

Bornito de Sousa - A nossa perspectiva é retomar o processo a partir do próximo ano, devendo as condições serem criadas logo que a Lei seja aprovada pela Assembleia Nacional.

Nos termos da proposta, o registo dos cidadãos maiores de 18 anos passa a ser permanente. Significa que é um serviço ordinário prestado pelo Estado aos cidadãos pela via oficiosa, quando as condições estiverem criadas, e pela via presencial, junto dos órgãos da Administração Local do Estado.

JA - Quais são os aspectos principais do projecto de lei de registo eleitoral?

BS - A razão principal da nova proposta é a sua conformação com os princípios constitucionais da oficiosidade, da obrigatoriedade e da permanência. A proposta apresenta um conceito de registo oficioso que parte de elementos concretos da realidade angolana. Nas actuais condições não é possível registo oficioso, pelo que se combina este com o registo presencial.

JA - Essa é uma boa solução?

BS - É uma solução de transição, mas incontornável no actual contexto. Além disso, pretende-se um casamento entre as bases de dados do Bilhete de Identidade e a dos cidadãos maiores. Passa a haver uma base de dados dos cidadãos maiores, alimentada pela base de dados do Bilhete de Identidade e pelo registo presencial. A proposta distingue o registo eleitoral, da sua actualização. Independentemente do registo, é fundamental criar condições para manter a base de dados sempre actualizada.

JA - A base de dados existente está actualizada?

BS - Não. As normas sobre a actualização da base de dados quanto aos falecidos são muito importantes. A nossa base de dados está muito desactualizada na medida em que ainda contém muitos cidadãos falecidos, sobretudo os que falecem no meio rural, em relação aos quais os órgãos do Estado não tomam conhecimento. Vamos criar mecanismos que permitam a intervenção das comunidades e das autoridades tradicionais, no meio rural, como fonte de informação de óbitos. A questão é grave e exige intervenção, sob pena dos dados sobre a abstenção eleitoral continuarem a ser irreais.

JA - Há muitos eleitores fantasmas nas listas eleitorais?

BS - A abstenção tem a ver com a não comparência de cidadãos falecidos. Por isso mesmo, a proposta de lei prevê a possibilidade de, periodicamente, o Executivo conferir ao registo eleitoral, num determinado momento, a natureza de prova de vida. Só assim conseguimos diminuir a quantidade de falecidos na base de dados. O projecto mantém as figuras da supervisão de todo o processo pela Comissão Nacional Eleitoral e a fiscalização pelos partidos políticos. A supervisão incide apenas sobre a dimensão registo presencial, uma vez que a dimensão registo oficioso é concretizada a partir da base de dados do Bilhete de Identidade.

JA - Como se faz o registo oficioso com esses problemas todos detectados?

BS - Esta é a razão pela qual projecto opta por uma solução combinada. Mais de 60 por cento dos 9.700.000 eleitores inscritos na base de dados não possuem Bilhete de Identidade. Apesar do esforço com a massificação do Registo Civil e do Bilhete de Identidade, os seus frutos não chegam agora. A única forma que existe para colmarmos esta realidade é fazer recurso ao registo presencial, optando por um sistema misto entre o presencial e o

registo oficioso, feito a partir da base de dados do Bilhete de Identidade.

JA - O que diferencia este dos processos anteriores?

BS - As razões das propostas de alteração resultam, em primeiro lugar, da Constituição. Há princípios constitucionais que precisam de ser observados. Mas esta é uma oportunidade para continuarmos a corrigir alguns erros e termos uma base de dados mais completa e mais actual. A experiência do passado é, por isso, um grande recurso condutor das mudanças propostas.

JA - O Que diz este projecto de lei em debate em relação ao registo oficioso?

BS - Temos que caminhar para o registo oficioso, mas ainda há um caminho longo a percorrer. Precisamos de encontrar uma solução de transição, a qual vai vigorar até que a base de dados do Bilhete de Identidade seja suficientemente robusta e actual para servir de base à elaboração dos cadernos eleitorais pela Comissão Nacional Eleitoral.

JA - Em que princípios legais assenta o registo oficioso?

BS - Assenta numa preocupação particular de observância da Constituição, mas não ignora a realidade angolana. Não há um conceito constitucional de registo oficioso. A Constituição remete a questão para a lei. E o que estamos a fazer. Convém assinalar que a proposta reduz substancialmente o espaço de intervenção do Executivo nas tarefas eleitorais.

JA - O que significa isso?

BS - O Executivo deixa de ter competência para propor à Comissão Nacional Eleitoral o mapa das assembleias de voto. Deixa de haver qualquer intervenção do Executivo no processo de elaboração dos cadernos eleitorais. Estas duas importantes tarefas passam a ser da única e exclusiva responsabilidade da Comissão Nacional Eleitoral.

JA - As alterações foram ditadas pelas eleições autárquicas?

BS - As alterações enquadram-se no conjunto de tarefas necessárias à preparação das eleições gerais de 2017 e encurtam caminho, para as eleições autárquicas. E claro que o dossier eleições autárquicas é bem mais complexo e exige um conjunto bem mais amplo de tarefas, aliás anunciadas pelo Presidente da

República, no dia 15 de Outubro, no discurso sobre o Estado da Nação. Aguardamos que os partidos políticos com assento parlamentar respondam ao apelo feito pelo Presidente da República e discutam o calendário de tarefas eleitorais e do processo de descentralização, com vista à definição dos calendários eleitorais de 2017 e das primeiras eleições autárquicas.

JA - As mudanças propostas são indispensáveis?

BS - Uma coisa é certa. Se não fizermos as reformas necessárias ao registo eleitoral a partir de 2015, começamos a pôr em causa a qualidade dos dados para as eleições de 2017 e seguramente comprometemos o calendário de tarefas para as eleições autárquicas.

JA - Como vai o registo eleitoral enquadrar-se nas primeiras eleições autárquicas?

BS - Para já temos de trabalhar seriamente numa melhor qualidade dos dados. No futuro, no quadro da discussão da definição das circunscrições eleitorais autárquicas, são necessárias outras reformas. Nos últimos anos houve uma alteração substancial nos dados que impõe uma actualização. Os municípios mais populosos do país passaram a ser Luanda, Belas e Viana. Cazenga perdeu esse estatuto. Para efeito das eleições autárquicas a perspectiva municipal dos dados é fundamental para garantir que quem é de Cacuaco não vote em Viana, quem é do Cazenga não vote em Cacuaco ou em Luanda. No futuro, após a clarificação de algumas questões em sede da discussão das tarefas e do calendário para as eleições autárquicas, temos de fazer os ajustes necessários à base de dados.

JA - Podemos concluir que é impossível fazer eleições autárquicas até 2017?

BS - As eleições autárquicas são o culminar dos processos de desconcentração e de descentralização e devem ser antecedidas de um acordo entre as forças políticas parlamentares sobre o calendário e sobre as tarefas eleitorais. Não começar a trabalhar agora no registo eleitoral, pode dificultar o normal desenvolvimento do futuro calendário eleitoral. Devemos ser realistas, pragmáticos e capaz de identificar e executar em cada momento as tarefas adequadas. Uma influenciam as outras. Temos que reflectir sobre se é avisado levar em simultâneo os processos de preparação das eleições gerais de 2017 e o processo de preparação das eleições autárquicas. Aguardamos pela discussão

5.14 Diagnóstico sobre autarquias na agenda do MPLA

Novo Jornal

30 De Janeiro de 2015

Texto: David Filipe

O PARTIDO NO PODER vai promover a realização de um diagnóstico sobre o estado actual dos recursos humanos, financeiros, infra-estruturas e outros necessários à implementação das autarquias locais.

Na sua agenda política de 2015, o MPLA vai ainda promover a discussão e a adopção da legislação sobre a Administração Local do Estado e sobre o Poder Tradicional.

Consta da agenda a realização do processo de delimitação territorial, que define correctamente os limites territoriais de cada circunscrição autárquica.

A discussão e a adopção da legislação de suporte à realização das eleições gerais, avaliar o potencial de arrecadação de receitas pelos municípios e promover a discussão, a adopção e a implementação urgente da legislação sobre as comissões de moradores são, entre outras, prioridades da agenda.

O MPLA vai dar uma atenção especial aos programas de formação político-ideológica nas estruturas de base, especialmente para os militantes recém-enquadrados.

Vão ser também regulares os cursos de formação de iniciação partidária e para dirigentes das organizações de base, assim como vão ser concluídos os cursos de formação e de capacitação dos dirigentes do Partido, a nível central e intermédio, antes do início do processo orgânico do VII Congresso Ordinário.

Neste âmbito, o partido no poder vai continuar a apoiar as actividades concernentes ao acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Formação de Quadros, através do engajamento dos militantes do Partido, em toda a sua dimensão.

O partido dos camaradas vai continuar a acompanhar a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, com particular realce para a execução do OGE 2015, tendo em conta a difícil conjuntura económica e financeira internacional, prevista para o presente ano.

5.15 Partidos políticos contra a posição do MAT

Novo Jornal

30 De Janeiro de 2015

OS PARTIDOS da oposição com assento na Assembleia Nacional defendem que, o processo de registo eleitoral é da responsabilidade da Comissão Nacional Eleitoral (00).

O ministro da Administração do Território Bornito de Sousa afirmou recentemente, em Luanda, que a proposta de lei submetida à Assembleia Nacional prevê o recenseamento eleitoral oficioso, além do (habitual) presencial.

A oposição não concorda com a cláusula que atribui ao Ministério da Administração do Território o direito de cadastramento dos cidadãos.

"A Constituição dá competências a CNE para o cadastramento dos cidadãos e não ao MAT", augura em bloco a oposição salientando que, se o Ministério da Administração do Território controlar o processo será "partidarizado".

"O registo eleitoral é uma matéria bastante sensível que pode resvalar para perturbações sociais pelo que há que garantir a idoneidade do processo", acrescenta a oposição.

O MAT diz que, o documento visa estabelecer os princípios e regras fundamentais relativos ao recenseamento dos cidadãos angolanos maiores de 18 anos, para efeitos eleitorais.

Neste sentido, segundo o documento, os cidadãos maiores de 18 anos têm o direito de estar inscritos na Base de Dados dos Cidadãos Maiores (BDCM). A inscrição oficiosa será feita a partir da base de dados do Bilhete de Identidade.

Explicou que os cidadãos não inscritos na base de dados do Bilhete de Identidade (cidadãos que não

possuem o BI) deverão continuar a promover o seu registo eleitoral presencial, junto dos postos de registo, ao que chamou "fase híbrida" de coexistência dos dois sistemas.

Sobre a realização dos pleitos eleitorais, o titular da pasta do MAT aclarou que existe uma linha que delimita as responsabilidades do Executivo e as da Comissão Nacional Eleitoral.

Sublinhou que cabe ao Executivo fornecer à Comissão Nacional Eleitoral o ficheiro Informático dos cidadãos (nome, data de nascimento, filiação, número do Bilhete de Identidade, residência, área de registo, naturalidade e sexo) para que a CNE faça, de forma autónoma, o seu trabalho de realização das eleições.

Ontem, o parlamento angolano aprovou, na generalidade, com 149 votos a favor, nenhum contra e 32 abstenções as propostas de Lei das Instituições Financeiras e a proposta que aprova o Código de Valores Mobiliários com 147 votos a favor, nenhum contra e 36 abstenções.

A acção dos deputados ocorreu durante a 4a reunião plenária ordinária, da 3a Sessão Legislativa, da III Legislatura da Assembleia Nacional (AN), sendo que a proposta de Lei das Instituições Financeiras, regula o processo de estabelecimento, exercício de actividades, supervisão, processo de intervenção e o regime sancionatório das instituições financeiras.

Neste contexto, as instituições financeiras que revistam a forma de empresa pública ficam sujeitas às normas da proposta de Lei, sem prejuízo do disposto na Lei de Bases do Sector Empresarial Público.

A iniciativa legislativa é do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, pretendendo-se criar bases do sistema financeiro e bancário, assumindo a forma de Lei de Bases das Instituições Financeiras, atendendo o princípio da adequação formal das normas infra-constitucionais.

O parlamento angolano aprovou ainda com 172 votos a favor, 6 contra e 3 abstenções, a proposta de Lei da Simplificação do Processo de Constituição das Sociedades Comerciais e a proposta de Lei das Cooperativas com 174 votos a favor, 6 contra e 3 abstenções. As aprovações ocorreram durante a 4a reunião plenária ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da III Legislatura da Assembleia Nacional (AN).

A proposta de Lei para a constituição das Sociedades Comerciais, insere-se no âmbito do Programa Angola Investe e visa a desburocratização e simplificação de medidas no processo de constituição de sociedades comerciais, efectivando o direito à livre iniciativa

privada, enquanto força motriz do desenvolvimento económico e da actividade empresarial.

Neste contexto, esta Lei vai permitir a eliminação da obrigatoriedade da escritura pública na generalidade dos actos da vida das sociedades, bem como a redução decisiva dos entraves administrativos, no processo de criação de novas empresas.

Prevê-se, no entanto, um procedimento de constituição imediata de sociedades comerciais e de registo on-line que confira maior celeridade a esses actos, usando das possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias, com ganhos de eficiência para a prática e a publicidade de tais actos.

Já a proposta de Lei das Cooperativas tem por objectivo criar as condições para o desenvolvimento de um sector cooperativo robusto, com vasta relevância económica e social, capaz de gerar emprego, aumentar a produção de bens e serviços, contribuir para a segurança alimentar, promover a inclusão social e a integração regional e reduzir a pobreza em larga escala.

5.16 Semana Social debate políticas públicas

Jornal O OÁIS

30 De Janeiro de 2015

Texto: Afrodite Zumba

O coordenador do Observatório Político e Social em Angola, OPSA, Fernando Pacheco ao dissertar na V Semana Social, com o tema: "Políticas públicas de promoção da igualdade" disse que no país existem políticas públicas correctas pese embora não serem as melhores.

Justificou dizendo que importa serem assinaladas as negativas de modo a que sejam melhoradas ou eliminadas.

O conferencista disse ainda que com o Acordo de Paz assinado em 2002, surgiu a oportunidade de ser traçado e concretizado um projecto inclusivo, todavia a mesma foi perdida uma vez que não houve uma estratégia de conciliação e reconstrução em função da realidade concreta que o país vivia na altura.

Continuou explicando que na época o partido no poder elaborou a Agenda Nacional de consenso, porém a mesma "desapareceu" do léxico político angolano, dando mais abrangência aos aspectos do passado.

Na perspectiva de Fernando Pacheco a estratégia de reconciliação e Reconstrução Nacional não foram muito bem concebidas, visto que subalternizou-se o reforço de capacidades individuais e institucionais, pois que as infraestruturas tiveram mais relevância.

Prosseguiu dizendo que tais factos permitiram que o desenvolvimento do país se tomasse semelhante a ilhas "nós temos ilhas de bem-estar rodeadas por um oceano de mal-estar".

O orador disse ainda que esta realidade facilitou o crescimento da corrupção e a excessiva concentração de poder e recursos a nível central em prejuízo do desenvolvimento económico e social local.

Com o objectivo de justificar os seus argumentos, o prolector fez referência ao Programa de Habitação criado pelo partido no poder, MPLA, no âmbito da Campanha Eleitoral 2008-2012, que visava a construção de 1 milhão de casas, o qual lembrou que ainda está muito longe de ser concretizado.

Salientou ainda que quando o mesmo foi divulgado, havia oportunidade de se desenvolver a indústria de materiais de construção e a criação de mais postos de trabalho, todavia, verificou-se que as residências, foram construídas fundamentalmente com material importado, e o modelo implementado não corresponde a determinados aspectos sociais e culturais da realidade angolana. O palestrante frisou também que pelos motivos acima citados, não foi possível potencializar a indústria de materiais de construção e de multiplicar o número de empregos.

Disse ainda que o sector da agricultura que deveria contribuir para a solução do problema alimentar da população e gerar mais postos de trabalho' tem recebido cada vez menos rendimentos do Orçamento Geral do Estado, OGE.

Fernando Pacheco aconselhou ainda que a modalidade de Basquetebol fosse amplamente divulgada na província do Cunene e no sul da Huíla onde existem indivíduos de estatura alta, propícia a este desporto, uma mais-valia grandiosa.

" A selecção angolana de basquetebol é detentora de títulos africanos na categoria, e só não cresce mais porque não tem indivíduos muito altos, porquê que não se investe mais neste desporto no interior do país", questionou.

O conferencista realçou também que o papel desempenhado pela Comunicação social não tem sido positivo' porque a seu ver, a mesma tem propagado a intolerância, omite factos, desvirtua realidades, o que não contribuí para a reconciliação.

Nesta senda, Fernando Pacheco afirmou que para que as lacunas existentes nas políticas públicas sejam ultrapassadas, é necessário que seja percorrido um caminho de diálogo, juntamente a criação de projectos inclusivos que criem empregos a fim de que os cidadãos aproveitem melhor as suas oportunidades.

Concluiu dizendo que qualquer política pública deve garantir a segurança das pessoas, e não podem ser feitas promessas através de propagandas, porque caso as mesmas não forem cumpridas, retiram a confiança do povo, tornando-se mais difícil que ele se envolva em projectos construtivos no futuro.

Desigualdades económicas reforçam o poder político desigual

O frei Mário Rui ao expor o texto de Alfredo Bruto da Costa, que esteve ausente por motivos de saúde, disse que de acordo com este autor, a desigualdade tem dois aspectos distintos que merecem atenção na medida em que a situação relativa onde " A tem mais do que B", pode reflectir uma situação de injustiça, mas também pode demonstrar significados qualitativos.

Disse ainda que a desigualdade implica que um viva na abundância e o outro não tenha o suficiente para viver, ou seja, é pobre. Ao citar o relatório do Banco Mundial do ano 2006, o professor Bruto da Costa enumerou diferentes tipos de desigualdades, como sendo, políticas, económicas e socioculturais que interagem entre si e modelam as instituições e as regras da sociedade.

Prosseguiu explicando que o modo de funcionamento das instituições marcadas pelas desigualdades, afectam as oportunidades e o modo de prosperar das pessoas, bem como as assimetrias de oportunidades económicas também interferem na desigualdade política uma vez que ambos estão intrinsecamente ligados.

O especialista reconheceu também que o tema em análise, durante décadas, tem constituído preocupação para estudiosos e instituições mundiais e actualmente, nota-se cada vez mais interesse dos membros de distintas áreas da sociedade na apresentação de soluções visando a sua resolução efectiva.

Participantes satisfeitos com a iniciativa

A assessora do Tribunal Constitucional de Luanda, Rosa Guerra em entrevista a o PAÍS frisou que o evento é de crucial importância não só para aqueles que estão a participar do fórum mais para o país em si.

Ao fazer uma análise do tema "Igualdade de oportunidades", a nossa interlocutora disse que a mesma já se evidencia, apesar de não ser de forma ampla e para todos, e espera que com os diferentes contributos, se promova uma maior divulgação sobre a sua importância e os seus benefícios.

O Estudante Gabriel Antónia salientou que está deveras bastante satisfeito com a iniciativa da CEAST e da Mosaiko, uma vez que poderá fortalecer os seus conhecimentos de modo a preparar-se melhor para a sua futura actividade profissional na esfera da assistência de serviços sociais.

A Semana Social é um espaço de estudo, reflexão e debate aberto em torno de um tema socialmente relevante para ajudar os cristãos e não só a tomarem consciência das suas responsabilidades sociais.

A V edição deste evento, visa contribuir para um debate nacional sobre a questão da "Igualdade de oportunidades" em Angola, a fim de influenciar nas políticas públicas sobre melhor distribuição da riqueza nacional e a atenção às pessoas assim como comunidades mais carenciadas.

O presente ano serão ainda estudadas a "Igualdade de acesso aos recursos, bem como a no acesso a informação e a educação, e o papel da igreja na promoção da igualdade".

Este fórum é realizado quadrienalmente desde 1999, cuja primeira edição debruçou-se sob o lema: "Educação para uma Cultura da Paz", ao passo que a segunda foi realizada em 2003 na égide o tema "O Cidadão e a Política" enquanto que a terceira foi realizada em 2007 com o tema "Justiça Social" e a quarta sido realizada em 2011 visando o tema "Democracia e Participação". Participam do evento autoridades eclesíásticas, membros de partidos políticos e do corpo diplomático assim como distintos cidadãos, nas instalações do Instituto de Ciências Religiosas de Angola, ICRA, das 09h às 17h00.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Urbanização e habitação têm avanços rápidos

Jornal de Angola
09 De Janeiro de 2015
Texto: Dionísio David

O sector do Urbanismo e Habitação é dos que mais avanços conheceu na província do Cunene em 2014, com a edificação de 600 casas nos seis municípios, a par das urbanizações e programas de arborização nas principais cidades, afirmou, em Ondjiva, o director provincial, Cláudio Generoso Kondjasi.

A segunda fase do Programa Nacional de Habitação, consubstanciada na construção de 200 fogos por cada município, foi um dos maiores ganhos na província. O secretário provincial explicou que no âmbito do plano de ordenamento do território, está em curso a implantação do Plano Director Municipal do Cuanhama, a elaboração dos planos de urbanismo de Omuongo, arredores da cidade de Ondjiva, e na reserva fundiária de Xangongo, no município de Ombadja. Ainda em Omuongo está em curso o plano de infra-estruturas integradas cujo projecto se vai estender a algumas comunas da província e aos centros partilhados, tendo em atenção o Plano Nacional de Urbanização.

Em relação à urbanização das cidades e vilas, Cláudio Kondjasi esclareceu que estão a ser corrigidos os aspectos negativos registados no passado, pelo facto de não se ter prestado atenção ao programa de construção dirigida. Cláudio Generoso Kondjasi informou que neste momento está em curso a requalificação de alguns bairros da cidade de Ondjiva e arredores, o que obrigou as autoridades a retirar pessoas que viviam na periferia do aeroporto sem a devida autorização e posteriormente foram colocados em áreas já urbanizadas com realce para Omuongo. A requalificação da cidade de Ondjiva é um processo continuado pelo que no âmbito do programa em curso, vão ser abrangidos as duas fases do bairro Cashila, cujo projecto visa melhorar cada vez mais a imagem da cidade capital.

O responsável do Urbanismo e Habitação referiu que para este ano está prevista a construção de quatro mil habitações na reserva fundiária de Ekuma, cujo projecto vai permitir que mais pessoas tenham casa

própria, além de facilitar ao Governo Provincial a atribuição de casas às famílias mais vulneráveis. Quanto à conservação do Ambiente, Cláudio Generoso Kondjasi mostrou-se preocupado com o elevado índice de destruição da fauna e flora pelas populações, com corte constante de árvores para lenha e produção de carvão.

Em parceria com as Administrações Municipais, a Direcção Provincial do Urbanismo e Habitação está a desenvolver um programa de arborização e construção de aterros sanitários em todos os municípios do Cunene. Cláudio Generoso Kondjasi informou que este programa constitui um instrumento de educação das comunidades sobre a preservação do Ambiente e das consequências que advêm quando se destrói a flora e a fauna.

Recentemente, o governador admitiu que o abastecimento de água potável à cidade de Ondjiva, que há muito era um sonho para os habitantes, tornou-se uma realidade no ano passado, fruto do empenho do Executivo e do Governo Provincial. Assegurou que mais de cinco mil residências de Ondjiva, Xangongo, Môngua e de outras pequenas localidades já beneficiam de água canalizada, fruto do projecto "Água do Xangongo", consubstanciado numa conduta que se estende do rio Cunene à cidade de Ondjiva, numa distância de cerca de 100 quilómetros.

António Didalelwa referiu que para trás ficam os riscos por consumo de água retirada de poços. No meio rural, prosseguiram as acções no quadro do programa "Água para Todos", com a construção de sistemas de abastecimento de água subterrânea através de furos. No capítulo da energia eléctrica, destaque para o reforço da capacidade de produção, com a entrada em funcionamento de uma central térmica constituída por três grupos geradores, que juntos produzem seis megawatts.

6.2 Plano urbanístico apresentado à sociedade

Jornal de Angola
19 De Janeiro de 2014
Texto: Nicolau Vasco

A segunda fase do Plano Director Urbanístico da Cidade de Menongue, capital da província do Cuando Cubango, foi apresentada na sexta-feira aos membros do Governo Provincial, técnicos do Ministério do Urbanismo e Habitação e membros da sociedade civil.

José Lameira, engenheiro da "Microconsul", que desenvolve as acções, disse que o plano, em curso desde 2013, define estratégias de desenvolvimento da cidade de Menongue com base na sua requalificação e renovação urbana, melhoria das acessibilidades e dos transportes, restauração e ampliação dos sistemas de infra-estruturas básicas.

Outro propósito do plano é melhorar o sistema de recolha de resíduos sólidos e outros detritos urbanos, o reforço da ampliação das redes de iluminação pública, reforço de estruturas ecológicas urbanas, construção de equipamentos de infra-estruturas sociais, requalificação de edifícios de valor patrimonial e criação de grandes infra-estruturas de apoio logístico e empresarial.

Clara Inglês, representante da Golden Hill, uma das empresas de consultoria do plano director, disse que a nova proposta do projecto urbanístico da cidade de Menongue é uma réplica do elaborado pela Sonip (Sonangol Imobiliária e Propriedades) em 2009 e obedece a padrões universais de modernidade das infra-estruturas.

O vice-governador para os Serviços Técnicos, Joaquim Malichi, elogiou a elaboração do plano director da cidade de Menongue, que é desenvolvida pelas empresas Microconsul e Golden Hill, sob a fiscalização da Soenco, uma vez que o documento permite ao Governo distribuir melhor os bens e serviços sociais básicos à população.

O plano, acrescentou o vice-governador, é prioridade por se tratar de uma região que está mais bem posicionada para servir de ponto de convergência das principais infra-estruturas de transporte da região da SADC, em comparação com capitais provinciais como Lubango (Huíla), Ondjiva (Cunene), Cuito (Bié) e Luena (Moxico), incluindo as da Namíbia e Zâmbia, com as quais partilha uma extensa fronteira.

Joaquim Malichi lembrou que a cidade de Menongue cresce todos os dias e tem hoje mais de 300 mil habitantes, facto que faz com que o Governo comece com celeridade o processo de construção das zonas ribeirinhas, onde prevê erguer vários edifícios de três a cinco andares, para dar resposta às necessidades de habitação da população.

6.3 Alinhamento de programas

Jornal de Angola

30 De Janeiro de 2015

Uma estratégia de alinhamento dos diferentes programas intervenientes na Política Nacional do Urbanismo está na forja e deve contribuir no crescimento e gestão das diferentes cidades e vilas do país.

A execução da estratégia está dependente de uma aprovação superior sustentada por uma revisão legislativa, afirmou o ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, quando falava à margem da inauguração da nova sede do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA). A rede geodésica destina-se a suportar actividades técnicas, destacando-se a cartografia e cadastro predial.

O ministro José Silva incluiu também, entre as actividades destacadas no sector de geodesia, a construção/habitação, planeamento e ordenamento do território. A melhoria das condições infra-estruturais deve contribuir para o fortalecimento do sector.

Com a inauguração da nova sede do IGCA estão criadas as condições institucionais para que a informação geográfica disponha dos requisitos técnicos necessários para o crescimento sustentado do país.

6.4 Luanda mais cara para empresas

Novo Jornal

30 De Janeiro de 2015

Texto: Nok Nogueira

A CIDADE DE L ocupa a 14.a posição no ranking das cidades mais caras do mundo para instalação de empresas. As consultoras imobiliárias Knight Frank e Worx, que realizaram o estudo com base num universo de 32 cidades, estimam em 100 milhões de dólares o valor necessário para um investidor comprar 9.523 metros quadrados (m²) num dos modernos escritórios da capital angolana.

O ranking é liderado por Hong Kong onde 100 milhões de dólares chegam para adquirir apenas 1.427 m² de espaço num escritório. Nesta cidade do sul da China, cada metro quadrado de escritórios custa acima dos 75 mil dólares (62 mil euros). O documento aponta ainda que os mesmos 100 milhões

de dólares dariam para um investidor comprar 3.529 metros quadrados de espaço para se instalar em Singapura, a segunda cidade da lista. Por seu turno, Paris aparece na lista como a quarta cidade mais cara do mundo e a mais dispendiosa da Europa, onde o investidor conseguiria adquirir por aquele valor 3.995 m² valor abaixo do que se conseguiria em Londres (com 4.439). Ainda segundo o ranking, em Maputo seria possível adquirir 22.395 m², sendo que em Lisboa o número ficaria perto dos 26 mil (25.987 m²).

Posição de Luanda

O engenheiro Galvão Branco interpretou os indicadores como resultado do somatório de vários factores. Muitos deles ligados à procura desmesurada, quer em espaços para escritórios, quer para habitação na gama média/alta, que levaram o mercado imobiliário em Angola, com maior incidência para a capital, a registar um crescimento anormal. Sobre tudo nas zonas consideradas "prime" (Baixa da cidade, Chicala e Talatona), com tendências especulativas e suportadas em processos de alavancagem bancária.

Para Galvão Branco por muitas empresas serem atraídas pelo incremento da actividade petrolífera e pelo crescimento económico que se vem registando no país, "é legítimo e razoável aceitar o posicionamento de Luanda no 'ranking' mundial", muito embora levante um senão: "Se será possível nos próximos 2/3 anos atingir-se um equilíbrio que proporcione a estabilização dos preços e faça com que os espaços para escritórios não venham a constituir um constrangimento no desempenho económico do país".

Já o economista Emílio Londa disse entender que a posição que Luanda ocupa na lista "reforça a ideia de que há um grande espaço para melhorar as condições para se fazer negócios em Angola", designadamente a implementação de "medidas certas", que não especificou, de modo a que o país conseguisse atrair significativos volumes de investimento, actualmente são dirigidos para outros destinos.

Para o especialista, isso iria contribuir para a aceleração do processo de industrialização e modernização da economia.

A tracção de investimentos

Questionado se os números do ranking poderão ter influência negativa na atracção de investimento estrangeiro, Galvão Branco minimizou a questão, lembrando que a questão do preço dos produtos imobiliários não constitui, por si só, um factor

determinante e crítico, quando comparado com o actual ambiente de negócios que posiciona Angola nos últimos dez lugares do 'Doing Business', por exemplo.

"Enquanto a oferta de instalações para escritórios decorre de relações de mercado susceptíveis de serem tratadas por via da acção do investimento dos agentes imobiliários, uma vez que se tratam de projectos de rentabilidade assegurada, já o mau ambiente existente para fazer negócios é condicionado por situações de natureza política e administrativa, cuja resolução passa pela vontade e determinação dos agentes públicos e de uma remoção da cultura burocrática e perversa", argumentou o engenheiro.

O facto de alguns programas de fomento empresarial do Executivo considerarem as dimensões do 'Doing Business' como base para a definição dos principais eixos de actuação e das medidas concretas, isso sugere alguma hesitação ao economista Emílio Londa, que observou vantagens e desvantagem nessa posição do Executivo:

"A vantagem resulta do pragmatismo, dado que os programas de reforma incidem directamente sobre os aspectos medidos pelos rankings. A desvantagem está ligada ao facto de a realidade ser mais complexa e multidisciplinar do que os rankings podem levar a pensar".

De acordo com o economista, as dimensões analisadas nos rankings não reflectem todos os factores que condicionam uma empresa ao longo do seu ciclo de vida, assim como os indicadores não reflectem cabalmente essas dimensões, defendeu.

Relação dos rankings

Luanda, ao ser considerada uma das cidades mais caras do mundo para os estrangeiros, tendo estado no topo da tabela por duas vezes consecutivas no relatório elaborado pela consultora Mercer, coloca-a à partida, segundo Emílio Londa, como uma forte candidata para os lugares cimeiros do ranking das cidades mais caras para instalação de empresas.

"Muitas das políticas que levarão Angola a sair da lista dos países mais caros do mundo também irão contribuir para a retirada da cidade do ranking das consultoras Knight Frank e Worx", perspectivou o economista.

Sobre as políticas governamentais a implementar para se inverter, ou pelo menos afastar o país do topo destes rankings, Emílio Londa defendeu que a conjuntura económica que Angola vive desaconselha o uso de advérbios como 'imediatamente'. "Devem ser implementadas reformas ao nível das

regras do jogo. O que deve ser feito é a melhoria dos índices de concorrência nos sectores fornecedores dos meios de construção, o aumento da transparência do mercado imobiliário, através de criação de plataformas de monitoramento público dos preços, e a criação de condições para a dinamização dos fundos de investimento imobiliário", recomendou.

Actuação do executivo

Já o engenheiro Galvão Branco é da opinião de que "O Governo não tem que ter intervenção directa em matéria da estabilidade do mercado imobiliário, a não ser em alguns aspectos que se encontram no seu perímetro". O especialista disse compreender que a acção governamental, nesse sentido, deveria incidir essencialmente sobre a questão do licenciamento de terrenos, sobre as políticas monetárias, sobretudo no que se refere ao crédito bancário e taxas de juros e em alguns aspectos relacionados com as infra-estruturas de apoio.

"O 'Projecto Baía de Luanda' é suficientemente paradigmático numa visão realista do Governo em proporcionar a realização de projectos imobiliários com vantagens recíprocas e mobilizadoras de investimento directo", salientou.

Quanto à inversão proporia em dita da posição de Angola nos rankings, Galvão Branco recomendou uma actuação do Executivo que crie um ambiente e condições que evitem o surgimento de situações de natureza especulativa ou eventuais falhas de mercado de variada natureza.

"Ao manter-se a actual tendência e a regulação dos órgãos competentes, as regras do mercado vão, por si, conduzir para uma situação de equilíbrio e estabilidade da oferta imobiliária em condições de preços internacionalmente aceites", concluiu Galvão Branco.

6.5 Imogestim abre postos para reclamação

Jornal de Angola
02 De Janeiro de 2015

A Imogestim Informa num comunicado que abre hoje, nas centralidades do Kilamba e Cacuaco, postos para atendimento de reclamações dos cidadãos que pagaram habitações nas centralidades de Luanda e não receberam as suas chaves.

O director comercial da Imogestim para os novos projectos habitacionais, Gilberto Monteiro, disse que nos postos são recebidas as reclamações das pessoas que não tiveram possibilidade de fazer as reclamações via Internet, que foram abertas no dia 15 de Janeiro e terminam a 27 deste mês.

"Quem já fez a reclamação através da Internet já não precisa de se deslocar aos postos de atendimento", afirmou. O objectivo é garantir comodidade aos clientes e evitar aglomerados desnecessários.

Gilberto Monteiro revelou ainda, segundo a Angop, que a Imogestim recebeu, desde 19 de Janeiro, mais de 3.800 reclamações, nos quatro endereços electrónicos: reclamacoeskilamba@gmail.com, reclamacoeskilamba@outlook.com, reclamacoescacuaco@gmail.com, reclamacoeszango@gmail.com.

"Mais de metade destas pessoas já receberam as respectivas respostas, pelo que não devem comparecer nos escritórios que são abertos pela Imogestim na cidade do Kilamba e Sequele (Cacuaco), pois não são atendidos, uma vez que já apresentaram a sua reclamação", disse.

Aos endereços anunciados, os cidadãos devem enviar a ficha de inscrição ou senha, comprovativo de depósito bancário, cópia do Bilhete de Identidade e cópia, caso tenha feito, da reclamação efectuada, para comprovar o processo instruído junto da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip) e da Delta. "Após o termo dos prazos anunciados, a Imogestim faz o tratamento das reclamações recebidas e dá a conhecer aos interessados, por via electrónica ou por carta, a decisão sobre cada caso, no prazo máximo de 60 dias", refere.

Novas inscrições

O director comercial da Imogestim disse que as inscrições para venda de novas casas nos projectos habitacionais em Luanda e demais províncias só são abertas à medida que se verificarem a conclusão de habitações e após aprovação das novas regras de acesso pelo Executivo.

"Voltámos a informar todas as pessoas interessadas na compra de futuras habitações ou lojas comerciais na cidade do Kilamba e do Sequele (Cacuaco), que ainda não estão abertas inscrições para inscrições para esse efeito", disse, citado pela Angop. A Imogestim garante que todos os cidadãos e organismos que pagaram as habitações nas centralidades em Luanda e ainda não receberam as chaves vão receber os seus apartamentos.

Gilberto Monteiro disse que as entregas das habitações são efectuadas em função das datas de pagamento. "Quem pagou primeiro, vai receber primeiro", referiu.

A Imogestin assumiu a comercialização de imóveis nas centralidades do país, na sequência de um Decreto assinado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que pôs fim às actividades da Sonip nos domínios da gestão, construção, vendas e outras formas de transmissão de habitações, espaços comerciais e activos imobiliários de projectos que integram o Plano Nacional de Urbanismo e Habitação.

No Decreto, o Ministério do Urbanismo e Habitação é autorizado a assinar o contrato de prestação de serviços com a Imogestin, tendo em conta factores como o montante do investimento a gerir, como base para a determinação de um valor fixo mensal, o grau de sustentabilidade dos projectos alcançados de modo a assegurar a redução da exposição financeira do Estado, como elemento para a fixação de um valor variável a título de prémio de desempenho ou de taxa de sucesso a fixar numa base anual.

6.6 Estado assume vendas das residências das centralidades

Semanário Económico

12 De Junho de 2014

Texto: Miguel Wagiza

As residências das centralidades do país deixam de ser comercializadas pela SONIP, empresa imobiliária pertencente ao grupo Sonangol. A decisão foi tomada pelo Chefe do Executivo e Presidente da República' José Eduardo dos Santos.

Processos mal parados e problemas na gestão podem estar na base da criação da comissão que vai organizar o processo de transferências dos dossiers da SONIP para o Estado.

Um documento tornado público pela Casa Civil do Presidente da República, consta que enquanto durar o processo de reestruturação e passagem dos dossiers da Sonip para o Estado todos os processos administrativos ficam suspensos.

A Comissão integra também os Secretários de Estado da Administração do Território, da Justiça, o Presidente do Conselho de Administração da IMOGESTIN, o Presidente da Comissão de Gestão da SONIP e um Representante da Casa Civil do Presidente da República.

Centralidades modelos

As centralidades que estão a ser construídas em todo o país são consideradas modelos em África' pelas autoridades do sector da construção e até mesmo por altos dirigentes africanos que visitam Angola.

Além do tempo record de construção, menos de cinco anos, as infra-estruturas básicas das centralidades são consideradas modernas, e com espaços verdes vastos.

A centralidade do Kilamba, em Luanda, possui 700 prédios, 24 jardins-de-infância, 17 escolas primárias e secundária, com capacidade albergar 1200 alunos por turnos.

As novas cinco mil habitações sociais da Centralidade do Kilamba foram erguidas numa área de 75 hectares, onde também foram construídas uma escola primária e outra secundária, duas creches, infra-estruturas de fornecimento de energia e abastecimento de água. O segundo semestre de 2015 é o prazo previsto para a conclusão das obras de construção da centralidade de oito mil habitações sociais do Zango 5, município de Viana.

Erguidas numa área de 416 hectares, a 30 quilómetros do centro da cidade, as moradias unifamiliares, geminadas e apartamentos do tipo T3 são preparadas para receberem 48 mil pessoas.

O presidente da comissão executiva da SONIP disse que as primeiras 1.297 habitações são entregues no primeiro semestre deste ano e no segundo semestre são concluídas outras 1.989 residências.

O surgimento das centralidades está relacionado com a aposta do Executivo em construir um milhão de casas em todo o país.

É neste contexto que foram erguidas as centralidades do Kilamba, de Cacucaco, do Zango em Luanda, do Dundo, na Lunda Norte, e a do Uíge, em fase de acabamento. As províncias de Benguela, Cabinda, Huambo, Bié e Cuanza Sul também estão contempladas.

6.7 Bairro é derrubado sobre escolta militar

Jornal A Capital

17 De Janeiro de 2015

Texto: Manuel Alberto

Aflição, desespero e sentimento de amargura. É este o cenário com que se deparam os moradores do Bitá Míala que viram as suas residências a serem

demolidas logo nas primeiras horas da manhã de quarta-feira 14.

Segundo contaram ao A Capital, foram surpreendidos por efectivos da Polícia Nacional e militares, munidos de armas de fogo, orientando as demolições sem dó nem piedade.

Lamentou o facto dona Catarina Paulo, 50 anos, residente no local há três anos exprimiui a tristeza que assolou a sua vida e a dos filhos.

"Essa situação deixou-me muito triste e na rua. Surpreenderam-nos às 05h00 de madrugada, tiraram-nos de casa como no tempo de guerra", narrou a mais velha que vive da "zunga", negócio com o qual conseguiu construir a sua casa.

Viúva há nove anos, é com o dinheiro da "zunga" de água e frutas que sustenta os oito filhos. "Neste momento os meus filhos não têm paradeiro. Fui agredida e ameaçada pelos polícias. Chamaram-me de invasora, o que não é verdade", defendeu-se.

"Nós temos até os direitos de superfície e todos os documentos dos terrenos", redimiui-se, implorando que lhe seja devolvido o espaço.

Paulo José Feliciano, 33 anos, manifestou também o seu desagrado e desapontamento com a situação que estão a viver. Contou que nunca foram avisados de que o espaço tinha dono.

"Não fomos avisados de nada. Ontem ficamos a saber que há um senhor chamado Amadeu Maurício que diz ser o proprietário do espaço", constatou, acrescentando que na semana passada, um grupo de agentes da Fiscalização apareceu no local fez a numeração das casas e a população rebelou-se por não ter nenhum conhecimento sobre os porquês.

"Fomos surpreendidos na madrugada de quarta-feira, 14. Efectivos da Polícia Nacional e militares, munidos de armas, cercaram a zona, quando eram precisamente 09h00 da manhã. Retiraram as pessoas das casas e começaram com as demolições", registou, explicando que compraram os terrenos e nunca os tinham ilegalmente ocupado como se ouve dizer. "Estávamos com a pessoa que nos vendeu os terrenos na Administração de Viana, onde fazemos a apresentação dos documentos de compra e venda", demonstrou.

Viúva há três anos, Helena João Teca, disse que não sabe o que será da sua vida, a de seis filhos e três sobrinhos para quem muito se tem sacrificado para sustentar.

Segundo ela, tinha no bairro três residências, uma das quais, foi o seu falecido irmão que deixou.

"Ninguém me ajudou a construir as casas. Como é que vêm partir as casas e não antecipam a população?", interrogou-se Teca, explicando a seguir que vive no local há mais de três anos e não se lembra de ter ouvido a proibição de se construir no local.

Teca avançou que foram cerca de 200 residências demolidas no dia de quarta-feira.

"250 Casas foram demolidas, para além dos terrenos que estavam vedados", contabilizou, esclarecendo que, "pagamos a autorização de construção aos homens da Fiscalização da Administração de Viana que apareciam no bairro", concluiu a lesada.

"Foi uma situação constrangedora e triste. Principalmente para as crianças que acompanhavam aquele triste cenário", observou Alfredo José de Castro, 24 anos, avançando que houve desmaios de pessoas idosas por causa da agressão dos efectivos da Polícia Nacional que não respeitavam ninguém.

"Há crianças que devem estar traumatizadas por verem as suas casas a ser demolidas", constatou Castro, mostrando-se enraivecido com o triste momento.

Os moradores dizem ter recorrido à Administração de Viana em busca de possíveis esclarecimentos ao problema, porém, sem sucesso.

"O administrador disse-nos que não tem competência para resolver o caso, porque trata-se de um assunto orientado pelo Governo provincial", ilustraram os moradores visados, para mais adiante concluírem que "efectivos da Polícia e militares invadiram o espaço, deixando as pessoas ao relento".

Conforme constatou a nossa reportagem, destacada no terreno, as demolições prosseguiram até quinta-feira, 15. Na verdade, um aparato policial, constituído por efectivos da Polícia Nacional e da militares, interpelavam as viaturas que se dirigiam para a zona em questão, ou seja, à entrada da via que dá acesso ao bairro em demolição.

A nossa reportagem tentou chegar à fala com a Administração Municipal contudo, a mesma encontrava-se com as portas encerradas.

6.8 Ministro avalia construção dirigida

Jornal de Angola

17 De Janeiro de 2014

Texto: Pereira Dinis

o ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, analisou, ontem, com representantes do sector privado, várias questões, com realce para a auto-construção dirigida e o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

José Silva ouviu as propostas dos representantes do sector privado e reconheceu que há dificuldades, particularmente no acesso aos terrenos. "A queda do preço do petróleo veio atrapalhar alguns projectos, mas estamos a fazer um levantamento para reverter o quadro, sem pressionar o Tesouro", disse.

Uma representante de uma imobiliária sugeriu que seja aprovado rapidamente a legislação de posse dos terrenos porque "muito de nós ficamos frustrados quando vemos os terrenos concedidos invadidos por centenas de famílias e para se retirarem têm de ser indemnizadas".

Dadas as dificuldades, o ministro reconheceu que existem problemas sérios na posse de terras, mas "o que pretendemos é ouvir-mos as vossas ideias e opiniões para se fazer o negócio imobiliário, continuar a trabalhar e ver construídas habitações sociais".

Um investidor privado sugeriu que o Estado deve acompanhar a evolução dos projectos habitacionais, por intermédio de uma equipa técnica, porque há casos em que as casas são construídas e depois não têm condições de habitabilidade por falta de infra-estruturas.

José Silva, que se encontrava ladeado pelo ministro da Construção, Waldermar Pires Alexandre, dos secretários do Estado do Urbanismo, Nhangá de Assunção, e da Habitação, Joaquim Silvestre, frisou que no Programa Nacional de Infra-Estruturas está contida a reserva fundiária para alavancar a auto-construção dirigida.

"A pressão é grande, principalmente em Luanda. Estamos a ser realistas. A urbanização pode não ter infra-estruturas, mas a população pode construir, desde que respeite os corredores das infra-estruturas para depois não termos de fazer demolições. Pretendemos partilhar esta estratégia com o sector privado no ramo habitacional", disse o ministro.

6.9 Moradores recusam ir viver para o Zango

Jornal Terra Angolano

19 De Janeiro 2015

Texto: António Ganga

Alguns moradores do Bairro Operário prometem não abandonar aquela zona, caso as suas reclamações não sejam resolvidas, tal como a entrega de mais de uma residência no Zango, e a entrega de outros apartamentos.

"A minha residência é bastante grande e aqui tenho a minha família, não vou aceitar sair para o Zango para uma residência minúscula, nem pensar. Eles que sejam honestos", disparou um dos moradores daquele musseque que desaparecerá dentro de pouco tempo, para dar lugar a uma zona de luxo.

Segundo estes, o critério de selecção das famílias que vão viver no edifício construído junto ao Fitness, no bairro do Cruzeiro, não está a ser justo. Por este motivo, muitos se recusam a abandonar as suas casas para serem transferidos Zango, município de Viana.

"Fomos todos cadastrados, mas poucas pessoas vão continuar aqui no bairro do Cruzeiro, que é mesmo aqui ao lado, porque há poucos apartamentos para muitas famílias, e a administração não está a fazer uma selecção justa, tanto mais é, que alguns já receberam as chaves de apartamentos. Mas para nós que vamos viver no Zango ainda não sabemos sequer das condições que vão nos dar", disse outra habitante que também não se quis identificar com medo de represálias.

Para protestar contra o acto que consideram injusto, os moradores descontentes pernoitam em vigília todos os dias a partir das 19 horas, nos arredores do referido edifício, situado na rua de Massangano, como forma de exigir direitos de igualdade na distribuição das casas, onde a maior parte recusa-se em ir para o Zango, segundo apurou este jornal no local.

"A maior parte das pessoas não quer ir para o Zango. A princípio é que não fomos informados sobre as reais condições sociais que iremos encontrar lá, estamos habituados aqui onde os nossos filhos estudam. Não temos garantia se haverá escolas, hospitais nem outros bens de necessidades primárias", lamentou outro.

O processo de transferência começou na primeira semana de Dezembro do ano passado, no âmbito de requalificação do referido bairro, onde para o efeito, foi construído numa primeira fase um prédio que

dispõe de 150 apartamentos, correspondentes ao igual número de famílias, quando estão cadastradas mais de 500.

Segundo uma fonte do Terra Angolana, serão proprietários dos referidos imóveis, os verdadeiros titulares das casas principais, que presumivelmente começam a ser demolidas a partir do dia 24 do corrente mês. Porém, aquelas residências que possuem vários anexos, serão beneficiados com casas no Zango, para além de um apartamento no novo edifício.

Clamor dos comerciantes

Não só de residências habitacionais foi construído o musseque emblemático de Luanda, o histórico BO. Por ironia do destino, a requalificação não contempla indemnizações aos estabelecimentos comerciais que se encontram na área abrangida para a requalificação, de acordo com alguns agentes comerciais que operam na zona.

"Tenho um restaurante que me gastou muito dinheiro para a sua efectivação. Investi num espaço sob regime de arrendamento há menos de um ano, ainda não retirei o capital investido, até agora somos muitos na mesma condição, e ainda não fomos esclarecidos quanto a indemnização aos estabelecimentos comerciais", concluiu um empreendedorado BO.

Ainda de acordo com a nossa fonte, serão erguidos mais dois edifícios no espaço onde vão ser demolidas as moradias construídas no tempo colonial, que se encontram entre a Rua de Massangano, Alameda Manuel Van-Dúnem e Avenida N'dunduma.

Este jornal procurou junto da administradora do distrito urbano do Sambizanga, Mara Baptista Quiosa para os devidos esclarecimentos sobre o andamento do processo de transferência dos moradores, mas, aquela responsável administrativa encontrava-se ausente da instituição.

6.10 Aniversário. O paraíso de uns, o inferno de outros ou a casa comum do salve-se quem puder

Jornal Agora

23 De Janeiro de 2015

Texto: Pedro Teca

Em consequência dos 27 anos de guerra iniciada antes e que se prolongou após a conquista da

independência, milhares de pessoas deslocaram-se para a capital do país na busca de segurança e alimentação.

Segundo a estimativa preliminar do Censo Populacional e de Habitação de 16 de Maio de 2014, existem, actualmente, 6,5 milhões de habitantes em Luanda, correspondendo a 27% do total de 24,300 milhões de residentes em Angola. É a menor província do país, com uma área de 24.651 km, mas a que cada vez mais vai crescendo com a construção de novas centralidades habitacionais.

A Proposta de Lei sobre Alteração da Divisão Político-Administrativa das Províncias de Luanda e do Bengo, aprovada pela Assembleia Nacional, a 19 de Julho de 2011, reformou de nove para sete os municípios de Luanda, nomeadamente: Cazenga, Cacuaco, Icolo e Bengo, Viana, Belas, Quiçama e Luanda.

Nessa reestruturação, Luanda cedeu a localidade do Panguila para a província do Bengo, tendo integrado os municípios da Quiçama e de Icolo e Bengo. O processo de reassentamento de milhares de deslocados nas suas zonas de origem, levado a cabo após o término da guerra em 2002, sem a criação de condições básicas nas províncias, praticamente não influenciou na diminuição do êxodo populacional que se concentrou em Luanda.

RECONSTRUÇÃO. A riqueza de Aitgola garantiu a prosperidade da economia, dependente do petróleo, e como a capital do país, Luanda recebe a maior fatia do Orçamento Geral do Estado, sendo, assim, o foco da reconstrução e o principal centro financeiro, comercial e económico do território.

Como parte de um ambicioso plano de reconstrução nacional, o processo de urbanização da capital é evidente em quase todos os aspectos da sociedade, desde a construção e a reabilitação de estradas, estádios desportivos, hotéis, centralidades habitacionais, centros e zonas comerciais, um aeroporto internacional de última geração, renovação da nova marginal, reconversão urbana das zonas periféricas, construção de parques de estacionamento, zonas verdes e áreas de lazer e muito mais.

A construção das novas centralidades do Kilamba e de Cacuaco visava aliviar a situação habitacional dos luandenses e melhorar a qualidade de vida, mas as habitações construídas não são economicamente acessíveis à grande maioria da população, sendo os preços inicialmente fixados entre 125 mil a 200 mil dólares, de acordo com os modelos disponíveis.

A desorganização nos projectos de habitação parte do topo, realçando aqui a incompetência demonstrada pela empresa gestora, SONILS, que não conseguiu dar o tratamento financeiro devido ao plano, tão pouco assegurou a integridade das centralidades, onde cerca de uma centena de famílias acusadas de ocupação ilegal foram despejadas pela Polícia Nacional.

Numa visão macro, a reconstrução de Luanda é um projecto louvável, mas a realidade no terreno demonstra que o desenvolvimento da capital do país está a ser feito em detrimento de milhares de habitantes, cujas residências, sobretudo nas zonas periféricas, foram e continuam a ser demolidas, e os residentes desalojados, sem indemnizações condignas, e no mais extremo dos casos, são atirados para zonas longínquas e inabitáveis, sem transportes, escolas, hospitais, saneamento básico ou simplesmente sem condições de habitabilidade.

Segundo a ONG Omunga, entre 2001 e 2007, organizações locais e internacionais documentaram o desalojamento forçado de mais de 30.000 pessoas, num processo que envolveu demolições de casas, sem compensações, concretizadas com suporte de fortes contingentes de efectivos da Polícia Nacional e das Forças Armadas Angolanas.

Nos últimos anos, as controversas demolições de bairros estenderam-se pelas principais cidades do país, como Benguela, Namibe e Huambo. Luanda continua a liderar as estatísticas.

Pior do que os cidadãos que reclamam pela má qualidade e pelo pequeno espaço das residências nas novas centralidades e nos Zangos, estão os despejados ao relento das matas do Parque Nacional do Quiçama.

Uma das maiores acções de despejos ocorridos em Luanda ocorreu no antigo mercado do Roque Santeiro, cuja alternativa criada no Panguila não resultou, porque a transferência não foi acompanhada com a criação de condições que permitam a mobilidade e a circulação dos vendedores e compradores. O outro caso que também abalou a sociedade foram os desalojamentos dos moradores do bairro Boavista, numa situação que não teve desfecho satisfatório.

Os mais recentes despejos decorreram no bairro Sapú, em Viana, a 16 de Janeiro, com a demolição de 250 casas, e, desde então, as vítimas têm-se concentrado frente da Administração de Viana à procura de solução.

A situação da reconversão urbana está tensa no Bairro Operário, onde cerca de 500 residências de várias famílias se encontram incompatíveis com o prédio de 150 apartamentos incapaz de albergar todos, enquanto a maioria é compelida para o realojamento no Zango.

A mesma insatisfação é demonstrada pelos moradores da zona 19, sector 6 do bairro Grafanil, que vivem perto da nova centralidade do Sambizanga, e que não se contentam com as condições das casas do Zango e as ofertas feitas em torno dos planos de realojamento do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga, Rangel e Sambizanga, liderado pelo arquitecto Bento Soito.

QUEM BENEFICIA? Essa é a grande questão em tomo do ambicioso plano de reconstrução e reconversão urbana da cidade de Luanda.

São inegáveis as mudanças a que a capital tem vindo a assistir, mas também é evidente a perpetuação do adágio de que "os ricos se tornam cada vez mais ricos, e os pobres cada vez mais pobres", sendo que milhares de familiares, cujas casas foram e estão a ser demolidas nas periferias e zonas urbanas, testemunham a qualidade das suas vidas a deteriorarem nas zonas sem condições de habitabilidade.

Tudo indica que os pobres estão a ser alienados para as partes mais longínquas de Luanda, enquanto as zonas urbanas permanecem para grandes grupos económicos de nacionais e estrangeiros, de famílias com influência geralmente ligadas ao partido governante e poder económico.

O nepotismo e os preços altos em tomo da redistribuição das habitações frustram cada vez mais o sonho de casa própria, principalmente da juventude, engrossada por jovens formados em distintas áreas atirados ao desemprego, na maior parte dos casos por falta de oportunidade de primeiro emprego.

As demolições de residências dos cidadãos em bairros resultam na construção de condomínios habitacionais, centros comerciais e escritórios que beneficiam a minoria da população com forte poder e capacidade financeira.

Inúmeras vezes, cidadãos denunciaram ocupações ilegais de terras por parte de generais ou altos dirigentes do aparelho governativo, o que implica a existência de um plano de desenvolvimento descoordenado e desorganizado. Mas a quem recorrer, se quem recebe a queixa é quem protege quem viola a lei e o direito fundamental consagrado

ao cidadão, envolvido numa cruzada de interesses individuais e de grupos que se superpõem aos da Nação.

6.11 Sem recursos para grandes investimentos em 2015 Ministério do Urbanismo incentiva o sector imobiliário

Jornal O PAÍS

23 De Janeiro de 2015

Texto: Camilo Lemas

Para o ministro do Urbanismo e Habitação, as medidas previstas para fazer face a este propósito passam necessariamente pela alteração do sector privado e a criação dos estímulos para que este sector sinta que é um bom negócio investir no mercado imobiliário, adiantando que, 'é preciso que se estudem um conjunto de incentivos que tornem também o investimento privado mais barato'.

O encontro, que contou com a presença de mais de 59 participantes, teve como objectivo a participação do sector privado no programa nacional do urbanismo e habitação, a reflexão dos problemas caracterizados pela queda abrupta do preço do petróleo no mercado internacional e que afecta de forma considerável o OGE de 2015 e, em consequência, o próprio programa de investimento público, suas possíveis soluções. A abertura da reunião, José António da Conceição e Silva afirmou não haver recursos para grandes investimentos em 2015, e que o Estado detém um capital considerável naquilo que é a posse dos terrenos. 'O que pretendemos aqui é ouvir de vocês, opiniões, de forma a que se continue a fazer negócios ao nível do sector imobiliário, contando para isso com a participação do Estado no sentido dos incentivos que possam facilitar a que as empresas no sector imobiliário continuem a trabalhar e a construir', referiu. O governante lembrou que o programa nacional do Urbanismo e Habitação conta com uma participação de 12% do sector público, 12% do sector privado, 8% 'para as cooperativas, estando cerca de 68% destinados à auto-construção dirigida.

Quanto à construção desorganizada' onde só o Estado aparece a intervir 'à posteriori', o governante precisou que o seu ministério conhece a situação e que constam da respectiva agenda soluções, como

planos da autoconstrução dirigida, podendo o Estado garantir o respeito pelos planos de urbanização.

Seis sugestões privadas

Para aquisição de terrenos, 'o direito de superfície do Estado orienta para as administrações comunais terrenos até 1.000 m² e de 1001 m² a 5 hectares o direito é concedido pelo Governo Provincial, ao passo que o de terrenos acima de 5 hectares é concedido pelo Ministério do Urbanismo', refer Cleber...

Se o governante pediu aos agentes económicos opiniões acerca do sector imobiliário Cleber Corrêa deu-as. O director geral da Proimoveis, ouvido por OPAÍS, começou por chamar a atenção dos três órgãos acima referidos por não possuírem um cadastro único e o que acontece é que, 'enquanto um empresário reivindica uma grande área no Ministério do Urbanismo, essa grande área é invadida, e pequenos invasores reivindicam pequenos lotes na administração comunal, é a invasão legalizada'. 'Então sugerimos a unificação do cadastro de pedidos de direito de superfície', acrescenta.

Relativamente ao modo como deverão ser captadas as receitas destinadas a infraestruturas e loteamentos populares, Cleber Corrêa, continuando a responder ao desafio do ministro do Urbanismo e Habitação, elencou 6 iniciativas, nomeadamente a criação de um 'Fundo de Garantia por Tempo de Serviço', que consiste numa conta poupança que cada trabalhador teria, e que não pode ser mexida a não ser por casamento, reforma ou doença terminal. 'Por essa conta o trabalhador em todos os salários faz uma contribuição que o empregador já desconta e recolhe, a exemplo do INSS. Esse dinheiro rende juros todos os meses e, com o somatório dos valores dessa conta, o Estado usará o dinheiro para promover infraestruturas e financiar loteamentos e casas populares.

A segunda iniciativa refere-se à tributação dos terrenos devolutos para financiamento de infraestruturas' sendo a terceira o surgimento de uma central de riscos expandida. E 'como funciona isso? Caso a pessoa nunca tenha contraído crédito, as lojas dão-lhe um crédito pequeno, baseado na prova de que está empregado, que tem um contrato de trabalho e apresenta um comprovativo de recebimento de salário':

A quarta iniciativa, disse, assenta na desburocratização da regularização imobiliária: 'espera-se 1 ano para comprar um terreno ao Estado, e se quiser aprovar um projecto para uma construção poderá

demorar o mesmo tempo. Enquanto esses documentos não saem, os empresários não investem neles e a economia não vê o dinheiro a circular'.

Banco especializado

A quinta iniciativa proposta reside no surgimento de uma Lei que resolva rapidamente o incumprimento no financiamento imobiliário, denominada Alienação Fiduciária. Neste particular explicou que, hoje em dia, se um banco concede financiamento e, a dada altura, o tomador do crédito não paga, esse banco demorará junto aos tribunais 3 anos para conseguir executar o devedor... e isso retira o capital de giro dos bancos que, para evitar a redução, colocam o custo do dinheiro (Ouros) a valores muito altos'. Sublinhou que a aprovação desta Lei, desde que funcione, fará de Angola uma potência africana em 10 anos, porque 'você terá uma injeção de dinheiro na economia brutal, de pessoas com capacidade para compra de imóvel através de financiamento. Essa movimentação da construção civil fomentará a formação profissional, o surgimento e crescimento das indústrias nacionais ligadas à construção civil, a recolha de impostos, a abertura cada vez maior de postos de trabalho'. A última das iniciativas passa pela criação de um banco especializado e focado no financiamento habitacional.

Sugeriu-se igualmente que os lotes com uma área de $20 \times 30 = 600 \text{ m}^2$, passassem a ter uma área igual mais profunda ($15 \times 40 = 600 \text{ m}^2$), dado que, segundo disse, 'um loteamento com lotes com mais profundidade, economiza em um loteamento muita infra-estrutura que, se não for feita agora, terá que ser feita ao longo dos anos'. 'Com o passar do tempo, a pessoa que adquiriu por valor barato um lote, mas que não tenha capacidade de construir nele, com a valorização do loteamento, vende metade do lote e com o dinheiro poderá construir a sua casa na outra metade' rematou.

6.12 Nova centralidade nasce no Panguila

Jornal de Angola
28 De Janeiro de 2015

A centralidade "Cidade Praia de Santiago", com capacidade para 1 00 mil habitantes, começa a ser construída em Fevereiro, no Panguila, município do Dande. A construção da nova urbanização começa num espaço em que vão ser erguidos 200 fogos habitacionais.

As obras compreendem a reabilitação das vias, arruamentos, arborização, iluminação pública e outros serviços sociais e técnicos. A "Cidade Praia de Santiago" vai ter uma zona com serviços comerciais, piscinas, zonas verdes, escolas de ensino superior, rede hoteleira e um campo de zolfe.

6.13 AN aprova propostas de lei das instituições financeiras e código de valores mobiliários

Jornal Manchete
30 De Janeiro de 2015

O parlamento angolano aprovou hoje, quinta-feira, na generalidade, com 149 votos a favor, nenhum contra e 32 abstenções as propostas de Lei das Instituições Financeiras e a proposta que aprova o Código de Valores Mobiliários com 147 votos a favor, nenhum contra e 36 abstenções.

A acção dos deputados ocorreu durante a 4a reunião plenária ordinária, da 3a Sessão Legislativa, da 111 Legislatura da Assembleia Nacional (AN), sendo que a proposta de Lei das Instituições Financeiras, regula o processo de estabelecimento, exercício de actividades, supervisão, processo de intervenção e o regime sancionatório das instituições financeiras.

Neste contexto, as instituições financeiras que revistam a forma de empresa pública ficam sujeitas às normas da proposta de Lei, sem prejuízo do disposto na Lei de Bases do Sector Empresarial Público. A iniciativa legislativa é do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, pretendendo-se criar bases do sistema financeiro e bancário, assumindo a forma de Lei de Bases das Instituições Financeiras, atendendo o princípio da adequação formal das normas infra-constitucionais.

Pretende-se de igual modo, responder às inovações verificadas no sistema financeiro mundial e nacional, bem como dotar o sistema de regulação e supervisão de instrumentos tecnicamente adequados a garantir a estabilidade e robustez do sistema financeiro, emanada pelo Comité de Basileia de supervisão bancária de 2012.

Já a proposta de Lei que aprova o Código de Valores Mobiliários, que na ocasião foi apresentada pelo

ministro das Finanças, Armando Manuel, pretende proceder à reforma do quadro legal básico do mercado de valores mobiliários e instrumentos derivados, regulando os valores mobiliários, os eminentes, ofertas públicas, bem como o regime de regulação, onde se destaca o papel do organismo de supervisão do mercado de valores mobiliários.

O ministro explicou que, atendendo às melhores práticas internacionais, o diploma visa a protecção dos investidores, asseguramento da eficiência, funcionamento regular e a transparência do mercado de valores mobiliários, prevenção do risco sistémico e a promoção do desenvolvimento do mercado de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O diploma vem também delimitar, de forma clara, o perímetro de regulação do mercado de valores mobiliários e instrumentos derivados, acrescentou.

6.14 Entrega de casas só no segundo semestre

Novo Jornal

30 De Janeiro de 2015

Texto: Faustino Diogo

O REINÍCIO DA ENTREGA dos apartamentos das centralidades de Luanda aos cidadãos que já sinalizaram a respectiva compra, pagando a primeira anuidade como era exigido, não acontecerá antes de 30 de Abril, indicou a Imogestim, gestora imobiliária daqueles projectos.

Segundo a empresa, neste momento está a decorrer o processo de reclamações da parte dos candidatos, os quais podem continuar a fazê-las até ao final do próximo mês de Fevereiro.

Apresentadas as respectivas reclamações, as mesmas serão avaliadas, até 30 de Abril, e todas serão respondidas, o que não significa necessariamente atendidas, explicou fonte da empresa.

Ou seja, uma resposta não significa a atribuição da esperada habitação. Trata-se de uma informação acerca da forma como a reclamação foi tratada.

"Vamos informar todos os que apresentaram reclamações e explicar qual o estado do respectivo processo. Só findo este prazo, que fixámos em 30 de Abril, é que estaremos em condições de disponibilizar mais informações", explicou o director comercial

para novos projectos habitacionais da imobiliária Imogestim, Gilberto Monteiro.

Até essa data, todos os candidatos terão de aguardar para saber quando e como vão ser disponibilizadas as prometidas casas.

Fazendo fé nas palavras do responsável da Imogestim, quem pagou primeiro terá prioridade no momento da entrega das chaves.

"O tratamento será sempre pelo tempo do pagamento. Em termos de entrega das habitações, quem pagou primeiro será atendido primeiro", explicou aquele responsável. Ressalvou, no entanto, que essa entrega estará condicionada ao plano de construção.

"Sem termos uma avaliação, não poderemos saber o que é que temos disponível em termos de habitação para atender os clientes. Neste momento vamos avaliar a regularidade dos processos e cada um. Se a inscrição é regular e se pagou regularmente. Teremos também de comprovar e validar com os bancos os referidos pagamentos. Todavia, repito, o processo de entregas será em função do plano de construção", disse.

Até ao momento, numa fase em que as reclamações só podem ser feitas via Internet, a imobiliária recebeu já 3800 queixas.

"Já recebemos 3800 reclamações e estamos a responder a cada uma delas. Vamos responder a todos. As pessoas estão a apresentar reclamações desde o mês passado e cada cliente vai receber uma resposta, de acordo com a sua preocupação", explicou, adiantando que a partir do próximo mês as queixas poderão ser efectuadas presencialmente nas centralidades do Kilamba e Cacucaco.

"A partir do dia 02 de Fevereiro teremos postos nas centralidades do Kilamba e Cacucaco nos quais podem ser apresentadas as reclamações", disse.

Nesta fase do processo, as reclamações destinam-se apenas aos cidadãos que pagaram uma habitação e ainda não a receberam. Já sobre as novas inscrições, em tempo oportuno a Imogestim irá pronunciar-se, tendo sempre por base o plano de construção e de entrega das habitações, segundo Gilberto Monteiro.

Durante o encontro com a imprensa, o responsável comercial da imobiliária disse que ainda não está concluída a transferência do processo das mãos da SONIP para a Imogestim.

"Este processo ainda não terminou. Estamos em período de recepção dos imóveis que estavam sob a

gestão da SONIP e a fazer a avaliação do que existe e do que vamos receber", concluiu.

Em Outubro do ano passado, em entrevista à Rádio Nacional de Angola no quadro das comemorações do Dia Mundial do Habitat, o ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, anunciou que o processo de transferência da gestão das habitações das centralidades da SONIP para a Imogestim terminaria dentro de um mês e meio, ou seja, em Dezembro.

6.15 Fogos habitacionais estão na fase final

Jornal República
30 De Janeiro 2015

O governador deu esta garantia, na cidade do Lobito, quando procedia à abertura da 1ª reunião ordinária do Conselho Provincial de Concertação Social que está a analisar vários pontos atinentes ao funcionamento das diversas instituições que compõem a estrutura governativa de Benguela.

Neste momento, as obras de construção dessas unidades habitacionais, no quadro do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, estão concluídas em alguns dos 10 municípios da província de Benguela, no entanto as autoridades não especificaram quais localidades o subprograma de 200 fogos está praticamente concluído. Segundo Isaac Maria dos Anjos, esta primeira reunião ordinária do ano tem agendados onze pontos, entre os quais a questão da venda do património imobiliário do Estado, "já concluído e que deve ser transferido para os cidadãos".

Para o mesmo processo, os participantes ao encontro vão receber informações sobre a proposta do Instituto Nacional de Habitação que estabelece o valor de quatro milhões de kwanzas por imóvel, reembolsável em 30 anos.

As acções por realizar, em alusão as celebrações do 40º aniversário da independência nacional a 11 de Novembro próximo, a proposta da versão de rede escolar/ edição 2014, o projecto de reactivação do Centro Industrial do Ministério de Educação e o lançamento dos transportes colectivos públicos de passageiros urbanos intermunicipal e comunal, estão igualmente em análise, nesta reunião que prevê discutir também o mapa de execução das obras do sector de Energia e Água.

A homologação das propostas dos cursos nas escolas publica participadas, bem como uma informação

sobre as escolas estatais fora do sistema do ensino técnico profissional e supervisão da direcção de Educação, Ciência e Tecnologia, consta igualmente dos assuntos em discussão no conselho de concertação social da província que, órgão de consulta do governador da província.

Benguela, Baía Farta, Balombo, Chongoroi, Cubal, Catumbela, Ganda, Lobito, Bocoio e Caimbambo são os municípios que compõem a província de Benguela.

Participam do encontro 100 dos 110 membros previstos.

6.16 Imogestim entrega casas

Jornal Economia e Finanças
30 De Janeiro de 2014
Texto: Gaspar Micolo

A Imogestim estima proceder a entrega de habitações aos cidadãos regularmente inseris no processo de aquisição de moradias nas centralidades do Kilamba e do Cacucaco, em Luanda, a partir de Abril deste ano, segundo revelou à imprensa o director comercial para novos projectos habitacionais, Gilberto Monteiro.

De acordo com o gestor, que falava numa conferência de imprensa promovida pela imobiliária, tal horizonte temporal para a entrega das habitações resulta do facto de a empresa ter concluído o processo de reclamações dos cidadãos nestas circunstâncias.

Gilberto Monte disse que a empresa continua a receber reclamações de cidadãos que pagaram moradias e não receberam, mas apenas daqueles que nunca tiveram oportunidade de a fazer.

Com efeito, Gilberto Monteiro anunciou, igualmente, que a partir de dia 2 de Fevereiro próximo serão abertos, nas cidades do Kilamba e do Cacucaco, postos de reclamações destinados àquelas pessoas que ainda não fizeram nem pela Sonip nem pela Imogestim.

"Os cidadãos que não enviaram a ficha de inscrição ou senha, o comprovativo de depósito bancário, a cópia do B.1. para reclamação, dentro do prazo que foi de 19 a 27 de Janeiro, poderão ainda efectua-la pelos endereços reclamacoeskilamba@gmail.com; reclamacoeskilamba@outlook.com; reclamacoeszango@gmail.com e reclamacoescacucaco@gmail.com", precisou a fonte.

Por outro lado, informou que há muitas reclamações de pessoas cujos nomes não constam da lista de 2.888 inscritos fornecidas pela Sonip à Imogestín, mas que toda reclamação está a ser respondida.

Entrega de documentos

Desde o dia 15 deste mês que os cidadãos que pagaram, em Luanda, habitações e não receberam estão convidados a apresentar a documentação comprovativa de processo instruído junto da Sonip ou da Delta.

De acordo com um comunicado de imprensa da Imogestín divulgado recentemente, os cidadãos devem fazer-se acompanhar da ficha de inscrição ou a senha, comprovativo de depósito bancário, cópia da reclamação efectuada (caso tenha feito).

Segundo o comunicado, os cidadãos que já apresentaram na Imogestín, directamente ou através da comissão representante dos clientes não atendidos na Cidade do Kilamba, os documentos antes descritos estão dispensados de o fazer, devendo durante o mês de Março de deste ano receber o comprovativo do registo da sua reclamação.

Acrescenta que os interessados poderão enviar até ao dia 27 de Fevereiro os documentos acima referenciados, através da internet para os seguintes endereçoselectrónicos, reclarnacoestlamba@gmail.com, reclamacoescacuaco@gmail.com, reclamacoeskilamba@outlook.com.

Os interessados na apresentação presencial de reclamações poderão fazê-lo com a entrega de documentos descritos no número 1, nos postos de atendimento que serão abertos na Cidade do Kilamba e na Centralidade de Cacuo, de 2 a 27 de Fevereiro deste ano.

Após o termo dos prazos, antes descritos, a Imogestín fará o tratamento das reclamações recebidas e dará a conhecer aos interessados, por via electrónica ou por carta, a decisão sobre cada caso, no prazo máximo de 60 dias.

Administração da Imogestín informa a todos os interessados em apresentar as suas reclamações ou que já o fizeram, cujas inscrições e por ordem das datas em que foram efectuados os pagamentos.

6.17 Mais de 200 mil casas encontram-se fechadas em Angola

Jornal República

30 De Janeiro de 2015

Mais de 200 mil casas e apartamentos encontram-se fechados e sem decisão de mercado (arrendamento ou venda) na província de Luanda. Este fenómeno tem que ver com a conjuntura política e a consequência económica do nosso país.

Depois do fim da guerra em Angola, o mercado imobiliário ressentiu-se com uma forte procura de imóveis e sem legislação, regulação e execução tributária para acautelar todo o procedimento e os excessos do mercado imobiliário. Houve, de facto, uma desmedida (corrida as armas) procura, especulação, compra e construção nos terrenos com processos de aprovação das obras e dos créditos imobiliários servilmente corruptivos.

Na verdade, houve investimentos totalmente desmedidos, vivendas, condomínios e edifícios moderníssimos caros, com perspectivas totalmente divagadas do real estado da Economia angolana. Com o excesso na procura do imobiliário (vivendas, apartamentos, lojas e escritórios), o mercado imobiliário entrou numa bolha especulativa em Angola, levando muitos investidores (empresários) na expectativa de construir e erguer grandes obras para vender na obtenção do lucro contínuo e aumentando a um ritmo suficientemente rápido, ou seja, mantendo a escalada de preços.

A explosão imobiliária em Angola levou que instituições financeiras (bancos) oferecessem créditos imobiliários com taxas de juros altíssimas. Ainda assim, muita boa gente foi se endividando (hipotecas) na expectativa que teria ganhos e rentabilidade na venda dos imóveis, o que de facto não aconteceu devido ao equilíbrio de mercado, isto é, rapidamente houve um equilíbrio no mercado imobiliário: aluguer, compra, venda de imóveis e terrenos em Angola. Constrói-se o suficiente de modo que os preços foram se ajustando. Claramente que não era admissível que uma vivenda no bairro Alvalade custasse cerca de 10 milhões de dólares. Um apartamento na zona da Maianga mais de 500 mil dólares.

Estávamos numa situação de desequilíbrio de mercado total, a especulação imobiliária tomou-se bolha imobiliária.

Com a envolvimento de vários agentes económicos no mercado da compra e venda de terrenos e construção de vivendas, condomínios e edifícios em situação de

dívidas aos bancos e a queda repentina dos preços no mercado angolano, colidiu a explosão e estagnando o sector imobiliário em Angola. "A seguir ao excesso há escassez".

Esta situação de bolha imobiliária tomou o negócio improdutivo. Não se vende, nem se compra terrenos, vivendas e apartamentos neste momento em Angola. Por que os preços cairão totalmente? Os agentes económicos que compraram terrenos e construíram vivendas e apartamentos, quer para o aluguer, ou para venda, não conseguem dar procedimento (venda ou aluguer) devido aos preços especulativos na altura da compra dos terrenos, material de construção, incluindo o cimento caríssimo, crescendo as taxas de juros do empréstimo bancário altíssimo (preço do dinheiro na época).

O actual preço baixo do mercado imobiliário impossibilita qualquer ganho que consiga cobrir todos os encargos inerentes à compra do terreno, construção e toda a inerência do processo.

Por este factor, os empresários e os construtores dos imóveis estão sem saber o que fazer, devido as dívidas com as instituições bancárias, baixa dos preços no mercado e a pouca procura na compra dos imóveis, restando-lhes fechar as habitações, esperando que o mercado se estabeleça, ou recupere da situação actual que, infelizmente, será muito difícil, visto que a conjuntura política económica é a pior neste momento por causa da queda do preço do petróleo.

6.18 AN Aprova propostas de lei das instituições financeiras e código de valores mobiliários

Jornal Continente
31 De Janeiro de 2015

A acção dos deputados ocorreu durante a 4ª reunião plenária ordinária, a 3ª Sessão Legislativa, da III Legislatura da Assembleia Nacional (AN), sendo que a proposta de Lei das Instituições Financeiras, regula o processo de estabelecimento, exercício de actividades, supervisão, processo de intervenção e o regime sancionatório das instituições financeiras.

Neste contexto, as instituições financeiras que revistam a forma de empresa pública ficam sujeitas às normas da proposta de Lei, sem prejuízo do disposto na Lei de Bases do Sector Empresarial Público. Proposta de Lei do Registo Eleitoral aprovada na

generalidade Proposta de Lei sobre o Direito de Asilo visa inibir fraudes - ministro do Interior

Proposta de Lei do Registo Eleitoral defende recenseamento oficioso AN aprova propostas de Lei das Instituições Financeiras e Código de Valores Mobiliário Parlamento aprova proposta de Lei sobre o Direito de Asilo e Estatuto do Refugiado

Aprovadas propostas de Lei para constituição de Sociedades Comerciais e das Cooperativas.

A iniciativa legislativa é do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, pretendendo-se criar bases do sistema financeiro e bancário, assumindo a forma de Lei de Bases das Instituições Financeiras, atendendo o princípio da adequação formal das normas infraconstitucionais.

Pretende-se de igual modo, responder às inovações verificadas no sistema financeiro mundial e nacional, bem como dotar o sistema de regulação e supervisão de instrumentos tecnicamente adequados a garantir a estabilidade e robustez do sistema financeiro, emanada pelo Comité de Basileia de supervisão bancária de 2012.

Já a proposta de Lei que aprova o Código de Valores Mobiliários, que na ocasião foi apresentada pelo ministro das Finanças, Armando Manuel, pretende proceder à reforma do quadro legal básico do mercado de valores mobiliários e instrumentos derivados, regulando os valores mobiliários, os eminentes, ofertas públicas, bem como o regime de regulação, onde se destaca o papel do organismo de supervisão do mercado de valores mobiliários. O ministro explicou que, atendendo às melhores práticas internacionais, o diploma visa a protecção dos investidores, asseguramento da eficiência, funcionamento regular e a transparência do mercado de valores mobiliários, prevenção do risco sistémico e a promoção do desenvolvimento do mercado de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O diploma vem também delimitar, de forma clara, o perímetro de regulação do mercado de valores mobiliários e instrumentos derivados, acrescentou.

6.19 Prédio sujo continua de mala pior

Jornal Continente
31 De Janeiro de 2015
Texto: Evaristo Sabando

É bastante lutuoso o estado que se encontra o chamado Prédio Sujo. Está localizado no bairro

Marçal. O panorama inspira bastante cuidado, já que à volta do prédio constata-se quantidades de lixos e o mau cheiro que se faz sentir é bastante repugnante, sobretudo para a saúde pública devido ao estado péssimo que o respectivo prédio se encontra.

O cenário que o edifício sujo apresenta não é de hoje, visto que o estado de abjecção que o edifício apresenta já se arrasta há longo de muitos anos, sendo do conhecimento de quem governa Luanda.

O Prédio Sujo precisa de ser requalificado em virtude do seu aspecto físico. Não sabemos ao certo para quando o início da requalificação, pois não é normal que um edifício apresenta problemas sérios quanto à sua estrutura, continua a acolher pessoas de vários estratos da sociedade. Porém, o que está em causa é a saúde pública, princípios basilares que se desencadeia na sanidade pública.

É preciso que se faça um trabalho profundo para que o Prédio Sujo tenha um novo figurino de modo que sejam evitados situações menos abonatórias, como, por exemplo, a paragem das águas paradas e mosquitos que podem causar variadíssimas doenças, como paludismo, doença da pele e tantas outras.

Daí a razão das instituições vocacionadas ao Estado angolano proporem soluções face aos inúmeros problemas que o edifício apresenta de modo que a culpa não morra solte

7. TERRA

7.1 Inauguradas lojas de registo no Huambo

Jornal de Angola
04 De Janeiro de 2015
Texto: Juliana Domingos

O vice-governador para o sector Económico, Joaquim Rodrigues, inaugurou duas novas Lojas dos Registo no bairro Santa Iria, na cidade do Huambo, e no município do Ecuinha.

O responsável da loja no bairro Santa Iria, Hélder Gomes, disse à imprensa que a abertura destes serviços no bairro, a terceira na cidade do Huambo, vai desencorajar aquelas pessoas que insistem em adulterar documentos de identificação.

A implantação destes serviços no bairro Santa Iria reveste-se de grande importância para os munícipes e para a população do Huambo em geral, porque aumenta a oferta e diminui o grande fluxo de pessoas nas outras duas lojas na cidade do Huambo.

As novas Lojas de Registo têm capacidade de atender 78 pessoas por dia nas áreas de registo civil, automóvel, predial, comercial, actos notariais, identificação civil e criminal. "A inauguração da Loja no bairro Santa Iria é sinónimo de reforço da celeridade, funcionalidade e proximidade dos serviços sociais ao cidadão, o pleno respeito pelos seus direitos constitucionalmente consagrados em Angola", realçou Hélder Gomes.

O cidadão pode obter, entre outros serviços, informações sobre a cidadania, orientações sobre como apresentar demandas junto da Justiça, entrada de processos na Justiça, informações de utilidade pública, jurídicas, assistência jurídica gratuita (defesa pública, consulta jurídica, conciliações, mediações e arbitragem de conflitos).

A aposta na diversificação da oferta de serviços de Justiça, a par do reforço de mecanismos de resolução alternativa de litígios, visa permitir uma maior participação dos cidadãos no sistema de administração da justiça e constitui o grande objectivo do Executivo.

O vice-governador do Huambo para o sector Técnico e Infra-estruturas, Francisco Calunga Quissanga, também inaugurou, no município do Ecuinha, a primeira Loja dos Serviços Integrados de Justiça da circunscrição.

7.2 Requalificação avança em Ondjiva

Jornal de Angola
06 De Janeiro de 2015

A requalificação da cidade de Ondjiva, capital do Cunene, em aplicação desde 2014, para inverter as construções precárias, está entre os marcos registados no ano passado no sector das obras públicas.

Esta avaliação foi feita no último final de semana pelo governador provincial, António Didalelwa, que em entrevista à Angop destacou a construção de duas rotundas na avenida 11 de Novembro, Palácio do Governo, edifício-sede do Governo Provincial, Casa da Cultura, Sé Catedral e Mediateca de Ondjiva.

António Didalelwa apontou igualmente a construção da Sala Protocolar, Quartel de Bombeiros e a Torre de Controlo no Aeroporto 11 de Novembro, assim como a conclusão de 2.500 casas em Ondjiva e a segunda fase do projecto de 100 casas por município.

"São obras que, além dos passeios e a malha viária do casco urbano, recentemente reabilitados, projecto de iluminação pública e construção da Praça de Ondjiva, contam com uma escultura do Rei Mandume ya Ndemufao", frisou.

Estes empreendimentos são executados de forma satisfatória, dando um aspecto diferente e mais imponente à paisagem da cidade capital.

"Anteriormente caracterizada por construções precárias e uma dúzia de edificações da era colonial, a cidade de Ondjiva procura inverter o estatuto de zona de trânsito de gente que visita a vizinha Namíbia e está agora a transformar-se num ponto de atracção de visitantes", salientou António Didalelwa.

7.3 Demolição inesperada deixa 12 famílias ao relento

Novo Jornal
16 De Janeiro de 2015
Texto: Isaías Soares

SEM TECTO DESDE a semana passada, na sequência de uma demolição executada pela

Administração Municipal local, 12 famílias do bairro Quizanga, que fica quatro quilómetros a norte da cidade de Malanje, continuam à espera de uma explicação das autoridades.

"Tudo aconteceu de forma inesperada. Estamos sem nenhum esclarecimento directo. Porque é que insistem nesta área? Porque nos partem as casas?", questiona João Manuel Francisco Morine, lembrando que a situação afecta cerca de 50 crianças.

"As aulas estão a aproximar-se e aqui não temos hospitais, nem escolas, nem água, nem energia. Assim fica complicado para a regedoria", protesta o morador, que apela às entidades superiores para que resolvam o problema, porque os desalojados estão "numa grande aflição".

Centenas de famílias já foram expulsas das proximidades do rio Guiné (Semente), na regedoria de Kalandula, calcula João.

Enquanto a população aguarda novos desenvolvimentos, o administrador Osvaldo Naval dos Santos garante que o processo decorreu nos termos da lei. Segundo o responsável, as casas destruídas tinham sido erguidas em locais inadequados, "junto à zona de recolha de água para a área de tratamento e distribuição à cidade de Malanje".

Osvaldo Naval dos Santos esclarece ainda que a zona da intervenção [Guiné] é uma área reservada pelo Estado para a captação de água, e aconselha a população a informar-se sobre o estatuto dos locais onde constrói para evitar constrangimentos do género.

"Isto envolve custos para as pessoas. Investem aquilo que é o seu rendimento nessas obras e torna-se muitíssimo complicado para as famílias", admitiu, sem revelar o destino final dos habitantes reassentados da Semente.

Novas operações de limpeza

Igualmente por descortinar fica a data das próximas demolições, que tinham sido anunciadas para a passada segunda-feira, mas acabaram por não acontecer.

Apesar do adiamento, o representante da administração do poder local garante que novas operações de limpeza serão marcadas.

"Não quer dizer que vão acontecer exactamente na zona da Guiné.

Por enquanto, o trabalho fica por aqui. Vamos fazer um balanço de tudo aquilo que foi o trabalho anterior", esclareceu.

O perímetro da Semente é habitado, desde 2012, por cidadãos provenientes das aldeias de Cambaxe de Cima, Cambaxe de Baixo, Kazundu, Casteve e Kajinga, da regedoria Kalandula, comuna de Cambaxe e município de Malanje, instalados à luz do projecto do executivo central de unificação das aldeias para a implantação dos principais serviços sociais básicos.

Aproximadamente 8.860 pessoas controladas por 22 sobas congregam a regedoria de Kalandula, aguardando por uma definição da Administração Municipal e do MPLA para o destino final da concentração.

À margem das demolições, a Administração Municipal de Malanje colocará à disposição das populações, dentro de 40 ou 70 dias, novos espaços para construir nas zonas identificadas para loteamento.

7.4 Pedro Canga recusa orientações superiores

Jornal Manchete

16 De Janeiro de 2015

Texto: Francisco Cabila

O ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, não justificou até agora, as razões que estão na base da sua ausência, na Assembleia Nacional, depois de ter sido notificado por três vezes, pela 10a Comissão daquela instituição que versa pelos Direitos Humanos, Petições, Reclamações e Sugestões dos Cidadãos. Segundo apurou o Manchete, Pedro Canga foi intimado na sequência do litígio que opõe a Cooperativa Agrícola dos Camponeses da Zona 5, KM 44, S.C.R.L e a empresa de direito israelita, TAHAL - Consulting Engineers Limited, que já vai no seu terceiro ano.

o cerne da questão é um terreno agrícola localizado na comuna do Bom Jesus, à esquerda do futuro Aeroporto Internacional, no sentido Luanda/ Catete que, de acordo com os documentos em posse deste jornal, pertence à Cooperativa dos camponeses acima citados.

Consta que, os camponeses estão, de algum tempo há esta parte, a ser forçados à abandonar as suas terras pela empresa TAHAL - Consulting Engineers

Limited, supostamente a coberto do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, através do Gabinete de Gestão de Terras Agrárias.

Tais suspeitas, tal como apurou o Manchete, surgiram do facto de, depois de uma reunião havida entre a direcção da empresa israelita, a Cooperativa de Camponeses e a administração local, sobre a eventual legalidade da acção da TAHAL, a direcção desta empresa voltou ao terreno, volvidas algumas semanas, com declarações do Gabinete de Gestão de Terras Agrárias, atestando a titularidade do espaço, assim como se fez acompanhar do Diário da República n.º14, I Série de 21 de Janeiro de 2011, que copeia o Decreto Presidencial n.º27/11, que aprova o Projecto de Aproveitamento Hidroagrícola da Química, na província do Bengo. «Perante tudo isso, achamos que alguma situação anómala está a se passar, pois, o que se depreende é que se trata de algum interesse inconfesso, por se tratar de uma zona que está a ser muito concorrida devido à aproximação do futuro Aeroporto Internacional», disseram os camponeses, acrescentando que, se trata, porém, de uma zona/área que nada tem à ver com o Projecto de Aproveitamento Hidrográfico da Química e, «ainda que fosse, não somos quaisquer animais, muitos de nós fazemos deste local o ganha-pão para o sustento das nossas famílias».

Disseram ainda que, o projecto da TAHAL, se fazendo fé no Decreto Presidencial acima referenciado n.º27/11, que aprova o Projecto de Aproveitamento Hidroagrícola da Química, na província do Bengo - está totalmente deslocado pois, os marcos e limites das terras destes camponeses, aprovadas legalmente, estão muito longe da comuna da Química.

Acção da tahal

Ainda de acordo com as nossas fontes, mesmo não tendo as partes chegado a acordo, a TAHAL-Consulting colocou em marcha os seus intentos, supostamente a coberto do 1.º secretário do MPLA do Icolo e Bengo, Luís Vicente, tendo este, de acordo com os lesados, maltratado os camponeses durante uma reunião realizada com os mesmos, chamando-os analfabetos e que «não valiam nada». Assim sendo, numa manhã, os camponeses foram acordados pelo barulho dos motores das máquinas que destruíram enormes quantidades de árvores e outras plantações que custaram o sacrifício aos camponeses.

Estes, porém, acusam o cidadão israelita que responde pelo nome de Jacob, suposto proprietário da TAHAL-Consulting, de lhes ter dito, alto e bom som, ter gasto muito dinheiro, que foi entregue a

governantes angolanos/corruptos, cujos nomes não foram citados, para a aquisição do referido espaço, razão porque os camponeses a bem ou a mal têm de deixar as terras. Os mesmos, no entanto, estão nesta localidade desde o tempo colonial e muitos deles, em número superior a sete mil, são herdeiros dos terrenos dos seus pais, estes por sua vez, herdeiros dos seus avós, tendo já passado por aí, três gerações. O Manchete apurou também que muitos destes camponeses são antigos combatentes e veteranos da pátria que deram a sua participação pela independência de Angola e nas lutas de libertação que esta nação conheceu. «Nós somos anteriores a toda legislação sobre a Terra» defenderam-se.

Da agricultura à habitação

Tal como apurou este jornal, inicialmente, a empresa TAHAL - Consulting Engineers Limited surgiu no terreno onde os camponeses da Cooperativa Agrícola da Zona 5 praticavam a agricultura, com o pretexto de que implementaria um projecto agrícola. No entanto, o que se nota agora é a aplicação de um programa habitacional que já está em marcha, com passos largos. Fala-se mesmo de uma centralidade que, em abono da verdade não irá beneficiar os camponeses desta ou de outras localidades, como é o caso da Centralidade do 44, construída nas proximidades, igualmente em terrenos dos camponeses, que ficaram pelas promessas e com as fichas nas mãos, até hoje.

Lembrar que, o Conselho de Ministros reunido na sua 3ª Sessão Ordinária no dia 28 de Abril de 2010 deliberou a aprovação do Projecto de Aproveitamento Hidroagrícola da Química, celebrado entre o Ministério do Urbanismo - na Altura Urbanismo e Construção - e a Firma israelita TAHAL - Consulting Engineers, no valor global de Cento e Cinquenta e Nove milhões e Quatrocentos e e Cinquenta mil euros.

Intimidações e ofensas ao PR

Desde que chegou naquela zona, segundo relatos colhidos no local, a TAHAL - Consulting tem causado muitos problemas aos camponeses, levando muitos deles para a cadeia com o beneplácito dos agentes da polícia local que, em várias ocasiões ameaça os agricultores com disparos de armas de fogo, muitas das vezes à queima-roupa.

Na sequência do esbulho das suas terras, tal como contaram, muitas das vítimas estão doentes, acometidas por AVC e outras enfermidades não

menos preocupantes, enquanto outras acabaram por falecer.

Ainda de acordo com as fontes, a direcção daquela empresa coagiu alguns camponeses a negociarem os seus terrenos num valor mísero de 25 mil kwanzas e quem não quis viu as suas lavouras abaixo, sem qualquer recompensa.

Apuramos ainda que a agentes e oficiais da polícia do Icolo e Bengo estão no terreno com um aparato de meter medo - chefiados pelo comandante para Área Operativa, Mungongo - e dizem que estão aí sob orientação da administração municipal, argumento prontamente desmentido pelas autoridades locais, lideradas por Adriano Mandes de Carvalho, por sinal, filho da terra. «O Chefe Mungongo, chefe das Operações da polícia disse-nos o seguinte: "Vocês andam muito confiado com o vosso Presidente, fazendo alusão ao Chefe do Executivo, mas, quem manda aqui no Icolo e Bengo somos nós, não é o camarada José Eduardo dos Santos", em tamanho desrespeito a figura do Chefe de Estado angolano e Presidente do MPLA, partido que governa o país».

Administrador evita “mãos livres”

Para verem resolvido o seu problema os camponeses da Cooperativa da qual temos vindo a citar, recorreram aos serviços do escritório de advogados da Associação mãos Livres, vocacionada à Defesa e Difusão dos Direitos Humanos e da Cidadania tendo os advogados desta instituição solicitado um encontro com o administrador municipal de Icolo e Bengo, em carta datada de 13 de Outubro de 2014, para o dia 23 do mesmo mês e ano. O mesmo não ocorreu, supostamente porque Adriano Mendes de Carvalho alegou falta de gabinete para os receber, estando a situação estacionária até agora. Aquela associação, também pediu encontro com a direcção da TAHAI, igualmente sem sucesso. Tais encontros, segundo apurou o Manchete visavam encontrar uma saída para o problema, de forma amigável.

Pedido de socorro

Não tendo as partes chegado a entendimento e, sendo a Cooperativa o elo mais fraco da contenda, os seus associados recorreram em grito de socorro às várias instituições, como o Governo Provincial de Luanda, Assembleia Nacional, a OMA, organização feminina do MPLA, bem como a Presidência da República mas, pelo que tudo indica as vozes dos mesmos não fez eco, perante aquilo que consideram de injustiça.

Tal como acima referimos, a Casa das Leis através da sua 10a Comissão notificou por três vezes o titular da Agricultura, Pedro Canga, mas este terá atirado o assunto para as calendas gregas.

Já à Presidência da República, através do Gabinete do Secretário Geral dos Serviços Auxiliares do Presidente da República, liderado pelo ministro Manuel da Cruz Neto, remeteu, o ano passado, o assunto ao ministro da Agricultura, para o devido tratamento uma vez ser do seu pelouro mas, este, até agora não se pronunciou.

Dizem desconhecer os verdadeiros intentos da TAHAL, porque nenhuma autoridade oficial do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural falou com as populações sobre o assunto.

Amaro Tati pode estar em conluio

O secretário de Estado para a Agricultura, Amaro Tati e mais quase uma dezena de governantes estão a ser apontados como estando em conluio com a direcção da empresa TAHAL - Consulting Engineers, em detrimento dos camponeses, cujas terras lhe foram retiradas.

Consta que, ante aos clamores dos lesados, Amaro Tati é visto, na companhia de mais alguns governantes e empresários a se deslocarem semanalmente, em geep top goma, nas instalações da TAHAL erguidas nas terras dos camponeses, naquela zona onde hoje está a nascer um projecto habitacional.

Contactos frustrados

Desde princípio de Dezembro do ano passado que o Manchete tem este dossiê em sua posse e que tem vindo a tentar contactar as partes envolvidas mas, sem sucesso. No Ministério da Agricultura, por exemplo, o contacto foi feito com o director do Centro de Documentação e Informação mas este havia dito que o assunto não é da sua competência, porquanto o ministro Pedro Canga tem um assessor de imprensa, Gustavo Silva que, ao que ficamos a saber, junto das funcionárias do director do gabinete do ministro o mesmo nunca se faz presente naquela instituição. Tentamos, igualmente, manter contacto com o director do gabinete do governante, nesta segunda-feira, 12, mas, postos lá, fomos informados que o mesmo se encontra de férias e que o indivíduo que o está a interinar não se encontrava na altura desconhecendo-se a que horas regressaria no gabinete. Porém, não fizemos outra coisa que não fosse deixarmos os nossos contactos e mesmo assim, não fomos tidos nem achados. Quanto à TAHAL, das várias vezes em que telefonamos para aquela

empresa não tivemos sucesso. Entretanto, não nos deslocamos nas suas instalações que se situam nas terras onde os camponeses da Cooperativa Agrícola dos Camponeses da Zona 5 desenvolviam a sua actividade agrícola por questões de segurança, pois a zona, tal como contaram e pudemos constatar está quase que militarizada, sendo todas as forças policiais a seu favor, não se sabendo se a troco de quê. Fala-se mesmo que estas forças não medem meios quando se trata de defenderem os interesses da TAHAL, brutalizando todos aqueles que pretendem denunciar as injustiças que aí se verificam. Mas, pela importância do assunto, brevemente voltaremos com novos desenvolvimentos.

7.5 Bairro é derrubado sobre escolta militar

Jornal A Capital

17 De Janeiro de 2015

Texto: Manuel Alberto

Aflicção, desespero e sentimento de amargura. É este o cenário com que se deparam os moradores do Bitá Miala que viram as suas residências a serem demolidas logo nas primeiras horas da manhã de quarta-feira 14.

Segundo contaram ao A Capital, foram surpreendidos por efectivos da Polícia Nacional e militares, munidos de armas de fogo, orientando as demolições sem dó nem piedade.

Lamentou o facto dona Catarina Paulo, 50 anos, residente no local há três anos exprimiu a tristeza que assolou a sua vida e a dos filhos.

"Essa situação deixou-me muito triste e na rua. Surpreenderam-nos às 05h00 de madrugada, tiraram-nos de casa como no tempo de guerra", narrou a mais velha que vive da "zunga", negócio com o qual conseguiu construir a sua casa.

Viúva há nove anos, é com o dinheiro da "zunga" de água e frutas que sustenta os oito filhos. "Neste momento os meus filhos não têm paradeiro. Fui agredida e ameaçada pelos polícias. Chamaram-me de invasora, o que não é verdade", defendeu-se.

"Nós temos até os direitos de superfície e todos os documentos dos terrenos", redimiou-se, implorando que lhe seja devolvido o espaço.

Paulo José Feliciano, 33 anos, manifestou também o seu desagrado e desapontamento com a situação que estão a viver. Contou que nunca foram avisados de que o espaço tinha dono.

"Não fomos avisados de nada. Ontem ficamos a saber que há um senhor chamado Amadeu Maurício que diz ser o proprietário do espaço", constatou, acrescentando que na semana passada, um grupo de agentes da Fiscalização apareceu no local fez a numeração das casas e a população rebelou-se por não ter nenhum conhecimento sobre os porquês.

"Fomos surpreendidos na madrugada de quarta-feira, 14. Efectivos da Polícia Nacional e militares, munidos de armas, cercaram a zona, quando eram precisamente 09h00 da manhã. Retiraram as pessoas das casas e começaram com as demolições", registou, explicando que compraram os terrenos e nunca os tinham ilegalmente ocupado como se ouve dizer. "Estávamos com a pessoa que nos vendeu os terrenos na Administração de Viana, onde fazemos a apresentação dos documentos de compra e venda", demonstrou.

Viúva há três anos, Helena João Teca, disse que não sabe o que será da sua vida, a de seis filhos e três sobrinhos para quem muito se tem sacrificado para sustentar.

Segundo ela, tinha no bairro três residências, uma das quais, foi o seu falecido irmão que deixou.

"Ninguém me ajudou a construir as casas. Como é que vêm partir as casas e não antecipam a população?", interrogou-se Teca, explicando a seguir que vive no local há mais de três anos e não se lembra de ter ouvido a proibição de se construir no local.

Teca avançou que foram cerca de 200 residências demolidas no dia de quarta-feira.

"250 Casas foram demolidas, para além dos terrenos que estavam vedados", contabilizou, esclarecendo que, "pagamos a autorização de construção aos homens da Fiscalização da Administração de Viana que apareciam no bairro", concluiu a lesada.

"Foi uma situação constrangedora e triste. Principalmente para as crianças que acompanhavam aquele triste cenário", observou Alfredo José de Castro, 24 anos, avançando que houve desmaios de pessoas idosas por causa da agressão dos efectivos da Polícia Nacional que não respeitavam ninguém.

"Há crianças que devem estar traumatizadas por verem as suas casas a ser demolidas", constatou

Castro, mostrando-se enraivecido com o triste momento.

Os moradores dizem ter recorrido à Administração de Viana em busca de possíveis esclarecimentos ao problema, porém, sem sucesso.

"O administrador disse-nos que não tem competência para resolver o caso, porque trata-se de um assunto orientado pelo Governo provincial", ilustraram os moradores visados, para mais adiante concluírem que "efectivos da Polícia e militares invadiram o espaço, deixando as pessoas ao relento".

Conforme constatou a nossa reportagem, destacada no terreno, as demolições prosseguiram até quinta-feira, 15. Na verdade, um aparato policial, constituído por efectivos da Polícia Nacional e da militares, interpelavam as viaturas que se dirigiam para a zona em questão, ou seja, à entrada da via que dá acesso ao bairro em demolição.

A nossa reportagem tentou chegar à fala com a Administração Municipal contudo, a mesma encontrava-se com as portas encerradas.

7.6 Ministro avalia construção dirigida

Jornal de Angola

17 De Janeiro de 2014

Texto: Pereira Dinis

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, analisou, ontem, com representantes do sector privado, várias questões, com realce para a auto-construção dirigida e o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

José Silva ouviu as propostas dos representantes do sector privado e reconheceu que há dificuldades, particularmente no acesso aos terrenos. "A queda do preço do petróleo veio atrapalhar alguns projectos, mas estamos a fazer um levantamento para reverter o quadro, sem pressionar o Tesouro", disse.

Uma representante de uma imobiliária sugeriu que seja aprovado rapidamente a legislação de posse dos terrenos porque "muito de nós ficamos frustrados quando vemos os terrenos concedidos invadidos por centenas de famílias e para se retirarem têm de ser indemnizadas".

Dadas as dificuldades, o ministro reconheceu que existem problemas sérios na posse de terras, mas "o que pretendemos é ouvirmos as vossas ideias e opiniões para se fazer o negócio imobiliário,

continuar a trabalhar e ver construídas habitações sociais".

Um investidor privado sugeriu que o Estado deve acompanhar a evolução dos projectos habitacionais, por intermédio de uma equipa técnica, porque há casos em que as casas são construídas e depois não têm condições de habitabilidade por falta de infra-estruturas.

José Silva, que se encontrava ladeado pelo ministro da Construção, Waldermar Pires Alexandre, dos secretários do Estado do Urbanismo, Nhangá de Assunção, e da Habitação, Joaquim Silvestre, frisou que no Programa Nacional de Infra-estruturas está contida a reserva fundiária para alavancar a auto-construção dirigida.

"A pressão é grande, principalmente em Luanda. Estamos a ser realistas. A urbanização pode não ter infra-estruturas, mas a população pode construir, desde que respeite os corredores das infra-estruturas para depois não termos de fazer demolições. Pretendemos partilhar esta estratégia com o sector privado no ramo habitacional", disse o ministro.

7.7 Moradores recusam ir viver para o Zango

Jornal Terra Angolano

19 De Janeiro 2015

Texto: António Ganga

Alguns moradores do Bairro Operário prometem não abandonar aquela zona, caso as suas reclamações não sejam resolvidas, tal como a entrega de mais de uma residência no Zango, e a entrega de outros apartamentos.

"A minha residência é bastante grande e aqui tenho a minha família, não vou aceitar sair para o Zango para uma residência minúscula, nem pensar. Eles que sejam honestos", disparou um dos moradores daquele musseque que desaparecerá dentro de pouco tempo, para dar lugar a uma zona de luxo.

Segundo estes, o critério de selecção das famílias que vão viver no edifício construído junto ao Fitness, no bairro do Cruzeiro, não está a ser justo. Por este motivo, muitos se recusam a abandonar as suas casas para serem transferidos Zango, município de Viana.

"Fomos todos cadastrados, mas poucas pessoas vão continuar aqui no bairro do Cruzeiro, que é mesmo aqui ao lado, porque há poucos apartamentos para muitas famílias, e a administração não está fazer uma

selecção justa, tanto mais é, que alguns já receberam as chaves de apartamentos. Mas para nós que vamos viver no Zango ainda não sabemos sequer das condições que vão nos dar", disse outra habitante que também não se quis identificar com medo de represálias.

Para protestar contra o acto que consideram injusto, os moradores descontentes pernoitam em vigília todos os dias a partir das 19 horas, nos arredores do referido edifício, situado na rua de Massangano, como forma de exigir direitos de igualdade na distribuição das casas, onde a maior parte recusa-se em ir para o Zango, segundo apurou este jornal no local.

"A maior parte das pessoas não quer ir para o Zango. A princípio é que não fomos informados sobre as reais condições sociais que iremos encontrar lá, estamos habituados aqui onde os nossos filhos estudam. Não temos garantia se haverá escolas, hospitais nem outros bens de necessidades primárias", lamentou outro.

O processo de transferência começou na primeira semana de Dezembro do ano passado, no âmbito de requalificação do referido bairro, onde para o efeito, foi construído numa primeira fase um prédio que dispõe de 150 apartamentos, correspondentes ao igual número de famílias, quando estão cadastradas mais de 500.

Segundo uma fonte do Terra Angolana, serão proprietários dos referidos imóveis, os verdadeiros titulares das casas principais, que presumivelmente começam a ser demolidas a partir do dia 24 do corrente mês. Porém, aquelas residências que possuem vários anexos, serão beneficiados com casas no Zango, para além de um apartamento no novo edifício.

Clamor dos comerciantes

Não só de residências habitacionais foi construído o musseque emblemático de Luanda, o histórico BO. Por ironia do destino, a requalificação não contempla indemnizações aos estabelecimentos comerciais que se encontram na área abrangida para a requalificação, de acordo com alguns agentes comerciais que operam na zona.

"Tenho um restaurante que me gastou muito dinheiro para a sua efectivação. Investi num espaço sob regime de arrendamento há menos de um ano, ainda não retirei o capital investido, até agora somos muitos na mesma condição, e ainda não fomos esclarecidos quanto a indemnização aos

estabelecimentos comerciais", concluiu um empreendedor BO.

Ainda de acordo com a nossa fonte, serão erguidos mais dois edifícios no espaço onde vão ser demolidas as moradias construídas no tempo colonial, que se encontram entre a Rua de Massangano, Alameda Manuel Van-Dúnem e Avenida N'dunduma.

Este jornal procurou junto da administradora do distrito urbano do Sambizanga, Mara Baptista Quiosa para os devidos esclarecimentos sobre o andamento do processo de transferência dos moradores, mas, aquela responsável administrativa encontrava-se ausente da instituição.

7.8 Governo concede áreas para resolver conflitos

Jornal de Angola

20 De Janeiro de 2015

O governador de Benguela, Isaac Maria dos Anjos, anunciou que as autoridades têm vindo a disponibilizar um conjunto de áreas para assentar populações e tentar resolver os conflitos de terras que se registam no município do Cubal, 150 quilómetros a leste da sede provincial.

Isaac Maria dos Anjos falava na cerimónia de tomada de posse de Carlos Alberto Guardado como novo administrador municipal do Cubal e de Jandira Laura Ribeiro como directora provincial de Energia e Águas de Benguela.

O governador de Benguela citou exemplos de populações residentes no município do Cubal que não conseguem obter terrenos para cultivar, porque não lhes é permitido, situação que acirra ainda mais os conflitos.

Por causa destes conflitos, referiu que o Governo tem dedicado uma atenção especial ao Cubal e lançou alguns desafios, entres os quais a entrega de terrenos para o assentamento de modo pacífico da população.

Neste sentido, o governador apelou ao novo administrador municipal do Cubal a prestar a devida atenção para solucionar os conflitos de terras que envolvem populações naquela circunscrição da província de Benguela. Para Isaac Maria dos Anjos, trata-se de um trabalho meticuloso, que vai exigir muita paciência, dedicação e, sobre tudo, uma grande capacidade da administração do Cubal, mas garantiu total disponibilidade do seu pelouro nesta direcção.

Face às origens dos conflitos políticos no Cubal envolvendo familiares, toma-se imperativo ter sempre presente o discurso recente do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em que apela para que se esbata com coragem e com a necessária isenção as razões da intolerância política.

7.9 Zonas de cultivo estão livres de minas

Jornal de Angola

20 De Janeiro de 2014

Texto: Lourenço Bule

A brigada de engenharia militar das Forças Armadas Angolanas (FAA) entregou à administração comunal de Jamba Cueio, 115 quilómetros a sul de Menongue, 113.934 metros quadrados de terras aráveis livre de minas.

Desde Fevereiro de 2013 até Dezembro do ano passado, foram removidos no local 156 minas anti-pessoal, oito minas anti-tanque, seis uxos, dois obuses de morteiro de 82 milímetros, cinco projecteis de RPG 7 e 531 munições de diversos calibres.

O comandante da brigada de engenharia militar, capitão Domingos Benedito Vunje, disse que a operação de desminagem teve a participação de 54 sapadores equipados com detectores electrónicos do tipo "Index" e que vão prosseguir com o processo de desminagem nos restantes 754.371 metros quadrados de zonas suspeitas de minas na comuna de Jamba Cueio.

Domingos Benedito Vunje salientou que a brigada de desminagem das FAA vai entregar todos os campos desminados à população para o cultivo e a pastorícia e possibilitar ao Executivo a reabilitação de estradas, pontes, caminhos-de-ferro e aberturas de vias de acesso, tornando possível a circulação de pessoas e bens.

"A nossa maior prioridade é a limpeza de todas as reservas fundiárias, para darmos resposta às preocupações do Governo Provincial, que pretende executar os programas de combate à pobreza", disse. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. O vice-governador para o sector político e social, Pedro Camelo, sublinhou que "a população local tem mais campos livres para o cultivo e para circular em segurança".

O Governo Provincial está a trabalhar afincadamente na desminagem de todos os campos minados identificados na província, para o relançamento da actividade agrícola, habitação social, reparação de estradas, pontes, e outros equipamentos sociais.

7.10 Terras agrícolas sem minas

Jornal de Angola

21 De Janeiro de 2015

O oficial de ligação da Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Assistências humanitárias, Mário Satipamba, informou em Ondjivam, que 5,304 milhões de metros quadrados foram desminados na Província do Cunene, durante o ano passado.

Mário Satipamba informou que as áreas livres de minas e outros engenhos explosivos se situam nos municípios do Cuanhama, Ombadja, Namacunde, Cahama, Cuvelai e Curoca.

No ano passado foram recolhidas dez minas anti-pessoal, 14 anti-tanque, 8.172 engenhos explosivos não detonados e 107.243 metais, referiu Mário Satipamba, acrescentado que estas acções foram acompanhadas de palestras para sensibilização das comunidades sobre o perigo de minas.

A Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Assistência Humanitária tem na Província do Cunene três operadoras de desminagem: Brigada das Forças Armadas Angolanas, Instituto Nacional de Desminagem (INAD) e a Organização não governamental, "Terra-Mãe".

Recentemente, o governo do Japão procedeu, em Luanda, uma doação no valor total de 181.492 dólares, a Angola para apoiar projectos de saúde e de desminagem. Os projectos vão ser desenvolvidos pela Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Assistência Humanitária e a Unidade Técnica de Coordenação da Ajuda Humanitária do Ministério da Assistência e Reinserção Social. ..

7.11 Administração deixa vianenses sem tecto

Jornal O PAÍS

23 De Janeiro de 2015

Texto: Paulo Sérgio

O ambiente de paz e tranquilidade em que viviam os moradores do bairro Miala, situado junto à

instalações do Serviço de Inteligência Militar, em Viana, foi substituído por um clima de tensão e insegurança, na manhã de segunda - feira, 12, ao serem avisados de que as suas residências e obras seriam demolidas a qualquer momento.

Esta informação foi levada à comunidade por um dos efectivos da Polícia Militar, que também ergueria a sua residência no bairro, escalado para integrar o forte aparato de segurança reforçado por agentes das Polícias de Ordem Pública e de Intervenção Rápida incumbidos de escoltar os funcionários da Administração Municipal de Viana encarregues da operação.

Às 11 horas desta terça-feira, 20, a nossa equipa de reportagem encontrou a cidadã Belita Nguza, debaixo de sol intenso, a auxiliar o filho, o sobrinho e dois amigos a ergueram um quarto de chapa de zinco ao lado dos escombros da sua antiga residência do tipo T4, cinco dias depois de dormirem ao relento.

Com um semblante de tristeza, indicou duas casotas com menos de um metro feitas com blocos de betão amontoados nas laterais, dois contraplacados (um atrás e o outro afrente, servindo de porta) cobertas por chapas de zinco onde pernoitavam. Uma delas encontravam-se três crianças a dormirem num colchão de esponja, um delas aparentava ter uma idade inferior a dois anos de idade.

"É aqui onde dormimos desde que o senhor administrador decidiu partir a nossa casa na calada da noite, sem ao menos nos conceder a possibilidade de justificar como foi que viemos aqui parar", desabafou.

Contou que os mandatados por Manuel Caterça, administrador municipal, apareceram por volta das 3 horas da manhã com diversas charruas, prontos para materializar os seus intentos a todos os custos. Justificou que, o forte aparato de segurança teve o propósito de inibir qualquer reacção por parte dos diversos militares que aí habitam há vários anos. Ela e os seus vizinhos foram acordados pelo ruído das máquinas e as ordens para abandonar as residências emitidas pelos militares evitando que alguém ficasse entre os escombros.

Ao ver que a sua residência seria a próxima a ser deitada por terra a comerciante Belita Nguza orientou que os seus parentes subissem ao telhado e removessem as chapas de zinco para evitar que fossem inutilizadas. Mas tal acção não pode ser materializada. Esses foram ordenados por dois dos integrantes da escolta que descessem imediatamente caso não quisessem perder a vida. Um deles tentou

mostrar resistência e, como resposta, foi espancado e foi detido por algumas horas.

" Este momento não tenho nada para dar aos meus filhos para comer e alguns deles acabaram por ficar doentes, não só em consequência da surra que apanharam como também pela humidade a que estamos expostos", especificou.

Indagada sobre a proveniência das chapas que estavam a ser usadas para fazer o novo abrigo, respondeu que tanto ela como os barrotes foram recolhidos das obras dos seus vizinhos que estavam a construir imóveis de um piso.

Explicou que quando estava a construir, foi uma vez notificada pelos fiscais da Administração de Viana a apresentar os respectivos documentos, entre os quais a licença de obra, e como não os tinha foi obrigada a pagar uma multa de mais de 100 mil Kwanzas para dar seguimento à obra.

Questionada da razão porque não foi se abrigar em casa de um dos seus familiares, explicou que devesse ao facto de viverem muito distante daquela zona.

Atrás de uma das casotas, estava uma das suas parentes a confeccionar funje de milho na lenha, que seria acompanhado com peixe frito e molho de tomate, retirado de uma pequena plantação que tinha no quintal.

Fiscais cobravam para autorizar construções

A presença da equipa de reportagem de O PAÍS no local, despertou a atenção dos moradores e em menos de dez minutos várias pessoas apareceram dispostas a partilharem as suas histórias.

Revoltado, o cidadão Barroso Figueira questionou por que razão os fiscais da administração multaram por diversas vezes os moradores por não terem licença de construção e os autorizavam a darem sequências às obras depois de pagarem, se sabiam que estavam ilegais.

"A verdade é que o facto de termos pagos tais multas, levou-nos a concluir que a administração estava consciente da nossa presença aqui e que estávamos seguros.

Até porque nos foi posta aqui uma esquadra móvel", declarou.

Protestou ainda o facto de serem descritos como invasores em certos meios, alegando que o bairro surgiu num terreno que era quinta de uma senhora identificada apenas por

Dona Mariana.

Curiosamente, uma das residências desta senhora erguida no local permaneceu intacta e no dia em que a passamos por lá, deparamo-nos com três pedreiros a darem sequência as obras de construção de quatro lojas.

A outra coisa que despertou a nossa atenção foi o facto de todas terem sido embargadas, segundo conseguimos apurar em Dezembro por intermédio de um anúncio de embargo escrito a preto nas paredes.

"Durante a manifestação de ontem, assisti um dos oficiais superiores da Polícia a espancar uma das minhas vizinhas que está em gestação, sem dó nem piedade. Infelizmente, não sei como ela está neste preciso momento", disse. Acrescentou que "é importante dizer ao senhor administrador que ele só está no trono porque o povo existe e sem nós, o povo, não há administração.

Não queremos sair daqui e exigimos que paguem os nossos bens que foram destruídos".

Barroso Figueira, morador do bairro há três anos, disse que tudo isso ocorreu no mesmo dia em que quase perdia a sua primogénita de 13 anos, por doença.

No momento em que demoliram a sua casa T3, não conseguiu retirar nenhum dos seus pertences e está a alimentar os seus oito filhos com rama de batata, proveniente da pequena que tinha no quintal, e de alguns bens alimentares que tem recebido dos vizinhos.

Já o senhor Ferraz Zinga, proprietário de uma residência do tipo T4, que disse ter acompanhado o momento em que os seus "algozes" demoliram as residências e construções que estão a ser feitas no lado direito da via que dá acesso à unidade militar, julgando que não chegariam a antiga quinta da Dona Mariana, isto é, no lado esquerdo.

"As pessoas, como eu, que tentaram retirar os seus pertences foram espancados com porretes pelos militares por isso, conseguiram destruir não só a minha casa como a maior parte dos bens que tinha lá dentro", disse.

Desabafou que e apenas dez minutos destruíram o imóvel que levou mais de dois anos para erguer, com o propósito de proporcionar bens estar a toda a sua família.

Explicou que o nome de Miala foi atribuído ao bairro pelos militares que protegiam a unidade que ali existe,

em homenagem a Fernando Garcia Miala, o ex -chefe dos Serviços de Inteligência Externa.

A nossa equipa de reportagem tentou contactar a Dona Mariana, mas não teve êxito.

7.12 Aniversário. O paraíso de uns, o inferno de outros ou a casa comum do salve-se quem puder

Jornal Agora

23 De Janeiro de 2015

Texto: Pedro Teca

Em consequência dos 27 anos de guerra iniciada antes e que se prolongou após a conquista da independência, milhares de pessoas deslocaram-se para a capital do país na busca de segurança e alimentação.

Segundo a estimativa preliminar do Censo Populacional e de Habitação de 16 de Maio de 2014, existem, actualmente, 6,5 milhões de habitantes em Luanda, correspondendo a 27% do total de 24,300 milhões de residentes em Angola.

É a menor província do país, com uma área de 24.651 km, mas a que cada vez mais vai crescendo com a construção de novas centralidades habitacionais.

A Proposta de Lei sobre Alteração da Divisão Político-Administrativa das Províncias de Luanda e do Bengo, aprovada pela Assembleia Nacional, a 19 de Julho de 2011, reformou de nove para sete os municípios de Luanda, nomeadamente: Cazenga, Cacuaco, Icolo e Bengo, Viana, Belas, Quiçama e Luanda.

Nessa reestruturação, Luanda cedeu a localidade do Panguila para a província do Bengo, tendo integrado os municípios da Quiçama e de Icolo e Bengo. O processo de reassentamento de milhares de deslocados nas suas zonas de origem, levado a cabo após o término da guerra em 2002, sem a criação de condições básicas nas províncias, praticamente não influenciou na diminuição do êxodo populacional que se concentrou em Luanda.

RECONSTRUÇÃO. A riqueza de Aitgola garantiu a prosperidade da economia, dependente do petróleo, e como a capital do país, Luanda recebe a maior fatia do Orçamento Geral do Estado, sendo, assim, o foco

da reconstrução e o principal centro financeiro, comercial e económico do território.

Como parte de um ambicioso plano de reconstrução nacional, o processo de urbanização da capital é evidente em quase todos os aspectos da sociedade, desde a construção e a reabilitação de estradas, estádios desportivos, hotéis, centralidades habitacionais, centros e zonas comerciais, um aeroporto internacional de última geração, renovação da nova marginal, reconversão urbana das zonas periféricas, construção de parques de estacionamento, zonas verdes e áreas de lazer e muito mais.

A construção das novas centralidades do Kilamba e de Cacuaco visava aliviar a situação habitacional dos luandenses e melhorar a qualidade de vida, mas as habitações construídas não são economicamente acessíveis à grande maioria da população, sendo os preços inicialmente fixados entre 125 mil a 200 mil dólares, de acordo com os modelos disponíveis.

A desorganização nos projectos de habitação parte do topo, realçando aqui a incompetência demonstrada pela empresa gestora, SONILS, que não conseguiu dar o tratamento financeiro devido ao plano, tão pouco assegurou a integridade das centralidades, onde cerca de uma centena de famílias acusadas de ocupação ilegal foram despejadas pela Polícia Nacional.

Numa visão macro, a reconstrução de Luanda é um projecto louvável, mas a realidade no terreno demonstra que o desenvolvimento da capital do país está a ser feito em detrimento de milhares de habitantes, cujas residências, sobretudo nas zonas periféricas, foram e continuam a ser demolidas, e os residentes desalojados, sem indemnizações condignas, e no mais extremo dos casos, são atirados para zonas longínquas e inabitáveis, sem transportes, escolas, hospitais, saneamento básico ou simplesmente sem condições de habitabilidade.

Segundo a ONG Omunga, entre 2001 e 2007, organizações locais e internacionais documentaram o desalojamento forçado de mais de 30.000 pessoas, num processo que envolveu demolições de casas, sem compensações, concretizadas com suporte de fortes contingentes de efectivos da Polícia Nacional e das Forças Armadas Angolanas.

Nos últimos anos, as controversas demolições de bairros estenderam-se pelas principais cidades do país, como Benguela, Namibe e Huambo. Luanda continua a liderar as estatísticas.

Pior do que os cidadãos que reclamam pela má qualidade e pelo pequeno espaço das residências nas novas centralidades e nos Zangos, estão os despejados ao relento das matas do Parque Nacional do Quiçama.

Uma das maiores acções de despejos ocorridos em Luanda ocorreu no antigo mercado do Roque Santeiro, cuja alternativa criada no Panguila não resultou, porque a transferência não foi acompanhada com a criação de condições que permitam a mobilidade e a circulação dos vendedores e compradores. O outro caso que também abalou a sociedade foram os desalojamentos dos moradores do bairro Boavista, numa situação que não teve desfecho satisfatório.

Os mais recentes despejos decorreram no bairro Sapú, em Viana, a 16 de Janeiro, com a demolição de 250 casas, e, desde então, as vítimas têm-se concentrado frente da Administração de Viana à procura de solução.

A situação da reconversão urbana está tensa no Bairro Operário, onde cerca de 500 residências de várias famílias se encontram incompatíveis com o prédio de 150 apartamentos incapaz de albergar todos, enquanto a maioria é compelida para o realojamento no Zango.

A mesma insatisfação é demonstrada pelos moradores da zona 19, sector 6 do bairro Grafanil, que vivem perto da nova centralidade do Sambizanga, e que não se contentam com as condições das casas do Zango e as ofertas feitas em torno dos planos de realojamento do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga, Rangel e Sambizanga, liderado pelo arquitecto Bento Soito.

QUEM BENEFICIA? Essa é a grande questão em tomo do ambicioso plano de reconstrução e reconversão urbana da cidade de Luanda.

São inegáveis as mudanças a que a capital tem vindo a assistir, mas também é evidente a perpetuação do adágio de que "os ricos se tornam cada vez mais ricos, e os pobres cada vez mais pobres", sendo que milhares de familiares, cujas casas foram e estão a ser demolidas nas periferias e zonas urbanas, testemunham a qualidade das suas vidas a deteriorarem nas zonas sem condições de habitabilidade.

Tudo indica que os pobres estão a ser alienados para as partes mais longínquas de Luanda, enquanto as zonas urbanas permanecem para grandes grupos económicos de nacionais e estrangeiros, de famílias

com influência geralmente ligadas ao partido governante e poder económico.

O nepotismo e os preços altos em tomo da redistribuição das habitações frustram cada vez mais o sonho de casa própria, principalmente da juventude, engrossada por jovens formados em distintas áreas atirados ao desemprego, na maior parte dos casos por falta de oportunidade de primeiro emprego.

As demolições de residências dos cidadãos em bairros resultam na construção de condomínios habitacionais, centros comerciais e escritórios que beneficiam a minoria da população com forte poder e capacidade financeira.

Inúmeras vezes, cidadãos denunciaram ocupações ilegais de terras por parte de generais ou altos dirigentes do aparelho governativo, o que implica a existência de um plano de desenvolvimento descoordenado e desorganizado. Mas a quem recorrer, se quem recebe a queixa é quem protege quem viola a lei e o direito fundamental consagrado ao cidadão, envolvido numa cruzada de interesses individuais e de grupos que se superpõem aos da Nação.

7.13 As demolições em Viana

Jornal O PAÍS

23 De Janeiro de 2015

Na manhã de terça-feira, testemunhei, junto à Administração Municipal de Viana, a manifestação de um grupo de cidadãos deste município que reclamava do facto de ter sido 'escorraçado' das residências por suposta orientação do novel administrador do município.

Em causa estava o facto de terem construído num terreno que, segundo o administrador de Viana, pertence a um cidadão que conseguiu provar documentalmente, ao contrário dos queixosos, que ainda assim reivindicaram sob protecção dos efectivos da Polícia Nacional.

É de louvar o facto de o administrador ter dado a cara independentemente dos estragos que uma decisão sua tenha causado. Certamente, ele que está há poucos meses no comando do mais populoso município do país, não deve ter estado na origem do problema que deixa ao relento algumas dezenas de cidadãos nacionais, mas é importante esperar dele posições semelhantes naqueles casos em que estejam em causa não somente os bens de indivíduos bem posicionados no nosso 'inner circle' político, militar ou social.

À semelhança de Cacucaco, Icolo e Bengo, e Belas, Viana é dos poucos municípios onde ainda se podem encontrar espaços vagos para a construção de habitações e outros tipos de empreendimentos. É também um dos que nos últimos anos, sobretudo no consulado do antecessor de Manuel Caterça, o músico Zeca Moreno, em que se assistiram cenas chocantes e humilhantes de ocupação ilegal de terrenos, que só se assemelham às invasões promovidas pelo Movimento dos Sem Terras, no Brasil.

Diziam tratar-se de indivíduos integrantes das forças militares ou dos aparelhos de segurança que na calada da noite invadiam algumas quintas de populares para comercializarem os terrenos que nem sequer lhes pertencia. É uma prática que ainda se faz sentir no município e não há registos de que estes grupos, alguns dos quais devidamente identificados, tenham sido detidos pelas autoridades locais ou em colaboração com a administração municipal.

Terrenos como estes onde foram demolidas as casas dos populares têm sido vendidos por grupos devidamente identificados. Um amigo tenente-general confidenciou - nos há dias que alguns hectares que eram sua pertença terão sido despachados com auxílio de um antigo governante de Luanda.

Incapacitado, ele teve de se queixar a um alto responsável do país para obter uma pequena compensação, apesar de possuir o direito de superfície do referido espaço que foi retalhado e vendido sem seu consentimento.

Lembro-me também de que um antigo jogador de futebol e deputado pela bancada parlamentar do MPLA terá sido vítima deste tipo de comportamentos, que não encontram qualquer repúdio por parte das administrações ou dos seus responsáveis.

Não me lembro de ter ouvido ou assistido a julgamento de grupos de indivíduos que se dedicam única e exclusivamente à venda de terrenos em Luanda. Não há qualquer dúvida que eles existem.

Tem sido muito mais fácil atacar os efeitos e não as causas. Longe de se querer incitar a anarquia, a verdade tem mostrado que só através de terceiros é que se tem acesso à terra para se poder erguer uma casa e albergar a família.

Porque algumas culpas recaem ao próprio Governo Provincial de Luanda, depois do mal-sucedido processo de entrega de terrenos durante o consulado da governadora Francisca do Espírito Santo. Mesmo depois das inscrições e pagamentos, até hoje não

houve atribuição de um único terreno, a devolução dos montantes pagos e muito menos um pedido de desculpas da parte das autoridades.

E estes, sem dinheiro ou facilidades para ingressarem nalguns projectos habitacionais em curso no país, não vêem outra alternativa senão erguer um casebre onde puderem.

7.14 Camponeses do Bita acusam Sonangol de incumprimento

Jornal O PAÍS

23 De Janeiro de 2014

Mais de 500 camponeses e antigos proprietários de terrenos de cultivo na zona do Bita, município de Belas, estão agastados com a Sociedade Nacional de Combustíveis (Sonangol), por esta empresa pública não ter honrado o compromisso de os ressar pelos espaços cedidos, onde foi erguida a cidade do Kilamba.

O coordenador do grupo destes camponeses, José Nicolau, em conversa mantida com O PAÍS no princípio desta semana, afirmou que a situação remonta a 2011, altura em que a Sonangol prometeu entregar novas casas no complexo habitacional do Zango, e pagar uma indemnização em dinheiro no valor de 20 mil dólares, mas, até à data, nenhuma luz se vislumbra no fundo do túnel.

Segundo contou José Nicolau, foi uma dúzia de pessoas que recebeu as referidas residências no Zango, estando a maioria à espera a julgar pelo tempo que o assunto já se arrasta, sem, entretanto, haver nenhum pronunciamento da Sonangol, ante o clamor dos camponeses.

A fonte acrescentou que há muito que esta empresa demarcou-se de assumir o seu compromisso, deixando para atrás chefes de famílias desesperados e ao relento, já que, para além de terrenos, foram derrubadas residências dessa população que clama por uma postura de bom senso por parte das entidades de direito.

José Nicolau, o rosto visível deste grupo de camponeses, sendo a maioria já de idade avançada, acusou a direcção da Sonangol de furtar-se ao diálogo, O que, segundo a fonte, tem estado a causar "insónias" aos antigos proprietários que não vêm a situação resolvida, numa altura deles em que a situação de saúde de muitos exige cuidados redobrados.

O coordenador disse que muitos desses antigos proprietários de lavras e de casas derrubadas são

velhos que não têm onde se abrigar, e, a cada dia que passa, a saúde de alguns vai se deteriorando em consequência da situação de desabrigados em que vivem para protegerem-se do calor, do frio e da chuva, associados à mendicidade de muitos que não têm como sobreviver, já que ficaram sem as lavras onde produziam várias culturas que depois eram vendidas, retirando daí algum rendimento.

Na óptica da fonte, devia haver compaixão e dignidade para com este grupo da sociedade, que cedeu a sua área de lavoura, dando lugar a um novo projecto habitacional que orgulha qualquer angolano, "mas nós continuamos ao relento", desabafou.

O mais preocupante ainda é que a Sonangol pretende derrubar mais parte do espaço onde alguns estão a residir, no quadro da ampliação do referido projecto, segundo informou a este jornal o coordenador José Nicolau. Para a fonte, esta atitude está a provocar um sentimento de revolta no seio dos camponeses que há muito andam agastados com a petrolífera angolana.

No entendimento da fonte, o que os camponeses pretendem é tão-somente dar -lhes o que a Sonangol prometeu e não" manter-se calada, ignorando o compromisso antes assumido", disse, para quem o desespero está a ser insuportável a cada momento, estimulando um sentimento de revolta.

Referiu que com base nesta situação, em tempos, o grupo recorreu aos préstimos dos advogados da Associação Mãos Livres, para ver esclarecido o assunto junto a Sonangol, mas os esforços feitos até agora por esta associação ainda não surtiram os efeitos desejados, afirmou.

Reconheceu que esta organização filantrópica ligada aos direitos humanos tem vindo a lutar incansavelmente para ver o caso esclarecido, mas contra todas as expectativas dos camponeses, a Sonangol parece estar pouco interessada em sentar-se à volta da mesma mesa e resolver definitivamente o caso, deplorou. Este jornal apurou junto da Associação Mãos Livres que, de facto, a situação remonta há quatro anos, e todos os esforços envidados não tiveram ainda uma solução, tendo as declarações da fonte cruzado com as do advogado da causa, Salvador Freire dos Santos, que tem a difícil missão de ajudar a resolver este caso.

Da parte da Sonangol, ninguém ousou se pronunciar sobre o caso, havendo promessas de o fazer nos próximos dias, particularmente a comissão que esteve envolvida nas negociações com os camponeses que estão com os ânimos exaltados. Este jornal voltará à carga numa das suas próximas edições' pois a situação

promete ainda fazer passar "muita água debaixo da ponte".

7.15 Cidadãos presos por protestarem

Jornal O PAÍS

23 De Janeiro de 2015

Nove cidadãos foram detidos pelos efectivos da Polícia Nacional durante as manifestações de protestos ásdemolições de residências e obras, realizadas de segunda à terça-feira, por terem, alegadamente, proferidos várias ofensas contra o mais alto dirigente do município de Viana.

Os seis indivíduos detidos na segunda - feira foram repartidos em dois grupos, um dos quais permaneceu por algumas horas no Posto da Polícia do bairro Kapalanga e o outro passou uma noite na esquadra que está próxima à Casa da Juventude.

Por intermédio do senhor Nito Matamba, um dos protestantes, a nossa equipa de reportagem conseguiu falar com a senhora Elisa Ramos no momento em que se encontrava detida numa sala com a sua "colega" Domingas João Ngola.

O clima de tensão no seio dos manifestantes agudizou-se mais ainda pelo facto de o administrador não ter recebido os dez representantes de uma Comissão de Moradores criada sob a sua orientação para que pudessem abordar tal assunto.

Elisa Ramos confessou que foram detidas por terem ofendido o administrador Manuel Caterça por ter ficado desesperada em função de a sua obra ter sido demolida nas condições acima mencionadas. As três acabaram por ser libertas na tarde de quarta-feira e as demais no dia seguinte, graças a intervenção de um advogado.

Revoltada com a situação, a senhora Filomena da Silva, proprietária de uma das residências demolidas, disse que comprara a parcela de terra a um cidadão que atende pelo nome de Bento de Fontes que se apresenta como sendo o legítimo proprietário.

Como prova de que estava legal, exibiu um aviso prévio de demolição emitido pelo Gabinete de Inspeção e Fiscalização de Viana, assinada pelo seu titular, intendente da Polícia Nacional Domingos Francisco Adriano "Dominik", na qual consta que a mesma deveria comparecer neste local com vários documentos, entre os quais, título de propriedade do terreno e a licença de execução de obras. Caso contrário os pedreiros seriam detidos.

"Como a minha obra estava no princípio, o senhor Dominik ordenou que pagasse apenas 20 mil Kwanzas nesta repartição para tratar a referida licença de construção e assim fiz, por isso dei sequência á minha obra", disse. Acrescentou de seguida que "a minha irmã que estava a construir na mesma zona não teve a mesma sorte porque como a sua obra já estava bastante avançada, os seus pedreiros foram detidos pelos fiscais e ela pagou mais de 100 mil Kwanzas pela sua libertação e a emissão da licença de construção".

Filomena da Silva explicou que o senhor disse que o senhor Bento de Fontes e um outro cidadão identificado como Amadeu Maurício, estão há vários anos a litigar pela titularidade do terreno.

30 Minutos depois de a nossa equipa de reportagem ter contactado uma das funcionárias do gabinete do administrador para obter mais informações sobre o assunto, os policiais reforçaram a repressão e detiveram três cidadãs.

A funcionária disse que não seria possível contactá-lo porque se encontrava em visita de campo, mas ficou com o terminal telefónico da nossa redacção com a promessa de que entraria em contacto connosco assim que voltasse ao seu gabinete, o que não aconteceu. Nesta quinta-feira, voltamos a contactar o administrador e não tivemos êxito novamente.

7.16 Croquis de localização em novo instrutivo

Jornal Economia e Finanças

23 De Janeiro de 2015

Um novo instrumento orientador para a confecção de croquis de localização vai entrar em vigor este ano, numa iniciativa do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA), que pretende dinamizar o seu papel de autoridade nacional para geodesia, cartografia, topografia e cadastro predial.

"Tendo-se constatado inúmeros erros técnicos na confecção de croquis de localização e havendo, por conseguinte necessidade da sua melhor ia e uniformização, foi produzido um instrumento orientador de cumprimento rigoroso", refere o plano de acção para 2015 da instituição, a que a Angop teve acesso.

Assim sendo, segundo a instituição, as parcelas de terreno com menor dimensão, como caso dos edifícios dentro das cidades com cartografia os croquis de localização deve ser elaborado na escala

que maiores detalhes apresentar, para perceptível e fácil localização da parcela.

As mesmas parcelas (de menor dimensão), se estiverem localizadas em zonas sem cartografia adequada, o croquis de localização deve ser elaborado a partir do mapa na maior escala existente.

Cartografia local

Os novos elementos a serem encontrados, caso a cartografia local esteja desactualizada devem ser levantados no terreno e projectados nos croquis de localização, de acordo ao manual de símbolos convencionais vigentes, como por exemplo: estradas, linhas de transporte de energia eléctrica, valas de drenagem das águas, edifícios e outras obras de engenharia.

No novo instrutivo, os croquis de localização devem constar todos os elementos, nomeadamente, o nome do requerente, localização da parcela, confrontações, finalidade a que se destina, área da parcela até dois dígitos a direita da vírgula, data, escala, número da folha onde esta localizada a parcela, nome e assinatura do técnico, símbolo da instituição e assinatura de visto local, bem como devem ser acompanhados de memória descritiva.

Os novos croquis devem ser orientados ao Norte com símbolo dos sinais cardeais, na parte superior esquerda da folha, seguido dos dizeres "Croquis de localização" em letras maiúsculas negritadas.

7.17 Camartelo volta a demolir

Semanário Angolense
24 De Janeiro de 2014
Texto: João Silva

Os moradores do bairro Vila Flor - B, município de Viana, viram as suas residências a serem demolidas sem prévio aviso e nem sequer puderam retirar os seus haveres, segundo depoimento de alguns moradores ao *Semanário Angolense* (SA).

Os moradores daquela circunscrição estão preocupados com a demolição das suas residências e pela crueldade usada pelos funcionários da administração municipal de Viana e da Polícia Nacional acompanhados por elementos das Forças Armadas Angolanas (FAA). Alguns moradores foram espancados cruelmente pelos agentes da polícia, por

pedirem explicação do motivo da demolição das suas residências.

Os moradores foram surpreendidos na madrugada de quinta-feira (15), quando as máquinas começaram a demolir as residências. Alguns moradores afirmam que nunca foram notificados ou avisados que um dia o bairro seria demolido. Para espanto dos cidadãos, pura e simplesmente, a administração de Viana, na pessoa do seu chefe, ordenou a demolição das residências, como informaram os moradores ao SA.

O SA esteve no terreno e soube, em conversa com os moradores, que naquela área existiu, em tempos, uma grande quinta, propriedade de uma senhora, Dona Mariana.

Passado algum tempo, porque a quinta já não produzia e por necessidade, a senhora repartiu o espaço em talhões e vendeu-os a algumas pessoas. Os espaços comprados foram legalizados e assim construíram as casas. «Aqui todos temos documentos passados pela própria administração que nos autorizou a construir. Não há nada ilegal, todos estão devidamente documentados», revelou Mingo, um jovem morador.

Indignados com a demolição, os cidadãos questionam como é possível que alguém, sem os ouvir ou notificar, simplesmente por ser funcionário do governo, proceda de forma tão injusta e desumana, não respeitando ao menos a integridade das crianças.

A população reuniu-se em massa desde o dia das demolições e dirigiram-se à administração municipal de Viana no sentido de saírem de lá com uma explicação sobre o que se passava. Alguns chefes de família fizeram-se acompanhar dos seus filhos por não terem onde os deixar, porque as residências já não existiam e os poucos haveres que conseguiram salvar encontravam-se expostos ao ar livre apanhando sol e chuva.

Segundo Ismael, morador do bairro demolido e membro da comissão de moradores, assistiu coisas chocantes naquele dia, como os maus-tratos de pessoas por parte de alguns agentes da polícia. «A esposa de um dos meus vizinhos foi retirada de casa simplesmente com uma toalha em volta do corpo e quando o esposo tentou reclamar pela atitude dos agentes, foi brutalmente espancado, levado preso e ferido gravemente na boca», contou.

«As agressões eram tantas que naquele momento em que demoliam as nossas casas, nem podíamos usar o telemóvel para ligar ao menos para a família», contou Ismael, afirmando que muitos foram os telefones destruídos no local pelos elementos das FAA.

Frustrados, reuniram-se diante da administração municipal de Viana, onde, em jeito de manifestação impediam a atendimento ao público, porque pretendiam uma explicação sobre o que estava a acontecer, assim como saber como haveriam de viver dali em diante.

Ao invés de se dar uma resposta que sossegasse a população, a administração resolveu chamar a polícia para proteger os funcionários da administração de possível represália. É caso para perguntar que tipo de dirigentes, temos no país? Será que serão mesmo humanos ou apenas demónios camuflados de homens?

7.18 O que dizem as prováveis vítima

Semanário Angolense
24 De Janeiro de 2015

«Sou do Huambo, vivo em Luanda já há largos anos. Sou viúva e já passei por vários dissabores nesta vida e, caso isso aconteça, espero que o Estado saiba resolver os nossos problemas», disse Hermínia Mbacka, de 67 anos de idade, moradora do Morro Bento.

A interlocutora fez saber à nossa reportagem que vive na zona desde 1995, num espaço que conseguiu com muito sacrifício e que ao longo dos tempos foi paulatinamente edificando a casa que hoje tem. É viúva e sustenta quatro netos, não recebe pensão porque nunca esteve vinculada a qualquer empresa. Suporta as despesas de casa com o que ganha do comércio; dedica-se à venda de produtos básicos.

Hermínia Mbacka, que tem esperança de não ser desalojada, adiantou à reportagem deste jornal que caso a situação ocorra, não permitirá ser deixada na rua, alegando o sacrifício que fez na aquisição da mesma.

Um outro morador, que se manifestou descontente com tal situação, é Pedro António Zego, de 70 anos de idade, trabalhador por conta própria, que vive há vinte anos com toda a família no Morro Bento. «Aceito a expropriação desde que haja uma indemnização. Temos experiências vivas de cidadãos que foram desalojados noutras partes da província de Luanda e que não foram felizes. Porém, não quero passar por isso», alertou o nosso interlocutor, adiantando que apesar de a informação ter sido passada com antecedência pelo GPL, o Executivo, no âmbito da sua política habitacional, deverá enquadrar cada pessoa no seu respectivo lugar.

«Para quem viu o bairro nascer, crescer e de repente alguém diz que tudo vai mudar, é extremamente complicado. Deixei o Baleizão há coisa de vinte anos com o propósito de encontrar paz aqui no Morro Bento. Graças a Deus que quando cá chegamos encontramos um ambiente favorável», apontou.

Em relação a situação, o Semanário Angolense (SA) conversou com outros moradores que reclamaram o facto de a comissão de moradores não estar atenta a outros problemas que o bairro enfrenta.

«A comissão tem realizado reuniões periódicas e, no âmbito destes encontros, as abordagens têm sido feitas em vários aspectos mas dificilmente fala-se da requalificação a que a zona será submetida», disse Herculano, que algumas vezes tem marcado presença nos encontros da comissão de moradores.

Uma fonte do governo provincial de Luanda confirmou na quinta-feira (22), que a ideia de requalificar tanto o Rocha Pinto assim como o Morro Bento, consta de um pacote criado em 2004 e que será concretizado num futuro breve. Esclareceu que a situação dos moradores está totalmente salvaguardada.

«Nas zonas que serão atingidas no Morro Bento, os moradores serão devidamente indemnizados ou realojados em projectos habitacionais com casas económicas», informou, adiantando que nos dias vindouros far-se-á um levantamento tanto no Morro Bento, como noutras zonas que serão atingidas.

7.19 Autoridades do Icolo e Bengo em rota de colisão com camponeses

Jornal Manchete
30 De Janeiro de 2015

A administração do Icolo e Bengo e os camponeses da Cooperativa Agrícola da Zona 5, no Quilómetro 44, estão distantes para encontrarem consensos para o fim do litígio que opõe os agricultores e a empresa de direito israelita, TAHAL- Consulting Engineers Limited.

Segundo apurou este jornal, o administrador Adriano Mendes de Carvalho reuniu-se nesta quinta-feira, 29, com os camponeses, nas instalações da empresa acima citada, não tendo as partes chegado a consenso.

De acordo com os camponeses, durante a sua intervenção, o administrador municipal invocou variadas vezes a Lei de Terras, alegadamente, como forma de intimidar os lesados que, de algum tempo

há esta parte assistem as suas lavouras a serem deitadas à baixo, para dar lugar a um projecto habitacional. Na reunião de quarta-feira da semana passada, Mendes de Carvalho terá sido mais violento, ao bater com os punhos na mesa, diante dos anciãos, supostamente por uma camponesa ter acusado o 10 secretário do MPLA naquele município de ser um dos mentores da venda de terras dos camponeses ao empresário israelita. Na ocasião, escorraçou a anciã obrigando-a a deixar a sala onde decorria a reunião mas, esta manteve-se firme nas suas acusações.

O Manchete apurou, por outro lado, que o administrador manifestou já a sua disponibilidade em conversar com os advogados dos camponeses mas que irá centrar-se na Lei de Terra, depois de ter dito, ironicamente: "Vocês podem ir se queixar nos jornais, os tractores vão continuar a fazer o seu trabalho".

Os lesados contaram ainda que ficaram surpresos com os últimos posicionamentos de Adriano Mendes de Carvalho, porquanto esperavam deste, na qualidade de filho da terra e administrador um solução pacífica para o problema. "Pelo contrário, começou por lamentar por o seu pai ter ido preso, não tendo deixado terras.

Como se não bastasse usa atitudes musculada quando se dirige para os camponeses", denunciaram. Recorda-se que o cerne do litígio entre os camponeses e a TAHAL é u terreno agrícola, localizado na comuna do Bom Jesus, à esquerda do futuro Aeroporto, no sentido Luanda/Catete que, de acordo com documentos em nossa posse, pertence à Cooperativa Agrícola da Zona 5.

O assunto é do conhecimento dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República, tendo estes remetidos ao ministro da Agricultura, Pedro Canga que o terá engavetado.

7.20 Bancada Parlamentar da UNITA visita famílias afectadas pelo "martelo demolidor" em Viana

Jornal República
30 De Janeiro de 2015

A Bancada Parlamentar da UNITA realizou, nesta segunda-feira, uma visita para constatar as condições a que estão submetidas os municípios do bairro Nkula Ngola, no município de Viana, no qual as populações foram vítimas do "martelo demolidor" da Fiscalização da Administração Municipal de Viana, província de Luanda.

Raul Danda perguntou aos moradores se não foram avisados previamente antes das demolições, e os moradores disseram que não. Foram, sim, surpreendidos pela Fiscalização do município de Viana. Houve vários militares das F AA (Forças Armadas Angolanas) que passaram a mandar sair as pessoas de casa. Daí foram destruindo as casas, segundo uma das moradoras do bairro Nkula Ngola.

Depois da visita da Bancada Parlamentar da UNITA, a Comitiva deslocou-se até à Administração Municipal de Viana para pedir esclarecimento no que diz respeito às demolições ao administrador Manuel Caterça.

No final da visita, o presidente da Bancada Parlamentar da UNITA, Raul Danda, disse que é lastimáveis as condições que as populações do bairro Nkula Ngola estão a viver. Há lá crianças, idosos, sem terem um teto para dormir, nem mesmo para sentar.

"Os municípios do bairro Nkula Ngola precisam de uma rápida intervenção das autoridades, porque não se admite as condições que os angolanos estão a viver", disse o presidente da Bancada Parlamentar da UNITA, Raul Danda.

Os moradores disseram aos visitantes que o administrador municipal de Viana, Manuel Caterça, tem estado a fugir da população que tem ido manifestar-se à frente daquela instituição, isto é, com o intuito de pedir explicações sobre as demolições que acham ilegais.

Segundo as vítimas, enquanto manifestavam à frente da Administração Municipal de Viana, colocam um aparato policial, ou seja, com cães para os impedir de expressar os seus direitos. Agora, muita gente está a sofrer de tensão. "Quem vai pagar as nossas casas?", questionam os municípios.

De acordo com Mihael Weba, as condições em que as populações vivem são lamentáveis, uma vez que se trata de centenas de pessoas que estão ao relento a ver os seus bens, bem como as suas casas demolidas. Não há possibilidades de recuperar os bens em causa.

Para Weba, é vergonhoso ver um país como Angola tão rico e que continua a colocar os seus cidadãos ao olho da rua. Isso é das coisas mais repugnantes que um governo pode fazer com o seu povo, segundo Weba.

A resolução da Assembleia Nacional sobre os desalojamentos, segundo Weba, estabelece que as administrações devem utilizar todos os mecanismos legais antes de demolirem as casas de uma determinada área e primeiro devem avisar, isto é,

notificando-as e posteriormente criar as condições para as populações serem realojadas.

Depois da visita ao bairro Nkula Ngola, Weba disse que foram à Administração Municipal de Viana ter com o administrador do município satélite. Manuel Caterça (o administrador, evidentemente), por sua vez, informou-lhes de que dará informações por escrito sobre a situação das demolições que de são alvo os municípios.

"Sobre está situação específica, foi nos dito que há duas partes vítimas, uma delas é a que diz ser dona do terreno e os outros cidadãos que perderam os seus bens pela atitude da Administração Municipal de Viana", afirmou Mihaela Weba, deputada da Bancada Parlamentar da UNITA.

7.21 Governador concede áreas para resolver conflitos de terras no Cubal

Jornal Continente
30 De Janeiro de 2015

Isaac Maria dos Anjos falava na cerimónia de tomada de posse de Carlos Alberto Guardado como novo administrador municipal do Cubal e de Jandira Laura Ribeiro como directora provincial de Energia e Águas de Benguela.

O governador de Benguela citou exemplos de populações residentes no município do Cubal que não conseguem obter terrenos para cultivar, porque não lhes é permitido, situação que acirra ainda mais os conflitos.

Por causa destes conflitos, referiu que o governo tem dedicado uma atenção especial ao Cubal e lançou alguns desafios, entres os quais a entrega de terrenos para o assentamento de modo pacífico da população.

Neste sentido, o governador apelou ao novo administrador municipal do Cubal a prestar devida atenção para solucionar os conflitos de terras que envolvem populações naquela circunscrição territorial da província de Benguela.

Para Isaac Maria dos Anjos, trata-se de um trabalho metuculoso, que exigirá muita paciência, dedicação e, sobretudo, uma grande capacidade da administração do Cubal, contudo garantiu total disponibilidade do seu pelouro nesta direcção.

Também ressaltou que, face às origens dos conflitos políticos no Cubal envolvendo familiares, torna-se imperativo ter sempre presente o discurso recente do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em que apela para que se esbata com coragem e com a necessária isenção as razões da intolerância política.

Reforçou, por outro lado, que o país levou mais de 19 anos para concluir um acordo de paz, que hoje beneficia toda a gente.

7.22 Ministério transfere projectos para gesterra

Jornal Manchete
30 De Janeiro de 2015

No seguimento de uma "orientação superior", o Ministério da Agricultura de Angola, liderado por Pedro Canga transferiu recentemente alguns projectos agrícolas para a empresa GESTERRA - Gestão de Terras Aráveis, S.A.

De acordo com o Club-k.net tratam-se dos Projectos Agrícolas da Cacanda, na província da Lunda-Norte, do Nzeto, na província do Zaire, do Negage, na província do Uíge, do Sacassanje (Luena), na província do Moxico e de Cangandala, na província de Malanje.

A GESTERRA - Gestão de Terras Aráveis, S.A é uma empresa de capitais públicos e de direito privado próxima a Gefi, o braço empresarial do MPLA. O seu PCA é Carlos Alberto Jaime "Calabeto" figura de confiança do Presidente José Eduardo dos Santos.

De acordo com realidades, vamos projectos do Ministério da Agricultura, sobretudo os de grande dimensão (como Aldeia Nova e Fazenda Pungo-a-Dongo) foram por "orientação presidencial" entregues a GESTERRA, e ao seu PCA que opera como um "ministro sombra da Agricultura" em Angola.

7.23 UNITA

Jornal Agora

30 De Janeiro de 2015

A demolição de casas, em Luanda, é uma 'maka' que afecta o cidadão. Na busca incessante por um espaço para viver, é também este mesmo cidadão que, não olhando a meios, ergue aqui e acolá um casebre para morar. Em muitos casos, em terrenos há muito alinhados como 'Reservas Fundiárias do Estado'. Vistas as coisas neste prisma, a anarquia está do lado do 'Zé Povinho', mas as autoridades também têm culpas no cartório. Por isso, da UNITA tendem levar o assunto para a discussão no Parlamento, em Fevereiro, não deixa de ser uma boa iniciativa.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 GPL

Jornal Agora
30 De Janeiro de 2015

O Governo Provincial de Luanda (GPL) deve dizer aos luandenses como ficam definitivamente as instalações dos chamados Pontos de Transferência de Lixo (PTL), erguidas um pouco por todos os municípios de Luanda. As infra-estruturas estão há muito prontas, mas subaproveitadas. Portanto, não servem os objectivos para os quais foram criadas. O PTL da comuna do Ramiro, por exemplo, já foi alvo de saque. Várias viaturas desapareceram, e as motorizadas de três rodas correm também o mesmo risco. O GPL fica silencioso até quando?

8.2 Mais água potável no Bengo

Jornal de Angola
14 De Janeiro de 2014
Texto: Edson Fontes

Mais 26.839 habitantes da província do Bengo beneficia desde o ano passado de água potável, refere o relatório anual de balanço da Unidade Técnica Provincial.

Os habitantes passaram a consumir água potável, no âmbito das acções do subprograma "Água para Todos", diz o documento divulgado numa reunião, em Caxito, presidida pelo governador provincial, João Miranda. O relatório salienta que os subprogramas de merenda escolar beneficiaram 36.079 alunos de escolas primárias. Em termos de cuidados primários de saúde foram assistidas 187.503 pessoas, o subprograma de organização produtiva das comunidades beneficiou 22.099 indivíduos e o de infra-estruturas e vias de comunicação, 4.555.

Na reunião foram igualmente aprovados o relatório anual do Programa Municipal Integral de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza e o Plano de Acção para este ano.

A Unidade Técnica, como órgão de apoio da Comissão Nacional da Luta Contra a Pobreza, destina-se a acompanhar, monitorizar e avaliar a execução dos programas municipais integrados de

desenvolvimento rural de combate à pobreza e os respectivos subprogramas.

8.3 População satisfeita com novo sistema

Jornal de Angola
14 De Janeiro de 2015
Texto: Samuel António

O anúncio da inauguração de novo sistema de abastecimento de água na cidade do Luena, prevista para o primeiro semestre do ano em curso, tem sido motivo de grande satisfação por parte da população.

O governador João Ernesto dos Santos "Liberdade" garantiu ao Jornal de Angola que os primeiros ensaios feitos a partir do novo sistema de abastecimento de água à cidade do Luena foram animadores e o empreendimento deve ser inaugurado ainda no primeiro semestre deste ano.

"Temos um compromisso para que a água volte a jorrar nas torneiras dos cidadãos este ano e o Governo está a trabalhar para concretizar esta iniciativa", disse o governador, satisfeito pela forma como decorrem os trabalhos no terreno.

Habitante aplaude

Populares contactados pela nossa reportagem consideram que a inauguração do novo sistema vem mostrar mais uma vez o empenho do Governo na resolução das principais dificuldades que a população enfrenta no seu quotidiano.

Maria Suequeno, moradora do Bairro Chifuchi, afirmou que a colocação de novas tubagens junto das residências é sinal de que a água não está muito longe para chegar aos consumidores. Teodoro Mateus, estudante universitário, disse que os problemas básicos estão a ser resolvidos paulatinamente, com a construção de novos equipamentos sociais, como redes de distribuição de energia eléctrica, escolas e unidades sanitárias.

A falta de água potável na cidade do Luena constitui um dos principais problemas que a população enfrenta há décadas e a inauguração do novo sistema de abastecimento, acrescentou, vai permitir aos habitantes o consumo de água tratada e evitar as doenças.

Mais chafarizes

O bairro Alto Campo, arredores da cidade do Luena, tem quatro novos chafarizes, que estão a melhorar o abastecimento de água aos habitantes.

Os equipamentos fazem parte do projecto de abastecimento de água potável aos moradores do Luena, através do novo sistema de distribuição e captação, construído no rio Lumeje, na localidade de Kanhengue.

O encarregado da obra, Ricardo Mbuebo Koza, disse que a empreitada, iniciada em Dezembro de 2012, está praticamente concluída e já foram construídos 38 chafarizes, dos 105 previstos para todos os bairros da periferia do Luena.

Na região, refira-se, estão em curso diversas acções de impacto social, para melhorar o nível de vida da população. Das obras em curso, destaque para as dos sectores da Saúde, e Educação.

8.4 Município de Belas

Jornal Agora
16 De Janeiro 2014

Deve ser dos municípios com as maiores carências no abastecimento de energia eléctrica e água na província de Luanda. Só para ilustrar, há cerca de um ano que o líquido precioso não jorra nas torneiras da comuna do Futungo 11. Aqui também ocorre a confusão do trespassse de terrenos e o crescimento desordenado de bairros no Benfica e no Km 30, que bem poderia ser acautelado. Também avultam reclamações sobre o difícil acesso ao registo de nascimento gratuito, por causa dos 'cambalachos' existentes nos Postos de Identificação. Onde está a administração local?

8.5 Cidadãos na Matala beneficiam de água no domicílio

Jornal República
30 De Janeiro de 2015

A informação foi prestada pelo chefe de repartição dos serviços Técnicos da Administração da Matala, Emiliano Tchivunde, que disse que as ligações domiciliárias permitiram beneficiar mais de duas mil famílias residentes na sede municipal.

Com o investimento, segundo Emiliano Tchivunde, os populares residentes da sede municipal deixaram

de consumir água não tratada e percorrer longas distâncias à procura do precioso líquido, uma vez que a água jorra diariamente nas suas residências.

Acrescentou que a Administração Municipal, em colaboração com a Direcção Provincial de Energia e Água, vai continuar a efectuar ligações domiciliárias em outros bairros da sede municipal da Matala. Entretanto, o responsável chamou atenção aos beneficiários para racionalizarem o líquido, evitando desperdício.

O município da Matala tem uma população estimada em 243 mil e 938 habitantes, de acordo com os dados provisórios do Censo 2014.

8.6 Garantido aumento da distribuição de água potável

Jornal Continente
30 De Janeiro de 2015

Em declarações hoje (segunda-feira) à Angop, a propósito do grau de execução do programa "Água para Todos" no município, o responsável disse que a aposta visa dar resposta as necessidades decorrentes do rápido crescimento demo gráfico na circunscrição.

Revelou que em 2014 foram construídos e inaugurados três sistemas de abastecimento de água potável, que se juntaram aos cinco já existentes, perfazendo um total de nove unidades.

Sublinhou que o projecto é resultado da orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos. O mesmo visa a melhoria das condições de vida dos angolanos, de acordo com o legado do Fundador da Nação, António Agostinho Neto, que "o mais importante é resolver os problemas do povo".

Dados preliminares do Recenseamento Geral da População e Habitação, realizado em Maio de 2014, indicam que o município de Muconda tem 35.252 habitantes e é constituído pelas comunas de Muconda, Muriege, Chilunge e Cassai-Sul.

8.7 Programa "Águas do Lubango" atinge 700 ligações domiciliares

Jornal Economia e Finanças
30 De Janeiro de 2015

Cerca de 700 ligações domiciliares de água potável, das 500 previstas, foram efectuadas no ano passado, pela direcção provincial da Energia e Águas, no quadro do programa "Águas do Lubango", que está a ser implementado desde ano de 2011.

A informação foi prestada à Angop, pelo director provincial da Energia e Águas, Abel João da Costa, que disse que as ligações foram feitas nos bairros Comercial, Santo António, Doutor Agostinho Neto e na Nossa Senhora do Monte.

"Águas do Lubango está na rase final, pois já concluímos 90 por cento da sua execução, com a colocação de tubagem na rede de distribuição com 31 quilómetros de extensão, partindo da central de captação da Tundavala", informou.

A fonte afirmou que as obras estão na fase de acabamento da instalação de contadores e de reabilitação das estradas, escavadas para a colocação da tubagem.

Financiamento

A execução da obra conta com o financiamento do Governo alemão, num investimento de 10,3 mil milhões de kwanzas (90 milhões de euros), estando previstos para a segunda fase cerca de 5,7 mil milhões (50 milhões), a serem disponibilizados pelo Banco Mundial.

O projecto "Águas do Lubango" contemplou a reabilitação da rede de distribuição da água, a partir da central de captação da Tundavala, construção de quatro reservatórios com capacidade de 70 mil metros cúbicos e ligações domiciliares.

A empreitada está a ser executada pela empresa alemã Gauff.

8.8 Estação de água em reabilitação

Jornal de Angola
31 De Janeiro de 2014

Os trabalhos de reabilitação da Estação de Tratamento de Água de Kifangondo, com duração de 20 meses, decorrem a bom ritmo, afirmou, ontem, o director de projectos da Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL).

O director Carlos Rodrigues falava durante uma visita à estação feita por uma delegação da Administração do Município do Cazenga, integrada por administradores comunais, coordenadores de bairros e entidades tradicionais.

O administrador comunal do Tala Hadi, Simão Neto, disse que a visita teve como objectivo constatar no local a situação da estação de água para a população saber a razão da escassez da água, que o bairro tem vivido há mais de três meses.

População mais esclarecida

"Agora que estamos esclarecidos, pedimos à população que tenha confiança e esperança, uma vez que os técnicos da EPAL estão a trabalhar desde Abril do ano passado, na reabilitação da estação de tratamento de água", acentuou o administrador Simão Neto.

O administrador comunal do Tala Hadi informou que a reabilitação está orçada em mais de 30 milhões de dólares (mais de três mil milhões de kwanzas), devendo a próxima reabilitação da estação ser feita dentro de 30 anos.

A Estação de Tratamento de Água de Kifangondo existe desde 1954 e é alimentada pelo rio Zenza. A infra-estrutura está situada no município de Cacuco 30 quilómetros a norte de Luanda.

8.9 8.9 Lixo invade municípios de Luanda

Jornal Terra Angolana

19 De Janeiro de 2015

Texto: Antónia Matias

Os pescadores da praia da mabunda, município de belas, mostram-se preocupados com a grande quantidade de lixo que é depositado ao ar livre, pelos moradores e vendedores daquela zona, por falta de contentores na área.

João delcinho tem 25 anos, é pescador há quatro anos. Segundo este "antes não havia está enorme quantidade de lixo na praia porque os homens da elisal apareciam constantemente para a limpeza, mas por causa do comportamento negativo da parte de alguns moradores e vendedores eles deixaram de aparecer e com isso também sumiram os contentores de lixo", explica.

"A pesca é a minha principal actividade económica e estou satisfeito com o meu trabalho porque consigo sustentar a minha família, apesar de algumas pessoas desprezarem este tipo de serviço. Precisamos, urgentemente de contentores para que possamos manter a nossa praia limpa e até porque somos mesmo nós que amanhã poderemos apanhar doenças, e os residentes daqui não têm a preocupação de fazer limpeza nas ruas ou arrumarem o lixo e levarem até ao outro lado da estrada, porque ai o carro da elisal continua a fazer a recolha do lixo", conta João delcinho.

Alguns trabalhadores temem que o negócio possa viver maus momentos devido ao amontoado de lixo que se encontra neste momento naquela zona.

"Entrei muito cedo neste trabalho por falta de condições financeira. Sem ter onde depositar o lixo tem causado muitas complicações ao nosso trabalho e a nossa saúde, visto que para além do lixo que é despejado ao ar livre, também há água estagnada, o que tem provocado sérios problemas de saúde não só para moradores e vendedores, mas e principalmente para nós que trabalhamos neste lugar tantas horas", diz a nossa reportagem Paulo André, pescador de 20 anos.

"Por ter reprovado a atitude de uma moradora que depositava o lixo a beira-mar foi motivo suficiente de confusão entre pescadores e moradores, aqui na Samba antes era calmo e o nosso trabalho ia muito bem, mas agora já existe uma convivência sadia".

Segundo muitos dos nossos entrevistados, a maneira em que se encontra a praia deve se a falta de compreensão por parte dos moradores, vendedores, e até mesmo as pessoas que vêm de outros bairros comprar peixe e outros depois de consumirem as suas bebidas as garrafas deitam nas chatas e isto deixa os pescadores bastantes preocupados.

Mariana António mora há mais de cinco anos naquele e diz que, " sempre que há tempo tenho ajudado a manter a rua limpa, mas é que às vezes a pessoa fica tão aborrecida porque todos depositamos aqui o lixo quer moradores, vendedores e pescadores, mas na hora da limpeza só aparecem três ou cinco".

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Mulheres são as principais vítimas

Jornal de Angola
02 De Janeiro de 2015
Texto: Juliana Domingos

Os casos de violência doméstica, com relevância para os abusos sexuais a mulheres, estão a registar um aumento considerável nos últimos dias na província do Huambo, denunciou quinta-feira a directora provincial da Família e Promoção da Mulher.

Frutuosa de Jesus, que se mostrou preocupada com o aumento, disse que as autoridades registam igualmente uma subida de casos de fuga à paternidade, acusação de feitiçaria, agressões físicas e privação de bens.

Para diminuir os casos, Frutuosa de Jesus aconselha que o diálogo é a melhor via, tendo ressaltado que a denúncia dos prevaricadores deve ser uma cultura a ser adoptada pelas vítimas ou suas famílias. Além disso, a directora pede para que as famílias participem nas campanhas de sensibilização, realizadas por meio de palestras, para que tenham domínio das medidas a tomar quando se depararem com casos de violência nas suas comunidades.

9.2 Igreja ajuda à redução das assimetrias

Jornal de Angola
28 De Janeiro de 2015
Texto: Gabriel Bunga

O porta-voz da CEAST e arcebispo de Saurimo, D. José Manuel Imbamba, pediu ontem à sociedade que trabalhe para a redução das assimetrias sociais e económicas que ainda se registam no país.

O arcebispo, que falava na abertura da Semana Social a decorrer em Luanda nas instalações do Instituto de Ciências Religiosas de Angola (ICRA), declarou que "as desigualdades económicas, sociais, culturais e de acesso à informação criam desníveis no processo de desenvolvimento do país".

"Há assimetrias notáveis no nosso país e por isso queremos despertar a sociedade para esta realidade, para esta temática muito importante, cujos desafios nos dizem respeito e devemos juntos encontrar formas de ajudar os angolanos para que tenham uma consciência de justiça", disse.

A Semana Social, iniciativa da CEAST, subordina-se ao tema "Igualdade de Oportunidades", que o arcebispo considerou actual. D. José Manuel Imbamba apelou à justa redistribuição dos rendimentos nacionais pela dignidade da pessoa humana. As pessoas, referiu, confundem às vezes o desenvolvimento com a posse de bens materiais.

O melhor desenvolvimento, insistiu, passa pela promoção da pessoa humana. E preciso, realçou, que a riqueza espiritual que temos se faça sentir em todos os angolanos. O presidente da Comissão da Justiça e Paz da CEAST, D. António Jaca, que presidiu à sessão de abertura

D. José Manuel Imbamba disse existirem ainda assimetrias notáveis no país para as quais é necessário despertar a sociedade dos debates, disse que a semana se destina a apelar em especial os cristãos que desempenham funções públicas a tomarem consciência das suas responsabilidades na realização do bem-estar da população.

D. António Jaca recordou que país é constituído maioritariamente por cristãos e que é possível continuar a trabalhar para a igualdade de oportunidades.

Com esta iniciativa, disse, a CEAST pretende contribuir para um debate público e nacional e para o bem de todos os angolanos. A Semana Social é um espaço aberto onde os cidadãos manifestam as suas opiniões.

Ontem, os participantes abordaram os temas "Igualdade de Oportunidades", "Políticas Públicas de Promoção de Igualdade" e "Igualdade de Género e Desenvolvimento Social".

Hoje são debatidos os temas "Igualdade de Acesso aos Recursos, com ênfase para a Democracia Económica e Desenvolvimento", "Combate à Pobreza e às Assimetrias em Angola", "Agricultura Familiar e Combate à Pobreza" e "Combate à Pobreza nas Comunidades Pastorais do Sul de Angola". Amanhã são analisados os temas "Direito

à Informação e Promoção de Igualdade", "Direito à Informação em Angola: Assimetrias e Desafios",

"Acesso à Informação no Leste de Angola" e o "Papel do Jornalismo Comunitário na Promoção de uma Sociedade Mais Inclusiva".

Na cerimónia de abertura estiveram presentes os bispos D. Vicente Kiaziko, D. Zeca Martins, D. Estanislau Marques, D. Dionísio Hissilenapo, D. Zacarias Kamuenho e o Cardeal D. Alexandre do Nascimento, bem como representantes de partidos políticos e de organizações não-governamentais.

9.3 Mulher e o desenvolvimento rural

Novo Jornal
30 De Janeiro de 2015

O ANO DE 2014 foi marcado por uma enorme movimentação impulsionada pelo "Programa de Auscultação à Mulher Rural" protagonizado pelo MINFAMU, MAPTSS e MAT. Um processo que mobilizou cerca de 44.396 mulheres e em que se levantaram preocupações categorizadas em quatro grupos, a saber: 1) Económico e Produtivo; 2) Cidadania, Igualdade de Género e Associativismo; 3) Valores Morais, Práticas Culturais e Violência Doméstica; 4) Viabilidade Ambiental. Todo o processo gerou enormes expectativas sobre o modo como essas preocupações seriam operacionalizadas a partir OGE 2015.

Parece ter havido um esforço na elaboração e actualização de uma vasta série de programas para responder a estas prioridades. a MIN-FAMU vai executar directamente cerca de 20 programas, entre aqueles enquadrados como actividades permanentes e outros. Trata-se de uma grande dispersão de programas, o que poderá ter implicações na monitoria e custos administrativos excessivos para execução. Ao mesmo tempo, aqui como noutros casos, levanta-se a questão de saber se um Ministério, pelo número de programas que executa directamente, é principalmente um implementador, ou se é a entidade que elabora as políticas públicas e assegura que os outros actores executem os respectivos programas, o modelo adoptado apresenta uma possível incoerência, na medida em que quem define a política e supervisiona a sua implementação é quem, ao mesmo tempo, a executa.

Entretanto, é preciso referir que existem vários outros programas que visam directamente a mulher e a família no meio rural, nomeadamente nos

ministérios da Agricultura, Saúde, Educação, MINARS, Comércio, MAR, pelo que, aquelas prioridades saídas da auscultação devem ser monitoradas na acção destes departamentos ministeriais, dos Governos Provinciais e das Administrações Municipais.

No entender do OPSA e da ADRA, a Política Nacional para Equidade e Igualdade de Género e o seu respectivo regulamento, bem como o Plano Nacional sobre a Família em Angola, são instrumentos importantes em que o MINFAMU deve focalizar-se para assegurar que os indicadores estabelecidos sejam alcançados através das acções e recursos alocados em cada departamento ministerial ou outra estrutura indicada.

Por outro lado, não se pode deixar de referir que a mulher rural está inserida numa comunidade e que as acções que lhe são dirigidas devem ser enquadradas no contexto do desenvolvimento da sua comunidade. Para o caso do sector económico e produtivo, a economia rural está fortemente dependente do desenvolvimento da agricultura, sobretudo da agricultura familiar. a MINFAMU prevê 611,4 milhões de Kwanzas (Kz) [6,17 milhões de dólares (USD)] para o "Programa de Apoio a Actividade Económica da Mulher Rural" e 123,9 milhões kz [1,25 milhões USD) para o "Programa de Estruturação e Produtiva das Comunidades Rurais". Como se vê não são valores substanciais, tendo em conta a dimensão do país e a abrangência das acções que devem ser realizadas. Naturalmente, estes programas devem ser complementados com acções de outros sectores, onde se destaca a intervenção do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Por exemplo, as Províncias do Huambo e de Bié - com uma população rural de 1.010.850 e 751.201 habitantes, respectivamente =, para o programa de "Desenvolvimento da Agricultura Familiar" prevêem-se para o Huambo 23,8 milhões Kz [240,63 mil USD) e para o Bié 258,8 milhões Kz [2,6 milhões USD). Isto significa, 23 Kz por habitante das zonas rurais do Huambo 344 Kz por habitante das zonas rurais do Bié, o que mostra bem como estes recursos são irrisórios para responder a população rural, onde as mulheres tendem a ser a maioria.

O "Programa de Desenvolvimento da Agricultura Comercial" prevê despesas na ordem de 7.951 milhões Kz [80,23 milhões USD], quase o dobro dos 4.755,9 milhões Kz [48,0 milhões USD) que estão previstos para o "Programa de Fomento da Agricultura Familiar". Devem indagar-se as consequências desta opção para a mulher rural. Mesmo no sector da agricultura familiar, a mulher continua a ser a mais prejudicada, quer pelo atraso tecnológico, que leva a um enorme dispêndio de

energia pelas mulheres com excessivo trabalho físico (com a utilização da chamada enxada tradicional a coluna cervical é bastante afectada), quer em termos de empobrecimento, uma vez que elas ficam nas aldeias enquanto os homens saem. Portanto, sem um sério investimento na agricultura familiar, as estratégias de fortalecimento económico das mulheres rurais, acabam rapidamente caindo em letra morta.

Importa ainda considerar que os grandes projectos agro-indústrias não são feitos tendo em conta a condição da mulher rural. Ao aprovar a proposta de OGE 2015, os deputados, e sobretudo as deputadas, devem analisar as consequências que estas opções continuam a acarretar para as mulheres rurais.

Num outro sentido, também relevante, o Ministério da Educação prevê para o "Programa de Alfabetização" 2.915,4 milhões Kz [29,4 milhões USD]. Cabe ao MINFAMU a responsabilidade de monitorar qual é a percentagem de mulheres envolvidas neste processo. Importa acompanhar a forma como o Ministério da Educação se articula com diferentes actores locais para operacionalizar este Programa e verificar qual o seu impacto na vida das mulheres e, em particular, na vida das mulheres das zonas rurais.

Acesso à terra

a Executivo prevê 475,5 milhões Kz [4,8 milhões USD] para o "Programa de Requalificação de Aldeias Rurais". Esta acção já vem sendo referida noutros orçamentos (no OGE de 2014 foi atribuído cerca de metade do valor agora proposto 200 milhões Kz) e não se conhecem avaliações sobre o impacto do que foi realizado em 2014.

a OPSA e a ADRA consideram que várias questões devem ser colocadas: antes de mais, haverá em Angola alguma aldeia que não seja rural? Tornemos o exemplo da província do Huambo que tem previsto 11,9 milhões Kz [120,3 mil USD] para este programa. Trata-se de urna província com 11 municípios, dezenas de comunas e várias aldeias em cada comuna. Qual o critério de escolha das aldeias? Qual a prioridade? Não seria preferível canalizar os recursos para a criação de condições de acesso a serviços sociais e económicos, para que as próprias pessoas melhorem as condições das suas habitações e, por essa via, das suas aldeias. Qual é a experiência com as aldeias já requalificadas?

Não é claro que este Programa se articule com o "Programa de Desenvolvimento Comunitário" orçado em 4.073,7 milhões Kz [41,1 milhões USD]. Vários departamentos ministeriais têm cabimentação

para esta rubrica, por exemplo o Ministério do Urbanismo e Habitação, Ministério da Construção, entre outros.

9.4 Direcção da Família recomenda paz nos lares

Jornal de Angola

23 De Janeiro de 2014

Texto: Afonso Costa

A directora provincial da Família e Promoção da Mulher, Graça Fernandes Albuquerque, disse, na cidade do Namibe, que a eliminação da violência doméstica é Indispensável à construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, fundada nos direitos da pessoa e na dignidade humana, garantindo uma Igualdade entre homens e mulheres.

Graça Albuquerque, que falava num debate sobre a violência doméstica, suas causas e consequências, promovido pela Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher, realizado no anfiteatro do Pólo Universitário, garantiu que o combate à violência doméstica e instabilidade familiar são prioridades do Executivo.

"O papel do Estado é fundamental para o futuro do país e no presente das famílias. O Governo do Namibe, na sua última sessão realizada em Dezembro, decidiu a realização de um debate onde todos os residentes, jovens, adultos, casados e solteiros possam fazer uma reflexão e compreender o que é a violência, as suas causas e consequências", referiu.

A directora do Namibe da Família e Promoção da Mulher divulgou os dados das denúncias das práticas negativas durante o ano de 2014 no município do Namibe, apontando para 43 casos de violência doméstica. Na Bibala foram registados quatro, Tômbwa dois, Camuciuo quatro e Virei um caso.

"Estes dados não espelham aquilo que de facto são os níveis de violência doméstica na província, são apenas aqueles casos cujas vítimas denunciaram a situação às unidades da polícia". A responsável da Família e Promoção da Mulher disse que há muitos mais casos, apelando à sociedade para que denunciem os agressores e passem mensagens positivas para que acabar com a violência doméstica.

O sociólogo Pedro Maria Castro, chamado a animar o debate, disse que a violência doméstica é um dos problemas mais graves na sociedade angolana nos dias que correm:

"O nosso país atravessa um momento ímpar da sua História, desde que a 4 de Abril de 2002 alcançou uma paz duradoura, que abriu a possibilidade da construção de uma sociedade harmoniosa, empenhada na qualidade de vida da maioria dos seus habitantes".

Agressões à família

Alcançada a paz, acrescentou o, "não podemos continuar a ver um cidadão a agredir, ofender ou até matar outro cidadão dentro da própria casa, pois isso fere a paz, a harmonia e a sã convivência, a felicidade para toda a família".

Temas como "a violência doméstica como um comportamento desviante", "possíveis causas da violência doméstica", "o cultivo de valores como prática de prevenção da violência doméstica" e "o papel das instituições sociais no combate à violência doméstica", são temas que estiveram em debate.

Segundo Pedro Castro, a Lei contra a Violência Doméstica estabelece o regime jurídico da prevenção, de protecção e de assistência às vítimas e tem por fim prevenir, combater e punir os agentes dos actos de violência doméstica. O sociólogo recordou também que no Artigo 3º, sobre a definição e tipo de violência doméstica, no seu ponto um, entende-se por violência doméstica toda a acção ou omissão que cause lesão ou deformação física e dano psicológico temporário ou permanente, que atente contra a pessoa humana.

Formas de violência

Pedro Castro disse ainda que a violência doméstica pode ser classificada em violência sexual, violência patrimonial, psicológica, verbal e física. O prelector disse ainda que toda a conduta que ofenda a integridade ou a saúde mental da pessoa, como o abandono familiar, deve ser reprimida.

Da mesma forma a sociedade é chamada a condenar qualquer conduta que desrespeite de forma grave e reiterada a prestação de assistência nos termos da Lei, a fuga à paternidade, inclusive de mães que abandonam os filhos, porque são comportamentos que vão marcando negativamente a nossa sociedade.

UA família é o núcleo básico da formação da sociedade, é na família que os indivíduos começam a ser socializados, onde recebem padrões, valores que vão tornar esses indivíduos como membros úteis à sociedade.

A família tem a função educativa de socializar os seus membros, tem a função reprodutora ou biológica, que vai garantir a continuidade da espécie humana,

gerar filhos, mas tem também a função social. Através da família, o homem adquire um título ou um nome e um estatuto", concluiu.

9.5 Polícia nacional pede colaboração do cidadão para combate da criminalidade

Jornal Manchete

16 De Janeiro de 2015

Texto: ALBINO SAMPAIO

A Polícia Nacional apresentou nesta segunda-feira 12, na Unidade Operativa de Luanda, os resultados da última semana que consagrou na detenção de 81 cidadãos implicados em crimes diversos.

O porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional, o inspector chefe Mateus Rodrigues, informou à imprensa, quando fazia o balanço da operação denominada "Ombêmbwa", iniciada no pretérito mês de Dezembro.

Mateus Rodrigues salientou que a actividade das forças de segurança foi determinante para a detenção dos 81 presumíveis criminosos, envolvidos sobretudo em diversos actos que consistiram em violações sexuais, roubos, furtos, posse e uso de estupefaciente e ofensas corporais.

Referiu que os períodos em referência foram registados 82 crimes, entre os quais 55 esclarecidos com uma operacionalidade na ordem do 67 por cento. De igual modo informou que nos últimos sete dias foram também apreendidas seis viaturas de diferentes marcas, bem como recuperadas dez armas de fogo, entre as quais oito AKM e duas pistolas, três motorizadas e dois quilogramas de liamba.

De acordo com o inspector chefe, Mateus Rodrigues, a operação tem sido realizada quase em toda a extensão da província de Luanda e consagra em buscas bem dirigi das assim como mandatos de captura de supostos marginais e meliantes reincidentes.

Os patrulhamentos, conforme referiu, são intensivos, bem como revestem-se na apreensão de drogas, artigos diversos, viaturas e motorizadas roubadas pelos inimigos da paz social, com vista a servirem para acções rápidas perpetuadas pelos criminosos. Recorda-se que a Polícia Nacional, tem vindo a levar a cabo de um tempo a esta parte, operações que consistem na tranquilidade das comunidades. Para Mateus Rodrigues, uma vez que Luanda possui cerca de 6 milhões de habitantes é necessário que a própria

população continue a contribuir nas manobras das operações levantadas pela corporação no sentido de melhorar o nível de actuação da organização, disse.

9.6 População acusa Polícia de ignorar denúncias

Novo Jornal

16 De Janeiro de 2015

Texto: Isabel João

SEGUNDA-FEIRA, 12 de Janeiro de 2015. Pelas 18h00, o Novo Jornal fez-se à estrada. O horário foi escolhido criteriosamente: É quando o sol se põe que os assaltantes mais atacam. O nosso primeiro destino foi Viana, de onde nos chegaram vários relatos de roubos a residências e cantinas.

Mas, mais do que ouvir as vítimas, a nossa equipa de reportagem tornou-se, ela própria, testemunha do fenómeno, assistindo a uma série de assaltos à mão armada, realizados por jovens e em pleno trânsito. Só na estrada da Samba, em poucas horas, testemunhámos 13 assaltos.

O problema não é novidade para os moradores, que descrevem um cenário de crescente insegurança, apesar dos alertas dirigidos às autoridades. "Pedimos ao comandante de Luanda para ver essa situação porque estamos cansados. Todos os dias há mortes e roubos em vários bairros do município. Por vezes, não entendemos qual o trabalho que a nossa Polícia faz aqui", lamentam.

O NJ sabe que alguns pedidos de socorro dos moradores de Viana chegaram ao conhecimento do responsável máximo de Luanda, António Maria Sita, que garantiu uma solução.

A promessa está contudo longe de convencer Maria Eduardo, que viu os protestos encaminhados para o comandante provincial de Luanda e para o chefe da divisão de Viana caírem em saco-roto.

"A resposta que recebemos dos dois dirigentes é de que iriam tratar do assunto, mas, passados alguns dias, tudo continua na mesma. Não sei onde é que vamos parar com esta situação", desabafa.

A moradora diz ainda que, só na semana passada, na zona onde vive, 11 casas foram assaltadas. "Apenas três vizinhos apresentaram queixa. Os outros dizem

que, mesmo denunciando, nada vai ser feito pela Polícia. A situação estava um pouco calma desde Outubro, mas agora tudo começou de novo", reforça a mulher,

Falta de luz é adversária

A percepção de aumento da criminalidade é uma constante no discurso de todos os entrevistados.

Os crimes passionais, os assaltos e a agressão no decurso de lutas com garrafas lideram a lista de ocorrências mais frequentes, ainda de acordo com os moradores de Viana.

O retrato de insegurança repete-se no município de Belas; onde os moradores também estão insatisfeitos com a Polícia Nacional, embora não atribuam as responsabilidades apenas à sua actuação.

"Estão a crescer muitos guetos em Luanda. Muitas dessas zonas não têm luz e torna-se difícil a Polícia trabalhar em zonas assim. A falta de energia é o grande adversário das autoridades e de qualquer estratégia de combate ao crime, que apenas tenha em conta o recurso à repressão", defende a habitante Luísa Gomes.

Já na centralidade do Kilamba, o foco da contestação assenta mesmo na intervenção policial.

"As coisas aqui estão mal, principalmente no período nocturno, altura em que muitos moradores chegam a casa depois de cumprirem mais um dia de trabalho e suportarem um trânsito intenso. Quando chegamos, ainda somos assaltados. Eu já passei por isso três vezes, aqui mesmo, debaixo do prédio. Apresentei queixa e até hoje nada foi feito".

A história chega-nos de João Pedro, morador do bloco V, para quem a Polícia Nacional precisa de fazer mais, nomeadamente através do policiamento de proximidade.

"Na semana passada ia perdendo um amigo. Ele só não morreu porque a mulher ligou para ele a dizer que havia quatro homens estranhos no estacionamento. O aviso fez com que não descesse do carro. O outro vizinho que chegou e saiu logo não teve a mesma sorte. Os marginais, receberam-lhe a viatura", relata.

Dora António, outra moradora, acredita que a solução passa pela instalação de câmaras e pela abertura de mais esquadras. "Existem estudos que comprovam que estes meios foram a razão da diminuição dos assaltos em muitos países", aponta, acrescentado que áudio vigilância é um aspecto a ter

em conta, independentemente dos custos que acarreta.

O Novo Jornal contactou o gabinete de comunicação e imagem do Comando Provincial de Luanda, para obter esclarecimentos sobre as reclamações dos moradores de Viana e Belas. O porta-voz da polícia, Mateus Rodrigues, disse já tem uma equipa no terreno que está a estudar o problema, dentro em breve os moradores terão dias melhores.

9.7 Criminalidade cresce na periferia de Luanda

Jornal Terra Angolana
19 De Janeiro de 2015
Texto: Luís Lukombo

Os moradores dos vários bairros da capital, como Augusto Ngangula e Paraíso, no município de Cacuaco, Mabor, município do Cazenga, assim como munícipes de várias zonas de Viana não tiveram uma passagem de ano tranquila, porque os amigos do alheio, como quem não tem família, passaram a quadra festiva a chateá-los.

Quem vive nestes bairros diz que os jovens agora utilizam motorizadas de marca Linguiken, muito concorrida entre os moto-taxistas, que são das vítimas preferenciais dos bandidos.

Afonso Gabriel Bonga vive no Augusto Ngangula, na rua do Gesso.

"No passado domingo, 08 eram por volta das 2 horas da madrugada ouvi fortes batidas na casa do meu cunhado, aqui ao lado. Jacinto Landa vivia na casa ao lado, logo percebi que havia algumas pessoas a arrombar a janela", conta.

"A minha cunhada conta que o seu marido ainda tentou convencer os marginais a não fazerem mal a sua família. Daqui conseguia ouvir eles a falarem, embora não compreendesse bem o quê. De repente ouvi um disparo. Eram os marginais a obrigarem o meu cunhado a entregar todo o dinheiro que tinha em casa", explica o jovem com o semblante carregado.

Jacinto com medo responde que não tinha dinheiro. Os gatunos ameaçam tirar-lhe a vida, caso ele não entregasse os valores solicitados.

"A esposa aflita entregou 50.000 kwanzas, dizendo que era tudo que tinham em casa. Mas os marginais não satisfeitos, disseram que era pouco".

"Ouvimos mais um disparo, que desta vez atingiu o Jacinto na perna direita, entre a zona do tornozelo e o pé, foi quando ele pediu a mulher que fosse buscar mais 150.000 kwanzas e entregasse. Parece que eles vieram com a lição bem estudada, porque mesmo assim não estavam satisfeitos", diz, mostrando-se revoltado, porque até ao momento a Polícia Nacional não conseguiu apanhar os meliantes.

"Como o meu cunhado dizia que já não tinha mais dinheiro em casa, eles disseram que lhe dariam mais um tiro. Com medo o Jacinto fugiu para o quarto dos meus sobrinhos, mas os meliantes mandaram-lhe sair, para que não matassem também os seus filhos".

Afonso Gabriel conta que no total, o cunhado, que era comerciante tinha em sua casa 300.000 kz, e que acabou por dar todo aos marginais, que não satisfeitos levaram também o televisor plasma da família.

"Quando ele entregou a última parcela, grupo mostrou-se satisfeito, e quando iam a sair o Jacinto tentou desarmar o último elemento do grupo, que carregava uma arma AKA. Este por sua vez como não conseguia se desfazer do Jacinto e gritou por socorro, tendo chamado a atenção do grupo. Estes recuaram e um deles efectuou dois tiros a queimadura, que acabou por matá-lo".

Entretanto, ainda no município de Cacuaco, nos arredores do mercado do Kikolo, um grupo de jovens atacou agentes da ordem pública, com disparos. Em resposta a Polícia atingiu mortalmente um dos motoqueiros, segundo contou a reportagem deste Jornal Aristides Massamba, morador da zona.

"O outro foi atingido na perna direita. Foi perseguido e encontrado nas imediações do Puniv do Kikolo a escola do segundo ciclo 8002, que também foi morto".

"É uma razia que a polícia fez no Município de Cacuaco, onde aproximadamente 16 pessoas perderam a vida por serem encontrados a fazerem das suas" acresceu Aristides.

"Também fui vítima dos marginais motorizados em Dezembro, quando pelas 18 horas próximo ao Cemitério da Muleba na mesma rua das bombas da Pumangol, fui surpreendido por meliantes que me cercaram e apontaram uma arma. Não reagi, entreguei tudo que levava comigo", conta o senhor Mbundo Manzai, no bairro da Mabor.

Já João Gaspar, morador de Viana, viu a sua mota ser levada pelos marginais, na primeira semana de Janeiro.

9.8 Mais jovens estão envolvidos em crimes

Jornal de Angola

21 De Janeiro de 2015

Texto: André Da Costa

O Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional pretende que os pais e encarregados de educação adotem um controlo mais rigoroso sobre os filhos, de modo a prevenir que se envolvam em crimes como têm ocorrido diariamente na capital do país.

O subinspector Euler Matari, do Gabinete de Comunicação e Imagem do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional, justifica a chamada de atenção com o facto de muitos jovens, com idades entre 16 e 25 anos, se envolverem em crimes como roubos, furtos, violações e ofensas corporais.

Euler Matari, que fazia o balanço da "Operação Ombembua", na Unidade Operativa de Luanda, explicou que o Comando Provincial da Polícia em Luanda registou, só na última semana, 81 crimes, dos quais esclareceu 40 e deteve preventivamente 150 suspeitos de envolvimento nos crimes.

Deste número, disse, parte considerável é de jovens organizados em grupos de dois ou mais elementos para cometerem ilícitos, sendo por isso desejável que os progenitores ou tutores tenham em atenção as amizades que circundam o ambiente dos filhos para prevenir situações embaraçosas. O oficial do Gabinete de Comunicação e Imagem sublinhou que dos crimes esclarecidos, destacam-se três crimes de homicídio voluntário, igual número de ofensas corporais, três violações, 15 roubos, oito crimes de furto, três casos de posse ilegal de arma de fogo e um crime de falsa identidade.

Durante a operação realizada em vários municípios e distritos urbanos de Luanda, cuja finalidade é devolver o sentimento de segurança às populações, foram apreendidas 21 armas de fogo, sendo 16 metralhadoras AKM, cinco pistolas, 20 gramas de cocaína e sete quilos de liamba.

A Polícia Nacional recuperou seis viaturas e nove motorizadas de várias marcas. O Comando Provincial tem levado a cabo, há já algum tempo, operações em toda a extensão de Luanda, com realce para as áreas mais críticas, no sentido de proceder à detenção de indivíduos que alteram a ordem e tranquilidade públicas.

O porta-voz da Polícia Nacional, comissário Aristófares dos Santos, afirmou ao Jornal de Angola

que todos os cidadãos que se sentirem lesados de algum acto praticado devem apresentar queixa junto de uma esquadra ou posto policial, para que as autoridades competentes resolvam o problema. As unidades da Polícia estão em permanente prontidão.

Portuguesa foi morta

Uma cidadã de nacionalidade portuguesa, identificada como Rita Cristina Bento Pereira, 37 anos, que estava desaparecida desde dia 17, foi encontrada morta no dia seguinte amarrada na porta malas da sua viatura Hiundai ix35, matrícula LD- 80-06- DV; na vila de Cacucaco, junto ao Jango localizado defronte ao mercado do divórcio.

O porta-voz da Polícia Nacional, comissário Aristófares dos Santos, afirmou ao Jornal de Angola que no passado dia 18 deste mês de Janeiro, o Piquete da Direcção Provincial de Investigação Criminal de Luanda recebeu uma cidadã amiga da vítima dando conta do seu desaparecimento no dia anterior.

De imediato foi aberto um processo-crime e encetadas diligências com vista a sua localização. A Polícia Nacional, segundo Aristófares dos Santos, deteve por suspeita dois cidadãos nacionais, um dos quais confessou a prática do crime, enquanto outros implicados estão em fuga. A Polícia pede a quem tiver informações do caso ou outro semelhante que informe as autoridades, telefonando para 914-014120 ou 923400915.

9.9 Criminalidade baixa na região

Jornal de Angola

28 De Janeiro de 2015

O Tribunal Provincial do Zaire recebeu 1.224 processos crimes de Janeiro a Dezembro do ano passado, dos quais 962 foram julgados e tiveram sentença, informou o juiz presidente, Eugénio Domingos.

Eugénio Domingos explicou que, comparativamente a 2013, houve uma diminuição de 290 processos que deram entrada naquela instância judicial.

Acrescentou que constam dos processos 443 de querela, 312 de polícia correcional, 115 processos sumários, 62 de liberdade condicional e 30 relacionados com transgressões.

Quanto à área cível e administrativa, família e trabalho, o Tribunal decidiu 127 processos, ao passo

que 577 processos de diversas espécies transitaram para o primeiro semestre de 2015.

O magistrado apontou a falta de instalações apropriadas e de pessoal como as principais dificuldades do Tribunal Provincial. Apenas os municípios de Mbanza Congo e Soyo têm representações do Tribunal na província do Zaire e funciona com 26 técnicos, entre-os quais, dois juizes de direito, três municipais e 21 oficias de justiça.

Consciência jurídica

O Tribunal Municipal do Tômbwa tem como desafio para este ano aproximar os serviços de Justiça às comunidades para que conheçam o verdadeiro papel daquele órgão e alterem alguns comportamentos em sociedade, disse o juiz Domingos Menhino. O juiz anunciou a realização de palestras e debates, principalmente entre os jovens, e de julgamentos nas zonas mais recônditas de alguns casos de caça furtiva e roubo de gado, prática muito comum na região.

9.10 A vida nos bairros mais perigosos de Luanda

Jornal O PAÍS

30 De Janeiro 2015

A negociação que se tem assentado entre os 'detentores do bairro' e a polícia é feita usando a língua que se chama "tiroteio", que muitas vezes acaba em morte, mas mesmo assim não se chega a um consenso. A ousadia dos bandidos é tão grande que fez lhes perder o medo pelo agente da lei.

Para uns, a delinquência está em todo sítio e pode não existir um bairro calmo, mas para os outros existem sítios que merecem uma atenção especial da polícia, já que todos os dias há registos de crimes chocantes.

Segundo os dados a que tivemos acesso, publicados num relatório da Fundação Open Society Angola, a polícia de Luanda indica que mais de 50% dos crimes de roubo são cometidos por indivíduos sem ocupação ou mal remunerados. Por outro lado, os crimes contra a propriedade, em que se enquadram os roubos e furtos, representaram 56 % do total dos crimes mais registados.

Telemóveis e viaturas estão na lista dos artigos preferenciais dos gatunos. Em cerca de 60% dos crimes de roubo, a arma de fogo aparece como objecto preferencial no seu cometimento' percentagem que se mantém quase inalterada nos

casos de homicídios voluntários, embora essa taxa decresça para cerca de 30% nos casos de ofensas corporais, onde existe uma maior predominância de armas brancas, lê-se no relatório.

Existem muitos bairros perigosos em Luanda e a população aponta os municípios do Cazenga, Sambizanga, Viana e Cacucaco como detentores das mais elevadas taxas de perigosidade e insegurança pública.

Nestas zonas a lista de bairros com índice considerados de criminalidade é extensa e não é aconselhável entrar em certas áreas.

9.11 Bairro da Kianda além de roubar, o gatuno chupa os mamilos das senhoras

Jornal O PAÍS

30 De Janeiro de 2015

Os actos mais chocantes naquele bairro, reportados pela população, tem acontecido comumente na sua rua principal, onde os taxistas são obrigados a dobrar à cautela porque os bandidos fazem parar o carro, roubam todos os telefones dos passageiros e o "dinheiro do dia" feito pelo cobrador.

Não é só devido àquela ocorrência que faz a zona ser considerada a mais perigosa, mas sim o facto de muitas vezes as senhoras vítimas de assaltos, provenientes da praça que se encontra na circunscção, serem também abusadas sexualmente. "Esta rua é muito tristemente famosa porque os bandidos, além de roubarem, mamam na chucha das vendedoras" , disse a Dona Margarida, que vive no bairro desde 1990.

A nossa equipa de reportagem chegou ao local no período da tarde e a nossa interlocutora tinha presenciado, no período da manhã, um assalto a uma viatura Hiace que fazia aquele trajecto com destino à praça do Kikolo. Os jovens estavam armados e conseguiram imobilizar todo mundo.

A rua principal do bairro tem sido um autêntico local de trabalho para os malfeitores.

A polícia muitas vezes aparece no local, mas dificilmente consegue prender alguém porque o ponto de fuga tem sido na Vinde (uma lixeira muito grande que se encontra nas proximidades, que também tem servido de stelão local para tráfico e consumo de drogas).

Os bairros Kawelele, Boa Esperança, Kalumana, Malueca, Kamassende e Difis também estão na lista

negra dos meliantes. Em conversa com um agente da esquadra do sector 6 do bairro do Paraíso, foi-nos informado que actualmente os crimes mais comuns naquelas zonas são: roubos de carros, electrodomésticos e motorizada.

9.12 Bairro Paraíso: está mais para inferno

Jornal O PAÍS
30 De Janeiro de 2015

O bairro Paraíso começou a ser muito citado pela imprensa no ano de 2013, quando indivíduos não identificados fizeram disparos a queima - roupa contra três polícias que se encontravam numa esquadra móvel, na rua dos Bakongos. Os agentes da polícia morreram no local e a ousadia dos bandidos levou as autoridades a repensarem a problemática da criminalidade naquele bairro.

Desde aquela data, de Paraíso passou a inferno porque o medo instaurou-se na hostes dos moradores do bairro e o sentimento de insegurança cresceu significativamente. E preciso muita coragem para entrar no bairro a altas horas da noite, porque nem mesmo a acção dos polícias inibe eis assaltantes de praticarem seus actos.

As esquadras não estão muito distantes, inclusive, no ponto mais perigoso do bairro - que é a vala que o separa da zona do mercado Kikolo - tem uma esquadra móvel. "Os bandidos aqui perderam o medo pela polícia e a mesma tem receio de agir, depois daquele triste facto", disse Fonseca Augusto, que mora perto da vala.

Tranquilidade é uma palavra pouco citada na zona da vala do bairro do Paraíso. Pânico, distúrbio, medo e insegurança estão (quase) sempre no vocabulário dos moradores, porque mesmo com a esquadra móvel próxima, jovens são mortos e atirados à vala sem ninguém saber de nada.

Quando perguntamos aos moradores quais as zonas mais perigosas do Paraíso, recebemos a resposta de que "aqui não tem um sítio, todo bairro completo é perigoso". Diz-se que após a destruição do mercado do Roque Santeiro, os antigos bandidos dessa praça alojaram-se no Kikolo, eis então o motivo de tanta delinquência no Paraíso. Deslocamo-nos ao local onde ocorreu o incidente com aqueles agentes, no bairro dos Bakungos e na zona em que estava a esquadra móvel, foi construído um posto fixo da

polícia nacional, mas nem por isso o bairro ficou calmo.

"Este bairro mesmo é melindroso", disse um agente daquela unidade.

9.13 Bairro Tira Vaidade: quem não quer ser roubado que não passe por lá

Jornal O PAÍS
30 De Janeiro de 2015

No Sambizanga, a população elegeu várias zonas, uma mais perigosa que a outra, inclusivamente fomos, em alguns casos, aconselhados pelos moradores, a não "se armar em heróis" ou por em risco a nossa vida e o material de trabalho, porque existem áreas que nem mesmo os nossos entrevistados, que têm mais tempo de vivência naquele bairro, são poupados.

"Você pode ser do bairro, aqui te 'tramancam' (entende-se 'roubam' no calão angolano), principalmente na Rua dos Tira Vaidade" disse Francisco António, referindo-se a uma rua onde o grupo de bandidos é conhecido por Tira Vaidade, porque por mais vaidosa que seja a pessoa, ela perde todo orgulho quando passar pela mesma zona.

Dos 15 anos de vivência no Sambizanga, Francisco António foi assaltado duas vezes e uma delas na Rua da Vaidade. Ficou traumatizado e, hoje, não aconselha ninguém a passar por aquela rua. A referida rua está muito próxima à sua residência.

O que também o preocupa é o facto de o número de assaltantes aumentar cada vez mais, além da agressividade na acção dos mesmos, pois "não teria problema se eles só levassem o telefone, mas querem dar chapada na cara de alguém que está em condições de ser seu pai. Querem aleijar, partir a cabeça, e eles são miúdos", acrescentou.

O bairro Tira Vaidade que está próximo ao complexo escolar Dom Bosco ganhou aquele nome em virtude das acções que o grupo, com o mesmo nome, tem feito. O grupo é muito temido porque já foram vistos inúmeras vezes a "combater" contra a polícia, alguns foram mortos mas mesmo assim, o grupo continua.

Dois dias antes da nossa entrevista, 21 de Janeiro, houve um assalto no bairro, em consequência do qual os gatunos saquearam todo dinheiro de um cantineiro, que quase foi morto, tendo os meliantes feito vários disparos ao ar. A comunidade está

acostumada a ouvir tiros à madrugada e apesar daquela recente acção, a polícia não apareceu.

Os jovens que conversaram com nosso repórter adiantaram que a delinquência no seu bairro está mais centrada nos adolescentes (de 14, 15 e 16 anos) que hoje já se acham mais velhos porque transportam uma arma. Por uma questão de precaução' não resistir ao assalto é a melhor opção.

Os bairros Petrangol, Nguanã, Morro dos Bois, Cerâmica, Pombinhas, Ossos, São Pedro da Barra, Bairro Uíge, IERA e na rotunda da Boa Vista, são tidos pela população como zonas de risco. Enquanto isso, nos bairros Piza Caco, Baía Cacusso, Ferro Quente e Linha Férrea, a criminalidade baixou porque boa parte dos integrantes dos grupos se conhece, o que faz com que não haja casa para assaltar ou vítimas para roubar naquelas áreas.

A lista dos grupos mais temidos do município do Sambizanga, onde ainda assim algumas pessoas defendem que a criminalidade está controlada, é extensa. Alguns dos grupos referidos pelos moradores são os Balotelli, Zé Pequeno, Gingada, Califórnia, Bincoyo, Bula, Casanova, Trâmela e os Tira.

9.14 Grafanil Buraco 'Nunca vimos polícia a passar aqui'

Jornal O PAÍS

30 De Janeiro de 2015

O bairro ganhou o nome de buraco porque antigamente era uma lixeira profunda e estava despovoada, mas com o passar do tempo, e movidos pela necessidade de ter uma habitação' a população decidiu remover todo lixo e construir casas no grande buraco. De um ponto mais alto vê-se as casas num buraco e, quando chove, as pessoas têm de abandonar as residências para não morrerem afogadas.

É um bairro como todos outros aqui referidos, com péssimas condições de vida, saneamento básico precário e com falta de quase tudo. Para desespero dos moradores, mesmo passando por várias dificuldades, a partir das 18h torna-se impossível circular na zona em virtude do alto índice de criminalidade.

"Aqui, todos os dias acontece crime (violação, roubo, mortes) e acreditamos que os gatunos desse bairro têm-se comunicado com os das outras zonas para virem fazer desmandos no Buraco. Nós nunca vimos a polícia a passar aqui. Ninguém passa naquela árvore

sem ser desmontado", apontou Frederico Manuel, um dos fundadores do bairro.

Há dois meses atrás assassinaram um cantineiro mesmo depois de o terem roubado, o facto ocorreu no período diurno e a polícia nem sequer apareceu para remover o corpo. A população não sabe se, de facto, o bairro está cadastrado na administração porque não lhes têm prestado atenção alguma, segundo os moradores. "Os marginais fazem tudo e por mais que você grita ninguém te vai socorrer. Nas residências entram pelo tecto, rompem as portas ou partem os morros".

A única ajuda daquela população tem sido os poucos militares que vivem na circunscrição, mas nem por isso os bandidos deixam de atacar.

Três semanas antes da publicação deste artigo, o nosso interlocutor participou de uma comissão que fez a remoção do corpo de um polícia que foi morto na porta da sua própria casa, no bairro da Fofoca. Além disso, os mesmos meliantes sequestraram o filho do vizinho da vítima.

Existe um embondeiro no bairro, onde tem sido a zona de matança e, segundo o nosso entrevistado, se for visto alguém encostado nesta árvore é meliante. Neste mesmo sítio já havia uma esquadra móvel, mas foi destruída. Solução: "criação de unidades de defesa civil. Antigamente éramos nós quem cuidávamos da nossa segurança' tanto que o Bombasmini - um indivíduo altamente perigoso, que tinha paiol em sua casa fomos nós que prendemos", sublinhou.

O município de Viana é actualmente considerado o mais populoso da cidade capital, neste contexto justifica-se o número de bairros com índice elevado de criminalidade. A população indicou os bairros Grafanil (toda sua extensão, principalmente a zona supracitada e a área do Sanza Pombo), Catorze, Estrada Nova, Bereia, Boa-fé, Ponte Partida, Vila Chinesa, Capalanga e as Caop's.

9.15 Criminalidade reduz na província

Jornal Continente

31 De Janeiro de 2015

Segundo dados do relatório da Polícia Nacional sobre a situação delituosa na província de Benguela, a que a Angop teve acesso, entre 13 e 20 de Janeiro ocorreram 34 crimes de fórum comum e oito de natureza económica, tendo sido esclarecidos 36 crimes e detidos 40 elementos indiciados por autoria de crimes.

De acordo com o relatório, houve duas violações esclarecidas e três detidos, nos municípios de Benguela e Lobito, uma ameaça com arma de fogo, com um detido, ocorrido também em Benguela. No município de Benguela registou-se um aumento do índice de criminalidade, com 22 ocorrências, mais cinco do que em igual período anterior e no de Lobito o índice reduziu, com 12 casos, menos 13 do que na semana anterior. A seguir, surge a Catumbela, com cinco, enquanto a Baía Farta, Ganda e Bocoio tiveram um caso cada.

Neste período a polícia realizou 22 micro-operações, no âmbito da Operação Festa Segura, com 44 detidos, para além da apreensão de 342 quilogramas de estupefacientes, dois ciclomotores, uma botija de gás butano, um leitor de CD, uma viatura de marca Volkswagen e três pistolas.

Segundo as estatísticas, nos últimos sete dias, a Polícia Nacional também apreendeu um par de farda das Forças Armadas Angolanas (FAA) e de bota militar, sete telemóveis, um cartucho e 42 chapas luzalites.

De igual modo, foram entregues voluntariamente à corporação policial duas armas do tipo AKM, uma granada do tipo FI, dois carregadores e 29 munições de AKM.

10. AMBIENTE

10.1 Habitantes de Ondjiva plantam árvores

Jornal de Angola
03 De Janeiro de 2014

Os habitantes da cidade de Ondjiva, capital da província do Cunene, foram incentivados a plantar árvores nos quintais das suas residências, tendo em conta a sua importância para o meio ambiente.

O director municipal da Repartição do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, Yanes da Conceição Lupeke, manifestou, propósito do 31 de Janeiro, Dia Nacional do Ambiente, a sua preocupação, por haver poucas árvores na urbe e por isso, a necessidade de consciencializar a população para participar em actividades relacionadas com plantação, multiplicação e preservação.

As autoridades estão preocupadas com políticas públicas que combatam a exploração ilegal de árvores.

A moringa oleífera e o eucalipto são importantes, têm funções benéficas para o meio ambiente, recuperando áreas degradadas, e para a saúde humana.

Os países em todo o mundo desenvolvem acções para a preservação do meio ambiente. Uma das acções passa pela plantação de árvores e redução dos actos que colocam em perigo a biodiversidade.

Angolacomemora31 de Janeiro o Dia Nacional do Ambiente. Foi nesta data que terminou a primeira semana de conservação da natureza, decorrida de 26 a 31 de Janeiro, em 1976, em Luanda. A efeméride visa chamar a atenção dos sectores políticos e sociais sobre a necessidade de se criar medidas e padrões de vida sustentáveis para uma gestão equilibrada dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida das populações.

Arborização em Benguela

O programa de arborização da cidade de Benguela, "Acácias Rubras", foi apresentado no sábado pelo administrador municipal, no âmbito do Dia Nacional do Ambiente, assinalado em 31 de Janeiro.

Leopoldo Muhongo disse, no âmbito do programa, são feitas este ano pelo menos 800 mudas, o que permite a plantação de múltiplas espécies, maioritariamente acácias rubras.

A Administração Municipal, afirmou, está a ensaiar um modelo de gestão dos espaços verdes que inclui o acompanhamento de ruas arborizadas e por arborizar por determinadas pessoas, escolhidas como padrinhos, que se responsabilizam pela rega e tratamento das plantas.

Os camiões cisterna, que prejudicavam o trânsito automóvel, foram substituídos por motorizadas de três rodas equipadas com um depósito de 500 litros. A Administração entregou plantas diversas a residentes das seis zonas do município.

Leopoldo Muhongo mencionou "o débil saneamento básico, a qualidade dos solos argilosos e a acumulação de resíduos sólidos em alguns mercados informais", como os principais problemas. "Estamos a trabalhar com as entidades responsáveis pela recolha e foram introduzidas agora empresas de fiscalização para melhorar o processo.

10.2 Chuva desaloja famílias

Jornal de Angola
07 De Janeiro de 2015

As intensas chuvas acompanhadas de ventos fortes que se abateram nos últimos dias sobre o Andulo, na província do Bié, destruíram 83 casas de construção precária (adobe e pau a pique), deixando ao relento igual número de famílias, segundo o porta-voz do comando municipal da Polícia Nacional.

Ernesto Canganjo acrescentou que as fortes chuvas provocaram também a destruição de uma igreja e o derrube de várias árvores nas artérias da cidade do Andulo.

O porta-voz do comando municipal da Polícia Nacional afirmou que os bairros Económico, Chivili, Canana, Seabra, Cariongo, Silva e Agostinho Neto eram os mais afectadas.

Segundo Ernesto Canganjo, devido à insuficiência de meios por parte dos serviços locais de Protecção Civil, as autoridades da província e as estruturas centrais estão a trabalhar no sentido de garantir o apoio necessário às populações sinistradas, que precisam fundamentalmente de comida e de material de construção.

Já enviámos a mensagem às estruturas centrais para que, em conjunto com o Governo Provincial, se encontre uma solução imediata para resolver o problema da população desabrigada, com a

distribuição, numa primeira fase, de chapas de zinco" assegurou o responsável.

Ernesto Cangango informou que os responsáveis da Administração Municipal estão a envidar esforços para se tomar providências que façam com que a chuva deixe de causar desastres.

O porta-voz do comando municipal da Polícia Nacional defendeu a necessidade de se "apetrechar a logística local com a aquisição de meios como chapas de zinco, cobertores e produtos alimentares, para assistir as pessoas afectadas pelas fortes chuvas que se abatem sobre a região".

Os trabalhos continuam no local, visando saber o número exacto das residências destruídas pelas chuvas e encontrar solução para apoiar as famílias sinistradas.

Aconselhou a população para deixar de construir em áreas de risco, para não colocar as suas vidas em perigo.

10.3 Gestão Sustentável das Cidades e Municípios

Jornal Continente

16 De Janeiro de 2015

Texto: Paulo Panguila

Segundo uma nota chegada à redacção do Continente, o evento integrou-se nas jornadas comemorativas ao 10 de Agosto, data institucionalizada pela União Africana e que serve de oportunidade para uma reflexão sobre as alterações positivas que ocorrem nos países africanos como resultado da implementação de processos de descentralização e de desenvolvimento local.

Segundo a mesma nota, a República de Angola celebra o 10 de Agosto, vincando o seu compromisso com concentração e descentralização administrativa, espírito no qual se enquadrou a realização do Fórum Nacional de Municípios e cidades de Angola.

A edição inaugural decorreu em 2013, em simultâneo com a primeira Feira dos Municípios e Cidades de Angola.

Especialistas internacionais, em matéria de urbanismo e ordenamento do território puderam apresentar as suas ideias e experiências' conferindo a devida dimensão internacional ao evento que se assume como um palco privilegiado para a troca de perspectivas entre governantes, académicos,

representantes de associações técnico-profissionais e de cidadãos interessados.

10.4 Moradores do Kilamba Kiaxi preocupados com mau estado das vias de acesso

Jornal Manchete

16 De Janeiro de 2015

Texto: João Nhangá

A reclamação surge pelo facto de várias vias do referido distrito estarem degradadas desde os bairros Palanca, Neves Bendinha, Golfes um e dois, Retunda do Camama e Calemba dois.

Segundo João Francisco, asseguram que por falta de vias de acesso tem percorrido longas distâncias porque os taxistas, vulgo candongueiros, que fazem o trajecto Avó Cumbi, Congolenses, Palanca, Cassequel, Gamek cobram entre 200 a 150 Kwanzas por cada viagem, situação que preocupa os moradores daquela zona.

João Francisco asseverou que muitas destas vias foram reabilitadas recentemente para facilitar a vida dos munícipes mas não resultaram em melhorias. Por outro lado disse que para facilitar alguns trabalhadores os moradores construíram duas pontes pré-fabricadas para ajudar a vida dos mesmos. Quem também mostrou a sua preocupação é o senhor Pedro Candela, funcionário público morador do Golf 1, que apelou ao Executivo a fiscalizar as vias de acesso para facilitar a vida dos munícipes em causa. A nossa equipa de reportagem foi até ao local para conversar com alguns moradores que fizeram a ponte pré-fabricada.

De acordo com Ricardo Dembo, estudante universitário, morador daquela zona, disse ao Continente que esta ponte visa facilitar a vida dos moradores tendo em conta que as vias estão interdadas.

Ricardo Dembo diz que no distrito urbano existem duas pontes, da zona do Cantiton e dos Rastas, que têm ajudado a vida da população daquela circunscrição.

10.5 Ravina engole casas em Cacucaco

Jornal República

16 De Janeiro de 2015

Texto: Inácio Cândido e Rita Fernando

Os populares daquela circunscrição de queixam-se de viver momento difícil por causa das ravinas que estão a engolir as suas casas cada dia que passa. Os munícipes dizem que só estão aí porque não têm onde ir. Rosa Janota João dos Santos, antiga administradora de Cacucaco, havia prometido que eles iriam ser retirados daquela zona do Maiombe.

Salvador Agostinho, morador daquela zona desde 2003, disse que ninguém gosta do mal. Pelo contrário, todos gostam do bem e de viver bem. Todo o mundo está esperançoso em viver dias melhores, mas com esta situação menos boa, ninguém está a viver numa situação de paz.

"Nós estamos a esperar que o governo nos dê um espaço para viver porque já tivemos promessa da antiga administradora de nos retirar daqui, isto é, para irmos na zona do Maiombe, mas até agora estamos à espera", disse.

Ainda segundo o morador, tiveram a referida promessa em 2013. Mas, até à data presente, nunca tiveram contacto com os terrenos.

Os moradores só estão aí porque não têm onde ir. Se aparecer terrenos ou mesmo casas, porque neste lugar já várias crianças tiveram a sorte de não perder vida com estes problemas, estão dispostos a sair. Também o saneamento básico é débil, ou seja, não tem água potável e energia eléctrica.

Teresa Viera Agostinho, por seu turno, disse que estão a viver momento de muito sofrimento. Em 2013, deram-lhes terrenos na zona do Maiombe. "Nós todos fomos para lá, recebemos os terrenos apenas, passaram oito meses, disseram que ninguém deve meter casas de bloco naqueles espaços que foram dados, porque o governo vai dar as casas e ficamos à espera. E, depois, veio novas ordens, isto é, quem meter casas deve dar oitenta mil kwanzas. Tivemos a esperar a segunda ordem, mas até agora nem água vai nem água vem", disse.

Fenícia Albino José, porém, disse que, as pessoas que começaram a entregar os terrenos, fizeram vista grossa.

Daí que outros tiveram oportunidades, ou melhor, estão sempre à espera dos elementos, estão a fazer a levantamento das casas dos moradores.

Mas, a bem da lógica, teriam de dar oportunidades aos estão nas ravinas, já que as mesmas estão a aumentar cada dia que passa, principalmente quando chove.

" Nós já reclamamos muito. Eles só falam que vão dar, mas até agora nada foi resolvido. Outros tiveram a sorte de ter, mas outros não porque estamos a ser chamados que somos da oposição", disse.

10.6 Rua Machado Saldanha continua um inferno

Jornal Manchete

16 De Janeiro de 2015

Testo: Luís Caetano

O continente depois de ter noticiado em primeira mão o péssimo estado da rua Machado Saldanha, um ano depois, a equipa de reportagem volta e fez uma ronda ao longo da via e constatou, em grande, que nada mudou para se pôr termo à péssima situação que domina a via. A verdade é que as coisas pioraram.

Depois de tantas promessas, a administração local e Governo da Província de Luanda não conseguem fazer as melhorias necessárias e muito menos executarem o que prevê o Orçamento Geral do Estado com a verba para reabilitar as ruas secundárias e terciárias de Luanda, num valor de 31.673 milhões, 881 mil e 54 Kwanzas. Está prevista ainda uma verba para fundos rodoviários estipulada em 480 milhões, 336 mil e 691 Kwanzas.

O OGE de 2014 atribui à província de Luanda uma verba para o programa de reabilitação e construção de infra-estruturas de transportes rodoviários no valor de 10.474 milhões, 395 mil e 823 Kwanzas. Esta triste situação deixa o público e automobilistas em desespero.

Assim permanece a via, num estado deplorável, desolador, sem asfalto, misturada com águas salobras que invadem as casas do bairro.

Mesmo durante o tempo seco, está intransitável, a pé ou de carro, as pessoas não conseguem andar à vontade.

Os taxistas que servem aquela linha Congolenses/Avó Kumbi/Golf e vice-versa, assim como os alunos que estudam no IMEK, para

chegarem e saírem só Deus sabe a ginástica que fazem!

Os moradores não conseguem nem ao menos parquear as suas viaturas nos quintais. Esta via está esquecida, até o diabo está de costas viradas!

De acordo com os automobilistas o mau estado da via já dura muito tempo e agora já não há condições em utilizarem aquele troço e em função dessa desordem os munícipes culpam a administração local de que deveria ser mais actuante, cuidadosa e supervisionar todas as ruas do bairro e depois resolver os problemas existentes na zona.

Os moradores e automobilistas afirmaram ao Jornal Continente que estão desapontados e agastados com a triste situação reinante na rua e acusam a administração e assim como o GPL por não fazerem nada em prol do bairro.

Sublinharam ainda que o tempo avança e os moradores e utentes de viaturas desesperam-se, perante a passividade das autoridades.

"Estamos a viver tempos difíceis com todas as ruas esburacadas, principalmente esta Machado Saldanha que constitui uma tristeza para os moradores desta área, sentimo-nos esquecidos em relação a outros bairros", disse Miguel da Costa.

O morador pede encarecidamente a quem de direito para intervir, porque a estrada está totalmente destruída e coberta de lama misturada com água estagnada e esverdeada que constitui um verdadeiro atentado à saúde pública.

A senhora Isabel Paulo disse que a estrada deve ser fechada urgentemente para ser reabilitada no seu todo e para melhorar o trânsito rodoviário.

Suzana Pedro da Costa, moradora, disse não entender o comportamento e o silêncio da administração e do governo provincial, que até agora não dizem nada sobre o encerramento e arranque das obras da rua.

"A rua está neste estado há bastante tempo e até agora nada feito, pergunto o que está a fazer a administração local?" Interroga-se Suzana.

Isabel Fernandes alerta às autoridades sanitárias, que águas estagnadas cobertas de lama nesta rua estão a provocar muitos mosquitos e em função disso tem provocado muitas doenças e enlutado muitas famílias.

Isabel Fernandes informa que o paludismo é a doença que mais ataca os munícipes desta área e que têm ceifado muitas vias.

Para os "teimosos" que insistem usar a rua arriscam-se em ultrapassar os enormes buracos misturados com montanhas de lama e águas esverdeadas, assim como danificar as suas viaturas.

Em função disso, os automobilistas têm de parar para ceder prioridade a outros carros que circulam noutro sentido, uma vez que a via se tornou estreita, complicada e causa dores de cabeça para os utentes de viaturas e moradores.

As ruas do bairro Popular ou Neves Bendinha que serviam de alternativa aos automobilistas também não se encontram em bom estado e clamam também por reabilitação urgente antes que as chuvas comecem a dar o ar da sua graça.

Sandra Graciete da Piedade, funcionária pública e moradora da referida rua, pede às autoridades locais e centrais no sentido de uma intervenção urgente e sublinha que, se a situação se mantiver até ao cair das chuvas as águas poderão invadir as residências todas que estão ao longo da via.

Facturação no meio da tristeza

Neste cenário, enquanto uns lamentam o mau estado da via e que tem provocado muitos acidentes, outros fazem da tristeza dos outros um meio que garante facturamento.

Adão Celestino, mecânico de profissão, disse que é lamentável o estado em que se encontra a rua Machado Saldanha, a verdade é que geralmente tem ficado ao longo da referida via e aproveita-se dos carros acidentados para consertá-los, assim consegue algum dinheiro para o sustento da família.

"Tenho quatro filhos e não tenho emprego, no meio de tanta desgraça aproveito os carros acidentados e conserto-os, assim consigo algum dinheiro para o sustento da família" fez saber.

Adão Celestino avançou ainda dizendo que para alimentar a família faz tudo menos roubar ou matar.

10.7 Falta de chuva no Amboim coloca em risco as colheitas

Jornal de Angola

19 De Janeiro de 2015

Texto: Victor Pedro

A falta de chuva na província, o Cuanza Sul está a preocupar os camponeses da região, porque pode comprometer as colheitas na primeira época agrícola deste ano.

Segundo dados da repartição municipal do Amboim do Instituto de Desenvolvimento Agrário, para a presente campanha agrícola foram preparados 13.191 hectares, com previsão de colher 12.127 toneladas de produto do campo.

O documento do Instituto de Desenvolvimento Agrário refere que foram distribuídas sementes de milho e batata, além de fertilizantes, que beneficiaram 8.858 famílias camponesas, enquadradas em associações e cooperativas.

O agricultor Sabino Morais Quilembe disse que desde o final do ano passado que não chove e se a situação continuar assim, a primeira época agrícola está seriamente comprometida. O agricultor referiu que o milho está entre as culturas mais afectadas:

"As hortícolas, como repolho, pimento, cenoura e cebola, por serem produtos que precisam de rega e por serem produzidas em grandes quantidades nas margens dos rios e riachos, não estão tão afectadas com a falta de chuvas". Sabino Quilembe afirmou que as culturas produzidas através do sistema de irrigação são onerosas, devido à subida do preço do combustível para o abastecimento das motobombas.

10.8 Chuvas torrenciais matam e destroem bens

Jornal de Angola

21 De Janeiro de 2015

Texto: João Constantino

Fortes chuvas, acompanhadas de descargas eléctricas, continuam a causar vítimas na província do Bié e danos materiais, segundo dados dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

No último semestre do ano, passado, refere o documento dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, 350 habitações foram destruídas e 14 pessoas morreram vítimas de descargas eléctricas, em vários municípios da província do Bié, uma situação que tem preocupado as autoridades.

No ano passado, segundo o chefe das acções comunitárias dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Adilson Bumba, cinco pessoas ficaram feridas por descargas eléctricas e mais de mil desabrigadas, na sequência das fortes chuvas que se abateram sobre a região.

"Temos 350 famílias, 1.755 pessoas, que vivem nesse momento em condições difíceis de habitabilidade, em consequência das enxurradas", disse.

O responsável das acções comunitárias dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros disse ainda que duas igrejas e 12 escolas foram também destruídas pelas fortes chuvas, durante os últimos seis meses do ano transacto.

As chuvas que caíram no princípio deste mês desabrigaram 18 famílias no município do Cunje, segundo o relatório dos Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, que alerta as pessoas a não construírem em zonas de risco. Para combater as chuvas torrenciais, descargas eléctricas e ravinhas, o Governo Provincial do Bié criou o Conselho Técnico e Infra-estruturas, que realizou o seu primeiro encontro de trabalho, onde foram estabelecidas as prioridades para este ano.

Estragos em Menongue

As salas de internamento do Hospital Pediátrico de Menongue, no Cuando Cuabango, ficaram completamente danificadas, em consequência das fortes chuvas acompanhadas de ventos que caem sobre a região, informou a directora da unidade sanitária.

EIlsa Kalenga disse que em função do actual quadro, o hospital reduziu a sua capacidade de internamento e os doentes que dão entrada recebem assistência médica nos corredores por não haver mais espaço para internamento, correndo o risco de contrair outras doenças.

O Hospital Pediátrico de Menongue tem capacidade para internar 100 pacientes, mas neste momento foi reduzido para apenas 70 camas, devido aos danos causados pelas chuvas.

A directora do hospital explicou que diariamente a unidade sanitária interna de 20 a 25 pacientes, sobretudo diagnosticados com doenças diarreicas e respiratórias agudas, malária, parasitoses, sarampo, anemia e má nutrição.

Neste momento a unidade sanitária está a beneficiar de obras de reabilitação e ampliação. O Hospital Pediátrico de Menongue atendeu em 2014, 40.582 crianças com diferentes patologias, 7.160 das quais foram internadas e 238 faleceram.

Entre as patologias mais frequente na região, está a malária com um registo de 26.167 ocorrências, doenças diarreicas agudas com 4.461 casos, doenças respiratórias agudas com 2.821, sarampo 1.133 e a parasitose com 882 casos.

A directora do Hospital Pediátrico, Elsa Kalenga, reprovou a atitude de muitos pais que, em primeira instância, optam por consulta caseira e só levam os filhos ao hospital quando se encontram num estado crítico da doença, o que dificulta o trabalho dos técnicos da saúde. A unidade sanitária é assegurada por cinco médicos e 64 enfermeiros.

10.9 Muitas pessoas precisam de ajuda urgente

Jornal de Angola

22 De Janeiro d 2015

Texto: CARLOS Paulino

Mais de 50 mil pessoas da província do Cuando Cubango têm escassez de alimentos, devido à estiagem que atinge alguns municípios, anunciou o director provincial em exercício do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS).

Os municípios mais afectados são os de Cuangar, Calai, Dirico, Rivungo, Mavinga e Nancova que necessitam do apoio urgente para debelar a situação provocada por este fenómeno natural.

José Martins disse, num encontro da comissão técnica de estiagem, dirigida pelo vice-governador para o sector económico e produtivo, que devido à sua localização as zonas afectadas sofrem a influência do deserto do Kalahari, Namíbia, fenómeno que se regista de dois anos nesta parte do Cuando Cubango, onde as temperaturas variam entre 30 e 40 graus.

O director do MINARS declarou que houve necessidade de realizar um encontro de emergência para avaliar os resultados provocados naqueles

municípios e traçar medidas para a mobilização de recursos financeiros ou bens alimentares para atenuar o sofrimento população.

Os membros da comissão técnica sublinharam a importância necessidade de se fazer um trabalho pedagógico nas comunidades sobre as vantagens da agricultura nas zonas ribeirinhas para manter as suas culturas e alimentos.

José Martins, que mencionou potencial da província em termos hídricos, disse que em função disso os camponeses devem tirar proveito deste potencial, cultivando em zonas mais baixas para não dependerem apenas das chuvas.

População afectada

No ano passado, 77.641 mil pessoas da província foram afectadas pela estiagem, o que levou o Executivo, por intermédio do MINARS e da Comissão Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, a enviar para o Cuando Cubango mais de 67 toneladas de alimentos para as vítimas da seca. José Martins disse ser urgente que se voltem a mobilizar meios para minimizar as dificuldades de 55 mil pessoas afectadas pela estiagem e que o Governo Provincial não tem capacidade para dar resposta à situação.

O vice-governador provincial para o sector económico e produtivo, Ernesto Kiteculo, afirmou que estão a ser desenvolvidos esforços para a chegada urgente de apoio aos sinistrados, muitos dos quais não têm de comer e alimentam-se apenas de tubérculos.

Outra atenção do Governo Provincial é o incremento da actividade agrícola e pecuária nas localidades mais afectadas pela estiagem, tendo em conta a presença de grandes rios q há Cuando Cubango.

10.10 Polígono Florestal é o maior viveiro do país

Jornal de Angola

22 De Janeiro de 2015

Texto: Adolfo Mundombe

O Polígono Florestal do Mundundu, na comuna com o mesmo nome, na província do Huambo, conta com o maior viveiro ambiental do país, com capacidade de

140.000 plantas das espécies de pinheiros e eucaliptos.

A floresta ocupa uma área de 11.872 hectares, constituída fundamentalmente pelas espécies de eucalipto e pinheiro e é uma das grandes fornecedoras de toros para o fabrico da madeira a nível do país.

O viveiro, que suporta a actividade de repovoamento do polígono depois da exploração, é renovado de seis em seis meses com mudas novas. A semente de eucalipto utilizada para renovar a floresta provém das espécies do mesmo polígono e a do pinheiro é adquirida a partir do Zimbabwe.

A produção é feita por equivalência em toro, através do tamanho das árvores, e quanto maior for o tamanho maior é a produção. O director administrativo da empresa Marco-services, dedicada à exploração de madeira do polígono, Eduardo (Sissungu, disse que a floresta fornece em média 30.000 metros cúbicos de madeira por mês, que é vendida no mercado nacional. A empresa Marco-services explora as espécies de eucalipto e pinheiro desde o início de 2010, num processo que começa com o abate de árvores, passando pelo corte dos toros, posteriormente transportados para a máquina de serração, onde são transformados em madeira, e culmina com a cubicagem, antes serem levados para as indústrias transformadoras.

De acordo com o administrador da empresa, já foi repovoada uma área de 150 hectares de pinheiro, cortado em 2009 e, para este ano, está prevista a plantação de mais pinheiros, numa área de 100 hectares. A empresa dedica-se actualmente mais à exploração do eucalipto, enquanto o pinheiro se desenvolve. A actividade é acompanhada por um engenheiro agrónomo e começa a partir do viveiro e termina com a plantação.

Eduardo Kissungu informou que das duas espécies, o eucalipto é a que menos trabalho dá por não precisar de viveiros, pois a sua produção é natural. Basta a semente cair ao solo, que logo germina, e é aproveitada para a plantação. Entre as duas espécies, afirmou que o pinheiro tem um crescimento mais lento, o seu ciclo de vida é muito lento em relação ao eucalipto, razão pela qual o repovoamento do eucalipto é feito em menos tempo.

A mão-de-obra é constituída principalmente por nacionais, capacitados tecnicamente para o corte de toros e cinco por cento por cidadãos chineses.

A floresta do Mundundu é propriedade da empresa Celulose, que cedeu temporariamente à empresa Marco-services, mediante contrato. "No início do contrato a intenção era de reabilitar as rotas e as infra-estruturas da empresa, mas depois efectuou-se um outro para a exploração de madeira por um período de sete anos, que termina este ano", disse o administrador.

A província do Huambo conta com quatro grandes polígonos florestais: Sanguengue e Alto Chiumbo, no município do Catchungo, Cuima na Caála, e Mundundu, no município do Ucuma, para além dos pequenos, espalhados pelos vários municípios e outros localizados nas fazendas de Chinguri, Bonga e Pelisa, bem como os polígonos que se estendem ao longo do Caminho-de-Ferro de Benguela. ~

10.11 Lunda Sul vai criar polígonos florestais

Jornal Economia e Finanças
23 De Janeiro de 2015

O Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) prevê para este ano, a criação de novos polígonos florestais, em quatro municípios da província da Lunda Sul, designadamente Cacolo, Dala, Muconda e Saurimo.

Segundo o responsável provincial do IDF, Afonso Maquecha, que falava à Angop, entre as prioridades da instituição estão também o relançamento do programa de combate à desertificação e a construção de viveiros.

Espécies de árvore

Prevê-se produzir nos polígonos espécies de árvore como jácarandás, eucaliptos, acácias, ligustros, destinadas ao repovoamento dos municípios que integram a província, salientou.

A intenção, prosseguiu, é repovoar a província da Lunda Sul e reduzir o impacto adverso do abate de árvores e das queimadas de zonas verdes.

Receitas

As multas e apreensões contra pessoas singulares, por inobservância dos regulamentos florestais, aplicadas no decurso de 2014, na Lunda Sul, renderam ao Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) o valor de 2,3 mil milhões de kwanzas.

O valor é o resultado de 15 multas e apreensões, informou o responsável provincial do IDF, Afonso

Maquecha, tendo acrescentado terem sido notificados no mesmo período 22 cidadãos.

Afonso Maquecha afirmou ser uma das preocupações da instituição, desencorajar o abate indiscriminado de árvores, queimadas e o fabrico anárquico de carvão.

"Deixamos de atribuir licenças de abate e de corte de madeira, mas ainda assim essa actividade continua de forma clandestina", ressaltou.

Para pôr fim a essa prática clandestina Afonso Maquecha promete que o IDF vai tomar medidas cada vez mais duras contra os infractores.

Potencialidades

Angola conta com uma extensão florestal de aproximadamente 53 milhões de hectares, o que corresponde a 43,3 por cento da sua superfície territorial. As formações florestais são bastante diferenciadas e incluem, entre outras, a floresta densa húmida de alta produtividade, que correspondente a cerca de 2 por cento da área florestal. Estas formações situam-se nas províncias de Cabinda, Zaire, Bengo e Cuanza Norte.

Mais de 80 por cento da superfície florestal, estendem-se formações de floresta aberta ou miombo, mosaicos de floresta seca e savanas de média produtividade e alto valor social em termos de combustível lenhoso, materiais de construção, pastos, alimentos e plantas medicinais.

As restantes formações florestais são de baixa produtividade estando constituídas, entre outras, por prados, formações herbáceas das superfícies inundáveis, estepes das faixas subdesértica e desértica, formações herbáceas do deserto e mangais.

Em termo de plantações florestais de espécies exóticas, tais como eucaliptos e pinus, o país tem demarcada uma área aproximada de 148.000 hectares, da qual cerca de 70.000 encontra-se coberta com plantações.

10.12 Seca compromete produção

Jornal de Angola
26 De Janeiro de 2015

A falta de chuva, que há mais de um mês afecta a faixa sul do Cuando Cubango, provocou perdas consideráveis das culturas do milho, massango e

massambala, disse o governador provincial em exercício.

Ernesto Kiteculo visitou o Cuangar, onde analisou com a Administração Municipal as possíveis soluções para mitigar os efeitos da falta de chuvas, que afectam principalmente os habitantes das localidades do Bondo-Caila, Savate e Olupale.

O governador provincial em exercício afirmou que a Administração Municipal se vai reunir com as 35 associações e cooperativas, de que fazem parte no total 770 camponeses, para dentro de dias se realizar uma reunião para a tomada de decisões. Ernesto Kiteculo declarou que a Administração Municipal vai também fazer o levantamento dos afectados pela estiagem e enquanto esperam o apoio da Direcção Provincial do Ministério de Assistência e Reinserção Social, os camponeses vão aproveitar as zonas ribeirinhas, onde se pode cultivar milho, massango, massambala, mandioca e hortícolas.

O administrador do Cuangar, Manuel Franessa, disse que estiagem que se verifica há mais de um mês afecta não somente o seu município, como Dirico, Calai, Rivungo e Nankova.

10.13 Chuvas atrasam obras das estradas

Jornal de Angola
28 De Janeiro de 2014
Texto: Lino Vieira

A chuva na província do Moxico está a provocar o atraso das obras de construção e reabilitação de estradas secundárias e terciárias, disse ao Jornal de Angola o director provincial do Instituto de Estradas de Angola (INEA).

No Moxico estão a ser intervencionadas desde o ano passado as estradas secundárias Luau/Cazombo, Lucusse/Lumbala Nguimbo, Lucusse/Lumbala Caquengue, Lucusse/Cangamba, Lumbala Nguibo/Ninda e Luena/Leua.

Em curso estão também obras nas vias terciárias Lumege Pinto/Luangrico, Luangrico/Luchia, Camanongue/Lumege Cameia, Luena/Missão do Boma, Luena/Ichafinda.

David Tito afirmou que apesar dos atrasos, as empresas continuam empenhadas em cumprir os prazos e apresentarem obras de qualidade.

Sobre as estradas terciárias em requalificação, disse já terem sido terraplanados 67 quilómetros e que apesar das obras terem começado há pouco tempo já revelam vantagens, principalmente para os camponeses que tinham muitos problemas no escoamento dos produtos para os grandes mercados.

As obras em curso, afirmou David Tito, estão incluídas nas estratégias de melhorar a circulação de pessoas e mercadorias na região e a vida dos habitantes das comunidades.

As obras na estrada Lumbala Nguimbo/Ninda, de 80 quilómetros, estão praticamente concluídas faltando apenas a sinalização e a construção de valas de drenagem e na Luzi/Cangamba foram desmatados 45 dos 150 quilómetros previstos.

No troço Luau/Cazombo, de 272 quilómetros, as obras continuam paradas desde o ano passado depois de terem sido asfaltados 85 quilómetros e terraplanados 187.

Desde o início do programa de reabilitação das vias de acesso, a província do Moxico tem 500 quilómetros de troços asfaltados e 300 terraplanados.

Também foram construídas nove pontes de betão armado e estão a ser instaladas de dez David Tito lembrou que o Executivo continua empenhado em construir e reconstruir vias que garantam um trânsito seguro e facilite a circulação entre municípios e comunas.

O director provincial de INEA, referiu que a reabilitação das vias secundárias e terciárias está concluída até 2017.

10.14 Chuva desabriga 654 pessoas no Zaire

Jornal Continente

30 De Janeiro de 2015

De acordo com o porta-voz interino do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, agente de segunda Miguel Freitas Neyandu, o município do Soyo reportou a destruição de 108 residências, com saldo de 648 pessoas sem-abrigo, ao passo que Mbanza Congo registou apenas a destruição de uma casa onde residia uma família de seis membros.

A enxurrada provocou também prejuízos materiais às casas que foram inundadas, segundo ainda a fonte, mas sem reportar vítimas humanas.

Informou ainda que a chuva deixou às escuras a cidade de Mbanza Congo, por inundar o local onde está implantada a única central eléctrica que fornece energia eléctrica à sede capital da Província do Zaire. Acrescentou que o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros na região começou a assistir as famílias desalojadas.

II. MIGRAÇÃO

II.1 Brasil acolhe 873 refugiados angolanos

Novo Jornal

16 De Janeiro de 2014

O ALTO COMISSARIADO das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) revelou recentemente que a facilidade com a língua e vagas de trabalho fizeram com que vários angolanos optassem pelo Brasil como país de refúgio durante a guerra.

Luiz Fernando Godinho, porta-voz da ACNUR, considera que a facilidade de comunicação foi o elemento que ajudou a atrair refugiados. Segundo ele, por causa da guerra, o Brasil chegou a receber cerca de 1.700 angolanos e, durante muitos anos, eles foram o maior grupo de refugiados no país.

"Essa população (de refugiados) foi diminuindo. Hoje, os angolanos são o terceiro maior grupo, entre os cerca de 7.200 refugiados de 80 nacionalidades. A maioria é formada por pessoas vindas da Síria (1.200) e da Colômbia (1.000)", informou Godinho.

O número de angolanos que se refugiou naquele país - que actualmente está em 873 - tende a cair ainda mais, uma vez que a maior parte dos refugiados tem trocado esse estatuto pelo de residente.

De acordo com o Ministério da Justiça, vivem no Brasil cerca de 12.500 angolanos, sendo 3.700 residentes.

Boa parte chegou ao Rio de Janeiro e a São Paulo durante a guerra civil, entre 1990 e o início de 2000, quando o Brasil concedia refúgio àqueles que queriam deixar o país.

É o caso de Bilongo, que saiu de Luanda, para não ser recrutado.

"Eu queria muito sair. O país estava em guerra e nós, jovens, naquela época, com 16 e 17 anos, com porte físico, éramos alvo, no sentido de que as Forças Armadas do país precisavam de jovens para lutar e eu não queria isso. Aquela guerra não valia a pena", conta Bilongo, que hoje é cabeleireiro especializado em cortes masculinos estilizados, no centro da capital fluminense.

O jovem escolheu o Brasil pela língua e pela proximidade cultural. "Os brasileiros têm muito respeito por nós, se identificam com a música, as cores, o jeito de ser", evidencia.

Segundo as autoridades angolanas, mais de meio milhão de refugiados angolanos regressaram ao país desde o fim da guerra, em 2002.

A "maior parte" destes refugiados optou pela permanência nos países de acolhimento e legalizaram a sua presença, sendo-lhes, em alguns casos, atribuída a nacionalidade.

14 mil refugiados em Angola

No plano contrário, em Angola vivem actualmente mais de 14.000 refugiados de diferentes nacionalidades.

A maior parte deste grupo encontra-se inserido nas comunidades, recebe apoio e assistência médica, tem acesso ao ensino e pode exercer actividades remuneradas.

Segundo números do ACNUR, o conflito armado, com a guerra colonial e a guerra civil em Angola, entre 1961 e 2002, provocou a deslocação forçada de quatro milhões de pessoas e o exílio de outras 600 mil.

II.2 Imigrantes ilegais detidos

Jornal de Angola

22 De Janeiro de 2014

Mais de 100 imigrantes em situação ilegal do Congo Democrático, Costa do Marfim, Senegal, Mali, Guiné Conacri, Mauritânia e Sudão foram detidos na comuna de Soma Cuanza, município do Chitembo, Bié, durante operações realizadas pela Polícia Nacional desde o dia 16 deste mês de Janeiro.

Segundo o comandante da Polícia Nacional no Bié, comissário Eduardo Cerqueira, os estrangeiros, além de residirem na localidade de forma ilegal, também estavam envolvidos na exploração e compra ilegal de diamantes, tráfico de drogas, de seres humanos e branqueamento de capitais. Apesar de alguns cidadãos angolanos também optarem pela exploração artesanal de diamantes, esta actividade tem sido desenvolvida, em grande medida, por estrangeiros em situação ilegal, que se concentram nas áreas diamantíferas.

"À semelhança de outras províncias, o Bié não tem escapado desta penetração de estrangeiros em situação ilegal, daí que uma maior atenção esteja a ser

dada ao combate à permanência de cidadãos estrangeiros nestas condições", disse o comissário Eduardo Cerqueira.

11.3 Repatriados beneficiam de bilhetes de identidade

Novo Jornal

23 De Janeiro de 2015

SETE MIL cidadãos repatriados da República do Congo Brazzaville vão beneficiar do bilhete de identidade, revelou a delegada provincial 'da Justiça ao início da semana.

Ernestina da Graça, que falava à imprensa, referiu que para a materialização desta medida a Delegação Provincial da Justiça deu início, esta semana, ao registo dos referidos cidadãos para a atribuição de nacionalidade angolana.

"Começámos a fazer o registo propriamente dito e a capacitação do pessoal local no sentido de viabilizar o registo do cidadão que foi repatriado para a província", esclareceu.

De acordo com Ernestina da Graça, estima-se que cerca de sete mil repatriados, o número que resulta da acumulação de processos de cidadãos que foram entrando na província desde 2007.

A delegada provincial da Justiça tranquilizou os cidadãos angolanos que se encontram nessa situação, uma vez que a emissão das certidões de nascimento vai ser feita de forma célere e extensiva a todos.

A responsável realçou a necessidade de se fazer o registo para facilitar a reinserção social dos repatriados.

"Os nossos serviços estão aptos a viabilizar a emissão das certidões sempre que o cidadão prove que é angolano e apresente a documentação necessária que lhe atribui o estatuto de repatriado", clarificou.

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12.1 Lucapa Diamond produz 266,7 quilates

Novo Jornal

30 De Janeiro de 2015

A EXTRACÇÃO DE DIAMANTES no aluvião do Lulo, na província da Lunda Norte, iniciou em Janeiro com uma produção de 266,7 quilates, anunciou a empresa australiana Lucapa Diamond Company, em comunicado divulgado recentemente.

Os trabalhos preliminares no bloco 29 da concessão do Lulo foram concluídos "com sucesso", tendo sido extraídos em apenas oito dias de operação 17,33 quilates por cada 100 metros cúbicos de rocha, de acordo com a mesma informação.

No total, foram encontrados 286 diamantes, com um peso de 266,7 quilates, acrescenta a Lucapa Diamond, que tem como parceiros angolanos neste projecto a estatal Endiama e o grupo privado Rosas & Pétalas.

O bloco 29 é o primeiro aluvião de diamantes a ser explorado no Lulo desde que a empresa australiana e os parceiros assinaram, em Novembro último, um contrato para a concessão da produção naquela área, válido por 35 anos.

Anteriormente, na fase de prospecção que se prolongou durante seis anos, a empresa extraiu da área do Lulo 876,5 quilates, destacando-se uma pedra de 131,4 quilates, a maior encontrada pela Lucapa.

A concessão do Lulo dista 150 quilómetros da mina de diamantes de Catoca, a maior de Angola e quarta maior do género no mundo, estando ambas localizadas na mesma área geológica.

12.2 Catoca garante contínua aposta na melhoria das condições de trabalho

ANGOP Agência Angola Press

04 De Janeiro de 2015

Em declarações à Angop, a propósito das perspectivas da empresa para o presente ano (2015), garantiu que Catoca vai continuar a cooperar com o

governo local, para melhorar as condições de vida das comunidades.

“No ano de 2015, a empresa deverá mobilizar as sinergias para as tarefas a que somos chamados a realizar com sucesso, bem como continuar a trabalhar para a melhoria das condições internas de exploração da mina de Catoca, melhorando os processos e reduzindo os custos”, disse.

O início da implantação da mina de Tchiuzo, continuidade dos trabalhos de investigação geológico mineiro nas novas concessões, aumento do nível de profissionalismo dos trabalhadores e a eliminação dos acidentes de trabalho constam das prioridades da empresa para este ano.

Ganga Júnior disse que 2014 caracterizou-se por um conjunto de jornadas difíceis, resultantes da maior complexidade das operações mineiras, tendo em consideração as actuais condições geomecânicas da mina e por outro a necessidade de melhorar a eficiência operacional.

A Sociedade Mineira de Catoca Lda. é uma Empresa angolana de prospecção, exploração, recuperação e comercialização de diamantes, constituída pela Endiama (Angola), Alrosa (Rússia) LLV (China) e Odebrecht (Brasil).

Catoca é a maior empresa no subsector diamantífero em Angola, sendo responsável pela extracção de mais de 75% dos diamantes angolanos.

Além do kimberlito de Catoca, que explora na Lunda Sul, a Empresa tem participação maioritária em concessões como a do Luemba, Gango, Quitúbia, Luangue, Vulege, Tcháfua e Luaxe.

12.3 Catoca promove exposição de sensibilização ambiental

ANGOP Agência Angola Press

01 De Fevereiro de 2015

A exposição, que visou assinalar o Dia Nacional do Ambiente (31 de Janeiro), decorreu sob o lema “Educação ambiental e sustentabilidade”.

Durante a exposição, os presentes foram esclarecidos sobre as consequências da poluição ambiental, importância da recolha selectiva de resíduos sólidos, diferença entre lixo e resíduo,

importância do solo, entre outras questões relacionadas ao ambiente.

Em declarações à Angop, o técnico ambiental da SMC, Sabido Coqueia, fez saber que com a realização do evento será possível inculcar gradualmente nos cidadãos a adopção de comportamentos ecologicamente saudáveis e conservar o ambiente nas localidades.

Sabino Coqueia apelou na ocasião, à sociedade a contribuir para a preservação do meio ambiente, através da plantação de árvores e no combate aos resíduos sólidos, sublinhando a necessidade das populações plantarem árvores nas suas comunidades.

A celebração desta data tem como principal objectivo, entre outros, reforçar os alertas aos diferentes sectores para a necessidade de se adoptarem padrões de vida sustentáveis, que promovam uma gestão equilibrada dos recursos naturais.

Foi no dia 31 de Janeiro de 1976 que terminou a primeira “Semana de conservação da natureza”, realizada em Luanda, na qual estiveram presentes delegações provenientes de Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde.

Com a realização deste encontro, ficou assim determinada a celebração do “31 de Janeiro”, como Dia Nacional do Ambiente em Angola.

12.4 Mais de 400 violadores de fronteiras detidos durante a quadra festiva

ANGOP Agência Angola Press
06 De Janeiro de 2015

Dundo - Duzentos e 88 congoleses democráticos foram detidos na província da Lunda Norte, durante a quadra festiva, pela Polícia de Guarda Fronteira, por entrada ilegal no território nacional, informou segunda-feira, no Dundo, o comandante da 7ª Unidade da corporação, superintendente Inácio Feliciano.

O responsável indicou que 179 outros cidadãos foram igualmente detidos nas áreas de exploração mineira, por prática de garimpo artesanal não autorizado, 3 por tráfico de combustível e um por auxílio à imigração ilegal.

Fez saber que do número global estavam 50 mulheres e 24 crianças.

Explicou que, durante este período, as forças de Guarda Fronteira apreenderam 12 moto-bombas, 27 pás, uma bóia, uma mangueira, 11 peneiras, 10 motorizadas, mil 850 litros de gasolina e 500 de gasóleo.

Afirmou que as apreensões foram feitas nos postos fronteiriços Furi 3, Naxiri, Tchissanda, Fortuna e nas pontes sobre os rios Tchihumbwe e Luembe.

12.5 Execução do Planageo decorre como previsto, afirma director

ANGOP Agência Angola Press
08 De Janeiro de 2015

Em declarações à Angop, o responsável disse que o plano de identificação do potencial mineiro na região da Zona C (Lundas Norte e Sul, Moxico e Bié) está a decorrer a um bom ritmo, através das ondas emitidas ao solo por aparelhos que se encontram nas aeronaves.

Sublinhou que à medida que a informação vai sendo recolhida e disponibilizada fica mais claro para os potenciais investidores e empresas saberem até que ponto este investimento é atractivo.

Explicou na ocasião, que o objectivo do Planageo é aumentar o nível do conhecimento do potencial geológico e mineiro do país, reestruturação e modernização do Instituto Geológico de Angola, formação e capacitação de quadros nacionais, diversificação da produção mineira e aumento das fontes de receitas para o Orçamento Geral do Estado (OGE).

O Planageo, que foi criado por Despacho Presidencial nº 99/13 de 09 de Outubro e aprovado através da Resolução nº 85/09 de 24 de Setembro, inclui vários subprogramas, que visam o conhecimento efectivo do potencial geológico-mineiro do território nacional.

Com este conhecimento será possível fazer, durante as próximas décadas, a programação da exploração dos recursos, informação a ser utilizada para captar investimentos, fazer a exploração racional e sustentável dos minerais e puder contribuir para o desenvolvimento sustentável do país.

12.6 Extracção ilícita de diamantes e imigração ilegal no topo de crimes na Lunda Norte

ANGOP Agência Angola Press
14 De Janeiro de 2015

Dundo - A extracção e comercialização ilícita de diamantes, bem como a imigração ilegal lideram a lista de crimes mais praticados na província da Lunda Norte, segundo informações avançadas nesta terça-feira (13), no Dundo, pelo director nacional de Investigação Criminal da Polícia Nacional, Eugénio Pedro Alexandre.

O comissário chefe Eugénio Alexandre, que falava num encontro com os membros do Conselho Consultivo do Comando Provincial da Polícia Nacional, disse que as ofensas corporais ocupam o terceiro lugar.

Em relação ao garimpo, o responsável explicou que os praticantes são maioritariamente estrangeiros, oriundos do Oeste africano.

Salientou que existe uma orientação no sentido de proteger os recursos naturais do país, combatendo a imigração ilegal.

“Eu penso que é orientação geral de que nós devemos proteger os nossos recursos naturais e não podemos permitir que estrangeiros entrem para o nosso país para extrair de forma desenfreada os nossos recursos”, disse.

Neste aspecto, o responsável reconheceu que as autoridades da província têm feito o melhor para conter o fenómeno. Fruto de um trabalho preventivo leva a cabo em 2014 foi possível sensibilizar mais de 70 mil imigrantes ilegais que abandonaram voluntariamente o território nacional.

Sublinhou que a imigração ilegal também é uma grande frente e o seu combate na província da Lunda Norte é um exemplo em todo país.

De acordo com o comissário chefe Eugénio Alexandre, apesar de os crimes apontados preocupar a Polícia Nacional, a Lunda Norte é uma das províncias mais calmas do país em termos criminais.

Eugénio Pedro Alexandre, que trabalha desde terça-feira na província, foi recebido pelo comandante provincial da Polícia Nacional, comissário Gil

Famoso, e durante a estadia vai visitar o município do Lucapa para constatar o funcionamento do órgão de sua dependência.

12.7 Comandante da Polícia de Guarda Fronteiras trabalha na Lunda Norte

ANGOP Agência Angola Press
19 De Janeiro de 2015

Dundo - O comandante nacional da Polícia de Guarda Fronteiras, António Pedro Candela, é aguardado terça-feira (20), no Dundo, província da Lunda Norte, para visita de trabalho, informa a corporação numa nota entregue hoje, segunda-feira, à Angop.

De acordo com o documento, o comissário chefe Pedro Candela vai constatar, na província, o estado moral e disciplinar dos efectivos da 7ª Unidade, organização e funcionamento bem como avaliar a situação operativa ao longo dos Postos de Guarda fronteiras.

O programa de visita de 24 horas prevê ainda um encontro de cortesia com o governador provincial, Ernesto Muangala e a deslocação à subunidade da Canzar no município do Cambulo.

Por outro lado, o comando da Polícia de Guarda Fronteiras apresentou hoje, segunda-feira, 100 congolese democráticos (9 mulheres) detidos por violação de fronteira nas últimas 24 horas.

Em declarações à imprensa, o comandante da 7ª unidade, Inácio Feliciano, explicou que 13 outros estrangeiros foram encontrados nas áreas de garimpo sem que para o efeito fossem autorizados.

Informou que dentro de 48 horas serão repatriados para o país de origem.

12.8 Quipungo arrecada mais de um milhão de Kwanzas em 2014

ANGOP Agência Angola Press
24 De Janeiro de 2015

Em declarações sexta-feira, à Angop, a administradora municipal do Quipungo, Fernanda Cândida Ukali, confirmou ter havido, em relação ao período anterior, uma redução de um milhão e 300 mil Kwanzas.

"A repartição municipal de fiscalização é o órgão vocacionado a cobranças nos nossos mercados informais, aos exploradores de inertes, transacção de gado, obtenção de parcelas de terra para a construção, e outros serviços", realçou.

Apelou, no entanto, a população do município de Quipungo a ajudarem o governo, passando pelo pagamento de impostos, na perspectiva de que a administração possa implementar vários projectos sociais e económicos.

O município de Quipungo dista a 120 quilómetros a leste da cidade do Lubango, província da Huíla e conta com uma população estimada em 146 mil e 914 habitantes, segundo dados provisórios do Censo 2014.

12.9 Protecção e conservação do meio ambiente é responsabilidade de todos

ANGOP Agência Angola Press
29 De Janeiro de 2015

Em declarações à Angop, a propósito da Semana Nacional do Ambiente, o mesmo mostrou-se preocupado com a situação actual, lamentando o pouco esforço que a sociedade tem feito em prol do meio ambiente.

Disse que diversas actividades têm sido desenvolvidas sem a realização de um estudo prévio dos seus impactos a natureza, acelerando ainda mais a degradação do meio.

No caso concreto da província do Huambo, César de Osvaldo Pakissi disse que a destruição das florestas, exploração de inertes e a deposição de resíduos sólidos em locais inapropriados são as principais ameaças ao meio ambiente.

Outra situação que, segundo ele, compromete a qualidade da natureza nesta região do país é a poluição dos rios e o crescimento urbano, que resulta numa grande pressão dos recursos naturais.

Defendeu, por esta razão, a necessidade de serem promovidas constantemente acções de consciencialização do ponto de vista legal, com vista a salvaguardar o meio ambiente.

"As legislações obrigam os principais produtores, investidores económicos, entre outros, a estarem licenciados do ponto de vista ambiental, mas é preciso haver rigor para que este estatuto seja cumprido na íntegra, em prol do meio ambiente", advogou.